UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO:
O caso da implementação em uma universidade pública

ERASMO BRAZ DOS SANTOS

SÃO LEOPOLDO, RS
2025

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO:

O caso da implementação em uma universidade pública

ERASMO BRAZ DOS SANTOS

Tese de Doutoramento apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Prof.ª Dra. Monika Weronika Dowbor

SÃO LEOPOLDO, RS
2025

ERASMO BRAZ DOS SANTOS

BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E POLÍTICA DE ESPORTE UNIVERSITÁRIO:

O caso da implementação em uma universidade pública

Tese de Doutoramento apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em: 11/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dra. MONIKA WERONIKA DOWBOR
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Orientadora

Prof. Dr. RODRIGO MANOEL DIAS DA SILVA
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Avaliador

Prof.ª Dra. MARÍA JULIETA ABBA
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
Avaliadora

Prof.ª Dr. DOUGLAS ROQUE ANDRADE
Universidade de São Paulo - USP
Avaliador Externo

Prof. Dra. CATARINA IANNI SEGATTO
Universidade de São Paulo - USP
Avaliadora Externa

S237b Santos, Erasmo Braz dos.
Burocracia de médio escalão e política de esporte universitário : o caso da implementação em uma universidade pública / Erasmo Braz dos Santos. – 2025.
298 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2025.
"Orientadora: Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor"

1. Atores. 2. Centralidade. 3. Esporte universitário. 4. Interações. 5. Padrões de ações. I. Título.

CDU 303

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Silvana Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

AGRADECIMENTO À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho à

Marília, minha mãe *in memoriam*

E a Amélia e Joseph, que não conheceram Marília.

Aos meus três queridos cavalheiros: Athus, Álvaro e Arthur, por proporcionarem experiências que somente vivendo se aprende, né.

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente, à minha querida orientadora, Professora Monika Dowbor. Sem palavras para descrever sua orientação e seus ensinamentos, desses que a gente leva para vida. Mais uma vez, meu muito obrigado! Que Deus a abençoe e, com seu contínuo esforço, continue a lhe proporcionar muitos conhecimentos que inspire outras pessoas, além de conceder-lhe muitas outras conquistas.
- A todos os atores entrevistados, BMEs da UFMT, membros da Atlética Universitária e Atléticas Acadêmicas/LAUF e da FMEU que contribuíram para a construção deste trabalho.
- Às professoras Catarina Segatto e María Julieta e aos professores Douglas Roque e Rodrigo Manoel componentes da banca que com suas considerações, críticas e sugestões contribuíram para a construção do trabalho.
- À UFMT pelo longo caminho percorrido desde a graduação.
- À política pública que me permitiu realizar esta pesquisa.
- Às professoras e aos professores e colegas do PPG Ciências Sociais pelos ensinamentos e trocas, em especial aos que tive contatos mais diretos: Marília Veronese, Adriane Ferrarini, Roberta Resende, Miriam Vieira, Juliane Bento, Carlos Gadea e Cristian Salaini.
- Às/os colegas do PPG Ciências Sociais e de outros PPGs que nos encontramos nesse período.
- À mana Ana Cecílio, uma colega da qual guardo muito carinho pela nossa jornada no PPG CS. Saudades das nossas interações bem humoradas sempre. Um dia quem sabe a gente vai curtir junto as espetaculares toadas de Parintins.
- À Secretaria do PPG Ciências Sociais, especialmente à Maristela, sempre prestativa e atenciosa.
- Ao Professor Douglas Andrade da EACH/USP pela disponibilidade e dicas e à Professora Renata Bichir pelas indicações.
- Às pessoas que encontrei pelo caminho do esporte e foram acrescentando: Lara, Austê, Chiquinho, Hildebrando, Elisama, Bregunci e Elvis por comungar por um ideal de um esporte universitário consistente. Aos colegas da SDR/FEF que lançaram desafios, permitindo que eu tivesse a oportunidade de trabalhar na gestão do esporte, seja extensionista, seja universitário. Ao Bruno ex-pró-reitor da Proad, quanta atenção e valorização do trabalho do esporte universitário.

- As minhas irmãs e irmãos Rose, Sandra e Sônia, Samir, Vandir e Sidnei pelo apoio e convivência de sempre.
- Franciele, a Fran, que mesmo antes de se graduar, por um tempo vivemos as agruras e também os privilégios de aprendermos juntos sobre a gestão do esporte universitário. Onde você estiver, Deus te ilumine!
- Ao Jamal, Richard, Taborda, Bregunci, Elivelton, obrigado pela colaboração durante a gestão do esporte universitário. Nossa, quanta coisa aprendi com vocês!
- À Atlética Metralha e à FMEU pelos reconhecimentos e pelas homenagens que guardo com muito carinho.
- Ao pessoal dos campi da UFMT Sinop, Araguaia, Rondonópolis e Várzea Grande que às suas maneiras ajudaram a construir um esporte universitário menos precário.
- Nilzalina, uma pessoa que apesar do distanciamento do tempo e do espaço não esqueci da constante motivação que sempre fazia para seguir no encalço do conhecimento.
- À Sandra Jung, nunca vi pessoa tão identificada com a extensão universitária, como também à equipe da Codex!
- Ao Professor Fernando Tadeu, um exemplo de dedicação à universidade. Obrigado pela oportunidade de desenvolvimento do esporte universitário.
- Ao prof. Juracy da UFG, no início sempre é difícil, seu apoio e conselhos foram fundamentais para superar essa etapa. Extensivo ao pessoal do esporte universitário da UFT, UFRJ e UnB.
- Ao Roberto Tadeu, o "Roberninja" pelo grande apoio que deu ao esporte universitário. Nunca tinha visto na vida uma pessoa que corria tão rápido atravessando um bosque.
- Aos Professores Evandro e Tomires, ocupantes da Direção da FEF, pela indicação, atenção e pelo respeito dispensado.
- Às professoras e aos professores da FEF/UFMT, que contribuíram com a construção do meu conhecimento desde a graduação. Em especial às orientações dos Professores Gustavo Rogatto (TCC de graduação), Fabricio Ravagnani e Layla Aburachid (dissertação do mestrado). E pelo incentivo do Professor José Maria de Campos Melo, na minha primeira especialização latu sensu em pedagogia do esporte. Meu muito obrigado.
- A Escolinha de Voleibol da FEF/UFMT, onde tudo começou. Em especial a todas as alunas e aos alunos pelas experiências formidáveis ao longo do tempo. Ao REJUPE e ao Instituto Desportivo da Criança pelas breves mais intensas parcerias.

Este trabalho está longe de ser perfeito!

Próprio autor

Num determinado ambiente pode estar tudo muito simples, sem decoração faraônica, meio acanhado, sem materiais de primeira linha, sem produção chamativa e fabulosa. Mas, não pode estar bagunçado! É compreensível que para se ter as coisas belas, precisa-se do financiamento, mas estar bagunçado deprecia o profissional.

O esporte é amador, mas o tratamento deve ser profissional!

(como em McCartney, sonhei com isso e não me recordo de ter lido em algum lugar)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desenho da primeira fase da análise de conteúdo temática categorial.....	73
Figura 2	Resultado do teste de confiabilidade interobservador (Kappa de Cohen, pi de Scott e Alfa de Krippendorff) do livro de códigos da análise de conteúdo.....	78
Figura 3	Exemplo de codificação das relações dos BMEs do EU a partir das evidências coletadas.....	79
Figura 4	Desenho da segunda fase da análise de conteúdo temática categorial.....	81
Figura 5	Apresentação da categorização, código e subdivisão dos códigos a partir das evidências coletadas.....	83
Figura 6	Desenho da terceira fase da análise de conteúdo temática categorial.....	83
Figura 7	Primeiro momento. Estrutura da Implementação do EU segundo a regulação nacional e sua reverberação no nível local.....	93
Figura 8	Segundo momento. A trajetória histórica da atuação da BME na implementação do EU na UFMT no período de 2009 a 2022.....	93
Figura 9	Tipos de esportes e de públicos na UFMT (2003-2022).....	94
Figura 10	Os atores diretos (“atores que importaram”) na implementação do esporte universitário da UFMT no período de 2003 a 2022.....	95
Figura 11	Ilustração do esporte universitário no modelo federativo piramidal do esportivo brasileiro.....	106
Figura 12	Resumo das características do esporte universitário sendo gerido por acadêmicos na UFMT de 2003 até a criação de uma Atlética Universitária em 2005.....	113
Figura 13	Resumo do desenho institucional da UFMT de 2003 a 2008 com localização do esporte universitário (Atlética Universitária) e esporte extensionista (SDF/FEF).....	124
Figura 14	Organograma da UFMT de 2009 até meados de 2016 com localização do esporte universitário.....	135
Figura 15	Resumo das características da nova fase do esporte universitário com advento da nova BME e com suporte e autonomia dos acadêmicos interessados no período de 2009 a 2016.....	136
Figura 16	Novo desenho institucional com a localização da nova BME do esporte universitário na UFMT a partir de meados de 2016.....	138
Figura 17	Resumo da nova configuração do esporte universitário não mais sendo gerido por acadêmicos interessados na UFMT, mas sim pela BME no período de 2017 a 2022.....	141
Figura 18	Resumo das características do esporte emergido do âmbito universitário do caso empírico da UFMT conforme dados extraídos no período estudado de 2003 a 2022.....	148
Figura 19	Conjunto de documentos encontrados que se referenciou ao esporte na UFMT (extensionista e universitário) no período de 2003 a 2022.....	151
Figura 20	Caminho percorrido (relações) pela BME do esporte universitário na obtenção, aprovação e aplicação do orçamento para o esporte universitário (2017-2022).....	173

Figura 21 Evolução do orçamento do esporte universitário da UFMT entre os anos de 2017 a 2023..... 174
Figura 22 Os atores finais principais que importaram para o esporte universitário na UFMT no período de 2008 a 2022 (a partir da adoção institucional de uma BME mais direta ao EU)..... 209

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Resumo Perspectiva Analítica Estrutural e a atuação da BME na implementação.....	54
Quadro 2	Resumo Perspectiva Analítica Relacional e a atuação da BME na implementação.....	55
Quadro 3	Identificação das burocracias de alto, médio e baixo escalações estatais e não estatais para o estudo.....	62
Quadro 4	Atores entrevistados com relação direta ao esporte universitário da UFMT no período de 2003 a 2022, que também denominados de "atores que interessavam" ou "atores diretos".....	63
Quadro 5	Documentos escritos previstos e suas características.....	68
Quadro 6	Descrições dos códigos definidos *a priori* acerca da estrutura da implementação do Esporte Universitário advindos da literatura.....	74
Quadro 7	Descrições dos códigos incorporados acerca da estrutura da implementação do Esporte Universitário a partir da coleta dos dados.....	75
Quadro 8	Exemplo do recorte (evidência) das relações da BME no esporte universitário.....	80
Quadro 9	Resumo do primeiro momento. Marco regulatório (nacional, estadual e municipal) do esporte universitário e seus desdobramentos no nível local. Trajetória da BME (indireta) até o ano de 2008.....	96
Quadro 10	Trajetória histórica das principais regulações (nacional, estadual e municipal) que impactaram o esporte no âmbito universitário entre os anos de 1941 até o ano de 2023.....	98
Quadro 11	Resumo do assentamento da estrutura do esporte brasileiro em conformidade com marco teórico (Lei n. 9.615/1998) com o adendo do esporte universitário.....	109
Quadro 12	Resumo do segundo momento. O marco regulatório local, a atuação BME direta no esporte universitário e a aproximação da sua institucionalização de 2009 a 2022.....	129
Quadro 13	Tipos de esportes e de públicos conforme período e atuação das BMEs de 2003 a 2022 na UFMT.....	150
Quadro 14	Característica do esporte universitário com e sem regulação local (padrões de ações) na UFMT a partir da posição da BME indireta e direta no período 2003-2022.....	167
Quadro 15	Resumo da atuação e das interações do BME 1 na implementação do EU da UFMT (2003-2008).....	183
Quadro 16	Resumo da atuação e das interações do BME 2 na implementação do EU da UFMT (2008-2016).....	185
Quadro 17	Resumo da atuação do BME 3 na implementação do EU da UFMT (2016-2019).....	188
Quadro 18	Resumo da atuação do BME 4 na implementação do EU da UFMT (2019-2022).....	191
Quadro 19	Resumo das interações na atuação dos BMEs na trajetória histórica da implementação do esporte universitário de 2003 a 2022.....	195
Quadro 20	Resumo da trajetória histórica da predominância da estrutura da implementação e de outros aspectos conforme os BMEs em seus períodos de atuação (2003-2022) com continuidades e mudanças.....	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Descrição dos entrevistados da pesquisa quanto ao tempo de experiência com o esporte universitário e ao número de páginas das entrevistas.....	65
Tabela 2	Resultado de busca do tema implementação do esporte universitário nas bases de pesquisas.....	85
Tabela 3	Infraestrutura esportiva existente na UFMT de 2003 até o ano de 2008....	125
Tabela 4	Burocracia disponibilizada - esportes universitário (EU) e extensionista (EXT) da UFMT entre os anos de 2003 a 2022.....	131
Tabela 5	Infraestrutura esportiva existente na UFMT de 2009 até o ano de 2022....	179
Tabela 6	Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 1 indireta ao esporte universitário da UFMT no período de 2003-2008.....	183
Tabela 7	Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 2 do EU da UFMT no período de 2009-2016.....	187
Tabela 8	Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 3 do EU da UFMT no período de 2016-2019.....	189
Tabela 9	Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 4 do EU da UFMT no período de 2019-2022.....	192
Tabela 10	Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) do panorama das interações gerais da BME do EU da UFMT no período de 2003-2022.....	194
Tabela 11	Resumo das frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das evidências por códigos na implementação do esporte universitário da UFMT no período de 2003-2022.....	203
Tabela 12	Resumo da frequência relativa (fr) por conjuntos de atores quanto aos códigos da implementação do esporte universitário na UFMT de 2003-2022.....	203

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Atlética Acadêmica
AU	Atlética Universitária
BME	Burocracia de Médio Escalão
BFMEU	Burocrata FMEU
EU	Esporte Universitário
EX	Extensão ou esporte extensionista
fr	frequência relativa
fi	frequência absoluta
N. ou n	Número

LISTA DE SIGLAS

CBDU	Confederação Brasileiro do Desporto Universitário
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CODEX	Coordenação de Extensão
FEF	Faculdade de Educação Física
FISU	Federação Internacional do Esporte Universitário
FMEU	Federação Matogrossense de Esportes Universitários
GPEL	Gerência de Projetos Esportivos e Lazer
JUBs	Jogos Universitários Brasileiros
IES	Instituição de Ensino Superior
InterUFMT	Jogos Interatléticas da Universidade Federal
JUMs	Jogos Universitários Matogrossenses
LAUF	Liga das Atlética da Universidade Federal
LDU	Liga Desportiva Universitária
MEC	Ministério da Educação
PROAD	Pró-Reitoria Administrativa
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROCEV	Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
SDR	Supervisão de Desporto e Recreação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

RESUMO

A Burocracia de Médio Escalão (BME), intermediária ao Estado, é pouco estudada como objeto de análise. A implementação, lócus de sua atuação, possui alguns conteúdos de políticas, como a do esporte universitário (EU), que recebe pouca atenção da política nacional. Assim, este estudo visou explicar como agiu a BME, de que forma influenciou o conteúdo de política pública (PP) e o que isso importou num contexto de implementação pouco regulado e financiado. O objetivo geral da pesquisa foi analisar, no período de 2003 a 2022, como a atuação da BME afetou a implementação do EU enquanto conteúdo de PP numa universidade pública federal brasileira mediante contexto de pouca regulação e financiamento. E os específicos foram: entender a trajetória histórica e as mudanças que culminaram na conformação da implementação do EU enquanto conteúdo de PP; mapear e compreender os aspectos da estrutura da implementação do EU local no período pesquisado; e contribuir para o debate analítico da atuação da BME enquanto ator-burocrata na implementação. Utilizou-se das lentes analíticas estrutural e relacional, bem como da pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, além da análise de dados técnica de análise de conteúdo categorial temática. O caso empírico foi uma universidade federal da região Centro-Oeste. Foram entrevistados BMEs, acadêmicos/atleticanos e presidentes da federação esportiva universitária. Houve evidências de que o EU gestado por acadêmicos/atlética não encontrou apoio institucional e pereceu. A BME, um ator incidental, com biografia individual ligada ao esporte na instituição, assumiu essa função e mediante contexto de pouca regulação, utilizou-se de sua autonomia e discricionariedade, construiu um instrumento (padrões de ações) que se firmou como uma norma interna e buscou financiamento via interações junto ao alto escalão, possibilitando a operacionalização perene do EU. Utilizando-se também das suas características técnico-política e técnico-gerencial, tanto operacionalizou quanto agiu de forma política para garantir ganhos para o conteúdo de PP. Porém, constatou-se a ausência de agrupamento coletivo, o que dificultou uma análise de sua atuação no plano ideacional. Seguiu próximo aos atores diretos e conseguiu legitimar uma centralidade (ainda que não pensada) por meio de valores compartilhados. Suas relações extrapolaram a implementação e atingiram atores de dentro e de fora da instituição superando o engessamento estrutural, ainda que, os atores diretos e do entorno foram os que mais estiveram no seu raio de interações. Dessa forma, a atuação da BME na implementação demonstrou que somente da norma não brota a implementação, que é possível institucionalizar determinados instrumentos dentro de um contexto institucional favorável e que a biografia individual também contribuiu para esse intento.

Palavras-chave: atores; interações; padrões de ações; centralidade; esporte universitário.

ABSTRACT

The Middle Level Bureaucracy (MLB), which is intermediate to the state, is little studied as an object of analysis. Implementation, the locus of its action, has some policy content, such as university sport (US), which receives little attention from national policy. Therefore, this study aimed to explain how the BME acted, how it influenced the content of public policy (PP) and what this meant in an implementation context with little regulation and funding. The general objective of the research was to analyze, in the period from 2003 to 2022, how the actions of the MLBs affected the implementation of US as a PP content in a Brazilian federal public university in a context of little regulation and funding. The specific objectives were to understand the historical trajectory and the changes that culminated in the implementation of the US as PP content; to map and understand aspects of the structure of local US implementation in the period under study; and to contribute to the analytical debate on the MLB role as a bureaucratic actor in implementation. Structural and relational analytical lenses were used, as well as documentary research and semi-structured interviews, in addition to the data analysis technique of thematic categorical content analysis. The empirical case was a federal university in the midwest region. MLBs, academics/athletes and presidents of the university sports federation were interviewed. There was evidence that the US created by academics/athletics did not find institutional support and perished. The MLB, an incidental actor, with an individual biography linked to sport in the institution, took on this role and, in a context of little regulation, used its autonomy and discretion, built an instrument (standards of action) that became an internal norm and sought funding via interactions with the top echelon, making it possible for the US to operate permanently. Also using its technical-political and technical-managerial characteristics, it both operationalized and acted in a political way to guarantee gains for the PP content. However, there was no collective grouping, which made it difficult to analyze its performance on an ideational level. It remained close to the direct actors and managed to legitimize a centrality (even if not thought of) through shared values. His relationships went beyond implementation and reached actors inside and outside the institution, overcoming structural constraints, even though the direct and surrounding actors were the ones who were most closely involved. In this way, the MLB work on implementation has shown that implementation does not come from the norm alone, that it is possible to institutionalize certain instruments within a favourable institutional context and that individual biography also contributes to this.

Keywords: actors; interactions; action patterns; centrality; university sport.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **20**

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA **32**

2.1 NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO, AS INSTITUIÇÕES E OS ATORES **32**

2.2 POLÍTICA PÚBLICA ESTATISTA, MULTICÊNTRICA E GOVERNANÇA **39**

3 A BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E A IMPLEMENTAÇÃO **46**

3.1 BME – CONCEITUALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS **46**

3.2 IMPLEMENTAÇÃO, LÓCUS DE ATUAÇÃO DA BME **49**

3.3 PROPOSIÇÕES ANALÍTICAS SOBRE A ATUAÇÃO DA BME: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS ESTRUTURAL E RELACIONAL **52**

4 METODOLOGIA **57**

4.1 QUE TIPO DE PESQUISA É ESTA? **57**

4.2 O CASO EMPÍRICO **58**

4.2.1 Implicações pessoais e éticas com o caso de estudo **60**

4.3 SELEÇÃO DOS ATORES ENTREVISTADOS **61**

4.4 COLETA DOS DADOS **66**

4.4.1 Instrumento de coleta de dados 1: roteiro de entrevista **66**

4.4.2 Instrumento de coleta de dados 2: pesquisa documental **67**

4.4.3 Equipamentos de coleta de dados **69**

4.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO **69**

4.5.1 Organização da análise: pré-análise, exploração do material e tratamento **71**

4.5.2 Análise de Conteúdo: categorização **82**

4.6 REVISÃO DE LITERATURA **84**

4.6.1 Procedimentos iniciais **85**

4.6.2 Estudos sobre o esporte universitário **86**

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO **93**

5.1 RESUMO DO PRIMEIRO MOMENTO **96**

5.1.1 **O marco regulatório do esporte universitário (nacional, estadual e municipal) e a garantia de seu financiamento** **96**

5.1.2 **O esporte universitário no sistema piramidal esportivo** **105**

5.1.3 **O nível local sob a luz do marco regulatório nacional: seus atores a Federação, a Atlética Universitária e a praça esportiva** **111**

5.2 RESUMO DO SEGUNDO MOMENTO **129**

5.2.1 **O surgimento de uma BME para o esporte universitário e os desafios da operacionalização: a sobreposição de ações, o desenho institucional, a equipe disponibilizada e os tipos de esportes e públicos** **130**

5.2.2 **A estrutura da implementação do esporte universitário da UFMT: o marco regulatório local e a atuação da nova BME**..... **151**
5.2.3 **A atuação da BME na ausência de regramento local: a adoção de padrões de ações:**..... **160**
5.2.4 **Após o regramento, a atuação da BME pela garantia do financiamento**..... **170**
5.2.5 **Fechando o quadro previsto na regulação, a infraestrutura esportiva e a atuação da BME**..... **178**

5.3 GARANTINDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO: AS INTERAÇÕES DA BME..... **181**
5.3.1 **BME 1 – Período 2003 a 2008 - burocracia: Supervisão de Desporto e Recreação (SDR), localizada na Faculdade de Educação Física (FEF)**..... **183**
5.3.2 **BME 2 – Período 2009 a 2016 – burocracia: Coordenação de Esportes, localizada na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)**..... **185**
5.3.3 **BME 3 – Período 2016 a 2019 – burocracia: Gerência de Esportes, localizada na Coordenação de Extensão (CODEX), Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)**..... **188**
5.3.4 **BME 4 – Período 2019 a 2022 – burocracia: Gerência de Esportes, localizada na Coordenação de Extensão (CODEX), Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)**..... **191**
5.3.5 **Considerações sobre o contexto global das interações das BMEs indireta e direta do esporte universitário no período de 2003 a 2022**..... **194**

5.4 TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÂNORAMA GERAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO DA UFMT: AS BMEs INDIRETA E DIRETA E OS ATORES QUE IMPORTARAM NO PERÍODO DE 2003 A 2022..... **201**
5.4.1 **Tecendo considerações sobre a biografia individual das BMEs indireta e direta e suas consequências para a implementação do esporte universitário**..... **210**
5.4.2 **Síntese final dos principais achados da pesquisa e diálogo com as categorias analíticas**..... **211**
5.4.3 **Sugestões para gestores de implementações de políticas públicas diante de contexto de pouca regulação e pouco financiamento**..... **219**

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... **222**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... **227**

APÊNDICE..... **242**

ANEXOS..... **293**

1 INTRODUÇÃO

A riqueza que o esporte proporciona à vida das pessoas, se pensado como efeitos fisiológicos, mentais e sociais, é vastíssima. Por meio do esporte podemos, por exemplos, nos mantermos ativos fisicamente, bem como facilitarmos a secreção de hormônios ligados ao bem-estar, além de melhorarmos nossa disposição e cognição. Sem contarmos com a criação e a vinculação das relações sociais, que tão bem nos fazem, e, as possibilidades que o esporte proporciona, contribuindo para a redução das desigualdades sociais.

Apesar destes benefícios, o índice de pessoas que não praticam atividade ou exercício físico é muito alto no Brasil conforme o Diagnóstico Nacional do Esporte (BRASIL, 2015). Por exemplo, foi constatado que 45,9% dos brasileiros foram considerados sedentários, portanto não tinham como hábito a prática da atividade ou do exercício físico em suas rotinas. Este diagnóstico também revelou que 54,7% dos entrevistados afirmaram iniciar sua prática esportiva tendo como ambiente a escola ou a universidade e, 87,9% tiveram iniciação esportiva na faixa etária que compreende dos 5 aos 17 anos. Esses dados denotam a importância dos ambientes escolar na formação inicial esportiva e universitário na continuidade deste relevante meio de consignação do bem-estar. No entanto, ela pesquisa alude que 71,8% abandonam a prática esportiva até aos 24 anos.

Um outro indicativo, o Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico, VIGITEL, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2024), apontou que o tempo dispensado por adultos (igual ou maior de 18 anos) com atividades hipocinéticas no tempo livre, com três ou mais horas por dia, ou seja, que não promovam benefícios físicos como assistir televisão, usar o computador, tablet ou celular aumentou de 61,7% no ano de 2016 para 67,0% em 2023. Outro dado relevante (e assustador) desta pesquisa, é que quanto maior o nível de escolaridade, maior era o tempo dispensado para este tipo de atividade (70,1% em 2016 e 73,9% em 2023). Ao passo que o tempo dedicado (ao menos 150 minutos) às atividades físicas (de intensidade moderada) no tempo livre (por semana) oscilou entre 37,6% em 2016 para 40,6% em 2023.

Estes dados denotam o quanto é imprescindível ofertar o esporte não só no ambiente escolar como também no universitário, já que estes dois âmbitos se complementam e envolvem um desenvolvimento linear esportivo. Desta forma, propiciando a realização de políticas públicas de oferta de espaços e oportunidades para que as pessoas possam se manter ativas fisicamente, contribuindo para a qualidade de vida, bem como para o aumento da rede de proteção contra as doenças crônicas não transmissíveis. Salvaguardando um bem imprescindível que é o esporte, principalmente o universitário, que por vezes impõe o sacrifício

aos acadêmicos atletas em dupla carreira que têm que estudar/treinar/trabalhar (MIRANDA, LORENO e COSTA, 2020) e que muitas vezes isso se torna um objetivo quase impossível em solo brasileiro se comparado com outros países como os Estados Unidos (MAGRI, 2021).

Há diferentes dimensões ou níveis do esporte ofertado pela política pública de esporte no Brasil (BRASIL, 1998; BRASIL, 2023), assim como há diferentes conteúdos destinados para diferentes grupos de pessoas, dentre estes conteúdos está o esporte universitário. Considerado um âmbito de convivência de diferentes ideias as universidades têm ao longo tempo contribuído para o desenvolvimento da sociedade nos mais variados aspectos tais como sociais, econômicos e ambientais. Neste âmbito o esporte também se insere, e contribui com diversos benefícios nas mais variadas práticas corporais que tendem ampliar as competências e consequentemente melhorar a saúde, o bem-estar para quem o pratica, principalmente num bojo de elevado índice de sedentarismo (BRASIL, 2015).

Por outro lado, os efeitos positivos proporcionado pelo esporte, muitas vezes, não deixam claro para seus beneficiários a dimensão da sua operacionalização como um conteúdo de política pública. Muitas pessoas podem não ter essa justa noção, mesmo sendo usuárias ou beneficiárias de uma política com esse conteúdo. A operacionalização de um conteúdo de política pública leva tempo, é deveras custosa e trabalhosa. Envolve inúmeros momentos específicos que acabam por fim determinando como será ofertado na ponta. Esse desconhecimento de atores de fora da política pública, pode gerar uma condição de fazejamento

O fazejamento, pode ser denominado como uma categoria nativa, ou seja, conforme Guimarães (2003, p. 95), nas ciências sociais a categoria nativa “tem sentido no mundo prático, efetivo”, fazendo “sentido num contexto de um momento histórico específico”. Embora não seja um termo muito difundido e semanticamente nem há uma definição para ele no dicionário da língua portuguesa, aparentemente é derivado do verbo fazer, porém não se pode afirmar que tem uma relação de sinonímia com ele.

Por outro lado, pode-se afirmar que se trata de um neologismo, que decorre do ato ou ação de realizar determinada ação. O termo toma, às vezes, contornos de tom criativo e inspirador como “estamos aqui reunidos, embaixo de uma árvore, num momento de descontração, conversando animadamente, num fazejamento e pensando como vamos lidar com a demanda imposta pela lei”. Em algumas situações o termo aparenta decorrer do resultado de um estilo de realização de ações, mas assentada em bases frágeis, não duradouras, sem planejamento, com fins de atendimento e efeitos efêmeros, como por exemplo “depois de uma existência duradoura, os buracos da via foram tampados às vésperas da eleição municipal”. No caso de uma situação contingente é até compreensível como forma de mitigar danos, vide exemplo da área da saúde durante a pandemia da COVID-19 (OPAS, 2020) ou algum outro

sinistro não previsto. Porém, no caso de uma política ou uma implementação dela, via fazejamento os resultados percebidos serão certamente deletérios para a sua estruturação como um todo, principalmente de seus beneficiários, pois não vai conseguir atender aos preceitos verdadeiramente compromissados ao atendimento do direito social, no caso por exemplo do esporte.

Essa condição como veremos neste trabalho, pode ser condutora de soluções provisórias para situações precárias, mas, que não deixa robusto o conteúdo de política pública ao longo prazo, ou seja, soluções efêmeras para situações estanques. Como veremos ainda no caso empírico estudado do esporte universitário, essa situação se fez presente por um bom tempo na sua trajetória histórica na instituição, envolvendo além de outras questões relevantes, uma muito flagrante que em determinado momento houve a subjunção equivocada do esporte universitário ao extensionista.

Esse percurso também pode ter sido construído ao longo do tempo devido ao marco regulatório antigo (nacional), pouco conhecido e também frouxo (local)[1], aliado a inexistência e depois ao pouco e oscilante financiamento. Como poderemos ver nas seções revisão de literatura e resultados e discussões.

Porém, poderemos notar também, ao longo do texto que ainda nesse contexto da implementação precarizada (sob o auspício do fazejamento), encontramos um ator inesperado que se mostrou valioso, a Burocracia de Médio Escalão (BME). Ter essa burocracia como tema de pesquisa foi muito instigante. Não só pela questão daquilo que se espera dela, ou seja, aquilo que foi planejado, determinado de suas ações em termos de atuação (numa perspectiva estrutural), mas também pela possibilidade que esse ator pode traduzir em suas atuações com fins de contribuir com o desenvolvimento de um conteúdo de política pública, extrapolando muitas vezes o compêndio do que lhe é designado (numa ótica relacional). Podendo assim, possibilitar a contribuição no campo analítico com perspectiva mais contemporânea.

Desta forma, este estudo buscou contribuir no campo analítico sobre a BME, visando captar a atuação deste ator na realidade em que ela ocorre, ou seja, na implementação e como já dito, mediante contexto pouco regulado (marco antigo) e financiando como se mostrou o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública. Como veremos, esse escalão da burocracia operou em um espaço na qual houve a ausência de ditames consistentes que orientassem tanto a sua condução como ator, quanto a condução deste esporte enquanto política pública no nível local. Desta forma, as interações entre as camadas da burocracia de dentro e

[1] No Apêndice AD, trouxemos um exemplo de caso que ilustra a frouxidão da norma por falta de regulação local que direcionasse a implementação do esporte universitário, apesar da existência de um marco regulatório nacional. Como veremos no decorrer do estudo, esse caso ilustra um desafio extra na incumbência da BME.

de fora do âmbito estatal, tomaram relevância ao forjar a atuação da BME mediante ações marginais ao prescritivo normativo, em dado momento extrapolando suas competências, se visto sob a ótica da perspectiva estrutural.

Fui motivado a realizar esta pesquisa pelo interesse na atuação em políticas públicas, por sentir a necessidade de pertencimento a este universo com a finalidade de traduzir em ações, aspectos teóricos que visassem contribuir para o desenvolvimento do conteúdo de política pública e vice-versa. Ao me deparar com a BME, uma burocracia de natureza intermediária no âmbito estatal, vislumbrei essa oportunidade de investigar a sua atuação num contexto de conteúdo de política com pouca atenção por parte da política nacional do esporte, que aparentemente tinha uma dependência e ligação mais daquilo que se faz no âmbito local do que com instâncias mais abrangentes subnacional e nacional.

Observamos que este campo de pesquisa era fértil, uma vez que era um pouco explorado, como poderemos observar nas seções que tratam do marco teórico e na revisão de literatura, já que a BME até recentemente não era objeto dos estudos analíticos em políticas públicas. Este ator passou a tomar maior relevância a partir da modificação do foco sobre a atuação dos atores nas políticas públicas, principalmente a partir da visão de um Estado heterogêneo. Mas, também pela observação que a implementação não era mais vista apenas como um lócus execução de política pública, localizado entre formulação e (monitoramento) avaliação. O que os atores fazem nesta instância também passou a importar. A descentralização do Estado, permitiu que grupos, movimentos, dentre outros, tanto de dentro quanto de fora dele, não só gerissem como também fizessem proposições em conteúdos de políticas públicas, demonstrando novas formas de políticas, denotando a convivência de políticas estatista e multicêntrica. Essas novas configurações demostram a necessidade de novos estudos analíticos para a compreensão das atuações dos atores no nível local.

Muito se fala da instituição formal que abrangem uma diversidade de aspectos, dentre eles o prescritivo normativo, traduzido por exemplos, por meio da constituição, de leis ou de acordos formalizados, normalmente regido no caso estatal, por instituições como o governo, o judiciário ou organizações governamentais como agências reguladoras. Reconhecendo sua amplitude, nos atemos aqui ao marco regulatório, ou seja, o regramento que vai direcionar o funcionamento de um conteúdo de política pública.

Sob essa ótica, numa perspectiva estrutural, a BME agiria dentro das margens daquilo que estaria estabelecido (regramento). Marques (1997) exemplificou essa situação se utilizando do exemplo de uma partida esportiva, na qual as linhas do campo eram estabelecidas pelas regras do jogo (a instituição formal), da qual os jogadores (atores) envolvidos ali deveriam respeitar. Neste exemplo, claramente os árbitros (de campo e de linhas) poderiam ser

reconhecidos como os burocratas de alto escalão que “fiscalizariam” o cumprimento das regras estabelecidas, e, os implementadores (para nós a BME), seguiriam essas regras. Em caso do não cumprimento delas sanções poderiam ser adotadas. Porém, sentimos a necessidade de abordar a atuação da BME, a partir desta instituição formal pouco regulada, no sentido de afrouxamento na execução, adensada pelo financiamento precário. Desta forma, investigando como seria a sua atuação, como ela agiria, que soluções proporia neste contexto e que isso importaria para o nível local. Neste sentido, buscando dar uma contribuição teórica-metodológica e analítica à atuação desta burocracia.

Para esse intento recorremos ao neoinstitucionalismo, que valoriza as instituições e as trazem para o centro do debate em políticas públicas. Então, para este marco teórico, as instituições formal e informal importam, que em conformação com os atores, podem moldar ou transformar o conteúdo de política pública em diferentes formas de constituição. A vertente do neoinstitucionalismo histórico permitiu analisar o ator no contexto institucional e estatal possibilitando examinar as marcas deixadas ao longo do processo histórico da construção do conteúdo de política pública (THELEN, STEINMO, 1992; MARQUES, 1997; HALL, TAYLOR, 2003; PEREIRA, 2014). Mas, obviamente que esta não estaria totalmente dada apenas pela sua trajetória histórica, mas sim, servindo de material valioso para possíveis reflexões sobre o andamento e o futuro do conteúdo de política pública. Por que foi feito daquela forma e o que isso implicou para a atualidade.

Quando abordaremos a BME e as perspectivas analíticas sobre ela, veremos que do ponto de vista teórico-conceitual, a implementação assumiu variadas facetas como interações endógena e exógena entre os mais diversos atores da burocracia estatal e não estatal na sua construção (LOTTA, 2019). Por meio delas, se tornou ali mesmo no nível local, num campo de interações com relações complexas e de governança multinível, que denotou ir além do simples lócus de execução (BICHIR, 2018b). Desta forma envoltos nesta arena estão diversos atores que antes não tinham tanto importância para a análises de políticas públicas, sendo inclusive um deles, a BME. Com o tempo, os estudos foram evoluindo e contribuindo e lançando novos olhares para esses “velhos atores da política pública” ao abordarem a BME como atores que importam (PIRES, 2018; LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015).

Então, veremos que a BME tem sido estudada sob perspectivas diferenciadas, com objetivo de jogar luz sobre essa burocracia no campo de análises de políticas públicas. Dentre elas algumas se destacam como: a perspectiva estrutural que se atem as instituições formais (WISE, 2004), numa uma vertente *top-down*, deixando pouca margem para ação da BME na execução; a perspectiva individual, que pensa a BME como um ator que absorve estratégia um tanto calculadora com fins de maximizar ganho e conseguir melhores condições para

determinado conteúdo de política pública (KELLY, GENNARD, 2007); e a perspectiva relacional, que se concentra em compreender a relação da BME com a burocracia do entorno, uma perspectiva que foca no funcionamento da política pública com as alterações ocorridas pelas múltiplas interações de atores que, por meio das relações podem influenciar o Estado (KURAKCTO et. al, 2005; HUISING, SILBEY, 2011; HEIMER, 2013). Essa abordagem mais contemporânea, tem buscado responder questões sobre a atuação da BME na implementação "como esse burocrata interage com uma rede de atores internos e externos ao Estado e como esses burocratas influenciam e regulam as relações dos próprios implementadores" (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2014, p. 480).

Desta forma, este estudo buscou olhar sob uma perspectiva mais atrelada as relações que a BME estabeleceu para atuar e garantir a operacionalização do conteúdo de política pública, a partir da implementação, portanto na perspectiva relacional, dando enfoque nas relações que esses atores tiveram e quais ganhos foram evidenciados a partir desta posição. Ao mesmo tempo em que analisamos a atuação sob a perspectiva estrutural, ou seja, como a BME agiu frente o assentamento regulatório. A análise dessa atuação levou em consideração a trajetória histórica e as mudanças, num contexto de marco regulatório antigo e com pouco financiamento.

Para tanto, vamos no caso empírico, percorrendo ao longo do campo de atuação da BME no tempo e no espaço (20 anos) coletando evidências que nos fizeram sustentar a nossa proposição. Nos apossamos nessa empreitada dessas lentes analíticas, tendo o neoinstitucionalismo histórico como pano de fundo, que nos ajudaram a compreender melhor a atuação na trajetória histórica desse ator dentro das instituições formal e informal.

Mas também propomos que na pouca presença da política pública, do prescritivo normativo como no caso do esporte universitário, a BME, com metiê intrínseco ao Estado, ou seja, um ator estatal, não se prendeu totalmente a uma condição engessada (estrutural, baseada numa relação *top-down* e prescritiva normativa), mesmo sendo um ator estatal qualificado com recebimento de pecúnia e com alguma discricionariedade. De fato ela é guiada e moldada pelas regras, ainda que poucas, mas ela rompe suas fronteiras de atuação e vai buscar criar condições de operacionalização do conteúdo de política pública, valendo-se principalmente das relações que extrapolariam apenas o âmbito da implementação.

Desta forma, a BME vai promover ações de maior autonomia, demonstrando que a implementação não é apenas um lócus de execução e que cumpre ordens, encontrou um lugar sem ser arbitrário. Ademais, houve mudança da centralidade e do processo de decisão nas políticas públicas (MARQUES, 2018) em que novos atores tem se tornado protagonistas.

Buscamos então entender como essa burocracia atuaria num campo de pesquisa com pouca atenção da política nacional. Desta forma, como questão, este estudo visou explicar como agiu, de que forma a BME influenciou o conteúdo de política pública e o que isso importou num contexto de implementação com pouca regulação e pouco financiamento. Se a perspectiva estrutural demanda ditames da instituição formal que delimitam a atuação e interação da BME, foi importante analisarmos como essa burocracia se viu no caso empírico estudado desemparada desse instrumento legalista. Na ausência deste, o foco passou a ser na atuação que esse ator buscou para dar conta das demandas de funcionamento na implementação do conteúdo de política pública. Então, para nós foi importante buscar explicar como atuou a BME, quais caminhos percorreu, quais ganhos buscou e por que isso importou para a implementação do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.

Sendo assim, a partir das leituras realizadas e do espelhamento no nível macro (federal), destacamos as suposições (hipóteses) que pensamos quanto o campo de atuação da BME: a não existência de política de esporte local implantada, ainda assim com estrutura de implementação, que o esporte universitário nestas condições apresentaria precariedades e diante do cenário de pouca regulação poderia resultar em duas situações: (1) não tem política pública institucional do esporte universitário e nada tem sido feito; e, (2) alguma coisa é feita. Se alguma coisa é feita, por que é feita? Já que tem pouca regulação e financiamento. A literatura mostra que quem é capaz de realizar alguma coisa não seria a Burocracia de Nível de Rua, este ator precisaria de política, sem dizer que está limitado em termos de localização institucional. Não seria também a Burocracia de Alto Escalão, uma vez que esta estaria envolvida em uma grande porção de coisas incluindo também outros conteúdos de política pública.

Então, um ator capaz de realizar alguma coisa no nível local seria então o BME, ou seja, dependeria da atuação de um ator com um vínculo mais profundo com a instituição (seguir uma carreira). Então, explicitando melhor a hipótese, já que o conteúdo de política pública é pouco regulamentado no nível local, desde que tenha uma BME, com suas características técnico-política e técnico-gerencial, com de grau de autonomia e discricionariedade, ela poderia atuar como tomadora de decisão e desempenhar papel em que contribuiria para a redução de precariedades na implementação, lançando mão de interações e estabelecendo padronização de ações para operacionalizar o esporte e o aproximá-lo da institucionalização.

Desta forma, a BME, um ator estatal, teria potencialidade de extrapolar suas incumbências e promover ações, normas e tomada de decisões. Também aliada a um perfil que envolveria à capacidade de interrelações pessoais e ao fato de possuir um vínculo mais duradouro com a instituição lhe dariam grande possibilidade de perseguir esse intento, já que conheceria os meandros da burocracia. Então, pressupomos que por meio dela se depositaria a

continuidade do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, já que poderia buscar traduzir os parcos regramento e financiamento em ações concretas, e, para tal, buscar interações com atores que estão ligados diretamente ao esporte universitário e também do entorno de dentro e de fora do nível estatal, resultando em meios de sobrevivência do conteúdo de política pública. Via valores compartilhados com esses atores, daria resiliência ao esporte universitário, ainda que não robusto, mas o faria existir no nível local.

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar, no período de 2003 a 2022, como a atuação da Burocracia de Médio Escalão afetou a implementação do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública numa universidade pública federal brasileira mediante contexto de pouca regulação e financiamento. E os específicos foram (a) entender a trajetória histórica e as mudanças que culminaram na conformação da implementação do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, (b) mapear e compreender os aspectos da estrutura da implementação do esporte universitário local no período pesquisado; e, (c) contribuir para o debate analítico da atuação da BME enquanto ator-burocrata na implementação.

Os motivos que nos levaram escolher o período do estudo de 2003 a 2022 foram que: deparamo-nos, na literatura, com o arcabouço prescritivo normativo do esporte universitário, que se desvelou antigo, além de pouco referenciado na legislação mais contemporânea (relativa ao esporte em geral). Identificamos problemas de financiamento, marcados por uma dependência estatista (Estado provedor), e, ao mesmo tempo, descentralizado com organizações sem fins lucrativos sendo gestoras, porém isoladas em relação à participação como atores que se propõem contribuir na implementação do esporte nas universidades, dentre outros aspectos.

Por outro lado, houve, nesse período, fatores que contribuíram para o desenvolvimento do esporte no âmbito universitário. Desde a criação do Ministério do Esporte como pasta única no governo progressista de Luiz Inácio Lula da Silva, no início da década de 2000, na qual houve contribuições tanto para o esporte em geral quanto para o esporte universitário (principalmente no contexto organizacional), criação de projetos, programas, dentre outros que refletiram estruturalmente na política nacional de esporte (ALVES e PIERANTI, 2007). Destacam-se também a revitalização da atuação das atléticas no campo esportivo, cultural e de ações sociais (MALAGUTTI, ROJO, STAREPRAVO, 2020), além de uma reorganização administrativa da entidade máxima do esporte universitário brasileiro, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário. Essa reorganização abandonou antigos conflitos internos, que fraturavam as relações e dificultavam o desenvolvimento do esporte, e adotou medidas mais transparentes, em consonância com a governança (mais ainda isolada), principalmente a partir da consolidação do esporte como um Ministério (STAREPRAVO, *et al*., 2010). Esses preceitos

tomam ainda mais relevância quando se considera que o período (2003 a 2022) foi profícuo para a consolidação do esporte universitário, pois foram décadas de vultuosos investimentos no esporte brasileiro[2], se configurando como uma janela de oportunidade política.

Buscando demonstrar nosso intento de atingir os objetivos da pesquisa, dividimos este trabalho por seções. Na primeira seção, abordamos o marco teórico do neoinstitucionalismo e em especial do neoinstitucionalismo histórico. Nele, buscamos compreender as relevâncias das instituições formal e informal no contexto das políticas públicas, e, da possibilidade de contribuição para o campo analítico dos atores burocratas em especial os do nível estatal.

Na seção seguinte, apresentamos a categoria da BME, trazendo a sua definição, diferenciando esta categoria como ator de dentro e fora do Estado. Priorizamos o ator estatal e, para tanto, trazemos uma definição que adotamos para diferenciá-lo dos demais atores. Demonstramos também suas características técnico-política e técnico-gerencial, sua discricionariedade, sua autonomia e trazemos as principais perspectivas analíticas sobre essa categoria. Abordamos também a implementação como lócus de atuação da BME.

Na seção metodologia, apresentamos os caminhos que percorremos para buscar atingir os objetivos da pesquisa. Lá, poderá ser verificada a justificativa da escolha do tipo de pesquisa. Como adotamos o caso empírico, uma universidade pública federal do estado de Mato Grosso. Demonstramos também ali os critérios de seleção dos entrevistados, que vamos descobrir por meio da técnica bola de neve, que outros atores tinham interesse direto no desenvolvimento do esporte universitário.

Ainda na metodologia, utilizamos como instrumentos de coleta de dados questionário semiestruturado e pesquisa documental. A técnica de análise dos dados foi a análise de conteúdo categorial temática. Ali também poderão ser verificados os procedimentos adotados, os equipamentos utilizados e as questões éticas que obedecemos. Nesta última, destacamos que desdobramos em duas vertentes: uma sob a ótica dos casos selecionados e dos participantes da pesquisa; e, outra sob a ótica do meu envolvimento com o lócus do estudo por ter pertencido (no período de estudo) ao quadro de burocratas da burocracia estatal estudada.

Juntamos ainda à metodologia uma revisão de literatura voltada para o tema esporte universitário e a BME. Ali demonstramos que, apesar de ser considerada uma área relevante do ponto de vista social, não é tão consistente do ponto de vista das políticas públicas. O esporte universitário é carregado de fragilidades das mais variadas, e encontramos uma lacuna nos estudos quando não se abordou a BME nesse contexto.

[2] No Anexo A, tabela B, trazemos uma panorama dos investimentos realizados pelo Governo Federal no esporte brasileiro em suas diferentes dimensões.

A organização da tese segue com a seção Resultados e Discussão, que é apresentada em duas partes para facilitar a compreensão do que foi construído. Na primeira, apresentamos o marco regulatório e o financiamento que envolveu diretamente o esporte universitário brasileiro. Em seguida, nos debruçamos sobre o sistema federativo esportivo piramidal ao qual o esporte universitário se submeteu. Seguimos no nível local para identificar os atores que eram responsáveis, de fato, pelo esporte universitário e como se apresentava a estrutura esportiva disponibilizada pela instituição, já que este era um aspecto previsto no regramento nacional. Na segunda parte, apresentamos, discutimos e analisamos o surgimento e a atuação da BME na implementação do esporte universitário local nos seus variados aspectos, desde o redesenho da localização institucional, a criação de uma regulação, garantia de financiamento, as interações com atores diretos e do entorno, que contribuíram para a garantia da operacionalização do esporte universitário e a aproximação dele da institucionalidade.

Na seção de considerações finais, baseamos em duas vertentes nos achados empíricos e nos achados analíticos. Demonstramos se com estes achados, por meio dos métodos utilizados e das categorias de análise, se conseguimos captar a atuação da BME nos deram a segurança de ter respondido ao problema, bem como se houve o atingimento dos objetivos propostos da pesquisa e se nossas suposições (hipóteses) se confirmaram.

Por fim, do ponto vista pessoal, destaco que acredito que o estudo da implementação do esporte no ambiente universitário é tão relevante quanto os outros conteúdos de políticas públicas, dado o *status* que as universidades ocupam na sociedade e por ser uma estância da burocracia estatal. Além disso, acredito verdadeiramente, como escrevi no preâmbulo desta introdução, que o esporte contribui para inúmeros aspectos de desenvolvimento da vida humana.

Na questão sociocultural, o fato de poder vivenciar por mais de duas décadas este universo do esporte na universidade pública, ora como burocrata de nível de rua, ora como integrante *back-office* e ora como um dos BMEs na qual tive a oportunidade de gestão do esporte universitário na instituição, sendo inclusive um dos entrevistados da pesquisa (explicações do procedimento pode ser consultado na seção metodologia). Sem contar os inúmeros momentos como colaborador voluntário e usuário, também me serviu de motivação para dar uma contribuição para a discussão no campo científico.

Confesso que, mesmo como um burocrata da instituição, desconhecia muitos aspectos da política pública, em especial da implementação. Não conseguia enxergar o ator potente que a BME poderia se tornar, capaz de fazer a diferença no nível local, mesmo em meio às adversidades. Ainda assim, essa *experienciação* me permitiu vivenciar diversas instâncias empíricas, das quais se descortinou um universo de formas, ações e procedimentos que somente

como beneficiário ou usuário da política talvez não poderia enxergar. Vivenciar as entranhas (endógeno) e também o exógeno, acredito que me garantiu um certo lastro[3] para poder pensar e dar uma contribuição empírica/analítica com o estudo do tema.

Neste sentido, estive numa posição privilegiada por poder enxergar o esporte universitário de diversos ângulos e perceber, ao longo do tempo, os diversos *modus operandi* de seus atores. Mas também tive a preocupação e o cuidado de fugir de ideias pré-concebidas ou de realizar uma reflexão prévia, conforme Durkheim alerta no método sociológico.

Essa vivência, esse conhecimento tácito, ao mesmo tempo em que me gerou lastro, me levou a buscar na literatura por estudos que abordassem o esporte universitário como conteúdo de política pública, principalmente no que tange à sua implementação, e à BME, lócus da minha longa atuação. Durante o processo de busca sobre o tema, no que diz respeito ao nível subnacional, no estado de Mato Grosso, constatei a escassez de estudos que analisassem tanto a política pública do esporte universitário como um todo, quanto a sua implementação. Ampliando a busca para o nível nacional, também me surpreendi com a escassez de estudos. Ainda assim, como ator (estatal,) me estimulei a buscar um caminho para contribuir com a análise deste tema.

Apesar de tratarmos de atores estatais na instância de implementação, lócus de atuação de outros atores, como a burocracia de nível de rua e o *back-office*, este estudo está delimitado à BME. Por ser essa burocracia além de pouco estudada, mas também a que melhor responderia às questões quanto ao marco regulatório e o financiamento precário, tendo efeito direto na implementação do esporte universitário como conteúdo de política pública em nível local. Então, neste estudo, buscamos focar diretamente na atuação deste burocrata no contexto do esporte universitário, em suas tomadas de decisões, que envolveram interações e a construção de caminhos, e como isso importou e se reverteu em vantagens para este conteúdo de política pública. Portanto, não nos ativemos nas problemáticas envoltas na formulação, monitoramento e avaliação. Além da estrutura da implementação (regramento, financiamento e burocracia disponibilizada), nos ativemos também em outras questões operacionais, como a praça esportiva (constante no marco regulatório) e aspectos gerenciais.

Pelas premissas apresentadas, analisar a atuação da BME na política de esporte universitária, sob a égide de um marco regulatório que pressupomos ser antigo e frouxo, bem como de um financiado frágil e oscilante, um campo pouco explorado, justificou a proposta de

[3] Tomo emprestado este termo da fisiologia, da qual é visto como "memória" que o músculo "adquire" após ser submetido a estímulos. Após passar um tempo sem ser acionado, ou seja, de inatividade, ele não perde essa "memória" e ao ser estimulado novamente ele responde de forma a recuperar a qualidade da atividade (FLECK, KRAEMER, 1999).

estudo em epígrafe, que, conforme Bichir (2020), “se tornando uma possibilidade de transformação da realidade”.

Destarte, o papel da BME está atrelado à capacidade de adaptar a instituição formal da política às situações e casos específicos com os quais se deparam em seu cotidiano (informais) os quais são alheios ao prescritivo. Seu lócus de atuação é a arena da execução, mas com a capacidade de influenciar políticas públicas, já que, atualmente, a implementação não é mais vista apenas como uma instância de execução, mas que contribui concomitantemente para a formulação (LOTTA, 2019). Ganha mais corpo ainda se pensado numa instância local com autonomias, tais como: administrativa, financeira e de cátedra, como ocorre na universidade, e com o esporte universitário pouco regulado. Essa experienciação adquirida na prática por este burocrata, bem como a sua interação com outros atores, nos ajudou a compreender a sua atuação e suas práticas de interações diante da implementação do esporte universitário.

A nossa contribuição, então, foi demonstrar que, além da estrutura da implementação, há um conjunto de outros elementos que, juntos, compõe um arcabouço do qual a BME se apropria para poder atuar, conduzir e manter (sustentar) um conteúdo de política pública, como é o caso do esporte universitário, ainda que com pouca atenção. Não objetivamos, portanto, atribuir então somente à figura da BME a responsabilidade do sucesso ou do fracasso do conteúdo de política pública, mas, sim, propor que sua relevância na implementação pode ser maior do que se imagina, com a captura de uma centralidade que, sempre é atribuída a outro escalão.

Por fim, informamos que a pessoa do verbo no trabalho foi alternada na primeira pessoa do singular e do plural, dependendo da situação vivenciada. Essa tomada de iniciativa se deveu ao fato de que acredito que tanto a orientação quanto aos membros da banca contribuíram (e ainda contribuirão) direta ou indiretamente para a construção do texto. Essa possibilidade foi confirmada junto ao Manual (UNISINOS, 2024, p. 25), salvo para o resumo, para qual a recomendação era que fosse redigido na terceira pessoa (p. 19).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, dividimos a fundamentação teórica em partes. Na primeira tratamos sobre o aporte teórico do neoinstitucionalismo e o neoinstitucionalismo histórico, dando relevância às instituições e aos atores no centro do debate de políticas públicas. Em seguida, adentramos na Burocracia de Médio Escalão e na implementação de políticas públicas.

2.1 NEOINSTITUCIONALISMO HISTÓRICO, AS INSTITUIÇÕES E OS ATORES

Segundo Marques (1997, p. 76) acreditava-se que surgimento do neoinstitucionalismo remontasse ao institucionalismo da Ciência Política, calcado em "comparações estáticas de estruturas institucionais e jurídicas em diferentes países e estados norte-americanos". Porém, o autor ressalta que esse surgimento é enganoso, pois o neoinstitucionalismo teria mais ligações com as ideias de Weber, Tocqueville, Polanyi e Marx do que com o antigo institucionalismo da Ciência Política.

O fato de a rejeição aos modelos de análises estáticos, oriundos das teorias behaviorista e de política comparada presentes até a década de 1970 no meio intelectual norte-americano, fez com que diferentes pensadores voltassem seus estudos para uma nova área do conhecimento. Neste novo lócus, estariam sob o foco das instituições "questões tão díspares como o funcionamento do mercado, as políticas públicas, a formação das classes sociais e a constituição dos Estados nacionais". Além disso, o neoinstitucionalismo, uma nova área de estudos nas Ciências Sociais, atribui relevância às instituições para a compreensão dos processos sociais (MARQUES, 1997, p. 75).

Segundo Fioretos, Falleti, Sheingate (2016, p. 7), o neoinstitucionalismo é compreendido como

> Tradição de pesquisa dedicada ao estudo das origens, evolução e consequências das instituições... distinguidos por um compromisso teórico de estudar as dimensões temporais da política, ou como o tempo e a sequência de eventos passados geram legados duradouros que moldam o escopo, o caráter e as consequências das autoridades governantes (tradução minha)[4].

A marca do tempo, preconizado no trecho destacado dos autores, que gera legados duradouros nas políticas, podem também contribuir para o entendimento da conformação de uma determinada política pública na atualidade. Isso ocorre, por exemplo, porque, ao mesmo

[4] *Research tradition dedicated to the study of the origins, Evolution, and consequences of institutions... distinguished by a theoretical commitment to study the temporal dimensions of politics, or how "the timing and sequence of past events generate lasting legacies that shape the scope, character, and consequences of governing authorities"* (FIORETOS, FALLETI, SHEINGATE, p. 7, 2016).

tempo em que serve para a compreensão dos processos de sua construção, fornece subsídios para analisar e propor possíveis alterações de rota de pensamentos (análise de continuidades e mudanças) em uma construção que busque favorecer os mais diversos aspectos e segmentos sociais, mesmo que ainda careça de uma comunicação assertiva entre os atores e instituições formais.

O neoinstitucionalismo não é tido como uma corrente teórica de pensamento unitário, sendo lócus no qual estão convergidos diversos pensamentos, tais como, da economia, da sociologia, da política e dos estudos históricos. Nessa convergência de perspectivas diversas, os estudiosos concordam que as instituições importam e são centrais na forma de análises em processos políticos e sociais (THELEN e STEINMO, 1992, MARQUES, 1997; HALL e TAYLOR, 2003; FONTAINE, 2014).

O objetivo central do neoinstitucionalismo é "construir uma teoria de médio alcance que estabeleça uma ponte entre análises centradas no Estado e na sociedade, enfocando variáveis de nível intermediário para dar conta da variação histórica e conjuntural dos fenômenos" (MARQUES, 1997, p. 78). Por conseguinte, busca "investigar os desenhos reais e não simplesmente os aparentes", ou seja, somente aquilo que está no papel, não se restringe apenas investigar sobre o prisma então somente das instituições formais (NÓBREGA, 2013, p. 106). Por seu rigor e formalismo, o neoinstitucionalismo tem se assimilado a uma tradição epistemológica em ciências sociais que remonta ao positivismo. É sua intenção demonstrar relações causais de fenômenos sociais (FONTAINE, 2014).

Há diversas vertentes epistemológicas no neoinstitucionalismo, tais como a normativa, feminista, empírica, sociais, das redes, construtivista e cognitiva (LOSADA, CASAS, 2010), além da histórica, de escolha racional e da sociológica (HALL, TAYLOR, 2003). Segundo Fontaine (2014), problemas comuns a essas correntes é a importância de como tomar as instituições como objetos de análise. No passado, correntes epistemológicas giravam em torno das teorias interações estratégicas, das eleições racionais, dos cálculos racionais, que haviam substituído a ideia de relação estruturantes. O tema instituições, nesse contexto, não era tão comum.

Este estudo tem interesse na vertente neoinstitucionalismo histórico, sobretudo em suas contribuições para análise de políticas públicas, na qual busca responder à questão "como as instituições moldam as estratégias políticas e influenciam os resultados políticos" (THELEN, STEINMO, 1992, p. 7). Para essa corrente de pensamento, é relevante que os atores sejam analisados nos contextos institucional e estatal. E também por entender que as instituições formais e informais (principalmente situações marginais ao prescritivo) trazem grandes contribuições para o entendimento do objeto desta pesquisa. O objeto em questão é a atuação

da Burocracia de Médio Escalão (BME) no âmbito do esporte universitário (implementação), configurado (pressuposto) por marco regulatório antigo e pouco financiado.

Segundo Marques (1997), a tipologia neoinstitucionalismo histórico tem seu nascedouro na sociologia histórica, influenciada pelos pensamentos marxista e weberiano. Com a característica de realizar análises com base em contextos político, social e histórico sofre influência da sociologia compreensiva de Max Weber, com destaque para a teoria da dominação (IMMERGUT, 1998).

O aporte teórico-metodológico do neoinstitucionalismo histórico propõe que o entendimento de um percurso ao longo da história do desenvolvimento de uma política pública faz com que ajude na compreensão do *status quo* apresentado contemporaneamente, denominado de trajetória histórica das instituições e das políticas (PEREIRA, 2014). Dessa forma, seria possível identificar, no caso do tema desta pesquisa, o percurso que levou o esporte universitário à sua conformação presente, ou seja, à forma como está estabelecido, como se apresenta na sua implementação. Esse enfoque, além de trazer a ideia de temporalidade e sequência, oportuniza analisar continuidades e mudanças. Isso porque, se analisado somente sob a perspectiva de "legado histórico", não seria suficiente para explicar as dinâmicas contemporâneas (BICHIR, PEREIRA, GOMES, 2021).

Nesse bojo, acrescentam-se dois papéis relevantes para a compreensão como aporte de análise da fase de implementação do esporte universitário: as instituições formais e informais e os atores. No papel das instituições, são consideradas as características formais e informais que têm o poder de impactar sobremaneira as políticas públicas. Por sua vez, os atores são marcados por interesses heterogêneos que, ao mesmo tempo, influenciam e são influenciados pelos contextos formais e informais das instituições, buscando valer seus anseios coletivos ou de grupos de interesse estruturados entre "diferentes ideias/imagens acerca do objeto" da política pública (PEREIRA, 2014, p. 159).

Os resultados das políticas públicas são incertos, portanto, contingentes e também dependem do engajamento, dos planos e das estratégias impetradas por diferentes atores das instituições governamentais e da sociedade (MARQUES, 1997). Para compreender melhor essa dinâmica, é importante visualizar a articulação estratégicas dos atores (PEREIRA, 2014), principalmente da burocracia da implementação. Atrelar essa perspectiva ao enfoque na interação entre atores estatais e não estatais, conforme preconizado na geração mais recente acerca da implementação de políticas públicas (LOTTA, 2019), parece salutar no caso específico da implementação do esporte universitário. Isso se deve ao fato de que, como veremos mais adiante neste estudo, desde a sua absorção como conteúdo de política pública pelo Estado, esse tema envolveu a participação de atores não estatais.

No que tange às instituições, um termo amplamente utilizado nas ciências sociais, carrega em si, uma falta de unanimidade em relação ao seu conceito. Embora haja dissenso sobre um conceito único de instituição, algumas definições nos ajudam a compreender melhor esse fenômeno em suas vertentes formais e informais (APOLÔNIO, 2018). Elas podem ser definidas como "regras, normas e práticas que organizam e constituem relações sociais"[5] (tradução minha), podendo, dessa forma, ser tanto formais quanto informais (FIORETOS, FALLETI, SHEINGATE, p. 7, 2016). E por que as instituições contam? Elas contam por estruturar a relações racionais, as estratégias e as inter-relações entre os atores individuais e coletivos (FONTAINE, 2014). Esse processo, em se tratando de políticas públicas, é deveras relevante. As instituições estão no centro do neoinstitucionalismo histórico, pois, por meio delas, surgem oportunidades de ação política, bem como constrangimentos que desaguam na distribuição do poder e na formação de preferências políticas.

Marques (1997), numa tentativa de fazer comparações abstratas sob o ponto de vista neoinstitucionalista, sugere que, se imaginássemos estar e um jogo, os atores sociais seriam os jogadores, e as instituições representariam as delimitações do campo e as regras do jogo. Dessa forma, caberia às instituições as "regras formais, procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da política" (HALL apud THELEN, STEINMO, 1992, p. 2).

Essa definição ampla envolveria aspectos globais, como códigos de comportamento e convenções. Porém, segundo Lévy (2000, p. 81), essa amplitude não seria adequada, e propõe uma distinção entre normas, cujos incentivos e desincentivos são cognitivos e sociais, e as instituições, que "contêm um aspecto legal e repousam numa estrutura relativamente clara de implementação de decisões". Esse argumento do autor separa aquilo que pertença ao arcabouço jurídico e as normas que são as relações, aspectos comportamentais.

North (1990, p. 4, 5) defende a necessidade de se diferenciar as instituições das organizações. Enquanto as primeiras "incluem qualquer forma de constrangimento que molda as interações humanas", as segundas englobam "corpos políticos", que seriam para o autor, os exemplos de partidos políticos, poderes constituídos como o Senado, a prefeitura ou uma agência regulatória; "corpos econômicos" tais como firmas, sindicatos, fazendas familiares, cooperativas; "corpos sociais", que seriam as igrejas, os clubes e as associações atléticas; e, "corpos educacionais", como escolas, universidades e centros de treinamento vocacional.

O âmbito da universidade também pode ser considerado uma organização complexa, caracterizada como um sistema aberto, em permanente interação com o ambiente (PASCUCCI,

[5] *Understood as the rules, norms, and practices that organize and constitute social relations* (FIORETOS, FALLETI, SHEINGATE, 2016, p. 7)

MEYER, 2013). Possui autonomia que lhe propicia decidir sobre adoção de conteúdos de políticas e por dotar de relativa autonomia seus atores (BRASIL, 1988; 1996). Embora distintas na concepção, as políticas públicas possuem intersecções com as organizações complexas, uma vez que elas podem ser implantadas por organizações governamentais complexas, levando em conta aspectos organizacionais na análise do sucesso ou não da política. Ademais, nos últimos tempos, o processo de produção de políticas públicas tem se tornado mais complexo, com o adensamento da interação entre atores diversificados "em múltiplos níveis por meio de regimes contratuais e de financiamento variados, desafiando as estruturas burocráticas tradicionais e verticalizadas" (PIRES, 2018, p. 187). Neste cenário, novos moldes configurativos organizacionais têm emergido, sendo

> [...] mais horizontalizados, colaborativos, transversais, modularizados, baseados em projetos e estruturados em redes – têm sido caracterizados por maior interdependência funcional e necessidade de coordenação horizontal efetiva para produção da ação coletiva entre os atores envolvidos (PIRES, 2018, p. 187).

No entendimento de Pereira (2014, p. 160), as instituições tanto influenciam quanto são influenciadas pelos atores que estão envolvidos ou gravitam o universo das políticas. Segundo a autora, "é possível afirmar que o contexto institucional e político exerce influência sobre a definição de problemas e soluções, ou seja, sobre a conformação da política".

Sobre essa concepção, não obstante podemos depreender que essas relações entre atores (principalmente da burocracia intermediária) e instituições também podem influenciar a implementação das políticas públicas, dentre elas a do esporte universitário. Essas políticas são impactadas diretamente pelas instituições formais e informais, além de estarem compostas na arena por atores de diversos segmentos estatais e não estatais (diretos e do entorno), que, *a priori*, defendem ou deveriam defender o esporte universitário. Como as análises de políticas públicas se interessam principalmente pelos aspectos burocráticos e pelo financiamento, as interações socioestatais ajudam a compreender essas relações para além do Estado. Ou como afirma Bichir (2018a) "a implementação importa".

Para o neoinstitucionalismo histórico, "instituições não são concebidas apenas como mais uma variável, ou seja, compreende-se que além de dar forma às estratégias dos atores [...] condicionam suas preferências e metas" (PEREIRA, 2014, p. 157), sendo as preferências "endógenas e construídas social e politicamente no bojo dos processos sob estudo" (MARQUES, 1997, p. 78).

As instituições formais são ditadas pelos regramentos e estão assentadas sobre o prescritivo normativo, ou seja, sobre um marco legal ou regulatório. São também orgânicas, possuindo um espaço físico. Por outro lado, as instituições informais são ditadas pelas rotinas

ou se caracterizam por elas, não possuindo um organograma, um prédio físico, sendo influenciadas pelas regras ou conjunto delas, que estruturam e estabilizam as relações sociais (FONTAINE, 2014).

As instituições informais foram reconhecidas e trazidas pelo neoinstitucionalismo para o centro do debate, pois capturam os elementos informais das instituições e, com isso, buscam analisar os desenhos reais, e não somente os aparentes (NÓBREGA, 2013). Dessa forma, as instituições informais "regulam e moldam o comportamento do indivíduo sem a necessidade de um aparato legal, coercitivo e jurídico para que tenham efeito" (FELIPE, 2008, p. 251-252). Esta característica denota a aceitação de indivíduos envoltos numa relação de grupo. Destarte, os aspectos relacionais do comportamento que possam ser destacados como fora do padrão terão penalidades relacionais, como por exemplo, afastamento e exclusão do grupo, denotando um caráter de impositividade, geralmente permeado por meios informais, mas que constrangem o comportamento (NÓBREGA, 2013). Nos parece que há, um tanto na sua composição, laços cognitivos.

Essas características das instituições formal e informal, supomos, que devem povoar o espaço do esporte universitário no que tange à sua implementação, ou seja, no seu lócus de funcionamento, que, no caso desta pesquisa, é a instância local. Adotamos, para esta pesquisa, a ideia da universidade pública sendo uma instância da burocracia estatal, como uma instituição formal dotada de autonomia (BRASIL, 1988; 1996), e que a implementação e seus atores do esporte universitário são influenciados por estas características no bojo de sua constituição. Sob esse ponto de vista, no campo formal, estão postos os ditames prescritivos normativos, baseados em aspectos como legislações e regramentos internos das organizações, que devem, ou pelo menos deveriam, estar dentro de uma conformação de implementação de política de esporte universitária. Já as características informais, estariam atreladas principalmente às interações entre os atores, suas relações, escolhas e comportamentos individuais e autonomias nos espaços decisórios. Essa rotina nem sempre está prevista no regramento (LOTTA, 2019), estando portanto, marginais ao prescritivo normativo, ainda que mesmo sob o auspício dele. Desta forma, em políticas públicas, especificamente no que diz respeito à implementação, é tangível o estudo do seu marco regulatório que rege a política pública, mas também importa outros aspectos, como as relações dos atores como a Burocracia de Médio Escalão (BME) com outras burocracias estatais e não estatais, que vão influenciar diretamente o seu funcionamento ainda que não sob a égide prescritiva normativa.

Os atores na conformação de políticas públicas são relevantes, pois, na corrente neoinstitucionalista histórica, dá-se valor quanto às suas análises, seus interesses e suas ações estratégicas (MARQUES, 1997). Dessa forma, estudos que foquem nas ações e interações dos

atores podem contribuir para compreensão de políticas públicas, que requerem não somente "a existência de atores sociais com capacidade de organizações e atuação autônomas", se faz necessário também um espaço relacional e dinâmico com outros atores, como o Estado e suas instituições burocráticas (MOURA, SILVA, 2008, p. 46). Quanto aos atores estatais e não estatais que concernem ao esporte universitário no âmbito local, estes estão detalhados na seção metodologia.

A leitura da atuação destes atores pode ser analisada via redes (*policy networks*), que são caracterizadas por relações diversas que focam nas organizações e relações formais. Esse é um caminho que permite considerar, ao mesmo tempo, a atuação dos atores e a produção de políticas públicas. Embora, no caso específico da realidade brasileira, não seja tão simples de ser utilizada, pois é marcada "pela multiplicidade de atores estatais e societais conectados por diversos tipos de vínculo, com destaque para os informais". Por essa razão, é necessário que ela seja abordada dentro de um escopo que envolvam articulação com outras categorias, já que a *policy networks*, muito próxima na análise de relações formais faz perder o caráter "indutivo de seu estruturalismo" (MARQUES, 2019, p. 9). Nesta pesquisa, entretanto, escolhemos e nos apropriamos da categoria Burocracia de Médio Escalão (BME), nas suas perspectivas analíticas estrutural e relacional (WISE, 2004; KURATKO *et al*., 2005; HUISING, SILBEY, 2011; HEIMER, 2013; LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015), que serão mais bem detalhadas na seção 3. A perspectiva analítica estrutural é relevante devido à possibilidade de análise sobe a lente legalista e um tanto impositiva (*top-down*). Já a perspectiva relacional possibilita uma análise da BME com margem de atuação com mais autonomia e mais ampliada na implementação.

As relações informais, marginais muitas vezes ao prescritivo normativo, moldam de alguma maneira as políticas públicas. Dessa maneira, focalizar as relações entre os atores possibilitaria o rompimento das fronteiras institucionais formais, reforçando a ideia de que atores posicionados em diferentes contextos institucionais se relacionam e, a partir dessas interações, podem também produzir resultados em políticas públicas (MOURA, SILVA, 2008). No caso desta pesquisa, destacamos o ator estatal oriundo da Burocracia de Médio Escalão (BME) que atuou diretamente na implementação da política pública (LOTTA, 2019; PIRES, 2015), voltada para o esporte universitário. No entanto, não deixamos de lado os atores não estatais que, porventura, compuseram o rol de interações dos burocratas estatais mencionados, tais como Associação Atlética Acadêmica (MALAGUTTI, ROJO, STAREPRAVO, 2020) e a instituição federativa subnacional do esporte universitário (STAREPRAVO, 2006). Esses atores são oriundos da sociedade civil, porém não ligados ao mercado. Pertencem a uma configuração considerada organização sem fins lucrativos ou com fins não econômicos (BRASIL, 2002).

Os atores estatais estão circunscritos ao Estado em seus diferentes níveis de esferas, podendo ser federal, estadual ou municipal, como, por exemplos, por meio de ministérios e secretarias. Eles são caracterizados por deter autonomia e também por um certo grau de isolamento, no qual os burocratas estatais buscam o estabelecimento de políticas públicas. Esses atores tentam reproduzir o poder e o controle das instituições estatais sobre a sociedade, buscando, dessa forma, serem autônomos na produção de políticas públicas, tendo a sociedade como receptora destas decisões (MARQUES, 1997).

Porém, essa concepção muda a partir do entendimento do caráter relacional, no qual se analisa a partir da correlação de recursos (econômicos) e posições (política e de poder) entre atores estatais e não estatais. Em linhas gerais, a autonomia do Estado, via suas instituições estatais, com característica de uma visão estatista de produção de políticas públicas, passa a ser dividida com atores não estatais (MARQUES, 1997).

Diante dessas premissas, um primeiro passo para a construção empírica desta pesquisa, como pode ser verificado na seção metodologia, foi identificar as instituições formais e informais que regiam a implementação do esporte universitário mato-grossense, respondendo as questões complementares: Quem eram seus atores? Quais burocratas estatais e não estatais estiveram envolvidos na implementação do esporte universitário? Houve interações com outras instituições e como elas influenciaram a implementação local?

Não seria errático pensar que, dentro das instituições, se estruturam e consolidam posições que dificultam a entrada de outros atores ou ideias. Fontaine (2014) ajudou a entender esse processo quando discorreu que premissas acontecem em algum momento histórico e traz consequências causais ao longo do tempo, dificultando mudanças. A identificação do conjunto de atores estatais e não estatais pode ajudar a revelar muito sobre o *modus operandi* na implementação do esporte universitário. A trajetória histórica, bem como as continuidades e mudanças possibilitaram analisar essa condição.

Na seção seguinte, procuramos discorrer sobre a política pública a partir das concepções estatista e multicêntrica, assim como a governança (uma forma de análise). Também explicitamos o motivo de nos apropriarmos de uma dessas concepções para auxiliar na compreensão da análise da implementação do esporte universitário.

2.2 POLÍTICA PÚBLICA ESTATISTA, MULTICÊNTRICA E GOVERNANÇA

Questiona-se, no campo da política pública, se ela é uma incumbência exclusiva de atores estatais ou se atores não estatais também tem essa primazia (SECCHI, 2010). Desta forma, encontramos na literatura duas vertentes que destacamos: a primeira é que a política

pública pode ser estatista, na qual o Estado aparece como o provedor e gestor, ou seja, possui o monopólio no protagonismo de políticas públicas. Nessa vertente, a determinação do que vai ser decido é estabelecido pelos burocratas estatais (HOWLETT, RAMESCH, 2003), do alto escalão, denominados de tomadores de decisões. No Brasil, esta vertente predominou, sendo o Estado protagonista na estruturação da vida social, com capacidade de iniciativa e de condução da dinâmica sociopolítica. Restou aos atores não-estatais, o papel de coadjuvantes destituídos de agência (MOURA, SILVA, 2008). Um exemplo para esta pesquisa seria o marco legal (regramento) quanto à garantia do direito ao esporte. No Artigo 6º. da Constituição brasileira rege que são garantidos aos cidadãos brasileiros diversos direitos sociais dentre eles de esporte e lazer (BRASIL, 1988). Vale ressaltar, que, no seu Artigo 217, são estabelecidos que é dever do Estado fomentar práticas desportivas, formais e não formais, como direito de cada um. Subentende-se, neste contexto, que o Estado aparece como o que formula e implanta a política de esporte, caracterizando uma vertente estatista. Ainda que se reconheça as autonomias das entidades, destinando recursos públicos, tratamento diferenciados entre desporto profissional e não profissional.

As reformas neoliberais que marcaram diversos países acabaram por propiciar o estabelecimento de delegação de serviços públicos via contratos e parcerias com organizações da iniciativa privada e sem fins lucrativos oriundas da sociedade civil (BARRET, 2004). Dessa forma, canais de participação democrática no processo de políticas públicas ganharam força. Assim, uma segunda vertente na elaboração de políticas públicas vem à tona: a multicêntrica. Nessa vertente, são consideradas como protagonistas diversas organizações tais como: não governamentais, privadas e redes de políticas públicas (BOULLOSA, PERES, BESSA, 2021). Não há a exclusão da burocracia estatal nessa construção, o Estado permanece presente, e juntos estabelecem políticas públicas (SECCHI, 2010).

No caso do esporte brasileiro em geral, ao longo do tempo, passou por uma transformação na sua organização político-institucional, mitigando o caráter centralizador estatista que privilegiava a dimensão do esporte de rendimento em contraste com as outras manifestações (educacional e de participação), avançando para uma ação mais descentralizadora e democrática. No entanto, não se pode afirmar, que a política nacional de esporte,[6] no período estabelecido nesta pesquisa, via Lei n. 9.615/98 e suas regulamentações, esteve plenamente descentralizada e democrática, embora seja reconhecido o seu avanço neste sentido (CANAN, SANTOS, STAREPRAVO, 2017). Ainda que no campo estatal,

[6] Em 2023 foi sancionada a Nova Lei Geral do Esporte (BRASIL, 2023), porém, por estar fora do escopo (período estudado) desta pesquisa, por não ter totalmente substituída a Lei n. 9615/98 e por necessitar de um tempo para a sua maturação para melhores análises (SABATIER, 1991) apesar de citarmos ela no corpo ao longo do texto, não a tratamos com profundidade.

internamente o próprio Estado tem procurado promover a descentralização de utilização de seus recursos, para facilitação de políticas públicas, via termo de execução descentralizada. Essa tomada de decisão tem facilitado a atuação de diversos gestores que atuam na ponta, incluindo os que atuam no esporte e no lazer (LIMA, 2018). Contudo, o Estado ainda mantém uma presença marcante, especialmente pelo fator de financiamento estatal da política pública de esporte, principalmente no que tange ao esporte universitário (STAREPRAVO *et al*., 2010). Trazemos no Anexo A, um panorama do financiamento.

Para esta pesquisa, interessou-nos a abordagem multicêntrica por alguns fatores. Primeiro, considerando sua trajetória histórica, pelo próprio surgimento da instituição do esporte universitário (confederação), que teve origem a partir da ação de atores fora do âmbito estatal. O Estado, no primeiro governo de Getúlio Vargas, promoveu a regulamentação do esporte por meio dos Decretos-Leis números 3.199 e 3.617, de 1941, que incluíam o esporte universitário e sua instituição confederativa. No entanto, mesmo com uma política centralizadora implantada no primeiro governo Vargas, a instituição não perdeu seu *status* de gestora do esporte universitário, tendo o Estado seu subsidiário e controlador (PESSOA, DIAS, 2019; MEZZADRI, 2000; HATZIDAKIS, 2006).

Um segundo motivo está relacionado ao fato de que, no contexto do esporte no âmbito universitário, existe a figura de um outro ator não estatal denominado de Associação Atlética Acadêmica Universitária (neste estudo, Atlética Universitária), que, por força prescritiva desempenharia um papel de protagonismo no esporte universitário (BRASIL, 1941; 1975; 1977; 1987).

Um terceiro motivo é que a universidade pública detém autonomias com poder de decisão sobre o que realiza ou não em seus limites, sendo caracterizada como uma instância local. A autonomia universitária foi versada na Constituição Federal de 1988, que teceu o seu conceito no Art. 207 que elas “gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (BRASIL, 1988) e que é retificada na Lei n. 9.394/96 (BRASIL, 1996). Nos artigos 53 e 54 é regido que é possibilitado dentre outras à universidade o direito de decidir sobre os cursos, programas, currículos, pesquisas, investimentos, organização interna e regramentos.

Portanto, nesta vertente, implementar o esporte universitário não é decisão exclusiva estatista ou apenas centralizada; trata-se de uma tarefa descentralizada (do Estado), na qual a universidade, enquanto uma instância da burocracia estatal, pode estabelecer com outros atores não estatais. Assim, embora garantido constitucionalmente, o direito ao esporte necessariamente não passaria somente pela égide do Estado numa posição de gestor e provedor. A realidade imposta altera, um pouco essa relação. Nessa visão multicêntrica, o Estado convive

com instituições não estatais que gestam políticas públicas (e tem capacidade também de alterá-las) incluindo aqui a do esporte universitário. Se isso vai ocorrer ou não realidade, a pesquisa buscou também responder.

O envolvimento de variados atores e níveis de decisão fora dos limites do Estado ensejou que "o processo cada vez mais complexo de produção das políticas tornou necessário ampliar o escopo das análises para além do Estado" (BICHIR, 2018b, p. 49). A governança pode ajudar a entender as interações dos atores e instituições no âmbito da implementação do esporte universitário.

Embora a governança seja um conceito polissêmico (BICHIR, 2018b), uma definição foi proposta por Marques (2013, p. 31) "como conjuntos de Estado e atores não estatais interligados por laços formais e informais que operam no âmbito do processo de formulação de políticas e incorporado em contextos institucionais específicos"[7], tradução minha.

No contexto brasileiro, o termo governança é interpretado a partir de duas vertentes, uma "engloba a democratização e à participação social" e outra está "relacionado à eficiência e a reforma do Estado" (BICHIR, 2018b, p. 49). Nesse sentido, envolve "órgãos estatais e atores privados em associação com a reforma e a redução do Estado"[8] (MARQUES, 2013, p. 10), tradução e interpretação minha. Essas formas são consideradas antagônicas, ambas se assemelham quando analisados sob o prisma de "perspectivas prescritivas e associação da governança a um governo bom, eficiente, democrático e horizontal, independentemente das formas como estes elementos podem ser definidos"[9]. Se o conceito tomar uma nova roupagem adensando "boas e más ações governamentais, bem como instituições, atores e as redes que os unem" se torna um conceito utilitário para "estudar governos e a ações estatais em políticas públicas"[10]. Ademais, é essencial considerar as relações formais e informais, incluindo práticas e processos fora do regramento (MARQUES, 2013, p. 31), tradução minha.

Enquadrar analiticamente a governança é uma tarefa que requer cuidados devido aos seus contornos. Na governança multinível, também requer, pois há uma abundância de atores e instituições envoltos na dimensão horizontal, adensada às interações na dimensão vertical (divisões tripartites), que englobam os níveis de governo municipal, estadual e federal, em

---

[7] *I define governance as sets of State and non-State actors interconnected by formal and informal ties operating within the policy-making process and embedded in specific institutional settings.* (MARQUES, 2013, p. 31)

[8] *a specific process of policy-making involving state agencies and private actors, with a clear association with State reform, in dialogue with international debates on State reduction and new public management.* (MARQUES, 2013, p. 10).

[9] *They are both based on prescriptive perspectives and associate governance with good, efficient, democratic and horizontal government, regardless of the ways in which these elements may be defined.* (MARQUES, 2013, p. 31).

[10] *incorporate both good and bad government actions, as well as institutions, actors and the networks that bind them together. Both formal and informal relationships must be considered, as well as illegal processes and practices.* (MARQUES, 2013, p. 31).

“dinâmicas de centralização e de descentralização, em um debate associado à discussão mais ampla sobre as relações entre federalismo e políticas públicas” (BICHIR, 2018b, p. 49).

O cenário em que a governança multinível se instala se difere conforme o contexto. No europeu, por exemplo, envolveu um panorama em que ocorreu uma crise fiscal do Estado, o que levou a “reformas de políticas sociais permeadas por constrangimentos orçamentários, novos balanços de poder, redefinição de critérios de elegibilidade e fronteiras móveis da cidadania” (BICHIR, 2018b, p. 50).

Neste cenário, a governança multinível busca compreender os processos de transformações nas dimensões vertical com “a reorganização territorial dos poderes regulatórios, em distintas combinações de centralização e descentralização do poder decisório entre governos nacionais e subnacionais”, ao mesmo tempo, na horizontal buscando “analisar a multiplicação de atores nas políticas sociais” (BICHIR, 2018b, p. 50).

Em se tratando da implementação, uma instância de política pública que já não é vista apenas como espaço de execução, ou seja, executa aquilo que foi ordenado pela instância da formulação (*top down*). Analiticamente, propõe-se tratá-la diferente no sentido de “considerar dinâmicas de governança multinível”, nas quais a tomada de decisões e o regramento advém de nível tripartite (municipal, estadual, federal), ao mesmo tempo em que considerada “arenas formais e informais” (BICHIR, 2018b, p. 52).

Uma contribuição relevante que a governança pode dar em estudo da implementação, é por considerar atores não estatais em arenas informais no processo de deliberações (BICHIR, 2018b). Assim, no caso do esporte universitário, poderia ajudar a entender sua implementação e as interações entres os diversos atores envolvidos. Esse processo ocorre no ambiente da burocracia estatal, sendo caracterizado por autonomia e descentralizado do ponto de vista da organização, embora dependente de financiamento estatal, com diferentes grupos de atores, de dentro e de fora desta burocracia. Esse caldeirão de aspectos podem coexistir em diferentes níveis da política pública, desde que sejam levadas em consideração toda a sua variabilidade em um cenário de processos políticos e desenhos institucionais, considerando também os graus de isolamento do Estado, sem deixar de lado a “*The importance of the space and location of the projects also varies substantially*” “importância do espaço e da localização que variam substancialmente” tradução minha, (MARQUES, 2013, p. 8).

Então, em políticas públicas, na sua instância horizontal, a governança contribui para a análise da variedade de diferentes atores estatais (tais como nível de burocracia, modos de organização setorial) e não estatais, oriundos da sociedade civil, em interação e tomada de decisão na produção de políticas públicas (BICHIR, 2018b). Entretanto, no caso da implementação do esporte universitário brasileiro, há ausência da característica de tomada de

decisões e regramento no nível tripartite, já que não se observa a presença marcante das esferas municipal e estadual, nesta seara (na seção resultados e discussão que tratará do marco regulatório, esta condição ficará mais evidente). Diríamos que o sistema ao qual o esporte universitário pertence é federativo esportivo piramidal, com as instituições extremamente isoladas, um pouco menos na entidade subnacional. Além disso, o fato característico da centralização de suas instâncias federativas não estatais, que determinam ao local, um padrão do que fazer quanto ao rol de atribuições como ente pertencente ao sistema federativo esportivo, calcado principalmente em eventos esportivos. Contudo, ao mesmo tempo aparentam não possuírem relações no âmbito da implementação local. Por outro lado, a instância local que opta por não fazer e/ou participar não sofre constrangimentos (sanções), das instâncias federativas ou do Estado, uma vez que não está regulamentado neste sentido (BRASIL, 1941; 1975; 1977; 1987; 1998).

Uma outra contribuição que poderíamos adensar a este plano teórico estaria relacionado a um plano ideacional, que em síntese englobaria as interações entre ideias, movimentos sociais e políticas públicas, ou seja, como os atores por meio de ideias e práticas poderiam inovar e moldar políticas públicas e suas instituições. Nessa proposição teórica, o espaço se torna uma governança participativa, da qual atores que porventura passam ao largo do processo de formulação das políticas públicas tenham voz, e, acabam assim, por influenciar as instituições por meio de inserções de ideias práticas inovadoras (ABERS, 2003; ABERS, BÜLOW, 2011; TATAGIBA, ABERS, SILVA, 2018).

Um exemplo prático desta corrente de pensamento é o orçamento participativo, que "geralmente envolve a divisão do município em 'regiões de orçamento' e a criação de fóruns nos quais delegados eleitos em assembleias regionais abertas decidem como os investimentos de capital devem ser distribuídos dentro de cada região" (ABERS, 2003, p. 272-273). Grosso modo, essa abordagem torna acessível a arena de decisão das políticas públicas à participação de atores diversos, que operam num nível de política local (ABERS, 2003).

No entanto, um desafio relevante dessa perspectiva de governança participativa e transformação institucional é que "é possível que simplesmente não exista um problema potencial em torno do qual atores em diversas esferas possam se articular" (ABERS, 2003, p. 270). Esse modelo enseja a necessidade de existir também "vontade política" (ABERS, 2000, p. 2001). No sentido proposto por Abers, a ausência da vontade política abriria um caminho para a participação coletiva, momento em que os grupos principalmente marginalizados ocupariam um espaço em que antes não era propício para eles. Porém, num locus como o a implementação do esporte universitário, a ausência dessa vontade, pressupõe que poderia prejudicar o desenvolvimento, no plano local, desse conteúdo de política pública. No caso do

âmbito universitário, que possui diversos conteúdos de políticas públicas, o esporte, principalmente o universitário, poderia encontrar resistências principalmente pelo fato de não estar organizado de forma sistematicamente coletiva e por se assentar num modelo de “cima para baixo”.

Se o plano da ideias está ancorado, principalmente na participação coletiva, sendo um dos seus principais representantes a dos movimentos sociais, haveria no caso da implementação do esporte universitário uma dificuldade de análise sobre essa égide se no contexto da implementação os atores não estivessem organizados de tal forma.

Nesse bojo, adentramos na seção a seguir no universo da Burocracia de Médio Escalão (BME). Como veremos uma instância que recebeu pouca atenção nos estudos de análise de políticas públicas. Esse ator toma extrema relevância na implementação, cujo conteúdo de política pública, como veremos adiante (em seções posteriores), tenha marco regulatório antigo e frouxo e ao mesmo tempo pouco financiado. Assim, por meio da BME buscamos entender sua atuação, mediante lentes que buscam analisar sob uma perspectiva estrutural mais legalista e outra relacional, dando graus de liberdade de ações para essa burocracia no nível local.

3 A BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E A IMPLEMENTAÇÃO

A Burocracia de Médio Escalão (BME) tem sido considerada como um ator necessário e imprescindível no lócus de execução de política pública, que é a implementação. Veremos a seguir, nesta seção, que alguns autores têm destacado não só a relevância desta burocracia, mas também alertado para novos trabalhos que possam contribuir para a compreensão da atuação deste "velho ator da política pública" sob novos olhares de análises de sua atuação.

3.1 BME – CONCEITUALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS

A BME até bem pouco tempo era considerada um "não problema" em análise de políticas públicas, ou um "objeto de estudo menos relevante" (PIRES, 2018, p. 188). Chegando, até mesmo ficar numa posição de "limbo conceitual", diferentemente de outras burocracias (alto escalão e nível de rua), que já eram objetos de estudos bem mais contundentes (LOPEZ, PRAÇA, 2018; PALOTTI, CAVALCANTE, 2018; LIPSKY, 2019; LOTTA, 2019, CAVALCANTE, LOTTA, 2015).

A BME é considerada como uma burocracia intermediária que age dentro do Estado, situada entre a de alto escalão e a de ponta (nível de rua), cabendo a ela assim, o papel de operacionalizar estratégias entre esses escalões. Essa burocracia é constituída por atores que "desempenham função de gestão e direção intermediária em burocracias públicas e privadas", sendo alguns de seus exemplos "diretores, coordenadores, gerentes, supervisores" (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015, p. 23, 31).

Sabedores de que a burocracia e o burocrata são inerentes tanto ao escopo do Estado (estatal) como fora dele (não estatal), nós adotamos para este estudo o conceito de que a burocracia é o "corpo de funcionários que atuam dentro do Estado" (LOTTA, SANTIAGO, 2017, p. 23). Geralmente, esses atores ocupam cargos de confiança (funções[11]) na burocracia estatal (LOPEZ, PRAÇA, 2018). Ela está posicionada e age nas "entranhas" da burocracia estatal, portanto, sua ação é endógena e voltada para dentro do Estado. Difere das outras burocracias que estão mais voltadas para as fronteiras, ou seja, nos extremos.

[11] É comum no cotidiano a utilização como sinônimo de cargo de confiança para ser referir a função, como também ser utilizada a tipologia de cargo de livre provimento. Para facilitar o entendimento, adotamos para este estudo as tipologias de função e cargo de confiança com tendo o mesmo sentido. Para mais informações sobre as diferenças, sugerimos consultar MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. Malheiros Editores, 35ª ed., 2009 e CÂMARA. L. M. O cargo público de livre provimento na organização da administração pública federal brasileira: uma introdução ao estudo da organização da direção pública na perspectiva de estudos organizacionais. Rev. Adm. Pública, n. 43, v. 3, junho, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000300006.

A Burocracia de Alto Escalão, está mais centrada nas decisões políticas e formulações, sendo denominados de tomadores de decisões, ficam mais preocupados com o desenho da política e os arranjos feitos (LOTTA, 2019, PIRES 2018). Já a Burocracia de Nível de Rua está centrada na proximidade com os usuários (beneficiários) das políticas públicas, ou seja, na ponta (LIPSKY, 2019). Há um outro ator muito pouco difundido em estudos de burocracia e política pública, que teria relação direta com a implementação, o *back-office*. Esse ator não teria como característica se envolver com os beneficiários da política e nem com o alto escalão e estaria situada entre a BME e o nível de rua, portanto, tendo funções administrativas (HOYLER, CAMPOS, 2019).

Por sua posição, cabe então à BME balizar a integração e conexões tanto com o extrato superior quanto com o inferior quando se fala em implementação de um conteúdo de política pública. A tarefa desses atores não é simples e nem fácil, uma vez que nem sempre carregam consigo uma prescrição formal de suas funções, que vão balizar os padrões e as ações a serem adotados. Adensa a essa condição "a complexidade e a diversidade da ´selva burocrática'" (PIRES, 2018, p. 202), uma vez que na burocracia estatal, há um processo centrífugo donde reside inúmeros fatores que vão impactar qualquer adoção de padrão ou ação em termos de políticas públicas, tais como interesses de grupos, frouxidão de normas de atuações com ausência de definições claras.

Aqui nos interessou, a BME como ator estatal, pois a pesquisa visou investigar a sua atuação no âmbito da implementação do esporte universitário como conteúdo de política, que pressupomos possuir regulação antiga e pouco financiamento. Em caso de ausência da prescrição formal, a partir da atuação cotidiana, a BME poderia construir muitas vezes gradualmente, uma "narrativa compartilhada na qual definem seus papéis como promotores de um nível mínimo de articulação e coerência entre atores diversos envolvidos" (PIRES, 2015, p. 200). Para atingir essa meta, são inerentes à BME características que a constituem e lhe dão peculiaridades dentro da burocracia estatal, sendo técnico-política e técnico-gerencial, que lhe permite a realização de articulações. Essas duas características se diferem.

No que tange ao técnico-gerencial, o burocrata busca colocar em prática, junto aos atores da implementação ações estabelecidas vias estratégias num extrato superior (alto escalão). Desta forma, ele demanda os desafios de construir padrões organizacionais dentro das instituições, gerindo os serviços e levando em consideração relações cotidianas com os outros implementadores (os *back-office* e os de nível de rua). Já no papel técnico-político, muito dependerá da posição em termos do desenho institucional em que o burocrata esteja inserido, além da capacidade de produção de relações ou interações. Neste caso, seria muito importante que o burocrata tenha trânsito livre junto aos burocratas de um extrato superior, de onde poderão

partir as principais decisões acerca da formulação e implementação da política. Sem poder de barganha e sem interrelação com essa instância, a tarefa da BME se tornaria mais difícil em conseguir atender às demandas da implementação. Portanto, melhores padrões organizacionais dependerão da qualidade das interações e também da autonomia desse ator (PIRES, 2012).

Há intersecção entre interações em que a BME opera. Em interações de baixo para cima, desenho retrospectivo de política (*bottom-up*) (ELMORE, 2000), o sentido é de articular, de forma lateral-horizontal, com os atores dos diferentes segmentos, na previsão e superação de obstáculos da implementação, buscando determinar o estabelecimento de padrões condizentes com o real valor da política (PIRES, 2018).

Nesse sentido, tomando o caso empírico proposto neste estudo, A BME do esporte universitário poderia dividir o espaço com outros burocratas da universidade que não estejam ligados exatamente ao esporte, mas, que suas ações podem ter influência direta nele, por exemplos, um coordenador financeiro ou um coordenador de transporte, que podem por uma questão de interação priorizar o atendimento do esporte em relações aos outros tipos de demandas institucional. De forma semelhante, um docente que impede um acadêmico de participar das dinâmicas do esporte universitário por falta ou consistência de regramento sobre o conteúdo da política. Esses, nós identificamos como atores do entorno (KURAKTO, *et al*., 2005), ou seja, no sentido de que terão relações ainda que indiretas com o universo da BME do esporte universitário. As interações horizontais podem englobar também outros atores estatais, como secretarias de esportes municipal e estadual e não estatais, como membros de atléticas e de federações subnacionais esportivas.

Por outro lado, nas interações verticais, no modelo *top-down*, também denominado de desenho prospectivo (ELMORE, 2000), nas relações da BME com os atores do alto escalão, a BME se propõe a "´subir´ as informações, expondo situações problemáticas, visando correções e ajustes a partir de tomada de decisão no nível superior" (PIRES, 2018, p. 199). No entanto, também a BME pode filtrar o que sobe e o que desce dessa interação com o alto escalão, como estratégia de adensar melhores situações para a política, a depender do contexto da realidade vivida. Essa perspectiva analítica era muito criticada, como em Elmore (2000),[12] da qual a implementação já tomava um corpo diferente quanto a sua real importância como instância de política pública.

[12] El mayor defecto del diseño prospectivo es el supuesto implícito e incuestionado de que los elaboradores de políticas controlan los procesos organizativos, políticos y tecnológicos que condicionan a la implementación. La idea de que quienes elaboran las políticas ejercen - o Deberían ejercer - algún tipo de control directo y determinante sobre la implementación, puede ser denominada como la "ilustre mentira" de la administración pública y del análisis político convencionales. (ELMORE, 2000, p. 254-255). Tradução minha.

> A principal falha da conceção prospetiva é o pressuposto implícito e inquestionável de que os decisores políticos controlam os processos organizacionais, políticos e tecnológicos que condicionam a implementação. A ideia de que os decisores políticos exercem - ou deveriam exercer - algum tipo de controle direto e determinante sobre a implementação pode ser designada como a "ilustre mentira" da administração pública convencional e da análise política. (ELMORE, 2000, p. 254-255)

São inerentes também à figura da BME possuir autonomia e também discricionariedade. A discricionariedade enseja um certo "grau de arbitrariedade do burocrata ainda dentro dos limites legais de sua atuação" (LOTTA, SANTIAGO, 2017, p. 24), ou seja, está baseada principalmente na liberdade de poder agir e decidir sobre determinado conteúdo ou situação que não esteja totalmente coberto pelo regramento, que não foi pensado anteriormente na formulação, aquilo que não foi previsto com antecedência (LOTTA, 2019). Porém, essa condição pode ser até favorável quando se leva em consideração o conhecimento local e informal (PIRES, 2018), ou seja, na execução, possibilitando assim que a BME possa adaptar o regramento à realidade. Esse comportamento contribuiu para o desenvolvimento da abordagem analítica *bottom-up*. O que os atores fazem no nível da execução tem uma relevância para um conteúdo de política pública, então poderia produzir subsídios por exemplo, para fortalecimento ou alteração dela. Já a autonomia, do ponto de vista da estrutura institucional, seria entendida como um certo grau de liberdade do ator com capacidade para tomar decisões dentro deste escopo (LOTTA, SANTIAGO, 2017), desta forma, não ficando totalmente dependente da submissão ao alto escalão. Assim, aparentemente possuir também esses dois aspectos são importantes para o perfil da BME na implementação.

A implementação, um lócus de atuação da BME, assim como esta, também recebeu pouca atenção dos estudos em análises de políticas públicas, tendo sido considerada por muito tempo como apenas como um lócus de execução. Os aspectos que mais importavam eram os processos de formulação e avaliação (e depois monitoramento). A seguir, discorremos sobre ela, sua relevância e como um espaço de atuação da BME.

3.2 IMPLEMENTAÇÃO, LÓCUS DE ATUAÇÃO DA BME

No contexto brasileiro, a implementação de política pública tinha pouca atenção como tema de pesquisas (FARIA, 2012). Estas tinham como preocupações em compreender o porquê as ações implementadas eram diferentes das planejadas pelos formuladores, destacando-se os equívocos na implementação. Focavam-se na contribuição que a implementação dava na alteração do caminho proposto para as políticas, sendo denominadas de "perspectiva da 'fracassomania'" (BICHIR, 2020). Este cenário vai se alterando a medida em que ganhou corpo estudos com avanços analíticos e empíricos aumentando o lastro de conhecimento com

"refinamento de modelos analíticos e desenvolvimento de estudos empíricos teoricamente informados" (BICHIR, 2020, p. 23).[13]

Atualmente, considera-se que as fases de formulação e implementação de políticas públicas, antes distintas, são processos inter-relacionados, concomitantes e interativos. Neste processo há inter-relações entre tanto por quem formula quanto por quem executa a política pública. São considerados também pressupostos a complexidade dos processos decisórios, que podem ser de múltiplas camadas ou de múltiplos níveis, com muitos outros fatores intervenientes e influenciadores, tais como sistemas mais gerais "formato de crenças e valores sociais e cultura nacional" e organizacionais. Sendo assim, "as regras são apenas um dos elementos importantes para compreender a implementação, mas elas não são suficientes para determinar o que de fato vai acontecer" (LOTTA, 2019, p. 20). Assim, as regras podem ser o ponto de partida, mas não de chegada em se tratando de análises de implementação.

> A fase da implementação passou a ser considerada como central, tanto analítica, quanto normativamente, assim como foram levados em conta conjuntos mais amplos de atores (em constante interação), com destaque para aqueles engajados na implementação direta das políticas. Ao longo de todas as fases do ciclo, mas em especial na formação da agenda, as visões de mundo e as ideias sobre os problemas a enfrentar e sobre as próprias políticas se tornaram cada vez mais importantes. (MARQUES, 2018, p. 18)

Como local de execução, a implementação foi pensada como uma instância de um conteúdo de política pública que era precedida pelo processo de formulação e sucedida pelo monitoramento e avaliação (FREY, 2000; SECCHI, 2010; LIMA, D´ASCENZI, 2013). Ela é envolvida por uma estruturação que abarca prescritivo normativo (controle, que são planos, normas, conjunto de disposições que a orientam), financiamento (que custeia as ações), burocracia implementadora (que envolve todo um aparato administrativo, que engloba atores múltiplos de dentro do Estado tais como burocratas de médio e baixo escalões, e, de fora como não estatais) e beneficiários dos serviços prestados (SECCHI, 2010; LIMA, D´ASCENZI, 2013; CAVALCANTE, LOTTA, OLIVEIRA, 2018). Podemos incluir também nesse bojo, a infraestrutura, que seria uma capacidade do Estado de ofertar espaços físicos para realização das ações do conteúdo de política pública (BRASIL, 1977; 1987; SOUZA, 2018), bem como os serviços prestados, que seriam a oferta de serviços necessários para atendimento de demanda da sociedade.

[13] Com a preocupação também em trazer à baila a análise da implementação das políticas públicas, Lotta (2019) propõe quatro diferentes gerações de estudo sobre essa fase. Elaboramos um resumo, baseado na autora, com essas gerações que poderá ser consultado no Anexo A.

Podemos observar o quão ampla pode ser a implementação a partir desses preceitos, ultrapassando a visão de ser uma fase apenas de execução. Indo mais além, isso possibilita entender de fato como ela acontece nas interações rotineiras, na prática. Se não conseguirmos enxergar a política como ela é, não teremos condições de tomar melhores decisões e nem avaliar de fato como a política o acontece (LOTTA, 2018). Neste sentido, propõe-se analisar para além do regramento, buscar a égide do ator (BME) que faz e compreender a causa de fazer daquela forma, numa visão analítica e não "condenatória". Fazendo assim, um exercício de enxergar o processo inverso, ou seja, de que maneira um ator como a BME, atuando na implementação afeta as regras do jogo (OLIVEIRA, COUTO, 2019). Ou, diríamos como convive às margens das regras, como no pressuposto do caso do esporte universitário como conteúdo de política pública com pouca regulamentação e financiamento, não atingindo objetivos e sendo ineficaz na implementação, mas que por outro lado, possibilitando a potencialização da autonomia local, com regras mínimas, improvisações, dentre outros.

Pensando no local, ainda que com suas autonomias, a universidade pública depende, em grande medida, da capacidade de coordenação e dos instrumentos institucionais do Estado (ABRUCIO *et al*., 2020). As diretrizes prioritárias de uma política pública, daí inclui-se às universidades, são normalmente estabelecidas por um conjunto de atores centrais no processo decisório, tais como burocracia pública de alto escalão, políticos e sociedade civil organizada (OLIVEIRA, COUTO, 2019). Diversos são os atores relevantes em uma política ou em uma fase dela, identificá-los depende do contexto em que se analisa. Então como vimos anteriormente, na implementação existente uma figura que se destaca para o seu funcionamento os burocratas executores, denominados de médio escalão. Com esse cenário da implementação um tanto desafiador, se joga luz sobre a atuação da BME, que poderia alçá-lo à condição de centralidade, que normalmente estaria em uma outra instância.

Salientamos também, que a BME pode ser assolada na sua atuação na implementação por tarefas múltiplas, demonstrando um perfil multifunção (SANTANA *et. al*, 2012; CURRIE, PROCTER, 2005), que pode ao mesmo tempo aumentar a sobrecarga de responsabilidades, como também contribuir de forma relevante para o conteúdo de política pública, principalmente daqueles recheadas de precariedades, com pouca atenção do Estado. Essas características atribuem à atuação da BME influências em políticas públicas ao gerenciaram "conexões, interferindo em fluxos de informação, distribuição de recurso e na definição dos parceiros considerados mais adequados ou legítimos para atuar nos processos de execução das ações" (PIRES, 2018, p. 202).

Neste sentido, consideramos que a BME poderia tomar um corpo de centralidade no nível local no conteúdo de uma política pública, ainda que contrariando a centralidade entendida

numa perspectiva estrutural, verticalizada e concentrada no alto escalão, como único tomador de decisão e impondo aos outros atores o dever de obediência ao regramento (WISE, 2004).

Apesar do recente interesse nesse ator, no tocante à análise de políticas públicas e considerando que esse burocrata estatal possui relevância no tocante a implementação, buscamos analisar, no caso empírico do esporte universitário, as características da atuação desse ator e qual papel ele de fato ocupou nesta instância. Logo, como proposto por Lotta, Pires e Oliveira (2015, p. 26), saber "quem são esses atores, o que fazem, como atuam, com quem se relacionam e de que forma influenciam a gestão de políticas públicas" é sem dúvida muito relevante para a compreensão em que isso beneficiaria a implementação do esporte universitário.

Por ser um ator interno ao Estado, a BME engendra a possibilidade de se analisar a sua atuação mediante estratégias, relações e conexões que esse ator faz, considerando as organizações e os ambientes políticos locais que cercam a implementação de política pública, denotando, novos "formatos institucionais". Ademais, pensar a BME como objeto analítico, também nos remete a Marques que propõe, "o funcionamento de burocracias e dinâmicas internas ao Estado parece-me ser uma das importantes fronteiras para o estudo de políticas no país" (MARQUES, 2018, p. 19).

Destacamos ainda que essa preocupação tem repousado e buscado acumular conhecimentos acerca da "implementação de políticas e às suas burocracias e estruturas institucionais". Esse acumulo de estudos, "embora não unificado", mas "têm convergido para que possamos compreender melhor os processos e dinâmicas internos ao Estado", tais como sobre diferentes níveis de burocracias (PIRES, 2009, 2012, 2015, 2018; LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015) que levem em consideração "efeitos diferenciados de ambientes institucionais específicos" (MARQUES, 2018, p. 19-20).

Repousando sobre essas premissas, consideramos que as perspectivas analíticas estrutural e relacional, que abordaremos a seguir, foram relevantes lentes para analisarmos a atuação da BME no âmbito da implementação do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.

3.3 PROPOSIÇÕES ANALÍTICAS SOBRE A ATUAÇÃO DA BME: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS ESTRUTURAL E RELACIONAL

Como vimos, a BME não era até bem pouco tempo preocupação dos estudos em políticas públicas. Era considerado como um "não problema" ou de pouca relevância (PIRES, 2018). Porém, passa a existir diversificação das análises de políticas públicas que vão englobar

além da *top-down* (hierárquica, de cima para baixo), também outras que levam em consideração o âmbito local, como a *bottom-up* (de baixo para cima, como parte contínua e integral do processo político). Assim, novos estudos passaram a se interessar no que acontece no nível da implementação com os atores intermediários, ou seja, à BME e outros atores tomaram relevância. Dessa forma, essa categoria sai de um "limbo" conceitual e passou a ser objeto de análise.

Com isso, a BME passou a ser objeto de modelos analíticos, como estrutural, voltado para perspectiva *top-down*, donde a BME se atem a perspectiva normativa prescritiva (WISE, 2004); individual que envolve a motivação dada pela maximização de seus próprios interesses e ganhos pessoais (KELLY, GENNARD, 2007); e, a relacional, que engloba interações entre atores diversos dentro e fora do Estado (KURATKO *et al*., 2005; HUISING, SILBEY, 2011; HEIMER, 2013).

A perspectiva individual pensa a BME como um ator que absorve estratégia um tanto calculadora ao se ater em buscar ganhos individuais, com fins de maximizar ganhos pessoais e conseguir melhores condições para determinado conteúdo de política pública (KELLY, GENNARD, 2007). Não nos ativemos a ela, por entender que no caso empírico estudado, a regulação e o financiamento engendraram perspectivas que pudessem nos auxiliar na análise da atuação da BME que iriam além de perspectiva então somente calculadora e que possibilitassem compreender as relações, as tomadas de decisões conforme o contexto e os ganhos para o conteúdo de política pública.

Já a perspectiva estrutural, envolve a instituição formal, ou seja, a legislação, o regramento que orienta a implementação do conteúdo de política pública. Nessa perspectiva, a BME se norteia por leis e documentos que baseiam suas ações. Esse comportamento é delineado pela perspectiva *top-down*, donde ocorre uma verticalização e uma obediência a um alto escalão e a um regramento que norteia as ações desse ator. Envolveria um repertório burocrático bem delimitado e disciplinado, a centralidade estaria na figura do alto escalão, nos tomadores de decisão (WISE, 2004). De certa forma a perspectiva estrutural ensejaria um engessamento na atuação do BME, uma vez que estaria submetido a uma hierarquia verticalizada e centralizada no alto escalão (LOTTA, SANTIAGO, 2017), num modelo weberiano (WEBER, 1981).

Porém, embora importante então somente essa perspectiva legalista não daria conta de explicar contemporaneamente a atuação da BME na implementação de política pública, principalmente no caso do esporte universitário, com regramento antigo e por vezes frouxo. Essa condição numa trajetória histórica do conteúdo de política pública poderia propiciar precariedades, mas ao mesmo tempo ao burocrata o aumento de decisões baseadas em discricionariedades, uma vez que não há consistência no que está escrito como norma ou até

mesmo a ausência da regra. Lembramos que em se tratando da implementação e da relevância da BME neste âmbito, faz com que ele ganhe mais destaque considerando aspectos que estão diretamente ligados as suas atuações que são a autonomia, a discricionariedade e mais diversificadas possibilidades de interações num contexto de conteúdo de política pública que envolve uma gama de complexidades de atores (BICHIR, 2018b, PIRES, 2018).

Quadro 1 - Resumo Perspectiva Analítica Estrutural e a atuação da BME na implementação

Perspectiva analítica estrutural	**Característica da atuação da BME**
Dá valor às instituições formais e obediência aos regramentos e hierarquias, numa visão de controle.	A BME atuaria mediante regramento e obedece a uma hierarquia verticalizada (*top-down*). Ele possuiria pouca possibilidade de manobra, já que estaria engessado pelas normas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para além do contexto estrutural, outra lente analítica que possibilitaria também a análise do que acontece no local, sendo relevante para entender a apropriação e justificação das relações da BME com outros atores que influenciam os outros burocratas, seria a perspectiva analítica relacional. Já que permite o ator, no caso aqui o BME, com os aspectos inerentes a ele, interagir com outros atores estatal e não estatal diretamente ou do entorno.

A perspectiva analítica relacional é contemporânea em estudos de políticas públicas que buscam compreender a atuação dos burocratas, no Estado e nas políticas públicas "numa ótica mais abrangente, considerando que as políticas são marcadas por múltiplas redes de atores internos e externos ao Estado capazes de alterar o desenho e os resultados das políticas" (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015, p. 41). Dessa forma, essa perspectiva busca entender a relação da burocracia com os atores do entorno (KURAKCTO et. al, 2005). No campo estatal, busca compreender no seu funcionamento as alterações ocorridas pelas múltiplas interações de atores que por meio das relações podem influenciar o Estado.

São questões relevantes que a perspectiva analítica relacional busca responder em relação a atuação da BME, "como esse burocrata interage com uma rede de atores internos e externos ao Estado e como esses burocratas influenciam e regulam as relações dos próprios implementadores" (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2014, p. 480). Diríamos que, não só como ele interage e por que isso importaria também. As relações da burocracia tendem a desembocar em efeito na política pública por meio da implementação, para isso, acaba de algum modo levando em conta as relações do entorno, aquelas que são com atores que não são diretamente atingidos pelo conteúdo de política pública, mas que sua interação vai influenciar de alguma forma nela. Por isso, essas relações importam, assim como investigar como esses burocratas

interagem, como se relacionam com outros atores no sentido rotineiro e como essas interações vão contribuir para o conteúdo da política pública.

Na proposição da perspectiva analítica relacional, a BME é tida como "um elo fundamental entre as regras e sua aplicação prática, entre o mundo da política e o implementador" (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2014, p. 480). Mas, somente da regra não brotaria a implementação (BICHIR, 2018a) da política do esporte. O sentido das relações pode ser mais amplo, suplantando o aspecto estrutural (que envolve regramento). A forma como os outros atores se relacionam com a BME também importa. Entender quais as consequências para a implementação dessas relações da BME ajudaria e entender porque isso importaria na implementação do esporte universitário. Pode desta forma, ajudar na compreensão de que como o BME mantém a chama acesa desse conteúdo de política pública.

Quadro 2 - Resumo Perspectiva Analítica Relacional e a atuação da BME na implementação

Perspectiva analítica relacional	**Característica de atuação da BME**
Enxerga o funcionamento e alterações da burocracia estatal pelas interações dos atores.	A BME promove relações com os atores do entorno das burocracias estatal e não estatal. Possui lastro para atuar.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Já sabemos que as instituições importam e que uma vez constituídas, elas têm impacto decisivo sobre o comportamento dos atores inseridos no sistema político, determinando resultados políticos, ou seja, juntos atores e instituições conformam as políticas públicas (KRASNER, 1984).

Este estudo se ateve às perspectivas estrutural e relacional. Os motivos que levaram as essas escolhas são que a estrutural, moldada pelo marco regulatório e pela característica verticalizada, nos forneceria elementos para analisar a atuação da BME dentro de um contexto de marco regulatório que supomos ser antigo e frouxo, ao mesmo tempo sob a égide de financiamento precário, ao contrário do que se espera desta perspectiva que envolveria ainda uma atuação um tanto engessada da BME. Já a relacional no ajudaria a entender como a BME atuou no mesmo contexto e como buscou por soluções em interações com atores diversos, que estavam inseridos ou gravitavam entorno da implementação.

E no caso da instituição formal, considerando o normativo prescritivo, ela embasa as ações da BME sob uma perspectiva analítica estrutural. Ao mesmo tempo, em que as interações (instituição informal) também importam, já que seriam meios em que a BME se utilizaria para a construção do esporte universitário. Desta forma, a análise dessas duas vertentes (estrutural-relacional), contribuiu para analisar a atuação da BME, sob o pano de fundo da perspectiva

histórica e sua atuação na implementação do esporte universitário. Mesmo mediante suposto contexto de pouco recurso e regramento frouxo, o esporte universitário poderia se manter como conteúdo de política pública devido às suas interações com atores estatais e não estatais. Desta forma, extrapolando a perspectiva estrutural, dando ênfase nas interações.

Pelas premissas apresentadas, a BME talvez, consiga por meio de sua atuação contribuir para o esporte universitário como conteúdo de política pública. Supostamente, isso seria possível, adotando comportamento que busque relações objetivando melhores padrões organizacionais, ao mesmo tempo em que compartilhe valores e visões com os demais atores envolvidos, propiciando produzir conteúdo de política pública em situações de pouca regulamentação e pouco financiamento. Essa postura poderia também levar em consideração valores compartilhados entre os atores, que vão além de somente regramento e financiamento. A ideia é que a ausência ou pouco financiamento e regramento podem ser suplantadas ou mitigadas pelas interações e troca de valores compartilhados entre BME e outros atores interessados, bem como do entorno, para a manutenção do conteúdo da política pública. Pressupomos que o estudo empírico que propusemos, a implementação do esporte universitário em nível local, na Universidade Federal de Mato Grosso, nos ajudou a compreender.

4 METODOLOGIA

No desenho metodológico proposto, assumimos, em princípio, que a implementação do esporte universitário carregou em si aspectos da história, da evolução, da organização institucional, dos contextos sociais e culturais, das quais a universidade perpassou com seus atores, principalmente a BME. O neoinstitucionalismo histórico contribuiu para essa compreensão, bem como as perspectivas analíticas estrutural e relacional. A seguir, discorremos sobre o percurso metodológico que seguimos para coletar os dados e analisá-los, baseados em preceitos científicos dispostos na literatura.

A pesquisa seguiu os preceitos da Resolução 510/16 Ciências Humanas e Sociais, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (BRASIL, 2016). Foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, via Plataforma Brasil (BRASIL, 2023) e obteve o parecer consubstanciado de n. 6.427.291 (Apêndice A).

Quanto aos riscos aos participantes, estes foram considerados mínimos e estavam relacionados à possibilidade de desconforto e/ou constrangimento frente às questões e situações referente ao tema de pesquisa. Neste caso, foi necessário contato prévio com o pesquisador, por meio do qual foi possível verificar a melhor forma de proceder, tendo a possibilidade de a atividade ter sido interrompida, caso o participantes assim o desejasse, sem prejuízo algum para ele.

4.1 QUE TIPO DE PESQUISA É ESTA?

Partindo do tema de estudo proposto, optamos por utilizar a pesquisa qualitativa (BAUER, GASKELL, 2015), uma vez que, em se tratando do estudo de caso, que envolveu a implementação do esporte universitário e seus atores numa trajetória histórica, ela possibilitou maior flexibilidade e adaptabilidade. Caso tivéssemos optado pela utilização de instrumento e procedimentos padronizados, poderia ter dificultado essa captação. Todavia, esse tipo de pesquisa que escolhemos teve uma relação direta com a técnica de análise de dados (análise de conteúdo categorial semântica) que também utilizamos e será melhor explicitada adiante.

Este estudo se caracterizou como estudo de caso, tendo a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) como lócus da pesquisa. Como mencionamos na seção 1 Introdução, o recorte temporal do estudo abrangeu o período de 2003 a 2022. Os motivos para esta escolha estão descritos na subseção a seguir.

4.2 O CASO EMPÍRICO

Pensamos ser salutar depreender que a universidade pública, uma instância da burocracia estatal, que é custeada principalmente com os recursos de todos, promova em seu espaço, política de esporte que visem atender à essa demanda da sociedade, principalmente dos atores que são desprovidos de recursos financeiros para a prática esportiva em instituições privadas.

Assim, como primeiro passo, buscamos identificar as universidades públicas federais existentes no estado de Mato Grosso que incentivaram ou incentivassem o esporte universitário e que possuíram ou possuíam algum vínculo com a entidade subnacional federativa do esporte universitário. Identificamos duas instituições componentes da burocracia estatal federal: a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com sede da reitoria em Cuiabá, e a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) com sede na cidade homônima.

A Universidade Federal de Rondonópolis (UFR, 2022?) foi criada recentemente, em 2018. Contudo, no período pesquisado, não apresentou qualquer tipo de estruturação de implementação do esporte universitário que incluísse a atuação da BME. Na maior parte do tempo do período pesquisado, a instituição não contou com representação junto à federação estadual que dirigiu o esporte universitário. Como o estudo visou analisar a atuação da BME na implementação desse esporte, desta forma, o pouco tempo de existência da instituição, a ausência da burocracia implementadora e a não representação na entidade subnacional foram os motivos da exclusão da instituição do estudo, pois essas ausências inviabilizariam a contribuição para a compreensão e os objetivos desta pesquisa.

Por sua vez, a UFMT esteve subordinada ao poder executivo federal, integrando o sistema nacional de educação e seguindo as diretrizes e bases da educação nacional estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996). Ela pertencia ao arcabouço federativo do esporte universitário, sendo membro filiado à entidade federativa subnacional. Participava das reuniões e dos eventos realizados por essa entidade[14], atendendo aos preceitos do ordenamento jurídico existente sobre o esporte universitário.

Outros motivos que nos levaram a escolher esse lócus foram: possuir estrutura de implementação, a existência de uma BME indireta e, posteriormente, direta, o fato de a UFMT ser a instituição fundadora e filiada à entidade subnacional do esporte universitário em Mato

[14] Como veremos no decorrer da seção Resultados e Discussão, ainda que essa representação tenha sofrido revés, por ocasião da inatividade da Atlética Universitária, o vínculo com a entidade subnacional permaneceu ativo ao longo da trajetória histórica, mesmo que marginal ao prescritivo normativo.

Grosso, além de possuir o único cargo de confiança que regeu o esporte universitário por um longo período. Destarte, a escolha do caso também foi ditada por conveniência da pesquisa, exequibilidade e razões teórica-metodológicas, sendo destacado como o caso mais avançado e antigo, com estrutura implementada por meio de ações sistemáticas e assistemáticas voltadas para o esporte universitário no nível federal de Mato Grosso.

A UFMT foi criada em dezembro do ano de 1970, por meio da Lei Federal n. 5.647 (BRASIL, 1970), com o intuito de incentivar e contribuir para o desenvolvimento do estado de Mato Grosso. Sua reitoria estava situada na cidade de Cuiabá, que possuía cerca de 650 mil habitantes (IBGE, 2022?). A sua fundação remete ao período da ditadura no Brasil, alinhadas às premissas de expansão para as regiões interioranas do país, impulsionadas pelo período chamado de "milagre econômico" (BENFICA, 2019). Ela possuía até o ano de 2022, além do campus de Cuiabá, a UFMT possuía outros três campi: o Campus Araguaia (cidades de Barra do Garças e Pontal do Araguaia), Campus Sinop (cidade de Sinop) e o Campus Várzea Grande (cidade de Várzea Grande). Contudo, somente o campus de Cuiabá possuía uma burocracia voltada para a implementação do esporte na universidade. Assim, os demais campi também foram excluídos deste estudo.

Nos idos das décadas de 1970, 1980 e início dos anos 1990, segundo Ferreira (2015), a Faculdade de Educação Física (FEF) da UFMT, por meio de sua Supervisão de Desporto e Recreação (SDR), realizou inúmeras ações não só no campo do esporte, mas também no de lazer, além de contribuir no campo cultural. Durante esse período, foi a principal realizadora do esporte na universidade.

Na sua trajetória histórica, foi identificado que a SDR, precedeu a criação do curso de graduação em Educação Física, instituído no final de 1976[15]. A SDR foi criada inicialmente para atender à disciplina de educação física dos cursos de graduações existentes na época e, posteriormente, avançou para ações de esporte e lazer, atendendo aos servidores, seus dependentes, e, posteriormente, a comunidade externa (UFMT, 2022a?). Até o ano de 2001, a UFMT era a única instituição do estado de Mato Grosso a ofertar o curso de educação física. A universidade foi irradiadora de inúmeras ações, incluindo a participação em ações da entidade federativa subnacional do esporte universitário. No entanto, pouco se sabe sobre sua política de esporte universitária, seus atores, e principalmente a atuação da BME no contexto da implementação.

[15] A estruturação formal do curso de educação física foi aprovada no mês de dezembro de 1976 pelo Conselho de Ensino e Pesquisa pela Portaria n. GR1068/76. Sua primeira turma ingressante foi em 1977 e se formou em 1979. O reconhecimento do curso ocorreu em 1980 pelo Ministério da Educação e da Cultura via Portaria n. 478 (UFMT, 2022a?).

4.2.1 Implicações pessoais e éticas com o caso de estudo

É importante salientar que eu fui um dos BMEs entrevistados neste estudo, uma vez que, conforme as informações apresentadas nos próximos parágrafos desta seção, estive por longo tempo envolvimento com o esporte na instituição. A minha entrevista foi conduzida pela minha orientadora. Para isso, tomamos todos os cuidados necessários nos procedimentos e nos guiamos posteriormente pelas categorias de análise, configurando, assim, um procedimento minimamente sistemático para o tratamento dos meus dados. A entrevista foi realizada via plataforma digital (*meet*).

Durante o período estabelecido pela pesquisa, acompanhei grande parte da trajetória histórica da implementação do esporte na universidade, de diversas posições, ora como acadêmico, ora *back-office*[16], ora como executor, ora como colaborador e voluntário de ações e posteriormente como burocrata de médio escalão. Dessa forma, tive interesse em buscar entender os mecanismos que regeram essa implementação em um contexto caracterizado não apenas pela pouca regulação, mas também pelo escasso financiamento.

Como dito anteriormente, por quase duas décadas tive um envolvimento direto com um dos lócus da pesquisa, uma instituição pública federal, ora como ocupante de cargo de confiança (burocrata de médio escalão), ora como executor (burocrata de nível de nível de rua), ora como agente *backoffice* e em alguns momentos como beneficiário das ações.

Como burocrata de médio escalão tive atuações em momentos distintos. No primeiro momento era gestor de ações em que envolviam projetos e programas de extensão destinados principalmente para a comunidade de fora da universidade, comumente denominada de comunidade externa. Num segundo momento tive uma atuação com objetivo de desenvolvimento do esporte para acadêmicos de graduação e pós-graduação. Neste período busquei o estabelecimento de padrões e ações, baseados nas minhas relações que giravam principalmente internamente na burocracia estatal, com burocratas de nível de rua disponíveis, com outros pares em nível nacional, e relações com atores não estatais como a entidade federativa subnacional do esporte universitário e as atléticas universitárias.

Como burocrata de nível de rua, fui executor de inúmeros projetos e programas que envolviam ações esportivas e de lazer na extensão universitária. Neste nível tive a oportunidade de conviver com diferentes atores da comunidade externa, num processo de constante troca de

[16] Nomenclatura que define atores que desenvolvem atividades no campo administrativo localizado entre as burocracias de médio escalão e de nível de rua (HOYLER, CAMPOS, 2019).

informações. No esporte para o universitário, tive a oportunidade de executar ações esportivas visando ao atendimento de ações da entidade subnacional federativa. Em ambas as atuações como executor, pude sentir as dificuldades impostas por uma política pública pouco regulada.

Essa minha experienciação, meu lastro adquirido ao longo do tempo, me encorajou a contribuir com essa tema de pesquisa que proponho. Acredito que essa vivência interna me ajudou a captar, entender e analisar melhor a implementação do esporte universitário. Porém, tenho plena consciência que no papel de pesquisador devo evitar o chamado "viés de confirmação" (VAN BAVEL, PEREIRA, 2018), ou seja, buscar informações que venham reafirmar minhas próprias crenças sejam elas forjadas ao longo do tempo pela empiria ou pela leitura de fontes em que compartilho minhas ideias.

Essa experiência também me deixou ciente das implicações éticas desse envolvimento institucional. Por isso, procurei não me apossar do tema de pesquisa, levando-se em consideração aspectos que Durkheim destacou ao discorrer sobre o método sociológico, alertando contra a adoção de se apossar de ideias pré-concebidas ou reflexões prévias. Desta forma, evitei influências pessoais, buscando sempre refletir sobre o que foi ou seria analisado, evitando provocar vieses no estudo.

Outro fator que é preponderante é sobre a liberdade de divulgação dos dados. Ciente de que poderia encontrar alguma dificuldade no que tange ao acesso e à exposição de informações que poderiam não agradar atores (gestores), já que a pesquisa pretendeu mergulhar no âmbito de política pública, e burocratas normalmente não gostam de que sejam expostas informações sobre o trabalho deles (LOTTA, 2018). Desta forma, como pesquisador busquei evitar isso me centrando numa certa neutralidade, tanto nas escolhas das instituições, dos participantes e nas interpretações dos dados apurados que se guiaram estritamente por métodos teóricos-metodológicos.

4.3 SELEÇÃO DOS ATORES ENTREVISTADOS

Como foram definidas as burocracias de alto, médio e o baixo escalões do ponto vista teórico, reforçamos que, no âmbito local (na implementação), definimos essas burocracias conforme Lipsky (2019), Lopez e Praça (2018) e Lotta, Pires, Oliveira (2015), com base nos cargos de confiança vinculados à burocracia em políticas públicas no executivo federal e na definição de burocratas, considerando as iniciativas estatal e não estatal. Assim, no quadro 3, apresentamos um panorama destes burocratas (estatais e não estatais) que, em algum momento, foram citados nas entrevistas ou identificados nos documentos:

Quadro 3 - Identificação das burocracias de alto, médio e baixo escalações estatais e não estatais para o estudo conforme marco teórico da pesquisa

Nível da burocracia	Tipos de ocupantes de cargos eletivos ou não
Alto escalão	Estatais: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitor, Diretor, Secretário de Estado, de Município, Secretaria do Ministério da Educação. Não estatais: Presidente de entidade estadual esportiva, de Atlética Universitária, de Atlética Acadêmica e de Liga das Atléticas.
Médio Escalão	Estatais e não estatais: Coordenador, Gerente e Supervisor.
Nível de rua	Estatais e não estatais: Docente, médico, técnico esportivo

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Lipsky (2019); Lopez e Praça (2018); Lotta, Pires e Oliveira (2015).

Por motivos óbvios, nos importou para esta pesquisa os burocratas de médio escalão, ou seja, os BMEs. Assim, entrevistamos pessoas que ocuparam cargos de confiança nas funções de supervisão, coordenação ou gerência do esporte universitário da UFMT. Para melhor facilitar a identificação de suas atuações no espaço temporal estudado, eles foram numerados como BME 1 (período de 2003-2008), BME 2 (período de 2009-2016), BME 3 (2016-2019) e BME 4 (2019-2022) [17].

Porém, durante a trajetória da pesquisa, surgiram outros atores não estatais que estiveram vinculados aos esporte universitário e contribuíram para atingir os objetivos da pesquisa. Entre eles, participaram as presidências da Federação Matogrossense de Esportes Universitários (FMEU), da Atlética Universitária e das Atléticas Acadêmicas, no período compreendido de 2003 e 2022, sendo configurados dentro de suas respectivas searas como de alto escalões[18].

Em dado momento, identificamos um ator que não pertencia a nenhuma das burocracias elencadas, ao qual denominados de Acadêmicos Interessados. Num primeiro momento, encontramos dificuldade de encaixá-lo na tipologia, pois, ao mesmo tempo em que se transvestiam de uma característica de gestão, também eram os próprios beneficiários diretos do conteúdo da política. Observamos que, ao longo do tempo, esse ator na trajetória histórica foi se diluindo na trajetória histórica entre a Atlética Universitária e depois na Atlética Acadêmica (que com o tempo integrou a Liga das Atléticas - LAUF). Ele aparece principalmente nos primórdios do período da pesquisa, quando não havia um comprometimento de fato por parte da instituição com o esporte universitário e quando a Atlética Universitária se esvaiu. Além disso, o esporte universitário, tanto no nível local quanto nos níveis estadual e nacional estava numa situação extremamente precária. Por isso, mencionamos esse ator no decorrer da trajetória

[17]Explicação da sobreposição de anos na cronologia do tempo de atuação do burocratas: o BME 2 se desligou da instituição no primeiro semestre de 2016 e o BME 3 assumiu no final do segundo semestre de 2016. Houve um hiato de meses entre eles. Este por sua vez, se desligou da gestão em meados do primeiro semestre de 2019, quando na sequência assumiu o BME 4.

[18] Assim como os BMEs, eles também foram elencados numericamente.

e computamos seus dados sempre vinculados a um dos atores destacados (Atlética Universitária ou Atlética Acadêmica).

Os grupos de atores entrevistados da pesquisa foram constituídos pela técnica probabilística randômica bola de neve[19]. O procedimento consistiu em "a partir de uma unidade, coletar e analisar outras unidades que foram citadas ou indicadas pela primeira unidade", ou seja,

> No caso, ao se entrevistar participantes de uma pesquisa, pode-se perguntar sobre alguém que influencia esse tipo de decisão e, caso um conjunto de pessoas sejam citadas por várias outras, chega-se, então, a líderes de opinião. Esses, por sua vez, são entrevistados sobre quem os influencia, construindo-se, com isso, uma cadeia hierárquica de líderes e opinião. (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 75)

Desta forma, inicialmente, começamos pelo BME que estava ocupando o cargo na universidade. A partir dele, recebemos a indicação do próximo BME e assim sucessivamente. Conseguimos desta forma, entrevistar (com uma certa dose de sorte) todos os quatro burocratas que foram gestores do esporte universitário no período proposto da pesquisa. No entanto, essa configuração foi alterada conforme surgiram indicações de novos entrevistados que foram considerados atores que interessavam ao esporte universitário. Com isso, foi possível identificar outros atores diretos que não haviam sido identificados *a priori*, mas que participaram da implementação do esporte universitário. No quadro 4, a seguir, estão identificados os atores que participaram da pesquisa.

Quadro 4 - Atores entrevistados com relação direta ao esporte universitário da UFMT no período de 2003 a 2022, que também denominados de "atores que interessavam" ou "atores diretos".

Ator entrevistado	Nomenclatura	Quantidade	Tipo
Burocracia de Médio Escalão	BME	4	Estatal
Atlética Universitária	AU	3	Não estatal
Atléticas Acadêmicas	AA	4	Não estatal
Liga das Atléticas	LAUF	3	Não estatal
Presidente da Federação Estadual	FMEU	2	Não estatal

Fonte: Elaborado pelo autor.

Salientamos que a BME era nomeada pelo Alto Escalão da universidade. A Atlética Universitária foi uma iniciativa dos acadêmicos, principalmente dos interessados. Já as Atléticas Acadêmicas foram iniciativas de acadêmicos que se preocupavam com outro modo de realizar o esporte universitário de forma independente da instituição. A LAUF foi criada a

[19] "situação em que uma amostragem em múltiplos estágios se mostra oportuna quando se deseja identificar fluxos precedentes de influência ou de ideias, conceitos etc. Para isso, a amostragem bola de neve é comumente utilizada" (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 75). A amostragem também poderia ser interpretada pela técnica probabilística não randômica (amostragem por conveniência), por razões de exequibilidade e teórica-metodológicas, mas que pode ser combinada com uma randômica, como foi no nosso caso (bola de neve). Para melhores explicações consultar Sampaio e Lycarião (2021).

partir do crescimento no número de Atléticas Acadêmicas, e à necessidade da BME de estabelecer um diálogo com esse ator de forma mais célere, eficiente e direta, dado o número elevado das atléticas existentes. A FMEU era representada por um presidente eleito pelos representantes das IES a ela vinculadas.

Além dos BMEs, foram também entrevistados, por meio de indicações, gestores e membros da Atlética Universitária e da Atlética Acadêmica, da Liga Acadêmica Universitária Federal e da Federação Matogrossense de Esportes Universitários (FMEU), todos identificados nesta pesquisa como atores não estatais e com a tipologia de alto e médio escalões. Assim, o número final de participantes ficou estabelecido em 16.

Como forma de exclusão dos entrevistados, foram desconsiderados àqueles que não tinham como contribuir para a análise da pesquisa devido ao fato de que não tiveram papel de relação direta com o esporte universitário, mas, também outros que tiveram, mas não tinham como contribuir com dados relevantes.

Conforme os preceitos éticos e garantia de sigilo dos entrevistados, todos foram tratados no gênero gramatical masculino genérico, portanto não marcados, mas numerados para não gerar confusão na interpretação da construção do texto. Por este motivo também, foram omitidos os nomes das pessoas na forma de "[...]" que porventura apareceram nas entrevistas. Os nomes das instituições estatais que apareceram neste estudo estavam cobertos por legislação vigente. Já as instituições não estatais (atores diretos) da tipologia citada acima, foram consultadas sobre essa possibilidade. Para as demais instituições não estatais que foram citadas pelos entrevistados, adotamos também a forma "[...]" para omitir seus nomes. Enfim, esse procedimento adotado, corroborou com o Manual para elaboração de trabalhamos acadêmicos, dissertações e teses da Unisinos, editado em 2024 "os dados da empresa (da instituição, da escola, dentre outros) são reais, no entanto, a pedido da instituição, a identidade deve se manter preservada" (UNISINOS, 2024, p. 24).

Todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e a instituição (UFMT), à qual eles estavam ou foram vinculados, deu ciência e autorizou a coleta de dados. Os modelos do TCLE e a cartas de pedido de autorização estão nos Apêndice B. Esses documentos também fizeram parte do processo submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, já mencionado.

Quanto à realização das entrevistas, os atores foram entrevistados presencialmente ou via plataforma digital (*meet*),[20] sempre com o pesquisador obedecendo os locais propostos, dias

[20] Acesso via link https://workspace.google.com/products/meet/

e horários que lhes mais foram convenientes, inclusive tendo cada participante, a prerrogativa de fazer alteração do agendamento (alguns se utilizaram dessa prerrogativa).

Apresentamos, na sequência, a tabela com a descrição dos entrevistados (atores que interessaram para o esporte universitário) no período estudado e demais dados. Fazemos também uma divisão entre os atores que representavam o esporte universitário institucional (tradicional), elencados de BME, Atlética Universitária (AU) e FMEU, e, o esporte universitário "autônomo" representados pelas Atléticas Acadêmicas e pela LAUF.

Tabela 1 - Descrição da amostra da pesquisa quanto ao tempo de experiência com o esporte universitário e ao número de páginas das entrevistas

Grupo de ator	Nº	Tempo no EU	$\bar{x}$ tempo no EU	Nº de páginas	$\bar{x}$ página por ator	fr (%) de páginas por grupo de ator
EU institucional						
BME	4	37,7 anos	9,4 anos	70	17,5	41,9
FMEU	2	27,0 anos	13,5 anos	18	9,0	10,8
AU	3	17,0 anos	5,6 anos	25	8,3	15,0
EU autônomo						
LAUF	3	18,0 anos	6,0 anos	25	8,3	15,0
AA	4	12,0 anos	3,0 anos	29	7,2	17,3
TOTAL				167	10,4	100,0

Legendas: (N) número; (EU) esporte universitário; ($\bar{x}$) média; (fr) frequência relativa.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 1, o "Tempo no EU" envolveu toda a experiência acumulada em que o ator teve com o esporte universitário, desde a graduação como atleta, voluntário ou gestor de atléticas, até sua atuação como burocrata na instituição ou em outra instituição universitária. Observamos que, quanto a essa experiência, os BMEs da UFMT e da FMEU possuíam um longo tempo de envolvimento com esporte universitário, um número bem longevo que os demais atores. Pressupomos que essa premissa seja explicada pelo tempo em que o acadêmico permanece na universidade e se envolve com o esporte universitário, que logo se desliga por completar a sua graduação. Já a BME, embora sujeita à rotatividade (cargo de confiança), possui uma ligação mais duradoura com a instituição.

Quanto ao número das frequências absolutas e das médias das páginas das entrevistas por ator, também podemos observar na tabela que a BME possuiu um volume maior se comparado aos demais atores. Isso já era esperado, devido ao envolvimento desta burocracia com a implementação do esporte na universidade e pelo tempo de vínculo com a instituição. Também por meio dela, passou a centralização de muitas decisões necessárias para o atendimento dos aspectos operacionais do esporte universitário. Essa constatação ajudou a

reforçar também a aproximação da centralidade no conteúdo de política pública que esse ator vai absorvendo ao longo da trajetória histórica.

4.4 COLETA DOS DADOS

As escolhas conjuntamente com as práticas visaram a compreensão coleta de dados-técnica de análise, articulando-se com o marco teórico de uma forma a responder à pergunta da pesquisa e atingir os objetivos da forma mais adequada possível. Para isso, utilizamos para coleta de dados os instrumentos roteiro de entrevista semiestruturado e pesquisa documental.

4.4.1 Instrumento de coleta de dados 1: roteiro de entrevista

A entrevista é considerada um meio normalmente utilizado por pesquisadores sociais, que possui características como explicar contextos, comportamentos, atitudes e opiniões. Ela segue um conjunto de tópicos e interpretações que vão gerar os dados para a investigação. Possibilita também, manter conversações com pessoas consideradas chaves no processo de investigação (LIMA, 2016; BAUER, 2015).

Para compreensão da atuação da BME na implementação do esporte universitário, optamos pelo uso do roteiro de entrevista semiestruturado. Pautamos as questões do roteiro com bases nos aspectos analíticos propostos na pesquisa, que se traduziram por meio das questões. Se fosse de outra forma, nos guiaríamos então somente pela história oral dos entrevistados, que, apesar de rica, poderia nos conduzir por aspectos com características aleatórias, em detrimento aos nossos objetivos da pesquisa. Assim, nós tínhamos um modelo de análise que foi traduzido por meio de perguntas no roteiro. A beleza do roteiro semiestruturado foi poder capturar os aspectos desse modelo de análise, mas, também guiados pelos aspectos teóricos-analíticos propostos nesta pesquisa.

Para a construção do roteiro de entrevista semiestruturado, consideramos algumas premissas propostas por Combessie, (2004, p. 41), sendo elencados com antecedência os aspectos que abordam o tema de pesquisa proposto de forma “detalhado, preciso, mas com notações breves e claras”. A sequência foi construída com uma “lógica provável de encadeamentos”.

Na formulação das perguntas apresentadas, foi levado em consideração, aquilo que Lima (2016, p. 34) alerta ao pesquisador que “deve estar atento para definir, da forma mais clara possível, qual é o sentido daquela pergunta, o que ele quer captar”. Desta forma, tivemos o cuidado de estabelecer as questões de forma mais clara possível, para captar as interações

entre os atores, as relações da BME com o marco regulatório, o financiamento e a operacionalização do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública e a aproximação da institucionalização. As questões propostas no roteiro de entrevista buscaram elementos que pudessem contribuir para a implementação "de fato como ela foi realizada".

Como no processo de pesquisa de campo, foram identificados novos atores, com funções diferentes e no mesmo ambiente da implementação, o roteiro de entrevista prévio que tinha sido desenvolvido com fins de atingir os gestores esportivos (BMEs), também foram elaborados novos roteiros para entrevistar os outros atores identificados como não estatais. É importante ressaltar que as questões abordadas no roteiro foram norteadoras, e que foram alteradas e complementadas conforme os elementos que surgiram no momento das entrevistas. As versões finais são apresentadas nos Apêndices D, E e F.

As transcrições das entrevistas gravadas foram realizadas seguindo os seguintes preceitos: fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5, folha A4, orientação retrato, largura 29,7 cm e 21 cm, margens 3 cm superior, 2 cm inferior, esquerda e direita.

4.4.2 Instrumento de coleta de dados 2: Pesquisa documental

A pesquisa documental nos possibilitou captar melhor o que os atores de fato realizaram na realidade (na implementação) e o que os documentos previam, mediante contexto de política pública. Ela teve grande valor, pois, nos permitiu via os registros oficiais, serem ou não encontradas possibilidades de explicações do fenômeno, bem como a descoberta de novas facetas que pudessem explicá-lo. Nesse sentido, foi uma forma de coletar dados via fontes primárias ou secundárias, principalmente quando ainda não receberam um tratamento analítico.

Sendo uma fonte relevante para o pesquisador em Ciências Sociais que "permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social" (CELLARD, 2012, p. 192), a pesquisa documental foi um instrumento que permitiu, como é apregoado pelo neoinstitucionalismo histórico, ao se referir à trajetória histórica das instituições e dos atores, que ajudou no tempo e no contexto explicar determinado conteúdo de política pública.

Os documentos elegidos para esta pesquisa foram os do tipo escrito (LAKATOS, MARCONI, 2003; CELLARD, 2012), advindos de diversas fontes elencadas, conforme detalhado no quadro 5 abaixo. No caso da pesquisa, no sentido da identificação da instituição formal, interessou os documentos do tipo escrito e publicizados nos âmbitos do esporte universitário nacional, subnacional e no nível local, todos de domínio público em conformidade

com a lei de acesso a informações Lei 12.527/2011 (BRASIL, 2011). Também fizeram parte do corpus os documentos disponibilizados pelo ator não estatal FMEU.

Como delimitação, os documentos que foram considerados para a pesquisa foram oriundos de fonte primária que continham elementos com estreita relação com o tema de pesquisa. Desta forma, foram considerados *a priori* os seguintes documentos em conformidade com o quadro 5:

Quadro 5 - Documentos escritos previstos e suas características

Lócus	**Tipo de documento**	**Caracterização**
Local e de entidade não estatal	Política de Esporte Universitária	Documento normativo de estabelecimento de política pública de esporte institucional com aprovação no Conselho Universitário, levando em consideração os preceitos estabelecidos no regramento estadual/nacional.
	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Tem por objetivo identificar como a Instituição de Ensino Superior influencia o ambiente em que está inserida, por meio dos seus princípios, missão, visão, diretrizes, objetivos e atividades acadêmicas que realiza. (UFMT, 2019)
	Projeto Político Pedagógico	Instrumento de efetivação de ações educativas que deve ser resultantes da construção coletiva em prol da construção e transformação da realidade (GUEDES, SILVA, GARCIA, 2017).
	Resoluções	Decisões deliberativas de caráter normativo, bem como as de caráter contencioso administrativo. (BRASIL, 2023).
	Regimento	Documento que apresenta um conjunto de normas estabelecidas para regulamentar a organização e o funcionamento do órgão, detalhando os diversos níveis hierárquicos, as respectivas competências das unidades existentes e os seus relacionamentos internos e externos. (DF, 2012).
	Instrução normativa	Trata-se de um documento de organização e ordenamento administrativo interno destinado a estabelecer diretrizes, normatizar métodos e procedimentos, bem como regulamentar matéria específica anteriormente disciplinada a fim de orientar os dirigentes e servidores no desempenho de suas atribuições. (IFCE, 2022).
	Regulamento	Documento emitido pela Federação Matogrossense de Esportes Universitários e que continha todos os aspectos inerentes aos eventos esportivos organizados por ela.
	Estatuto	Documento que regia o funcionamento do esporte universitário no estado de Mato Grosso, sob a tutela da instituição não estatal Federação Matogrossense de Esportes Universitários.
Nacional e subnacional	Marco regulatório nacional, estadual e municipal	Conjunto de legislações (as principais) que incidiam diretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública. Para entendermos melhor e comprovarmos seu cunho antigo, consideramos um período mais extenso do que o proposto na pesquisa.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos documentos previstos de serem encontrados citados acima, a intenção foi de buscar vestígios da atuação da BME implementação do esporte universitário pouco regulado e

financiado, tendo como o foco o período proposto da pesquisa (2003 a 2022). Esses documentos serviram também para ajudar a revelar a existência da estrutura da implementação, para comparar com os dados coletados nas entrevistas. Na seção 5 Resultados e Discussão poderão ser verificados os documentos que foram de fato encontrados, os que foram descartados e outros, que não estavam previstos e foram aditados ao *corpus* da pesquisa.

4.4.3 Equipamento de coleta de dados

Para as gravações das entrevistas utilizei um gravador portátil da marca Sony, modelo ICD-PX240, interface de hardware USB, microfone embutido, formato áudio MP3, 4 GB de armazenamento, cor preto/cinza. Após realizadas as gravações as entrevistas foram armazenadas em três meios diferentes: no *notebook* (Lenovo, *ideapad* S145, processador Intel, .mp3), Hard Disk Drive (HDD) externo (Canvio Basics, USB 3.0, 500 GB, Toshiba) e no próprio gravador portátil.

As entrevistas foram transcritas pelo *Transcribe* (*OneNote para Microsoft 365 Word Web App*) e revisadas manualmente, uma vez que as transcrições dos áudios apresentaram nível baixo de acurácia, com inúmeras inconsistências de palavras que alteravam os sentidos das frases e geravam interpretação fora de contexto. Sendo assim, foi investido bastante tempo às correções, ouvindo novamente as entrevistas e acompanhando ao mesmo tempo as transcrições, ambas arquivadas no *notebook*, e assim corrigindo as transcrições para manter desta forma a fidedignidade das entrevistas.

4.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para a análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo (categorial/semântica), uma técnica relevante no campo científico, principalmente para pesquisas qualitativas. Essa técnica possibilitou captar as relações sociais conjuntamente com as realidades institucionais (KRIPPENDORFF, 2004). Sendo destacados alguns de seus pontos fortes, conforme Bauer (2015), a redução de grandes quantidades de texto em descrições pequenas, mas providas de sentido, sem perder o cerne do que se quer dizer, e, como no caso de registro em contextos passados é uma técnica bem aceita por possibilitar ao pesquisador uma análise de dados históricos (daquilo que não se pode manipular), como por exemplo no caso desta pesquisa, quanto tratamos da trajetória histórica do esporte universitário. Por outro lado, são destacados como alguns pontos fracos desta técnica a possibilidade de produzir falhas de interpretação e perder a relação entre os códigos elencados e o sentido do texto captado.

Nesse bojo, reconhecemos ainda que a técnica de análise de conteúdo seja criticada pelo uso excessivo sem o devido cuidado com o rigor científico, sendo utilizada muitas vezes de forma parcial ou até mesmo incorreta (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021), ou seja, sem a utilização da técnica de acordo com os preceitos que ela propõe (BARDIN, 2016). Ainda que tenha sido largamente utilizada na pesquisa científica, a proposição de Bardin, é criticada por apresentar uma análise de conteúdo "excessivamente simplificada na apresentação de suas fases e com poucas ferramentas para verificar o rigor científico" (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 11), ou, mesmo na ausência de aspectos que promovam melhor a análise no sentido se preocupar com princípios epistemológicos (científicos) fundamentais. Então, buscando dar um tratamento científico mais robusto à técnica de análise de conteúdo nesta pesquisa qualitativa (SALDAÑA, 2013), recorremos a esses princípios relevantes como completo à Bardin (2016) e que geralmente são mais atribuídas à análise de conteúdo de dados quantitativos, mas que também podem ser utilizados na pesquisa com dados qualitativos. Procuramos então, levar em consideração os princípios da replicabilidade, validade e a confiabilidade (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2018), que abordaremos mais adiante nesta seção.

Então, a análise de conteúdo que tem por objetivo principal focar no conteúdo da mensagem (quantitativo ou não), o que se encontra por traz do discurso ou resposta, com fins de confirmar os indicadores que possibilitem compreender o tema pesquisado, se confirmou para nós, como a técnica adequada para a análise dos dados da pesquisa. Ela é muito difundida nas ciências sociais e reconhecida cientificamente tanto para conteúdos contidos nas comunicações verbal ou não verbal. Então, conforme definição de Bardin (2016) a análise de conteúdo é

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 48)

Por meio dela, é possível validar a análise em "termos de sua fundamentação nos materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e à luz de seu objetivo de pesquisa" (BAUER, 2015, p. 191).

A técnica refinada exigiu "...intuição [e] imaginação para perceber o que é importante e de criatividade para escolher as categorias. Ao mesmo tempo, [como investigador] disciplina e perseverança, rigor ao decompor um conteúdo ou ao contabilizar resultados ou análises"

(FREITAS, CUNHA, MOSCAROLA, 1997, p. 102). Ao passo que me possibilitou a redução, sistematização e flexibilização dos dados[21] tradução minha (SCHEREIER, 2014).

Por si só, essa técnica pode ter vertente qualitativa e também quantitativa. A razão por qual estabelecemos a técnica na vertente qualitativa corrobora com Sampaio e Lycarião.

> as quantificações são apenas pontos de partida para encontrar temas e unidades semânticas centrais nos textos analisados. Uma vez encontrados tais temas ou unidades, o grande esforço passa a ser destrinchar o emaranhado de interpretações e sentidos acionados por tais temas ou unidades semânticas, recorrendo, para isso, inclusive ao conhecimento de pano de fundo que permite uma interpretação em profundidade dos textos analisados. (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021, p. 27-28)

Como nossa empreitada residiu no esforço interpretativo, a escolha da técnica de análise de conteúdo reverberou ser qualitativa. Ainda assim, na seção de Resultados e Discussão foram utilizados dados quantitativos (frequências relativa e absoluta), como também submetemos o livro de códigos a teste de confiabilidade. Porém, entendemos que não foram determinantes para configurar esta pesquisa como tipo quantitativa ou sequer como quali-quanti, nem a técnica de análise categorial como quantitativa. Os dados quantitativos em questão foram elementos a mais que serviram para melhor reforçar as evidências encontradas.

Após essa certificação, passamos então para a realização da análise, nos baseamos na análise temática categorial (semântica) e em etapas distintas. Elas foram organizadas em três fases: organização da análise (pré-análise), codificação e categorização. Essas três fases nos possibilitaram a realizar inferências e interpretações, combinadas com o aporte teórico do estudo realizado.

4.5.1 Organização da análise: pré-análise, exploração do material e tratamento

A organização da análise, envolveu três etapas distintas: a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A pré-análise, entendida como uma organização que o pesquisador faz antes de iniciar a codificação, foi composta pelas seguintes atividades, que estiveram inter-relacionadas, mas necessariamente não precisaram ser sucessivas: formulação de hipótese e objetivos, leitura flutuante, escolha dos documentos, constituição de corpus e preparação de material.

[21] "qualitative content analysis is a method for systematically describing the meaning fo qualitative data [...] Three features characterize the method: qualitative contente analysis reduces data, it is systematic, and is flexible" (SCHEREIER, 2014, p. 170)

A primeira que realizamos, formulação de hipótese e objetivos[22], foi adotada a partir da constituição do referencial teórico constituído nas seções 2 e 3 e da revisão de literatura constante na seção 4.6 desta tese, e não a partir dos dados coletados nas entrevistas e pesquisa documental. Tanto a hipótese quanto o objetivo já foram descritos na seção 1 Introdução.

Na atividade posterior, foi realizada a leitura flutuante[23] com o material coletado, na qual fiz reconhecimento inicial dos textos, tive as primeiras impressões e orientações. Essa leitura realizada foi de forma atenta, com fins de verificar a relação direta com o tema de pesquisa. Essa atividade me permitiu descartar alguns documentos que não serviram para contribuir com a análise. Na seção 5 Resultados e Discussão, são apresentados os documentos finais que efetivamente compuseram o *corpus*[24] da análise. Esta atividade possibilitou que como pesquisador pudesse optar pela escolha dos documentos a serem analisados de forma *a priori*, ou seja, junto com a definição das hipóteses e dos objetivos. Para obter acesso aos documentos públicos (estatal), realizei incursões no campus da universidade, pesquisei nos sites e *links* disponíveis. Quanto ao acesso aos documentos privados (instituição não estatal), busquei acesso físico e digital junto à federação subnacional do esporte universitário.

Na constituição do *corpus*, tomei o cuidado de considerar a exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência dos documentos. Na questão da exaustividade, abrangi todos os documentos, sendo que os que foram excluídos considerei apenas a forma justificável e o plano do rigor. Me atentei para a não seletividade, ou seja, não escolhi por simples conveniência o material que selecionei para analisar. Salvo no caso quando apresentou singularidade em demasia quanto aos objetivos da pesquisa. Assim, na regra da exaustividade apreciei todas as possibilidades de que o material coletado pudesse oferecer para dirimir os objetivos da pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, trabalhar com dados mais limitados, a questão da representatividade do grupo entrevistado não se mostrou indispensável (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021). De qualquer forma aparentemente todos os atores (BMEs) que importaram para a pesquisa no período estudado foram entrevistados, bem como os documentos existentes.

No que tange a homogeneidade, os documentos escolhidos não representavam demasiada singularidade, salvo as entrevistas que saturaram. Como o embasamento teórico do

---

[22] Para Bardin (2016) a hipótese é uma afirmação provisória que se pretende confirmar ou infirmar através de procedimentos de análise, embora ela não seja obrigatória na pesquisa, podendo o pesquisador adotá-la ou não. Já o objetivo tem significado a finalidade que se propõe, quadro teórico e/ou pragmático no qual os resultados serão utilizados.

[23] Esse processo pode ser antecedido após o estabelecimento de um quadro de referencial teórico para posterior estabelecimento de indicadores para a interpretação das informações coletadas (BARDIN, 2016).

[24] Definido "como um conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos" (BARDIN, 2016, p. 126).

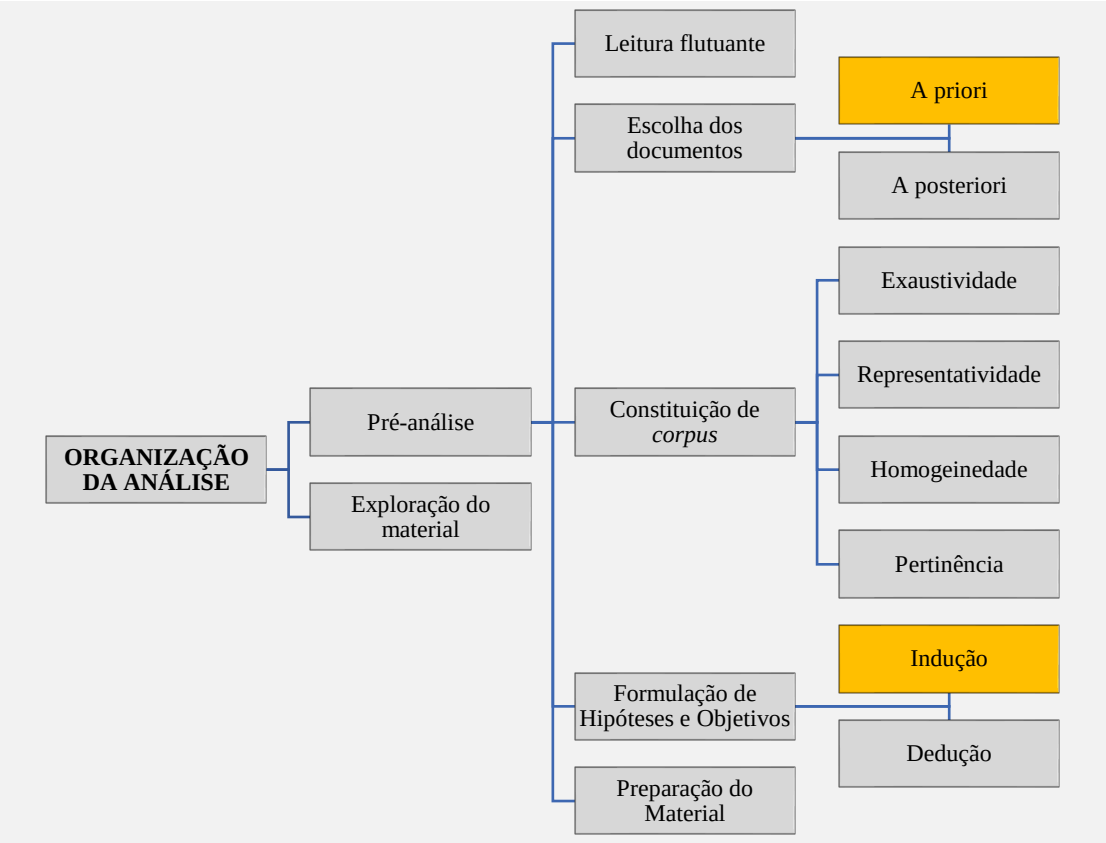
neoinstitucionalismo histórico envolve reconhecer a trajetória histórica de uma política pública, e na universidade o esporte foi tratado institucionalmente, principalmente de forma extensionista, antes de uma burocracia essencialmente para o esporte universitário, alguns documentos, ainda que fugisse do escopo da pesquisa, foram abordados como forma de demonstrar essa diferença de tratamento na trajetória histórica.

Quanto a pertinência, tive o cuidado de analisar se os documentos eram adequados enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem aos objetivos da análise.

A preparação do material foi uma atividade importante que envolveu procedimentos que facilitaram o manuseio e a busca facilitada durante o processo de análise. Ela envolveu a organização do material, de forma a selecionar os documentos e arquivá-los adequadamente em locais seguros e apropriados e que me facilitaram a busca. Na identificação dos documentos nomeei-os conforme suas particularidades. E a edição facilitou incluir informações e anotações nos documentos que me auxiliaram no momento da análise.

Na figura 1 apresentamos o resumo do mapa da análise de conteúdo da primeira fase explicitada neste texto. As atividades de escolha de documentos e de formulação de hipóteses e objetivos, são destacadas em cores diferentes nas formas assistentes, as escolhas pelas opções *a priori*, cujos motivos já foram explicitados no texto anterior.

Figura 1 – Desenho da primeira fase da análise de conteúdo temática categorial.



Fonte: Bardin (2016).

No próximo passo, exploração do material, realizamos a etapa da codificação[25]. Utilizamos o processo de codificação na forma dedutiva, que permitiu que fossem nomeados os aspectos da implementação tendo como base a literatura. Portanto, os códigos foram nomeados *a priori*, ou seja, advindos da parte teórica do estudo. No quadro 6 abaixo eles estão descritos.

Quadro 6 - Descrições dos códigos definidos *a priori* acerca da estrutura da implementação do Esporte Universitário advindos da literatura

Código	Descrição adotada para a pesquisa
Prescritivo normativo	Para esta pesquisa, referiu-se ao regramento (marco regulatório) sobre o funcionamento do esporte universitário, sendo alguns de seus exemplos legislações nacional e subnacional, política institucional, estatuto ou regimento.
Comentário	Aquilo que o neoinstitucionalismo denomina de instituição formal (FONTAINE, 2014; HALL, TAYLOR, 2003; MARQUES, 1997)
Financiamento	Pecúnia destinada ao aporte de demandas diversas da realização de um conteúdo de política pública. É pensado a partir da formulação e é advindo do dinamismo econômico que impulsiona a receita do Estado que direciona para políticas públicas. Mas, também pode ter origem não estatal se visto sob a ótica do Estado heterogêneo.
Comentário	Normalmente é referenciado na literatura que remete às políticas públicas como orçamento, fazendo parte da chamada estrutura da implementação (SILVA, 2018; MIRANDA, 2019).
Burocracia disponibilizada	Atores constituídos com algumas características e capacidades de poder que têm como fim a contribuição para a realização de um conteúdo de política pública, podendo ser burocratas de alto, médio escalões e de nível rua. No caso desta pesquisa, como já mencionado, se ateve à de médio escalão.
Comentário	Esta definição corrobora com Lotta, Pires, Oliveira (2015); Pires (2018) e também a definição de cargos de confiança em Lopez e Praça (2018).
Interações	Referem-se às relações cotidianas ou esporádicas que envolvem entre outros, os atores diretos (que importam) como acadêmicos, representantes de atléticas e federação estadual do esporte universitário, e, do entorno - burocracias diversas estatal (como coordenações financeira, de transporte, de aquisições, de comunicação, pró-reitores e reitorias, secretários municipais e estaduais de esporte, burocratas do Ministério da Educação, gestores esportivos de outras universidades públicas, dentre outros) e não estatal (tais como empresas fornecedoras de material esportivo, clínicas médicas e seguradora, aqui incluem-se também as atléticas e a federação estadual).
Comentário	Abordada na literatura sobre políticas públicas, adaptamos a definição para as interações para a realidade das relações locais dos atores (MARQUES, 2019; ALMEIDA, GOMES, 2018; TATAGIBA, ABERS, SILVA, 2018; WEIBLE, CARTER, 2017)

[25] Para Bardin (2016) corresponde a transformação, efetuado segundo regras precisas, dos dados brutos em texto. Transformação que, por recorte, agregação e enumeração, permite a representação do conteúdo ou sua expressão. Portanto, é basicamente o momento que o pesquisador se utiliza do *corpus* e começa a selecionar trechos dos textos para criar códigos. Esses códigos podem ser definidos como um método que permite organizar e agrupar dados codificados similarmente em categorias ou famílias porque compartilham alguma característica padrão (SALDAÑA, 2013). Os códigos necessitam estar alinhados com a literatura acerca do tema de pesquisa e com o problema de pesquisa.

Infraestrutura esportiva	Espaços físicos necessários para a realização das ações de um conteúdo de política pública como atividades sistemáticas e assistemáticas, tais como treinamentos esportivos, atividades administrativas e organizacionais, eventos esportivos, dentre outros.
Comentário	Recebe pouca atenção na literatura, mas essa definição teve como base Brasil (1941; 1977; 1987) ao tratar do esporte universitário, na qual é chamada de praça esportiva.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No entanto, adiantando dados da seção Resultados e Discussão, no aprofundamento das coletas dos dados via entrevistas e confirmada posteriormente pela pesquisa documental, foram incorporados novos códigos para a análise conforme quadro 7 abaixo.

Quadro 7 - Descrições dos códigos incorporados acerca da estrutura da implementação do Esporte Universitário a partir da coleta dos dados

Código	Descrição adotada para a pesquisa
Padrões de ações	Para esta pesquisa, mediante características observadas, no plano operacional, são formas de organizar, disciplinar e centralizar as atividades de realização e/ou execução do EU, tendo como objetivo manter uma unicidade, aproximando-o da institucionalização com apropriação de uma BME dando uma cara menos amadora ao EU da instituição. Mediante contexto de ausência de regramento existente.
Comentário	Não é bem definido na literatura sobre políticas públicas. Lima e D´Ascenzi (2013) se referem a "padrões de práticas" na implementação por parte de burocratas que procuram dar respostas a uma determinada demanda frente situações não previstas. É bom salientar que tratavam especificamente de burocratas de nível de rua. Explicação mais detalhada no parágrafo abaixo.
Tipos de esportes e de públicos	Esporte universitário institucional: São os entes que o esporte universitário deve atingir diretamente conforme regramento específico, que seriam os acadêmicos de graduação e pós-graduação. Gerido inicialmente por uma Atlética Universitária, posteriormente passou para a ser pela instituição. Esporte universitário Atléticas Acadêmicas: São os mesmos entes que o esporte universitário institucional atende, porém são atores não estatais, autônomos e que geram suas próprias regras e formas de realizações do esporte universitário. Denominamos de esporte universitário autônomo. Esporte extensionista: público essencialmente externo à universidade, portanto oriundo da comunidade em geral, apesar que na instituição o servidores eram incluídos.
Comentário	No primeiro e segundo nos baseamos em BRASIL (1941; 1975; 1977; 1987; 2002) e FMEU (2009; 2020) e no terceiro em PROEXT (BRASIL, 2008) e UFMT (2019). Explicação mais detalhada no parágrafo abaixo.
Serviços prestados	Todo tipo de ação esportiva ofertado pela instituição à comunidade. São alguns de seus exemplos: práticas ou de treinamentos esportivos, eventos esportivos, encontros, dentre outros.
Comentário	Baseamos na ideia de que serviços prestados pela entidade estatal tem uma função social, com aplicação de recursos, que visa a busca pela melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do conteúdo de política pública. (RUTKOWSKI, 1998).

Fonte: Elaborado pelo autor.

O código padrões de ações foi nomeado a partir da identificação, na coleta dos dados via entrevistas, na qual os BMEs construíram para o esporte universitário na instituição uma norma de forma discricionária e autônoma. Essa iniciativa foi constatada na pesquisa documental, pela ausência de um regramento ou norma institucional que regulasse no caso empírico, o funcionamento do esporte universitário. Assim como definido por Lima e D´Ascenzi (2013, p. 104), os burocratas da implementação "criam padrões de práticas que tendem a limitar a demanda, maximizar a utilização de recursos disponíveis e obter a conformidade [dos usuários]". Desta forma, tal como essa citação, entendemos que os BMEs na ausência de um regramento interno consistente, organizaram suas ações "para obter soluções dentro dos constrangimentos que encontraram", ou seja, disciplinaram os procedimentos via criação de uma norma interna.

Já o código tipos de esportes e de públicos foi introduzido na pesquisa uma vez que identificamos três tipos[26] de esportes realizados na universidade: o extensionista e o esporte universitário, este subdivido em institucional (BME, FMEU, Atlética Universitária) e autônomo (Atléticas Acadêmicas e LAUF). O primeiro destinado à comunidade externa, enquanto os outros eram destinados aos acadêmicos. Posteriormente, na seção 5 Resultados e Discussão, vamos poder entender o porquê no nível local desta divisão. De qualquer forma, ele foi mantido, pois na trajetória histórica da BME, ele acabou por impactar as ações desses atores bem como do próprio esporte universitário.

O código serviços prestados foi identificado nos dados coletados, pois os atores citavam alguns eventos ou ações que foram realizadas no período estudado, porém pela natureza do estudo, ele foi descrito e tratado nos Apêndices L, M e N.

Já a infraestrutura serviu para reforçar a atuação da BME frente à implementação do esporte universitário. Como veremos na seção 5 Resultados e Discussões, o próprio marco regulatório impôs à universidade a oferta de uma praça esportiva, para que o esporte universitário pudesse ser operacionalizado, ou seja, que permitiria a realização das ações. Então, essa incumbência se somou à atuação da BME.

Após expormos como definimos os códigos, que como já explicamos, foram estabelecidos a partir do marco teórico/analítico, portanto *a priori*, partimos para o próximo passo. Nele então, buscamos criar um livro de códigos. Para tanto, selecionamos parte do material coletado, sendo quatro entrevistas, compondo pouco mais de 20% da amostra. Nelas,

[26] Tipos de esporte foi um termo que adotamos nesta pesquisa para diferenciar as diferentes formas que o esporte foi tratado na universidade no período da pesquisa. Essa diferenciação teve o objetivo de facilitar a interpretação daquilo se estava sendo discutido e analisado. Não teve nenhuma intenção de nominar uma tipologia para o esporte. Nesta pesquisa também, destacamos também a nominação dos termos preconizados na literatura como esporte em dimensões com já tratado na seção introdução (BRASIL, 1998; TUBINO, 2011).

destacamos os trechos que se referiram aos códigos definidos *a priori*. Mas, numa leitura atenta, observamos que alguns códigos envolviam complementos e nesses casos, surgiram os subcódigos, ou seja, aqueles que complementavam um código. Também encontramos códigos que não estavam previstos, mas que potencialmente poderiam contribuir aos objetivos da pesquisa, assim criamos novos códigos e subcódigos. A partir dessas constatações, construímos um livro de códigos já utilizando todo o material coletado. Informamos que como nossos dados eram qualitativos, eles eram variáveis categóricas nominais. Sendo assim, o livro codificação foi preenchido com números em que a linha representava o código e a coluna as observações a serem realizadas. Porém, conforme disposto em Sampaio e Lycarião (2021, p. 115) "o fato de se atribuir esse número (apenas em termos de preenchimento) não tornou a variável quantitativa."

Após a definição do livro de códigos, para dar mais robustez a análise de conteúdo categorial temática, buscamos confirmar a confiabilidade, que como dito anteriormente também pode ser utilizada em pesquisa do tipo qualitativa que utilize a análise de conteúdo como técnica de análise, principalmente de análise de conteúdo categorial (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021) como foi o caso desta pesquisa. Grosso modo, "o teste de confiabilidade [...] busca verificar se diferentes codificadores têm a mesma compreensão sobre as variáveis de análise e se a codificação pode ser replicada por outrem, gerando resultados similares" (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2018, p. 32).

Então, a partir da definição do livro de códigos, ele poderia ser submetido a observação intraobservador[27] ou interobservador. Embora a primeira forma seja aceita cientificamente, a segunda seria mais recomendada, principalmente em se tratando de pesquisas *strictu sensu*, como é o nosso caso. Escolhemos então, essa segunda alternativa, que é aquela em que se compara duas avaliações ou mais de observadores diferentes. Essa técnica possibilita comparar se os observadores dariam o mesmo ou similares laudos para as mesmas questões, a qual é denominado de codificação independente (NEUENDORF, 2002). Para uma observação independente, tomamos o cuidado para que os observadores não se comunicassem entre si e nem com o pesquisador que elaborou o livro de códigos.

Após esses cuidados, o processo foi realizado da seguinte maneira: destacamos dois observadores com experiência em gestão esportiva no âmbito da universidade e com o esporte

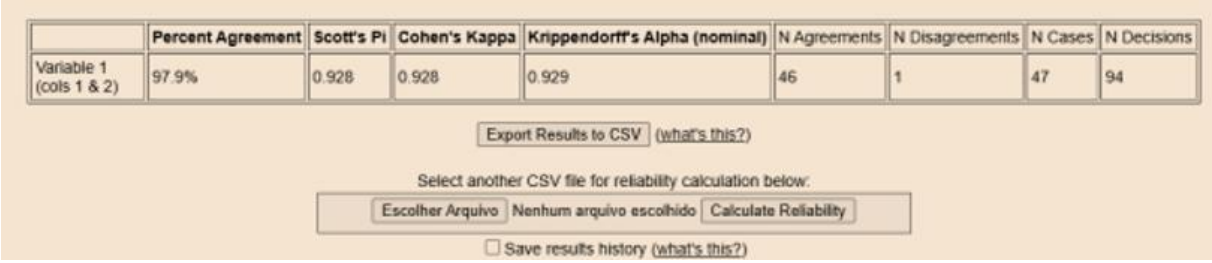
[27] Nesta forma, o próprio codificador realiza as observações do livro de código em momentos distintos. Realiza uma primeira observação, depois de um lapso temporal de cerca de sete dias realiza novamente sem consultar a primeira observação realizada. Após esse procedimento, submete à ferramenta apropriada para avaliar dois observadores. Neste caso, espera-se que o alpha atingido seja de ao menos ≥ 0,80 e o nível de concordância de no mínimo 90%. Níveis abaixo disso não seriam recomendados, afinal se o próprio codificador não concorda com suas próprias observações, que dirá outros que não tiveram envolvimento com o processo. Para melhor detalhamento, consultar (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021).

universitário. Enviamos o livro de códigos com as instruções para preenchimento (Apêndice F). Após a devolutiva, transcrevemos os dados para uma planilha com extensão (.csv), para realizarmos a checagem da confiabilidade. Segundo Neuendorf (2002, p. 134) “nessa checagem, o cálculo do nível de confiabilidade deve ponderar a chance aleatória de concordância”.

Segundo Sampaio e Lycarião (2021), existe mais de duas dezenas de testes de confiabilidade, mas especialmente três se destacam pelo uso disseminado nas pesquisas que são Kappa de Cohen, o pi de Scott e o Alpha de Krippendorff. Especialmente este último é considerado mais versátil e prático (MARZI, BALZANO, MARCHIORI, 2024), além de ser amplamente exigente, tem a vantagem de permitir a análise sendo feita por um ou mais avaliadores e permite que o cálculo de várias variáveis de uma única vez. O Kappa de Cohen, já tem a limitação de utilizar no máximo dois avaliadores. Esses testes nos pareceram satisfatórios para a pesquisa, já que utilizamos a observação de dois interobservadores. Como a pesquisa dispunha de poucos recursos (financeiros) para ter acesso a *softwares* mais sofisticados, tivemos acesso à ferramenta *ReCal* desenvolvida pelo pesquisador por Dean Freelon (FREELON, 2010).

Então, em seguida a planilha foi anexada na ferramenta *ReCal2* (FREELON, 2010) e realizamos o teste de confiabilidade. Na figura 2 podemos verificar os resultados apurados.

Figura 2 - Resultado do teste de confiabilidade interobservador (Kappa de Cohen, Pi de Scott e Alfa de Krippendorff) do livro de códigos da análise de conteúdo



Fonte: Elaborado pelo autor. Gerado via ferramenta *ReCal*, disponível em http://dfreelon.org/utils/recalfront/ e em https://www.k-alpha.org.

Os resultados apontaram 97,9% de concordância entre os interobservadores com os códigos propostos no livro de códigos. A confiabilidade foi confirmada tanto pelo Kappa de Cohen (0,928), pelo pi de Scott (0,928) e pelo alfa de Krippendorff (0,929), correspondendo a um nível confiabilidade desejável (Alpha $\geq$ 0,80), que traduzindo seria que os codificadores codificaram o mesmo material a partir de compreensão significativamente e sistematicamente semelhantes entrei si.

Reconfirmamos um dos testes (Kappa de Cohen) realizando no R utilizando o Pacote *irr: Various Coefficients of Interrater Reliability and Agreement* (PACOTE IRR, 2019), sendo

que o resultado foi Kappa = 0,928, ou seja, confirmou o resultado encontrado na ferramenta *ReCal*. Os quadros com as normatizações completas podem ser verificados no anexo B. Sendo assim, a partir desta constatação (confiabilidade do livro de códigos) passamos a realizar a codificação no restante do material.

Como nosso objeto de estudo foi a atuação da BME frente conteúdo de política pouco regulado e financiado, o exemplo que trazemos para ilustrar essa seção, é o do caso da codificação das relações esses burocratas estatais realizaram no período da pesquisa. A partir daí, passamos a identificar nas entrevistas dos BMEs, os trechos que se referiam a esse código específico. Então, em cada entrevista extraímos trechos que serviram de evidências e faziam referências às relações realizadas. Observamos que essas relações envolviam diversos atores diretos e do entorno do esporte universitário. Daí, dividimos o código em subcódigos, sendo que cada subcódigo representava um ator da relação (figura 3). Lembramos que essa divisão não foi discricionária, pois se embasava na literatura, por exemplo, para determinarmos quem era do alto escalão e médio escalão, recorremos à questão dos cargos de confiança e na hierarquia no serviço público, pensando sempre no nível local, já que estávamos falando da implementação.

Figura 3 - Exemplo de codificação das relações dos BMES do EU a partir das evidências coletadas

Fonte: Elaborado pelo autor.

No passo seguinte, separávamos esses trechos (recortes) numa “caixa divisória”. Essa divisão de todos os trechos das entrevistas serviram para posterior enumeração, que foi realizada, neste caso específico, como contagem via frequência, ou seja, a quantidade de vezes que esses trechos se referiram às relações. Esse processo serviu depois para a realização da categorização. Em seguida, juntamos todos os trechos num quadro (modelo), para posterior análise e categorização.

A organização da codificação seguiu critérios estabelecidos conforme a técnica de análise de conteúdo, na qual utilizei dois tipos de organização, por recorte (a escolha das

unidades, o que recortei do texto, também chamado de índices) e enumeração (regras de contagem, também chamado de indicadores).

Para a realização da codificação utilizei como recorte, a unidade de registro tema[28], ou seja, o que marquei como registro no texto. Das opções disponíveis de marcação[29] de unidade de registro, ela é a mais utilizada nos estudos que empregam a técnica de análise de conteúdo. Proporciona uma afirmação acerca de um estudo. Muitos dos aspectos da implementação são observados num contexto com um todo, daí o tema simboliza uma unidade de significação relacionado à teoria. Sendo assim, a análise temática propiciou identificar núcleos de sentido que compõem a comunicação, cuja presença ou frequência de aparição significa algo em relação ao objetivo do estudo.

O próximo passo que dei foi a obediência à enumeração[30], ou seja, a forma como contei aquilo que foi estabelecido como unidade de registro adotada na pesquisa (tema). Importante ressaltar que essa escolha de regra de enumeração teve um sentido específico e estava alinhado com o tema de pesquisa. Dessa forma, adotei o critério de identificar a frequência[31]. O número de vezes que o tema foi citado importou pois, forneceu subsídios (evidências) de que o tema teve maior importância frente a outros que tiveram um número de citação mais baixo. Um exemplo do que foi realizado encontra-se no quadro 8 abaixo.

Quadro 8 - Exemplo do recorte (evidência) das relações da BME no esporte universitário

Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidência (trecho recortado)**
Atores estatais internos (alto escalão) n = 1	Na minha época mesmo como gestor eu também ouvia bastante, juntamente com a Supervisão, porque não dá para você falar da coordenação de esporte, lá da PROCEV, da própria PROCEV na área esportiva, sem falar da Faculdade de Educação Física, sem a Supervisão, que é um trabalho, é um complemento, como eu disse para você veio até a ajudar proporcionar. (BME 2, 2024)

Fonte: Elaborado pelo autor.

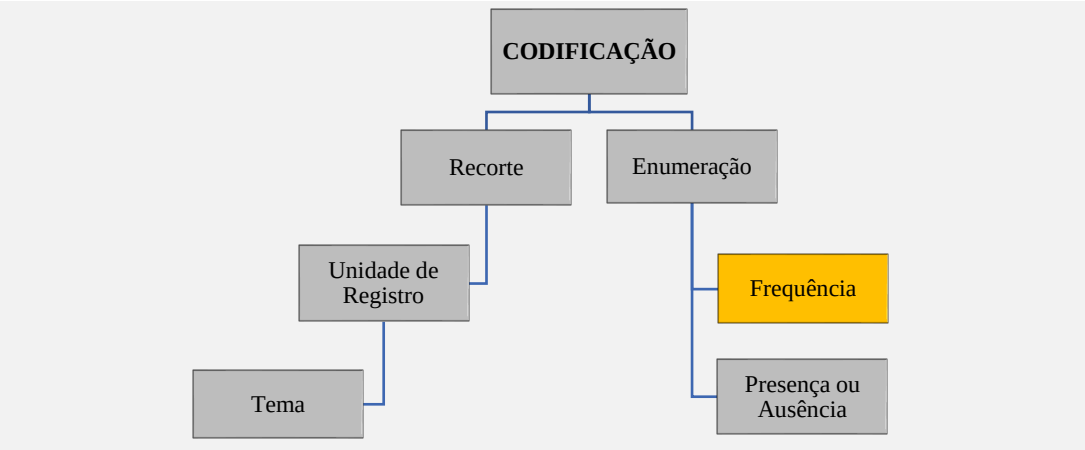
Na questão da validade, utilizamos àquela que segundo Sampaio e Lycarião (2021, p. 111) ser a melhor forma em estudos qualitativos, a transacional, ou seja, "a validade de uma AC é dependente do quão convincente ela se mostra à comunidade a qual ela é dirigida", assim,

[28] Segundo Bardin (2016) é a unidade de significação a codificar e corresponde a segmento de conteúdo considerado como unidade base, com o objetivo de categorizar e contar a frequência que pode ser por meio da intersecção de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos, indivíduos).
[29] Para melhor entendimento dessas unidades consultar Bardin (2016).
[30] São apresentados sete tipos de enumeração: ordem, co-ocorrência, direção, frequência ponderada, intensidade, frequência e presença ou ausência. Para evitar prolongamento em demasia do texto e para conhecer as demais enumerações citadas recomendo consulta ao texto de Bardin (2016).
[31] A frequência diz respeito a quantidade de vezes que um código aparece nas entrevistas ou documentos.

somente os resultados não foram e não são considerados suficientes para a validade, por este motivo também disponibilizamos o livro de códigos utilizado (versão interobservadores – Apêndice F e versal final – Apêndice G), o marco teórico (seções 2 e 3) e a pergunta de pesquisa (seção 1 Introdução). Sendo assim, esse conjunto formou aspectos que permitiram em que segundo os autores o "próprio campo científico na qual a pesquisa se insere seja justamente o melhor árbitro para avaliar a validade do estudo em tela".

Um outro fator que cuidamos em atender e que pressupomos que contribuiu para aumentar a robustez da técnica de análise de conteúdo empregada na pesquisa foi questão da replicabilidade, pois detalhamos o passo-a-passo que realizamos (nesta seção de metodologia), disponibilizamos o livro de códigos (nos anexos) e apresentamos baseados nessas premissas os resultados (seção 5 Resultados e Discussão) e o corpora da pesquisa[32] (SAMPAIO, LYCARIÃO, 2021). Na figura 4, apresento o desenho que ilustra de forma resumida o mapa da análise de conteúdo da segunda fase que explicitei nesta seção.

Figura 4 – Desenho da segunda fase da análise de conteúdo temática categorial.



Fonte: Replicada de Bardin (2016).

Em resumo, os códigos tiveram uma ligação direta e estavam alinhados com o arcabouço teórico e com a revisão de literatura, sendo na forma dedutiva. A revisão pôde dar um suporte no sentido que ajudou a organizar os grupos de códigos, no que os participantes estavam falando e o que estavam contidos nos documentos, a mostrar essas relações e claro a própria pesquisa. Na junção de códigos, o olhar do pesquisador, munido do conhecimento da teoria empregada, mais os dados coletados foi muito importante, pois aumentou a chance de acertabilidade e deu sentido juntá-los ou não. Essa tarefa, portanto, esteve longe de ser aleatória para o pesquisador.

[32] Na medida do possível, uma vez que há questões éticas implicadas, como manter o sigilo sobre os participantes.

4.5.2 Análise de Conteúdo: categorização

Após a codificação, o próximo passo que dei foi do processo da categorização, sendo ela a classe que reúne um grupo de elementos com características comuns sob título genérico. A escolhida foi a dedutiva, ou seja, que os códigos foram oriundos do marco teórico/analítico. Nesse processo realizei a seleção dos textos que foram codificados e reorganizados conforme padrões e critérios com fins de buscar identificar de que forma esses dados qualitativos foram organizados.

Como procedimento, realizei o inventário[33] e depois o reagrupamento[34]. Como rito, diferenciei um trecho de outro e depois operei por reagrupamento. Ou seja, reservei todos os trechos que importavam para a pesquisa que recortei das entrevistas e dos documentos e a partir disso agrupei por padrões de semelhança. Posteriormente, agrupei em categorias em consonância com a literatura.

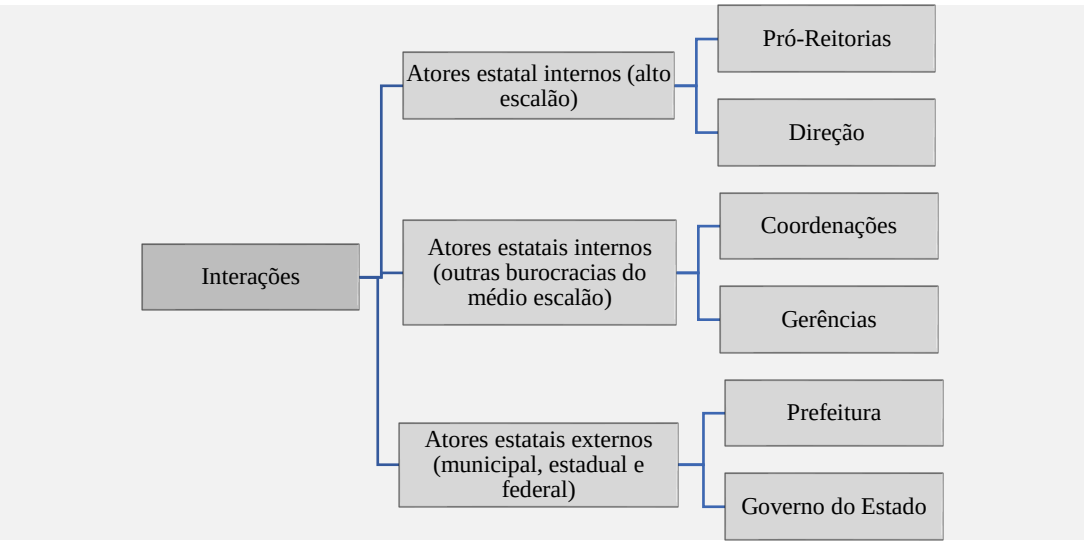
A categorização, a partir da forma dedutiva, ocorreu do processo abstrato (mais conceitual, ou seja, mais teórico) para o real (mais concreto ou mais descritivo). Assim, a partir do estava descrito na teoria, busquei, via evidências coletadas, explicar a realidade (SALDAÑA, 2013). Importante salientar que os códigos padrões de ações e tipos de esporte e de públicos foram inseridos a partir do contexto analisado da pesquisa. Eles não foram derivados inicialmente da literatura sobre implementação de políticas públicas. Foram incluídos também a infraestrutura (praça esportiva) e os serviços prestados que são pouco referenciados na implementação. A categorização envolveu também critérios[35] e qualidades[36]. Eles podem ser sintático, léxico, expressivo e semântico. A forma de registro que adotei para esta pesquisa foi o por semântica (significados semelhantes), pois optei pela análise de conteúdo temática, tendo como unidade de registro tema.

Como foi explicado o procedimento realizado na figura 3 para a codificação, agora na figura 5 abaixo, apresento um exemplo da categorização final das interações realizadas pela BME com atores estatais internos e externos.

---

[33] É uma operação de classificação de elementos de um conjunto (BARDIN, 2016).
[34] É a junção por gênero segundo critérios definidos (BARDIN, 2016).
[35] Sintático orientado para os tipos de classe e da palavra. Léxico sentido da palavra em comparação com o dicionário. Expressivo orientado para como é a expressão do entrevistado. Normalmente esses critérios são mais utilizados para estudos da linguística (BARDIN, 2016).
[36] Na construção das categorias há que se observar suas qualidades que são: exclusão mútua uma categoria não pode ser ambígua, isto é, pertencer em outras categorias; homogeneidade, as categorias têm que ter tamanhos semelhantes; pertinência, as categorias têm que estarem diretamente relacionadas com o que se está pesquisando; objetividade e fidelidade, as categorias precisam ser descritas de forma suscinta e dizer exatamente as informações ao que os dados revelaram; e, produtividade, as categorias têm que ajudar a responder o problema da pesquisa.

Figura 5 - Apresentação da categorização, código e subdivisão dos códigos a partir das evidências coletadas

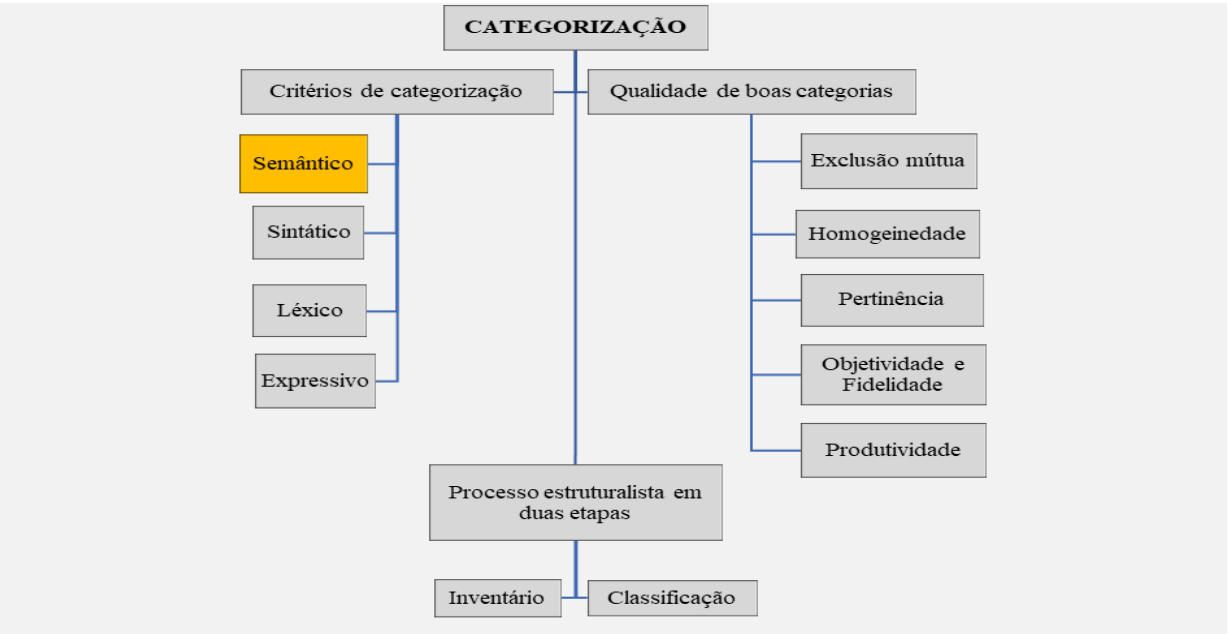


Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar na figura 5 acima que a BME apresentou relações com mais variados atores internos e externos em posições distintas, que foram agrupados em um único tipo de ator e quando reagrupados na categorização, formaram as interações da BME. No livro de códigos final (Apêndice G) poderá ser conferida a categorização geral da pesquisa.

Na figura 6 abaixo, apresentamos o desenho de forma resumida do mapa da análise de conteúdo da terceira fase explicitada no texto desta seção.

Figura 6 – Desenho da terceira fase da análise de conteúdo temática categorial.



Fonte: Replicado de Bardin (2016).

Por fim, é sabido que a técnica de análise de conteúdo de dados qualitativos gera muitos dados a serem analisados, que se fossem analisados manualmente, me exigiria muito tempo investido nesta etapa. Para facilitar esse trabalho, utilizei o *software* ATLAS.ti (Windows) que me auxiliou no processo da análise, que fez relações que somente no processo manual talvez não conseguiria perceber. Porém, ele sozinho não faz a análise, ou seja, essa tarefa coube a mim como pesquisador. O *software* me ajudou a gerenciar a quantidade de dados com algumas funções como selecionar parte dos textos para analisar posteriormente, buscou trechos codificados de forma mais simples, ajudou a visualizar os resultados de forma a ajudar na análise, dentre outros.

O que nos fez pesquisar também a BME na implementação do esporte universitário, foi o fato de ser esta burocracia pouco referenciada em estudos deste conteúdo de política pública. Fizemos então uma revisão de literatura e encontramos esta lacuna. A seguir apresentamos esta revisão.

4.6 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção tratamos da revisão de literatura acerca da implementação do esporte universitário, buscando encontrar estudos que tiveram como foto de análise a BME. Realizamos essa revisão movidos pela questão em saber o que já foi estudado, ou seja, o que já foi construído, o que já se sabe sobre a atuação desse ator na implementação.

Desta revisão observamos que o esporte universitário, enquanto conteúdo de política pública, possuía a regulamentação antiga, recebendo pouca atenção estatal, possuiu financiamento oscilante a depender do humor e do momento do governo federal, denotando em determinado instante se assemelhar mais a uma política de atividades (projetos e programas) do que um conteúdo de política pública consolidado. De modo que este conteúdo na implementação acabava sendo deixado numa forma de condução discricionária no nível local, ancorado principalmente na autonomia da universidade.

Então nos estudos que tiveram como tema o esporte universitário, percebemos que eles demonstraram um comportamento em que a implementação do esporte universitário variou, às vezes era implementado e às vezes não, ou até mesmo não sendo realizado a depender de cada contexto local.

Desta forma, não conseguimos encontrar explicações consistentes do porquê isso acontece e às vezes não. Descobrimos também que costumeiramente a BME na implementação do esporte universitário não foi interesse como objeto central de estudo, demonstrando haver uma lacuna sobre a atuação desse ator na implementação desse esporte.

A seguir, na próxima subseção, primeiramente apresentamos os procedimentos utilizados para a pesquisa dos trabalhos que serviram de base para a revisão.

4.6.1 Procedimentos iniciais

As principais bases digitais acadêmicas que utilizamos para a pesquisa foram: Capes Catálogo, Capes Periódicos, Capes Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Scholar, Lilacs e Scielo. Os procedimentos realizados nas bases de busca foram: inicialmente, fiz a busca com palavras-chave iniciais “Política de Esporte”, “Implementação”, “Burocracia de Médio Escalão”, “Universidade”, “Políticas Públicas”. Contudo, o resultado foi muito abrangente, saindo muito fora do tema proposto de pesquisa. A busca foi melhorada e mais específica ao utilizar as ferramentas de trucagens, que delimitaram especificamente o tema. Daí, o resultado da busca ficou mais refinado e mais próximo do tema de pesquisa. Após a utilização de várias combinações das palavras-chave (1) Política de Esporte and Implementação and Universidade, (2) Esporte Universitário and Implementação and Interação, (3) Esporte Universitário and legislação and Burocracia, (4) Esporte Universitário and Financiamento and Burocracia, foram os que melhores deram resultados mais próximos ao tema da pesquisa nas buscas, conforme tabela 2 abaixo.

Tabela 2 - Resultado de busca do tema implementação e burocracia do esporte universitário nas bases de pesquisas

Bases pesquisadas	Lilacs	Scielo	Capes Catálogo	Capes Periódicos	Capes BDTD	Google Scholar
Número de trabalhos	20	11	32	12	94	39

Fonte: elaboração do autor (2023).

Realizei leitura dos resumos dos trabalhos e constatei que ainda que com a filtragem, trouxeram trabalhos que não focaram diretamente o ambiente universitário. Tratavam de diversos temas que extrapolam o proposto na pesquisa. Foram trazidos estudos relacionados à formação, crianças e adolescentes, ambiente escolar, pessoas com deficiência, lazer, educação ambiental, violência, gênero, políticas públicas de esporte e lazer em esferas municipais, estaduais e nacional, terceiro setor, dentre outros. Estes trabalhos não foram considerados para esta pesquisa.

Com a dificuldade de identificar estudos acerca da atuação da BME na implementação, adotei o critério de inclusão para a revisão de literatura trabalhos que tratavam da política de esporte na universidade, ainda que eles fossem amplos em termos de delimitação. Essa conduta resultou nos trabalhos mais próximos à aderência ao tema de pesquisa.

4.6.2 Estudos sobre o esporte universitário

Alertamos, inicialmente, que a revisão de literatura foi sucinta. Na pesquisa, observamos que o tema de estudo proposto não era muito discutido na arena universitária. A figura da BME não aparece com frequência, e, em se tratando de sua atuação na implementação ainda menos. Essa situação ao mesmo tempo que preocupou (pois, um volume de estudos com mais possibilidades de discussão enriquecem um tema), por outro lado propiciou a lacuna, ou seja, uma oportunidade que instiga o pesquisador a buscar elucidar um problema encontrado de forma empírica, mas que de alguma forma contribui para a análise da implementação partindo de situações reais. Como veremos mais adiante, na seção de Resultados e Discussão, quando do marco regulatório sobre a implementação do esporte universitário, encontramos uma resposta pela ausência deste ator, já que a regulação previa um outro ator na gestão.

Nos deparamos inicialmente, com um conjunto de autores que são considerados os principais pesquisadores da atualidade da política pública de esporte e lazer no Brasil (ROJO, MEZZADRI, SILVA, 2019), como Fernando Starepravo, Fernando Mezzadri, Marcelo Silva, Marchi Júnior, Fernando Mascarenhas, Pedro Athayde, Dirceu Silva, Katiuscia Figuerôa, Gisele Schwartz, Edmilson dos Santos, Giselle Tavares, Hélder Isayama, Carlos Borges, Fernando Cavichiolli e Simone Rechia. Esses autores publicaram artigos sobre o tema em periódicos da área com classificação qualis variando de B5 a A2. Os autores eram oriundos de universidades principalmente das regiões sul-sudeste. Utilizaram em seus estudos diversas abordagens teóricas quanto ao fato da constituição das políticas de esportes e lazer voltadas à população em geral, com ênfase nos estados e os municípios. Essas abordagens variam desde crítica ao embasamento neoliberal do processo de construção, visão mais economicista, pautada num pragmatismo e na competitividade, em abordagens que envolvem o materialismo histórico dialético, o estruturalismo, as redes, dentre outros. Porém, apesar dessa gama de autores, poucos adentraram no âmbito do esporte nas universidades, casos de Athayde e Starepravo. Ainda assim, não foram identificados estudos que abordassem a implementação do esporte universitário considerando o ator estatal BME.

Num outro conjunto do corpus de estudos revisados, percebemos que, considerando a arena local, houve a existência de ações que visavam o âmbito universitário, porém não se configuraram especificamente como uma política de esporte, pois, eram projetos e programas sendo realizados sem uma unidade centralizada (no âmbito local), buscando objetivos com aspectos educacionais, socialização e inclusão (permanência), mas, díspares quanto ao atendimento de segmentos dos atores que comumente se pensa quanto ao esporte universitário (JÚNIOR SILVA, UNGHERI, 2022, CUELLAR *et al*., 2022; JÚNIOR SILVA, 2021; SOUZA,

SILVA M, SILVA J, 2019). Projetos e programas de governo, são exemplos de relevantes parcerias com as universidades, porém não se pode afirmar que contemplam uma política pública de fato, se considerarmos alguns aspectos: se originam de iniciativa de política de governo, que são constituídos de padrões estabelecidos de forma exógena à universidade (há um engessamento no manejo, numa espécie de *franchising*, não se pode moldar ou mudar o padrão estabelecido para o nível local, uma política de *franchising*), que não tem como fim a universidade (exceto o Programa Segundo Tempo Universitário), que tem uma periodicidade específica e que há um limite orçamentário que não consegue atingir à todas as instituições existentes. Por essas características, coaduna-se com o que Zingoni (1998) ao analisar a política pública de esporte e lazer brasileira nomeou de "políticas de atividades" e não com uma política institucional.

Por outro lado, não se pode desprezar esses arranjos, já que as universidades mediante suas autonomias podem estabelecer parcerias que venham contribuir para a ampliação do esporte universitário, pois, mediante cenário de escassez de financiamento, materiais e pessoal, esse arranjo institucional pode mitigar as fragilidades impostas por um cenário contingente, ou mesmo servir de *know-how*, estimulando a universidade a buscar implantar uma política (GONÇALVES, SILVA, MARINS, 2019).

Ademais, o que o nível local produz, com seus diversos atores e seus arranjos, ainda que não prescritivo normativo, com cenário de pouca regulamentação, é relevante para entender o real acontecimento das ações estabelecidas, premissa que também está em jogo no cenário contemporâneo de análise de implementação, como bem vimos na seção que tratou do marco teórico deste estudo.

Com a dificuldade de encontrar estudos que analisassem especificamente a atuação da BME na implementação do esporte universitário, supostamente pouco regulado e financiado, destacamos a seguir alguns que de alguma forma se aproximaram mais do tema.

Do conjunto de trabalhos pesquisados, que abordaram o esporte universitário, identifiquei como tema algumas categorias elencadas como: política pública (CASTILHO, 2020; BELATO, 2018; BARBOSA, 2017; STAREPRAVO *et al*. 2010; AZEVEDO, 2008); atuação de atléticas universitárias (PEREIRA, SILVA, 2019); programas de esporte e lazer de governo (GONÇALVES, SILVA, MARINS, 2019; ZAKUR JUNIOR, 2021; ENGELMAN, OLIVEIRA, 2012); esporte e a assistência estudantil (VIEIRA, ATHAYDE, 2023); terceiro setor (D'ÁVILA, FERNANDES, 2015); e, manifestações do esporte e políticas institucionais (RIBEIRO, MARIN, 2012).

Observamos nos estudos um destaque do domínio de atuação estatista nas ações no que tange ao esporte universitário. Essa perspectiva embasa-se numa razão que é a prescritiva

constitucional que como já visto anteriormente é um dever do Estado a oferta do esporte à sociedade. Esta característica encontrei no estudo de D'Ávila e Fernandes (2015), que utilizando o materialismo histórico dialético, fizeram uma crítica quanto a utilização da universidade pública com parceira de projeto esportivo de organização não estatal que na visão dos autores, operando numa lógica neoliberalista na qual em tese, "desobriga" o Estado de contemplar um direito social estabelecido constitucionalmente, além do fato de buscar na universidade pública, a utilização de mão de obra ao estabelecer uma relação trabalhista (ainda que sem vínculo empregatício) com os atores que atuam nesse tipo projeto, principalmente acadêmicos.

Também numa vertente estatista, compreendendo o esporte como um direito social, Ribeiro e Marin (2012), buscaram na atuação das universidades públicas o que elas têm proposto em termos da garantia estatal na política institucional acerca das manifestações do esporte, prescritos constitucionalmente. Segundo as autoras, as universidades públicas fazem alusões ao apoio e ao incentivo delas, mas não sinalizam que tipo se referem e sem preveem propostas objetivas. Há uma relação aparentemente clara daquilo que difere entre o desenho real e o aparente, porém essa premissa não foi confirmada, já que o estudo se baseou em pesquisa documental.

Por outro lado, o Estado tem adotado procedimentos de descentralização de sua atuação nesse campo. Destacam-se a realização de programa de esporte e lazer do Estado no âmbito universitário (GONÇALVES, SILVA e MARINS, 2019), e este âmbito sendo utilizado como processo de conhecimentos que busca operacionalizar projetos e programas estatais para realização externa (ZAKUR JUNIOR, 2021). Os programas de esporte e lazer do Estado, como uma ação derivada da construção de políticas públicas, exige todo um trabalho de conexão com esforços do coletivo, com os movimentos sociais e com práticas concretas do cotidiano, via redes (ENGELMAN, OLIVEIRA, 2012). A descentralização apresenta-se como uma estratégia de modernização do Estado, que busca simultaneamente prover o processo democrático e participativo e atingir maior eficiência. Porém, ações advindas do Estado tendo as universidades como uma base de implementação, ou como lócus de formação de atores (profissionais de educação física) para atuação em projetos e programas externos a elas, é uma concepção de descentralização deletéria se tomar contornos de contingência (imediatismo), sem um plano de longo prazo (ZAKUR JUNIOR, 2021).

Ainda que buscando descentralização, o financiamento estatal no esporte universitário é fulcral e tem efeito direto na sua implementação. Este aspecto foi tema nos estudos Starepravo *et al*., 2010. Numa leitura sob a ótica da teoria dos campos, os autores analisam a ligação do esporte universitário com o Estado. Na sua trajetória histórica o governo federal vai estar muito

presente, seja regulamentando, seja financiando, ou atuando com seus burocratas estatais (do alto escalão), no sentido de estimular de forma exógena, mudanças endógenas em momento de relações conflitantes na sua organização (confederação nacional), que está nas mãos da burocracia não estatal. Mas, embora buscando o esporte universitário uma independência do Estado, sendo que este, ainda que operando numa descentralização, constatou-se a dependência do financiamento estatal, ou seja, o Estado era e continuava sendo o principal provedor do esporte universitário, deixando nas mãos das organizações não estatais a sua gestão, característica de política multicêntrica.

Vieira e Athayde (2023), em estudo que incluiu o financiamento do esporte em uma universidade da região nordeste, concluíram que o financiamento era escasso e oriundos de recursos próprios e do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No entanto, não havia uma cobertura satisfatória, já que o recursos tinham que ser disputados por outras áreas previstas no plano e que era inconclusa a institucionalidade que ajudasse na permanência dos estudantes em vulnerabilidade social. Este estudo tinha característica mais de esporte na vertente assistência estudantil do que propriamente universitário.

Porém, os atores não estatais, especificamente do sistema federativo esportivo piramidal, atuaram de forma eficiente para garantir que essa estruturação se fortalecesse. Uma prova do sucesso desta atuação é que a regulamentação mais atual acerca do esporte brasileiro, tratou do esporte universitário em termos de destinação de financiamento, principalmente destinado à estruturação federativa esportiva (BRASIL, 2018). Embora o Estado tenha se preocupado com a categoria do financiamento, e apesar da destinação direta de recursos ao esporte universitário pela legislação, ele não atinge às universidades diretamente e nem à sua implementação, deixando o local com suas autonomias “escolherem” o que fazer.

Preocupados também com o financiamento do esporte universitário, alguns autores acreditam que não existe uma política de esporte universitário efetiva no Brasil. Alguns fatores foram apontados por Azevedo (2008) tais como ausência de uma política efetiva para o desenvolvimento do esporte universitário, falta de incentivo à capacitação, baixos salários ou até trabalho voluntário, falta de espaços e instalações esportivas adequadas, quase nenhuma discussão sobre a consolidação para uma política pública central que normatize suas práticas nas universidades públicas. Propõe que é urgente as discussões sobre uma política que garanta diretrizes norteadoras, que propiciem um maior investimento, contratação de pessoal capacitado para a gestão nas universidades públicas. Aponta que as universidades privadas se destacam no cenário esportivo universitário justamente por terem condições peculiares e menos burocráticas para a formação de suas equipes esportivas.

Já Barbosa (2017) apontou uma indefinição quanto ao real papel do esporte na universidade (permeado por suas autonomias) se é extensão ou assistência estudantil. De qualquer forma, não poderia ser extensão exclusivamente, uma vez que pelos seus princípios, a extensão universitária, visa dentre outras ações atender segmentos de atores da comunidade externa a uma universidade (FORPROEX, 2012), ou seja, tem uma função como burocracia estatal de prestação de serviço de atendimento exógeno, o que contraria a legislação vigente sobre o esporte universitário, que é calcado em acadêmicos de graduação e pós-graduação (como veremos na seção Resultados e Discussão). Neste cenário, numa perspectiva de política pública, o docente com o auxílio do discente, realizariam um papel de burocracia de nível de rua nas ações extensionistas.

Já a assistência estudantil, por sua vez, tem uma vertente de atendimento de manutenção do acadêmico na instituição e reforço de políticas afirmativas, neste bojo tem a característica de atendimento de parte do segmento universitário, deixando de fora os acadêmicos que não se enquadram nesta condição.

Um ator não estatal que está associado ao esporte universitário é a Atlética Universitária, composta por acadêmicos de graduação e pós-graduação[37]. Ela foi objeto de estudo de Pereira e Silva (2019), que realizaram uma pesquisa sobre políticas de esporte e lazer nas universidades públicas federais do estado de Minas Gerais. Os autores contribuíram com achados em que as Atléticas não só desenvolviam o desporto universitário, como também contribuíram para a integração da comunidade acadêmica com ações que envolveram aspectos sociais e culturais. No entanto, esse sucesso não tem conseguido se estabelecer em outros locais.

Se a política pública de esporte universitária é pouco regulamentada e o esporte universitário carece de reformulação em situação nacional, pode ocorrer, no âmbito local, a não existência de política de esporte universitária implantada, como no caso do estudo de Castilho (2020) que estudou algumas universidades públicas federais do norte brasileiro e observou não existir uma política pública implantada, ao mesmo tempo em que ações eram realizadas. Por outro lado, ao mesmo tempo pode ser observado em nível subnacional a identificação desta política, mas com problemas calcados em oscilações de financiamento (austeridade fiscal por parte do Estado) e de ações implementadoras com dificuldade de atendimento efetivo do público-alvo potencial, como no estudo de Belato (2018), numa universidade federal da região Centro-Oeste brasileira.

Em síntese, a implementação do esporte universitário em nível local, a literatura nos mostrou que aparentemente é uma coisa discricionária, delegada pelo nível federal ao nível

[37] No marco regulatório, que será tratada na seção de Resultados e Discussão, veremos que se adensou o docente na regulação de 1987, (BRASIL, 1987). Porém, aparentemente não houve a adesão efetiva.

local, é pouca regulamentada, tem pouco recurso, sua implementação vai depender e variar de acordo com o nível local. Tem poucos estudos que explicam o porquê disso, mas delegam explicações ao nível neoliberal (Estado mínimo), a falta de recursos, a autonomia da universidade, a ausência de política institucional local e assim por diante. Percebemos que, são escassos trabalhos sobre a BME no contexto da implementação do esporte universitário, como também não há muitas explicações do porque ou não que isso acontece no nível local.

Logo, um cenário é posto, se não há regulamentação consistente, não há direcionamento para o nível local. Por outro lado, com autonomia, o local, pode por discricionariedade do alto escalão realizar ou não realizar a implementação, sem nenhuma preocupação com qualquer tipo de sanção. Dessa forma, o local pode tomar a decisão de realizar sem nenhuma preocupação com os aspectos da estruturação da implementação, calcado no prescritivo normativo, ou seja, no marco regulatório. De qualquer forma, como vimos na seção do marco teórico, para a atual geração de estudos de análise de implementação, o que os atores fazem fora do prescritivo normativo precisa ser levado em conta.

A ausência da análise da atuação da BME e outros possíveis atores (estatais e não estatais) com o tema da implementação do esporte no âmbito universitário nos estudos, demonstra existir uma lacuna a ser preenchida, principalmente no que tange ao *modus operandi* da BME no nível local do esporte universitário com marco regulatório supostamente antigo e pouco financiado.

Não observamos nos estudos a implementação do esporte universitário funcionando como uma peça que faria com que a política não fosse composta por várias instâncias isoladas, sem interação, sem conseguir integração interna entre os padrões de organização incluindo por exemplos, os atores estatais (burocratas), não estatais (acadêmicos interessados, associações atléticas e federação). O excesso de fragmentação produz efeitos negativos no ambiente político-institucional, podendo levar a adoção de padronização que se diferem ou se chocam, e que podem impedir o desenvolvimento pleno de uma política (PIRES, 2015), propiciando inclusive a inação ou mesmo a adoção de não fazer (CANAN, SANTOS, STAREPRAVO, 2017).

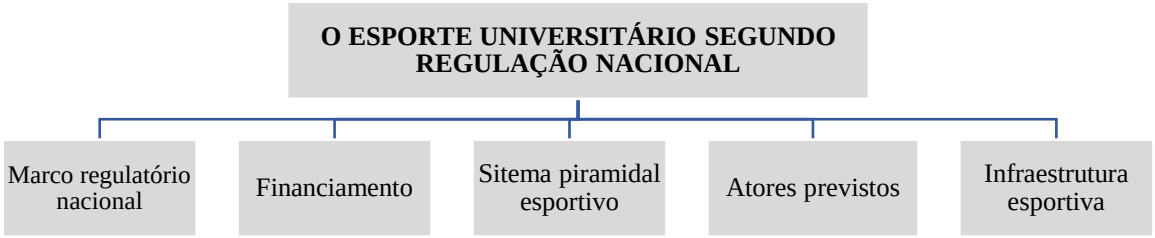
Ainda que exista um regramento no modelo federativo esportivo universitário e uma centralização dele, que não chega até a implementação nas universidades públicas, é importante que as instâncias embora se difiram em sua constituições (tipos de atores), de alguma forma estejam em constante interações para contribuição nessa implementação. Ademais, contemporaneamente a análise de política pública, passa também pelas interações horizontais (descentralizadora), com a multiplicidade de atores e instituições que compõem a instância horizontal (BICHIR, 2018b).

Por fim, do ponto de vista teórico mais contemporâneo, a implementação (incluída também o esporte universitário) compreenderia uma arena que envolveria atuação de burocracias diversas em instâncias também diversificadas (estatais e não estatais) e nela se insere a BME. Na seção a seguir, apresentamos e discutimos os achados empíricos da atuação da BME na implementação do esporte universitário.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, apresentamos ilustrações da seção resultados e discussão. Nelas, demonstramos como construímos essa seção para facilitar melhor a compreensão do que foi apresentado e depois analisado. No primeiro desenho (primeiro momento), apresentamos a estrutura da implementação do esporte universitário segundo a regulação nacional e como de fato ele estava instaurado no nível local. O texto foi embasado numa construção linear, e este primeiro momento percorreu a trajetória histórica local até o ano de 2008.

Figura 7 - Primeiro momento. Estrutura da Implementação do EU segundo a regulação nacional e sua reverberação no nível local



Fonte: Elaborado pelo autor.

No segundo momento, apresentamos, discutimos e analisamos os aspectos que emergiram dos dados, tendo como pano de fundo a trajetória histórica da atuação da BME na implementação do esporte universitário (destaques na figura 8 abaixo). Nesse momento, incluímos um novo código definido *a priori* interações, e, dois novos códigos que também emergiram dos dados que foram os códigos padrões de ações e tipos de esportes e de públicos. Esses códigos somados aos do primeiro momento, serviram para embasar a análise da atuação da BME na implementação do esporte universitário. A trajetória histórica percorreu de 2009 até o ano de 2022.

Figura 8 - Segundo momento. A trajetória histórica da atuação da BME na implementação do EU na UFMT no período de 2009 a 2022

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressaltamos que, embora o objeto dessa pesquisa foi a atuação da BME no contexto do esporte universitário com pouco regramento e financiamento, identificamos dois principais tipos de esporte[38] que a universidade promoveu ao longo do período estudado. Fazemos a diferenciação entre um e outro na figura 9 abaixo, além de, na sequência do texto discutimos e analisamos essa diferenciação. O esporte extensionista inclusive foi o mais robusto do ponto de vista da estrutura da implementação na instituição. Ficou claro para nós que os BMEs entrevistados possuíam pleno conhecimento desta diferenciação, inclusive suas ações foram influenciadas pela trajetória histórica que tiveram com o esporte na universidade e pelo desenho institucional a qual ele esteve localizado.

Figura 9 - Tipos de esportes e de públicos na UFMT (2003-2022)

Fonte: Elaborado pelo autor. Baseado em FORPROEX (2012); FMEU (2020); BRASIL (1941, 1975, 1977, 1987).

Do ponto de vista analítico, vão permeando nos resultados e discussão as instituições formais e informais do neoinstitucionalismo histórico e as perspectivas analíticas estrutural e relacional quanto a atuação da BME na implementação. A intenção a partir dos resultados coletados foi analisar a atuação da BME na implementação do esporte universitário como conteúdo de política pública em nível local, independente de prescritivo normativo pouco consistente (ou inexistente) e pouco (ou ausência) financiamento. Demonstramos que, sem a BME agindo diretamente sobre esse conteúdo de política pública, se aprofundou a precariedade e a descontinuidade, uma realidade antes vivida (pré-adoção de uma BME direta), ainda que com esforços dos Acadêmicos Interessados e da efêmera Atlética Universitária. Os códigos interações e padrões de ações aparentemente foram, os aspectos mais destacados, porque a partir deles é que a BME (com característica de multifunção, adensado pelas técnica-política e técnica-gerencial e por sua discricionariedade e autonomia) garantiu a continuidade da

[38] Como já mencionado anteriormente na seção de metodologia reforçamos que não estamos nos referindo a uma tipologia, mas sim na forma como ele se apresentou organizacionalmente na instituição no período pesquisado, ou seja, no nível local como se organizou como conteúdo de política pública para atendimento da sociedade.

realização da implementação do esporte universitário como conteúdo de política pública em nível local se aproximando da institucionalidade.

Nos chamou a atenção também, que embora inicialmente acreditássemos que o esporte universitário fosse único, no nível local, analisando sua trajetória histórica, na verdade ele subdividiu-se em atores, que denominamos como "atores que importaram" (figura 10), que eram atores diretos, mas que buscavam objetivos diferentes, um pelo esporte universitário tradicional (institucional) e outro pelo autônomo (atléticas de curso, que também se organizaram numa liga), mas que mantinham um valor compartilhado, ou seja, preservaram aquilo que era comum entre os atores, o que era o fim para eles: a implementação do esporte universitário na instituição.

Figura 10 - Os atores diretos ("atores que importaram") na implementação do esporte universitário da UFMT no período de 2003 a 2022

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar da relevância das instituições formais, a trajetória histórica, a continuidade e as mudanças ocasionadas pelas instituições informais, principalmente pelas relações da BME com atores em nível local (e também de fora), tomaram relevância no processo de análise desse conteúdo de política pública, principalmente quando adensaram padrões de ações que "disciplinaram"[39] o esporte universitário, num âmbito de pouco regramento. "Uma andorinha só não fez o verão", mas pôde contribuir sobremaneira para que um conteúdo de política pública pudesse se desenvolver, em consonância com as interações com atores diretamente interessados, principalmente num cenário em que a política nacional vigente faz pouco ou dá as costas e não vai fazer (apesar de sua existência estrutural). Na seção a seguir, apresentamos o primeiro momento.

[39] O termo disciplina envolve aqui uma forma de organização antes absolta e realizada de forma descompromissada para uma forma que controlava institucionalmente as demandas exigidas com prazos e condições determinados, obedecendo os preceitos preconizados em leis e adoção de governança, desta forma criando um padrão de ação para instituição que deveria ser seguido por todos os atores.

5.1 RESUMO DO PRIMEIRO MOMENTO

Quadro 9. Resumo do primeiro momento. Marco regulatório (nacional, estadual e municipal) do esporte universitário e seus desdobramentos no nível local. Trajetória da BME (indireta) até o ano de 2008

O marco regulatório do esporte universitário se revelou antigo, sendo que a regulação mais recente que incidiu sobre a sua implementação foi em 1987. Desse marco, soube-se que o esporte universitário era destinado para acadêmicos de graduação e pós-graduação. No nível nacional seu funcionamento era uma prerrogativa da Confederação Brasileira do Desporto Universitário e no subnacional da Federação Estadual. Estava assentado num sistema federativo esportivo piramidal. No que tange ao seu financiamento, a disponibilidade de praça esportiva e o estímulo ao esporte universitário, era a incumbência da própria universidade. Cabendo o esporte ser gerido por uma Atlética Universitária. Porém, a Federação Estadual estava inativa, e no nível local não havia a Atlética Universitária instituída, sendo o esporte universitário tocado por acadêmicos interessados. A burocracia do esporte existente na universidade era direcionada ao esporte extensionista, e portanto indireta ao esporte universitário. Por iniciativa dos acadêmicos interessados houve a criação de uma Atlética Universitária na instituição, que ajudou na reativação da Federação Estadual. Após, um curto período de tentativa de estímulo ao esporte universitário local, a atlética ficou inativa, principalmente, pela falta do apoio institucional e de financiamento, que era inexistente na instituição. Já o código infraestrutura esportiva, se apresentou precário no sentido de conservação e manutenção, como também em quantidade, já que era utilizada para diversas outras atividades realizadas pela universidade e também por outras instituições e pelo público externo em geral.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.1 O marco regulatório do esporte universitário (nacional, estadual e municipal) e a garantia de seu financiamento

Num primeiro momento (no quadro 10 a seguir), destacamos o resultado da pesquisa documental do marco regulatório tanto o nível nacional, como no nível subnacional (estadual e municipal) e a garantia de seu financiamento, no qual buscamos elencar os principais atos que configuraram o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública. Salientamos que, para enriquecer e entender melhor este conteúdo, tivemos que avançar para fora do período do escopo da pesquisa, já que como poderá ser visto nesta seção entre os anos de 2003 a 2022 não houve do ponto de vista do marco regulatório do esporte universitário, uma preocupação que impactaria a sua implementação. Como veremos posteriormente no quadro 10, a evolução da regulação nesse período foi mais para garantia do repasse do financiamento do governo federal, que primeiro era feito de forma indireta para a entidade nacional que organizava o esporte universitário brasileiro, via Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Depois, o repasse passa a ser direto com garantia por lei aprovada no ano de 2018.

Dito isso, veremos que o marco regulatório que melhor explicitou a implementação do esporte universitário, ou seja, como ele deveria funcionar no nível local, foi o de décadas anteriores. Isso nos ajudou compreender melhor a evolução do marco regulatório do esporte universitário e para confirmar que ele de fato era antigo. Poderá ser encontrado no Anexo C,

um quadro com a trajetória histórica não só com o marco regulatório, mas também com alguns fatos que impactaram o esporte universitário brasileiro ao longo do tempo.

Numa primeira leitura superficial, foi interessante observar que o esporte universitário aparentemente ocorria fora da égide do Estado, já que nasceu fora dele, foi cooptado posteriormente por ele e, a partir da primeira regulação foi deixado seu desenvolvimento sob a responsabilidade de uma instituição não estatal, porém sob os auspícios (controle) do Estado na forma de controle via Conselho Nacional do Desporto. Então, enquanto política pública, uma questão nos surgiu: se o esporte universitário era um conteúdo de política pública, porém integrante do sistema piramidal esportivo, tendo a Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, uma instituição não estatal, sua principal entidade, qual o papel da universidade pública nesse contexto? Pelo conjunto da obra, veremos que desde a institucionalização do esporte universitário por parte do Estado, no ano 1941, a Confederação Brasileira foi reconhecida como a gestora do esporte universitário brasileiro, assim como foi reconhecido o sistema federativo piramidal esportivo (será explicitado na seção 5.1.2). Ao mesmo tempo, consignou o marco regulatório, que a universidade pública deveria fornecer praça esportiva e recursos financeiros para o esporte universitário, ou seja, fomentar o esporte universitário na instituição, sendo gerido por uma Atlética Universitária (teria o *status* de ator não estatal) que a representasse no nível subnacional na federação estadual.

A Federação Matogrossense de Esportes Universitários (FMEU) era essa entidade sem fins lucrativos que era a responsável pelo esporte universitário no estado de Mato Grosso. Ela era filiada à Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e tinham respaldo na legislação brasileira que tratou direta (BRASIL, 1941, 1975, 1977, 1987) e indiretamente do esporte universitário brasileiro (BRASIL, 1998).

Ao mesmo tempo, a federação exigia a filiação da universidade em seu quadro e seu estatuto versava que ela fosse representada por uma Atlética Universitária. Como veremos mais adiante na trajetória histórica, essa condição vai se alterando devido a fatores como por exemplos, o problema da adesão da universidade à federação, a pouca sustentabilidade da Atlética Universitária devido ao financiamento inexistente, a falta de incentivo da universidade e a pouca participação coletiva dos atores diretos.

Ainda assim, entendemos que a universidade pública tinha uma posição legítima dentro do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, devido a sua autonomia. Deixamos claro, que na nossa análise subsequente destacamos sempre o esporte universitário tendo como lócus a universidade pública federal.

Quadro 10 - Trajetória histórica das principais regulações (nacional, estadual e municipal) que impactaram o esporte no âmbito universitário entre os anos de 1941 até o ano de 2023[40]

Ano	Marco regulatório (resumo)
1941	Promulgação do Decreto-Lei n. 3.617, no Governo Getúlio Vargas. É considerado como a primeira regulamentação do desporto universitário brasileiro. Teve como um dos principais objetivos a oficialização da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), a criação das atléticas universitárias ligadas aos centros acadêmicos, a obrigação dos institutos e universidades na criação de praças esportivas e a oficialização dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) e o financiamento estatal.
1975	Lei n. 6.251. Esta lei instituiu normas gerais do desporto. No tocante ao esporte universitário, faz a divisão do esporte estudantil em esporte escolar e esporte universitário.
1977	Decreto n. 80.228. Regulamenta a Lei n. 6.251/1975. Na prática, o decreto desvincula as associações atléticas universitária dos centros acadêmicos e elas passam a ter autonomia própria, sendo uma entidade de direito privado, com o poder de organizar o esporte nos institutos e universidades. Cabe às universidades auxiliar as atléticas destinando recursos para a sua manutenção, bem como disponibilizar praça esportiva e incentivos.
1987	Portaria n. 236 do Ministério da Educação, 08 de abril. Dispunha sobre a organização e funcionamento do esporte universitário e determinava o esporte universitário como esporte-performance. Discorre sobre a implementação do esporte universitário ajudando a regular o seu funcionamento no nível local. Acrescenta um outro beneficiário, o docente.
1998	Criação da Lei n. 9.615 denominado de Sistema Nacional do Desporto. Dentro outros atos, traz as manifestações do esporte (educacional, participativo e rendimento) sendo que para o âmbito escolar e universitário, sua dimensão deve ser a educacional. Decreto 2.574 de 29 abril de 1998, buscou regulamentar a Lei 9.615, atrelando o esporte universitário ao desporto educacional, mas possibilitando o acesso ao rendimento. Trata da destinação do financiamento via Comitê Olímpico Brasileiro (COB).
2001	Advento da Lei n. 10.264/01, que destina a arrecadação das Loterias enviada para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) sejam repassados também para o esporte escolar e universitário.
2002	Lei n. 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (novo código civil). Alicerçado pelo artigo 53º. que denomina como "união de pessoas que se organizem para fins não econômicos". Esta lei não tratou especificamente da política do esporte universitário, mas teve o impacto diretamente nele com a proliferação de atléticas acadêmicas (as de cursos) com fins dispares do esporte universitário preconizado no sistema federativo piramidal esportivo. Com mais autonomia, reforçou o *status* de ator não estatal das Atléticas Acadêmicas.
2004	Lei 10.891, de 9 de julho de 2004. Instituiu o programa bolsa atleta. Destina recursos de bolsa também para universitários que se destaquem nos Jogos Universitários Brasileiros. Decreto 5.000 de 1º de março de 2004, revoga o Decreto 2.754/1998.
2007	No plano municipal Lei n. 5.045/2007, juntamente com as Leis n. 3.778/98 e 4.872/2006 compunham a Política Municipal de Desporto e Lazer. Essas leis obedeciam à Lei Federal n. 9.615/98, que permitia decisões tripartite do esporte, porém não faz menção ao nível municipal ao esporte universitário.
2010	Decreto-Lei n. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Ele tem como objetivo ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, via diversas áreas tais como moradia estudantil, alimentação, inclusão digital, cultura e esporte. Sendo destinados

[40] Inserimos a Lei promulgada em 2023 a título de conhecimento, pois, por ser recente, demandará tempo para entender e analisar os seus efeitos.

	prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade social, principalmente àqueles oriundos de políticas afirmativas. Não faz menção ao esporte universitário.
2011	Lei n. 12.395/2011, destina recursos para o desporto escolar e universitário. Lei n. 12.527/2011, estabelece o acesso a informações de instituições públicas. Segue o esporte universitário dependente do financiamento estatal.
2013	Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013, regulamenta a Lei n. 9.615/98, estabelece definição mais ampla para o desporto educacional e estipula formas de prática do esporte escolar e a participação da Confederação Brasileira de Desporto Escolar e da Confederação Brasileira do Desporto Universitário na aplicação dos recursos destinados ao COB para o desenvolvimento do esporte.
2015	Lei n. 13.155, capítulo VI, artigo 38. Faz alteração na Lei n. 9.615/98, acrescenta uma nova dimensão para o esporte, o de formação.
2018	Lei n. 13.756/2018, dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada de apostas de quota fixa. Destina transferência de forma direta os recursos (0,11% da arrecadação) para a CBDU e não mais via COB.
2021	No plano estadual a Lei n. 11.551 de 04 de novembro de 2021. Dispõe sobre o Plano Estadual de Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso. Naquilo que concerne ao esporte universitário versa na estratégia 5.10 que o Estado fomentará e organizará em parceria com os municípios os jogos universitários. Propõe também a criação e o desenvolvimento de Universidades do Esporte para incentivar a prática esportiva aproveitando as estruturas existentes nas instituições. Não especifica qual o público a que se destina neste último caso.
2023	Lei n. 14.957 de 14 de junho de 2023. Denominada de Lei Geral do Esporte. Pouco avança sobre o esporte na universidade. Considera o esporte universitário constituinte de um subsistema ligado ao Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), segue reconhecendo e reforçando a CBDU como ator jurídico não estatal, uma entidade organizadora e que estabelece planejamento das atividades do esporte universitário. Tem garantida a representação no Conselho Nacional do Esporte (CONESP).

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em BRASIL (1941; 1975; 1977; 1987; 1998; 2001; 2002; 2004; 2010; 2011; 2013; 2015; 2018; 2023); MATO GROSSO (2021); CUIABÁ (1998; 2006;2007).

Esse conjunto de regulação apresentado no quadro 10 tratou o esporte universitário como implementação de forma superficial, salvo as leis de 1941, 1975, decreto de 1977 e portaria de 1987, que se preocuparam em destrinchar um pouco melhor esse conteúdo de política pública. Como destaques, esse conjunto de marco regulatório dá uma dimensão do lugar do esporte universitário frente ao universo esportivo e contribuiu para pensá-lo no nível local.

No Decreto-Lei n. 3.617/1941, é considerada a primeira regulação do esporte universitário brasileiro, pois ela estabeleceu as bases da organização para este esporte. Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas que esse intento ocorreu. No seu Art. 1º instituiu a Confederação do Desporto Universitário, que, na verdade, acabou por reconhecer a instituição Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) que foi fundada em 1939 na cidade do Rio de Janeiro, por "acadêmicos, representantes de Federações Universitárias Estaduais e agremiações" (CBDU, 2023?). Esta regulação previu o escopo da organização esportiva universitária considerando também o nível local:

> Art. 2º A Confederação dos Desportos Universitários organizar-se-á de acordo com as seguintes bases, desde já em vigor:
> I. Haverá em cada estabelecimento de ensino superior, um associação atlética acadêmica, constituída por alunos, e destinada à prática de desportos e à realização de competições desportivas. A associação atlética acadêmica de cada estabelecimento de ensino superior estará anexa ao seu diretório acadêmico, devendo o presidente daquela fazer parte deste.
> II. As associações atléticas acadêmicas formarão dentro de cada universidade, uma federação atlética acadêmica, que estará anexa ao diretório central acadêmico da mesma universidade, devendo presidente daquela fazer parte deste.
> IV. As federações atléticas acadêmicas de todo o país formarão a Confederação dos Desportos Universitários. (BRASIL, 1941)

Parte também desta primeira regulação a obrigação da universidade em garantir a infraestrutura esportiva para o esporte universitário.

> VII. Deverão as universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior construir e montar praças desportivas para uso de seus alunos, constituindo esta obrigação uma das condições da autorização e do reconhecimento federais. (BRASIL, 1941).

Nesta regulação a questão do financiamento do esporte universitário foi abordada

> VIII. As pessoas naturais ou jurídicas, que mantenham estabelecimentos de ensino superior autorizados ou reconhecidos pelo Governo Federal, deverão conceder às respectivas associações atléticas acadêmicas uma subvenção anual destinada a auxiliar-lhes a manutenção. As associações atléticas acadêmicas dos estabelecimentos federais do ensino superior será concedida anualmente uma subvenção federal, observado o regime estabelecido pelos decretos-leis números 527, de 1 de julho de 1938, nº 693, de 15 de setembro do mesmo ano, e nº 1.500, de 9 de agosto de 1939. A mesma subvenção, e de acordo com o mesmo regime, poderá ser concedida à Confederação dos Desportos Universitários e às federações atléticas acadêmicas. Não se exigirá, para a concessão da subvenção federal, num e noutro caso, parecer de orgão colegial opinativo.

Também vem dali a ideia do esporte universitário estar submetido ao sistema piramidal esportivo

> IX. São extensivos aos desportos universitários todos os favores instituidos para os desportos em geral pelo decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941; as disposições do referido decreto-lei, que digam respeito à organização desportiva, são igualmente extensivas aos desportos universitários, em tudo que lhes forem aplicaveis. (BRASIL, 1941)

A criação do seu principal evento nacional também foi reconhecido na lei. “X. Ficam instituidos os Jogos Universitários Brasileiros, com o caráter de competições nacionais, a serem realizados bienalmente” (BRASIL, 1941).

Dando um salto no tempo, uma contribuição na regulação do esporte universitário veio a ocorrer por meio da Lei n. 6.251 de 1975. Esta lei instituiu normas gerais para o desporto

brasileiro. No tocante ao esporte universitário, a lei o considerou como uma forma de organização do desporto classificando-o como sendo esporte estudantil.

> Art. 26. Para efeito de sua organização e estruturação, o desporto estudantil será dividido em universitário e escolar.
> § 1º O desporto universitário abrange, sob a supervisão normativa do Conselho Nacional de Desportos, as atividades desportivas dirigidas pela Confederação Brasileira de Desportos Universitários, pelas Federações Desportivas Universitárias e pelas Associações Atléticas Acadêmicas.

Uma nova regulação, o Decreto n. 80.228 promulgado em 1977, visou regulamentar a Lei n. 6.251/1975. Reforçou alguns pontos da Lei de 1941 e trouxe contribuições para entender o funcionamento local do esporte universitário. Destaca-se a reafirmação da Atlética Universitária como um ator não estatal, devendo ser originário da universidade. Também se refere aos docentes como um ator envolvido na implementação deste conteúdo de política pública.

> Art. 134. Em cada instituição de ensino superior haverá uma Associação Atlética Acadêmica, com personalidade jurídica de direito privado, constituída por alunos e professores, destinada à prática do desporto e à realização de competição desportivas, e que será filiada à Federação Desportiva Universitária dirigente do desporto, no respectivo Estado, Distrito Federal ou Território.
> § 1º Nas competições desportivas universitárias oficiais só poderão participar os alunos.

Consolidou ainda o papel da Atlética Universitária no desenvolvimento do esporte universitário local. “Art. 136. Caberão às Associações Atléticas Acadêmicas as atribuições de planejar, coordenar e programar a realização das competições esportivas internas das instituições de ensino superior que representarem” (BRASIL, 1977).

Reforçou no seu Art. 137, o papel das universidades quanto ao fomento e o financiamento do esporte universitário via a Atlética Universitária: “As instituições de ensino superior deverão estimular a constituição das Associações Atléticas Acadêmicas, auxiliando-as com a concessão de recursos financeiros para sua manutenção”. (BRASIL, 1977)

É relevante citarmos também a relação que a Atlética Universitária deveria ter com a entidade federativa subnacional, ao mesmo tempo o reconhecimento de ter origem dentro de uma universidade e obedecer ao seu regimento de funcionamento.

> Art. 138. As atribuições de cada Associação Atlética Acadêmica, seu sistema de organização e forma de funcionamento deverão ser definidos nos respectivos estatutos, que serão aprovados pela Federação Desportiva Universitária a que estiver filiada, e obedecerão, em qualquer caso, ao regime das atividades acadêmicas da instituição de ensino superior a que estiverem vinculadas. (BRASIL, 1977)

Em 1987, ocorreu uma nova regulação, a Portaria n. 236 do Ministério da Educação (BRASIL, 1987). Ela versou sobre a organização e funcionamento do esporte universitário e determinou como principais fatores o esporte universitário como esporte-performance, não admitindo a associação com as vertentes educacional e de participação, rompendo com a previsão das leis anteriores que previam uma ligação com o esporte educacional. Manteve o que foi disposto nas legislações anteriores com sua constituição de sistema federativo esportivo piramidal. Traz também, uma nova forma de organização que são as Ligas Desportivas Universitárias, denominadas de LDUs e que foram posteriormente comandas pela CBDU. E reafirmou o papel da universidade frente ao esporte universitário, conforme Art. 23 abaixo.

> Art. 23 – As Instituições de ensino superior estimularão a constituição das associações atléticas acadêmicas auxiliando a sua manutenção.
> § 2º - Os recursos financeiros deverão atender às despesas de manutenção e de execução da programação desportiva.
> § 4º - As Instituições de ensino superior facilitarão em todos os aspectos, inclusive em seus calendários de atividades, a realização dos jogos ou campeonatos universitários. (BRASIL, 1987)

Depreendemos que estes marcos regulatórios foram importantes para o esporte universitário, pois estabeleceram as bases para o seu funcionamento no nível local. No bojo, ele manteve sua estrutura básica até os dias atuais, como se manter no sistema federativo piramidal esportivo, ter atores não estatais em seu controle, ter a previsão do financiamento, de oferta de infraestrutura física e fomento por parte da universidade. Porém, salientamos que, apesar dessa mistura que consignou o esporte universitário principalmente aos atores não estatais, uma real situação de descentralização estatal, o Estado não perdeu o poder de controle sobre ele, exercido por meio do Conselho Nacional do Esporte.

A próxima regulação a trazer alguma contribuição para o esporte universitário foi a Lei 9.615/1998 (BRASIL, 1998), que tratou da política pública de esporte e lazer brasileiro. Embora tenha dedicado poucas linhas acerca do tema, tratou quase que integralmente a questão do financiamento, conforme seu Art. 56.

> IX - § 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.
> § 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário. (BRASIL, 1998)
> § 2º Dos totais dos recursos correspondentes ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB, ao Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e à Confederação Brasileira de Clubes – CBC:
> II - 5% (cinco por cento) serão destinados ao desporto universitário, em programação definida conjuntamente com a Confederação Brasileira do Desporto Universitário - CBDU. (BRASIL, 1998)

Uma outra menção nesta lei, no seu Art. 3º, embora não cite diretamente ao esporte universitário, subentende-se que afetaria ele diretamente, pois remeteria sua organização voltada à manifestação educacional. As outras previstas nesta lei foram o esporte de rendimento e de participação.

> Art. 3º O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:
> I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

Ouve uma outra tentativa de reforçar essa questão que foi via Decreto 2.754, ainda em 1998, que buscou regulamentar a Lei n. 9.615. Nele ficou estabelecido que "Art. 62. A organização e o funcionamento do desporto educacional obedecerão aos princípios às diretrizes referentes ao desporto e à educação nacionais" (BRASIL, 1998). Mas, na sequência deixa em aberto a aproximação do esporte na manifestação de participação e principalmente na de rendimento.

> Art. 64. Aos praticantes do desporto educacional é assegurado o direito de optarem pelas manifestações participativa e de rendimento.
> Art. 68. À entidade nacional de administração do desporto universitário, com competência e poderes equivalentes aos das entidades nacionais de administração do desporto, cabe administrar o desporto universitário de rendimento.

Lembramos que, na regulação de 1987, havia a determinação de que ele seria esporte-performance, não atrelado ao educacional. A Constituição de 1988 contribuiu para uma nova mudança, trazendo a divisão de esporte profissional e não profissional, além da obrigatoriedade e prioridade de financiamento do esporte-educação. Isso afetou diretamente o esporte universitário, deixando-o numa espécie de "crise de identidade, sem uma definição clara de caminho tomar" (STAREPRAVO, 2006, p. 61), que no fundo ainda perdurou até ao período final desta pesquisa (2003 a 2022), uma vez que o Decreto 2.754 foi revogado em 2004 pelo Decreto 5.000 (BRASIL, 2004), assim, o esporte universitário seguiu transitando na realidade entre educação e performance (rendimento), sendo este último com ligação intrínseca ao sistema federativo piramidal esportivo, e, por vezes à manifestação de participação (muito semelhante ao realizado pelas Atléticas Acadêmicas).

Quando abordamos exclusivamente o período compreendido da pesquisa (2003-2022), observamos que algumas leis e decreto promulgados no nível nacional que teriam alguma relação com o esporte universitário como nos anos de 2004 (Lei 10.891), 2011 (Lei n. 12.395), 2013 (Decreto n. 7.984) e 2018 (Lei n. 13.756), conforme quadro 10, trataram majoritariamente, especificamente do financiamento do esporte e daí incluído o esporte universitário. Elas não

avançaram sobre a implementação. Ademais, toda essa regulação não se referiu ao esporte universitário diretamente, pois abordavam temas diversos esportivos ou pegavam “carona” em outras regulações de outros conteúdos de políticas públicas.

A Lei n. 13.756/2018, garantiu que os recursos previstos no marco regulatório fosse destinado diretamente à CBDU e não precisasse passar mais pelo Comitê Olímpico Brasileiro - COB. Neste financiamento não estava previsto na lei o repasse de qualquer quantia diretamente para ponta, ou seja, para a implementação do esporte universitário local. Ademais, pelo volume aparentemente esses recursos conquistados, em nível nacional, se distribuídos não dariam conta de sustentar as instituições na ponta e ao mesmo tempo dar conta das demandas da instituição nacional. Para não avolumar o texto, recomendamos consultar tabelas que trazemos no anexo A, com um resumo do financiamento repassado para a entidade nacional (confederação) e o volume de recursos distribuídos pelo governo federal conforme as dimensões do esporte no país.

Por outro lado, reforçamos que a legislação que tratou diretamente do tema (1941; 1975, 1977, 1987) que versava que a universidade era a responsável pelo repasse de recursos financeiros para as ações do esporte universitário na instituição via uma Atlética Universitária não se alterou até o ano de 2022. E o que veremos mais adiante, na seção 5.2.4, que tratou do financiamento no nível local, é que nem sempre essa condição foi contemplada pela universidade.

Importante salientar que o Decreto-Lei n. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010) foi uma forma encontrada pelo governo federal de dar assistência aos acadêmicos, com o objetivo de promover a permanência deles na universidade. Contemplava diversas áreas tais como moradia estudantil, alimentação, inclusão digital, cultura e esporte. Porém, esse financiamento tinham condições específicas de aplicação, destinados prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade social, principalmente àqueles oriundos de políticas afirmativas. Poderia ser traduzido como um recurso destinado para a assistência estudantil, que não tinha nenhuma relação direta com o esporte universitário. Como veremos na seção 5.2.4 na qual tratamos do financiamento do esporte universitário no nível local, acabou que esse recurso foi utilizado para esse fim.

Então, em resumo, quanto ao financiamento, em conformidade com o marco regulatório no nível local do esporte universitário deve ser uma responsabilidade da própria universidade. Já no nível nacional, o marco regulatório prevê que a CBDU seja a beneficiária direta dos recursos federais destinados à organização do esporte universitário brasileiro. Não estava previsto neste conjunto de marco regulatório analisado, a destinação de recursos por parte tanto da entidade confederativa quanto da federativa subnacional à universidade.

Nos planos municipal e estadual, não houve contribuições para entender a implementação do esporte universitário. No tocante ao município de Cuiabá, a Lei n. 5.045/2007, juntamente com as Leis n. 3.778/98 e 4.872/2006, compunham a Política Municipal de Desporto e Lazer, porém, elas não fizeram menção ao esporte universitário. No plano estadual, a Lei n. 11.551/2021, que dispõe sobre o Plano Estadual de Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso, no que concerne ao esporte universitário versa na estratégia 5.10, que o Estado fomentará e organizará em parceria com os municípios os jogos universitários. Propõe também a criação e o desenvolvimento de Universidades do Esporte para incentivar a prática esportiva, aproveitando as estruturas existentes nas instituições. Não especifica qual o público a que se destina neste último caso. Porque o esporte sendo realizado na universidade pode tomar diferentes abordagens, como veremos na seção 5.2.1, que tratou dos tipos de esportes e de públicos.

Então, esse conjunto de leis, se for considerado apenas o período estabelecido da pesquisa (2003 a 2022), quase não se referiu à implementação do esporte universitário, ainda menos se considerar as esferas públicas estadual e municipal. Por este motivo, inferiu-se até aqui, que nesse período o esporte universitário possuiu marco regulatório antigo e, como veremos na seção 5.2 também pouco regulado incluindo situações não previstas e a comprovação da ausência e depois do pouco financiamento.

5.1.2 O esporte universitário no sistema piramidal esportivo

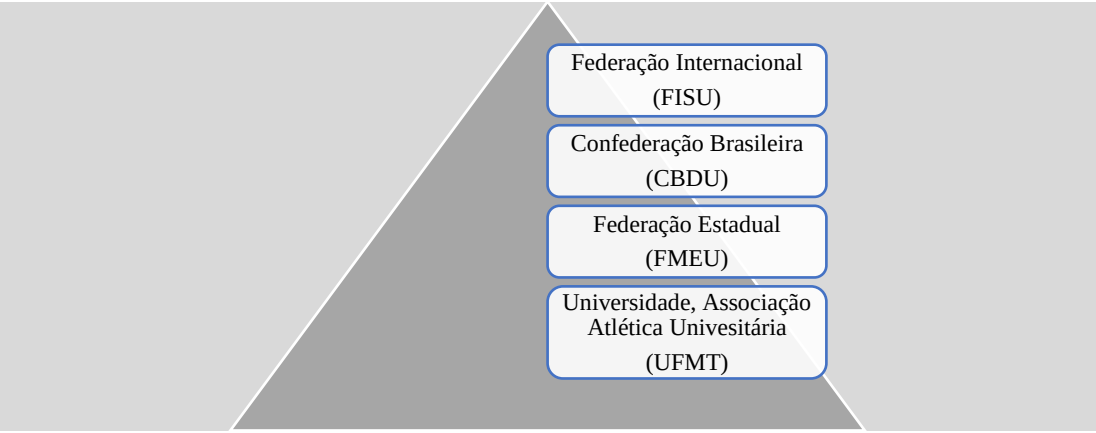
O esporte universitário na prática, tanto no passado quanto no presente, ficou ligado ao sistema federativo piramidal esportivo brasileiro. Os princípios basilares do modelo esportivo federativo se compõe por uma estrutura piramidal e federativa, da qual estão envoltos alguns princípios regulatórios, como de unicidade, que envolvem uma modalidade para uma única federação; solidariedade horizontal entre os participantes e ao mesmo tempo vertical entre as diferentes camadas que compõe a pirâmide. Além disso, esse modelo valoriza aspectos voltados para a formação e identidade nacional (ALVES, PIERANTI, 2007; SILVA, 2015). O sistema é composto por Estados e Distrito Federal.

Do ponto de vista do neoinstitucionalismo histórico, os componentes do sistema federativo piramidal esportivo podem ser caracterizados como instituições formais, pois são entes não estatais que se organizam em torno de um marco legal que legitima, do ponto de vista jurídico, não só suas existências, bem como suas ações. É salutar descrever que o sistema desportivo federado “sempre se definiu como autorregulado, independente dos governos,

verticalizado e monopolista" (MOURA, 2018, p. 37). Como tal, as burocracias não estatais (confederativa e federativa) tem o domínio de agência (HUBNER, 2021) sobre este esporte.

Desta forma, é reconhecido como um sistema piramidal, donde na base se encontram os clubes e associações, seguidos numa forma verticalizada pelas federações e no topo se encontram as confederações e acima delas as federações internacionais. Situados na base piramidal, os clubes são responsáveis pela formação esportiva e a promoção do esporte em geral em nível local. No caso específico do esporte universitário, essa tarefa caberia à Atlética Universitária com o incentivo da própria universidade (como vimos no marco regulatório).

Figura 11 - Ilustração do esporte universitário no modelo piramidal federativo do esporte brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste sistema, são carregadas em si as mais variadas dimensões do esporte, em alguns há a predominância da dimensão rendimento (caso do esporte profissional). Geralmente, são essas organizações, sem fins lucrativos, ou seja, com fins não econômicos (BRASIL, 2002).

Nessa base piramidal também estão as associações, que em conformidade com a Lei n. 10.406 de 2002, (novo código civil), que no seu artigo 53º. as denominam como "união de pessoas que se organizem para fins não econômicos" (BRASIL, 2002), que é o caso da Atlética Universitária. Cabendo a elas fomentar o desenvolvimento do esporte das mais variadas formas tais como cursos, palestras, encontros e eventos esportivos. No seu escopo, não está composto o poder de ditar, definir ou decidir regras para o esporte. Poderão ocorrer diversas associações numa mesma região ou Estado.

As federações, no sistema piramidal, estão acima dos clubes e associações. São entidades sem fins lucrativos no nível subnacional, resultantes de ações de organização da sociedade civil, em conformidade com a Lei n. 10.406/2002 nos seus artigos 44º. e 53º. (BRASIL, 2002). Elas representam determinada modalidade esportiva e são formadas pelos clubes e as associações de determinado Estado ou região, como é o caso da Federação

Matogrossense de Esportes Universitários (FMEU). Em nível nacional, são filiadas à Confederação da mesma modalidade esportiva. As federações são responsáveis pela organização do esporte regional e/ou estadual, tais como ligas, campeonatos e outros eventos inerentes ao esporte, sendo basicamente sua incumbência organizar, regular e coordenar o esporte no nível regional e fazer representação da região ou do Estado que pertençam junto à entidade maior no nível nacional. É relevante o trabalho que as federações exercem sobre o desenvolvimento do esporte no Brasil. Porém, na sua conformação está um modelo hierárquico verticalizado, com tomadas de decisão concentradas.

As confederações, que são instituições formais em nível nacional, são detentoras de autonomia do Estado, no que concerne à sua organização e funcionamento em conformidade com o Art. 217 da Carga Magna (BRASIL, 1988). Porém, assim como os clubes, as associações e as federações, devem obediência às normas instituídas pela Lei n. 9.615/1998 (BRASIL, 1998).

As confederações reúnem as federações estaduais, sendo uma única por Estado em torno de uma modalidade esportiva. Seu papel é organizar, administrar e coordenar as ações inerentes à modalidade esportiva da qual é incumbida, cabendo ainda definir regras e normas para a modalidade esportiva, além de legitimar suas ações impondo regras que preveem geralmente sanções para ações que não coadunam com preceitos em seus estatutos, como é o caso da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU).

As Confederações são filiadas à uma Federação internacional, estância superior e que está no topo do sistema piramidal. Só pode estar filiada à federação internacional apenas uma confederação nacional e esta é considerada a legítima e oficial representante de determinada modalidade esportiva. Segue o mesmo preceito nos níveis nacional e subnacional. Qualquer outra organização que não esteja dentro deste escopo (sistema piramidal), não é considerada como oficial da determinada modalidade esportiva e comumente naquilo que se denomina de senso comum, com algum juízo de valor, são chamadas de “pirata”.

É importante salientar que, esses atores componentes do sistema federativo esportivo piramidal, em tese, são distantes e impedem ingerência de governo em diferentes esferas e possuem sistema de justiça desportiva independente.

Outro fator a destacar neste sistema é que, embora as associações devam se reportar às suas federações, elas gozam de uma certa autonomia, pois podem também desenvolver o esporte via ligas e campeonatos fora do escopo das federações e confederações, podendo, segundo a instituição formal (marco legal), serem reconhecidas pela entidade subnacional e nacional, desde que cumpram preceitos estabelecidos em legislação específica, da qual permite

que sejam realizadas e cumpram ações que fomentem o desenvolvimento do esporte sem ferir os preceitos e os estatutos previstos para àquela modalidade esportiva. Essa situação, como veremos mais adiante quando da análise do marco regulatório local, está estabelecida no Estatuto da FMEU. A esse procedimento é chamado de chancela. Sendo assim, determinada federação ou confederação chancela tal liga ou campeonato, ou seja, embora não seja o evento oficial da federação ou confederação, elas reconhecem que tal liga ou campeonato contribuem para o desenvolvimento de tal modalidade esportiva.

No caso do esporte universitário, o sistema seguido foi o mesmo adotado pelas outras instâncias esportivas, ou seja, o sistema também era piramidal. Sendo que, em princípio uma Atlética Universitária representou a universidade frente a instituição subnacional, porém, como veremos mais adiante, com o arrefecimento deste ator, toma seu posto a BME do esporte universitário.

No que concerne as interações (como veremos mais adiante), aparentemente no modelo piramidal a BME possuiu maior possibilidade de relações de proximidade com entidade subnacional (federação) do que com a entidade maior nacional (confederação). Neste ponto, observamos que há uma característica de insulamento burocrático (NUNES, 2003; DINIZ-FILHO, 2012; CAVALCANTE, OLIVEIRA, LOTTA, 2018), que, ao mesmo tempo em que possibilitou à organização maior nacional trabalhar de forma protegida e atingir seus objetivos programados sem ser admoestada, provocou também o acesso menos intenso quanto às suas decisões por parte dos atores interessados. Essa característica aparentemente foi derivada principalmente na estrutura organizacional administrativa da entidade, em conformidade com o modelo federativo piramidal, que privilegia sua constituição verticalizada.

Aparente a predominância do modelo federativo piramidal no esporte universitário, visto comumente como campo principalmente de reprodução de competições esportivas para acadêmicos, distorceu a visão sobre seu real valor, mas ao mesmo tempo nos permitiu observar que o esporte universitário pode estar precarizando o atendimento às pluralidades de atores existentes no âmbito universitário, ou seja, sob essa ótica aparenta ser excludente. Mas, essa condição, como veremos adiante acaba sendo abraçada pelas Atléticas Acadêmicas (as de curso), que se preocupam também com aspectos socioculturais, que diferiu da Atlética Universitária. Esse sistema piramidal esportivo, ao qual o esporte universitário esteve submergido, tem uma relação direta com o sistema desportivo nacional ao qual resumimos no quadro 11 abaixo.

Quadro 11 - Resumo do assentamento da estrutura do esporte brasileiro em conformidade com marco regulatório (Lei n. 9.615/1998) com o adendo do esporte universitário

SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO

Objetiva garantir a prática desportiva regular e melhor seu padrão de qualidade.

MINISTÉRIO DO ESPORTE	**CONSELHO NACIONAL DO DESPORTO**
Instância à qual está atrelada a organização do esporte brasileiro em geral.	Busca a massificação planejada da atividade física para toda a população e a melhoria do padrão de organização, gestão qualidade e transparência do desporto nacional.

ORGANIZAÇÕES ESTATAIS E NÃO ESTATAIS - MODELO FEDERATIVO

confederações ► federações ► associações universidades clubes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023), em conformidade com a Lei n. 9.615/1998 (BRASIL, 1998).

Em síntese, o Sistema Brasileiro do Desporto, tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar seu padrão de qualidade. Tem uma divisão tripartite de responsabilidades (federal, estadual e municipal); o Ministério do Esporte, é uma instância à qual está atrelada a organização do esporte brasileiro em geral; Conselho Nacional do Desporto, busca a massificação planejada da atividade física para toda a população e a melhoria do padrão de organização, gestão qualidade e transparência do desporto nacional; e, o modelo federativo, composto por confederação, federação, associação/universidades, tem como objetivo o desenvolvimento do esporte nos âmbitos subnacional e local, como no caso do esporte universitário.

Essa estruturação sugere a verticalização no esporte, e em cada instância há ou deveria haver a representação de atores e instituições. Como visto no sistema federativo, a relação da instituição confederativa com as universidades, ocorre via instituições federações subnacionais, tendo como foco principalmente a organização e realização e participação de eventos regionais, nacionais e internacionais. Quanto se trata apenas da universidade, nota-se nesta estruturação a ausência do Ministério da Educação que é a principal organizador da educação no Brasil e consequente na qual estão submergidas as universidades.

Há instâncias nos âmbitos subnacionais, e principalmente locais (governança multinível) em que é importante para pensar dinâmicas de políticas sociais (BICHIR, 2018b). Sendo assim, o esporte brasileiro segue o modelo federativo e tripartite, no qual cada instância estatal (federal, estadual e municipal) desenvolvem seus papéis sem altercação com a legislação nacional. Ao mesmo tempo, em que dentro destas instâncias há diversidades de instituições e segmentos de atores com diversos tipos de demandas que a legislação nacional propõe atender.

Assim como os municípios, estados e a federação possuem autonomia política e administrativa, ao mesmo tempo as universidades também as tem.

Desta forma, emo nível local, as universidades públicas, que são espaços estatais de constantes produções de conhecimentos, podem também ser produtoras de relevantes conteúdos de política de esporte que atendam à pluralidade de seus atores. “Em cada caso de política pública devem ser considerados quais são os instrumentos e as estratégias que permitem certo equilíbrio entre controle e autonomia” (BICHIR, 2018b, p. 53). Essa premissa, de Bichir nos faz entender que, no modelo piramidal federativo no âmbito do esporte universitário, no que concerne ao desenvolvimento da implementação os atores locais teriam grande contribuição a dar que em tese a entidade subnacional deveria acompanhar e interagir na implementação do esporte das universidades. Não se trataria de ingerência na autonomia da universidade, mas sim de sinergia, com interações estatais e não estatais, no sentido de emanar ou desencadear discussão acerca de melhores caminhos consignando em mais robustez na implementação do esporte universitário, uma construção por assim dizer coletiva.

Então, conforme marco regulatório, temos há a definição de um ator que representaria a universidade junto à federação estadual, que seria uma Atlética Universitária, constituída dentro da universidade, um ator não estatal, sendo uno no sentido de representação, ainda que houvesse outras atléticas acadêmicas dentro da instituição. Estava previsto também neste marco regulatório o dever de a universidade repassar recursos financeiros para o a Atlética Universitária, bem como fornecer a praça esportiva (nomeamos de infraestrutura) para a realização das ações desse esporte.

Interessante observar que essa legislação reconhece tanto a Federação Estadual quanto a Atlética Universitária como atores não estatais, que tem a exclusividade na organização do esporte universitário nos níveis subnacional e local, ainda que o conteúdo de política pública seja regulado e controlado pelo Estado. Logo, no nível local, considerando uma universidade pública (um ator estatal), uma instituição não estatal (Atlética Universitária) deveria ser a responsável pelo esporte universitário, devendo o ator estatal ser o seu provedor e ofertar infraestrutura esportiva. Essa condição não se alterou ao longo do tempo, ainda que com algumas alterações de rotas, como a disseminação das Atléticas Acadêmicas (as de curso), também um ator não estatal, que se proliferaram numa nova ótica de esporte universitário, um “modo de fazer” o esporte mais autônomo em relação à universidade, assentadas principalmente pela Lei n. 10.406/2002, nomeada de novo código civil (BRASIL, 2002). Chama a atenção nesse novo código civil, que embora não remeta especificamente ao esporte universitário, mas acabou o impactando diretamente, uma vez que as Atléticas Acadêmicas se proliferaram se

baseando nele e suas ações se deslocaram do esporte tradicional e institucionalizado para um com características mais autônomas ao esporte de cunho institucional.

5.1.3 O nível local sob a luz do marco regulatório nacional: seus atores, a Federação, a Atlética Universitária e a praça esportiva.

Até então, o marco regulatório nos indicou que o esporte universitário, pensando especificamente numa questão de regionalidade, era uma incumbência nos níveis subnacional e local à Federação e à Atlética Universitária respectivamente, cabendo à universidade o papel de fomentar, financiar e disponibilizar praça esportiva.

Porém, a realidade local vai impor uma trajetória um tanto diferente destas premissas. Considerando o período estabelecido na pesquisa (2003 a 2022), até o ano de 2005, não havia Atlética Universitária constituída na universidade, e a própria federação do esporte universitário de Mato Grosso estava desativada, portanto sem representação institucional de Mato Grosso na entidade nacional. Inclusive a confederação, a entidade máxima do esporte universitário brasileiro, como vimos na seção Introdução, também sofria com alguns problemas de gestão, dentre eles conflitos internos inerentes à organização, que de certa forma acabou refletindo na organização no nível subnacional.

Mas, sem uma atlética constituída, quem cuidava efetivamente do esporte universitário localmente até então? Identificamos nos dados coletados que eram os acadêmicos, num primeiro momento, como interessados (e depois como veremos a seguir na forma de organização de uma Atlética Universitária), que eram de forma direta, responsáveis pela realização do esporte universitário na instituição. Por sua natureza de foco na parte acadêmica, acabavam realizando da forma como era possível o esporte universitário, com voluntarismo e sem recursos financeiros. Tinham que buscar ajuda ou se cotizavam para realizar as ações.[41]

> Então a gente começou a fazer esses pequenos campeonatos cobrando um valor para que a gente pudesse levantar recursos para comprar uniforme. Para quando havia, para quando começavam as competições, [...] a gente tivesse a oportunidade e o dinheiro para poder entrar também com os times da universidade. Então é, a gente sempre tentava trabalhar o seletivo interno para, dentro desses, escolher quem ia representar a universidade. Em alguns casos, eles próprios tinham que resolver o recurso para poder ir. E então foi muito aquele momento em que cada um deu o seu dinheiro, a sua contribuição financeira para que acontecesse. (AU 1, 2024)

Por outro lado, no que concerne ao apoio institucional, essa situação era aliada ao fato de que a instituição ajudava no que fosse possível de acordo com a capacidade existente, via a

[41] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no APÊNDICE I. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

Supervisão de Desporto e Recreação, localizada na Faculdade de Educação Física (SDR/FEF). Porém, a supervisão tinha como principal mote as ações extensionistas (para público diverso externo à universidade) e ações voltadas para o público interno (servidores e seus dependentes).

> Olha, nós tínhamos o setor [Supervisão] e esse setor que envolvia a universidade, era nosso objetivo de fazer o esporte [extensionista] dentro da universidade. Então não ficávamos específico para o esporte universitário, porque nós atendíamos também a comunidade externa na universidade. (BME 1, 2023)

Dessa forma, o esporte universitário acabava tendo alguma assistência indireta da SDR/FEF, o que dava um tom de precariedade a ele.[42] Essa situação era bastante sentida pelos Acadêmicos Interessados.

> A gente não sentia muito isso, a Supervisão de Desporto naquele momento ainda estava com uma atuação muito menor do que a Gestão do Esporte universitário que tem hoje. Então quem entrava na universidade naquele momento, quem estava cursando a universidade em algum momento via uma Supervisão de Desporto, que ela não tinha tanto recurso. Ela não tinha tantos espaços. Ela não tinha tanto apoio, não tinha tanto financeiro para ter vários esportes. (AU 1, 2024)

> Então assim é quase que nula essa condição [apoio ao EU por parte da SDR/FEF]. Não estou nem responsabilizando eles ou a gente porque na verdade acho que faltava esse entendimento de que o acadêmico, pode sim ser um agente para que o esporte universitário pudesse ser visto de uma maneira diferente naquele momento. (AU 1, 2024)

> Dentro da UFMT a gente conseguia ver muita iniciativa, principalmente para as chamadas escolinhas esportivas [vertente extensionista organizada pela SDR/FEF], que era o esporte de iniciação, lá embaixo [de base]. Agora na questão do esporte universitário, dentro dos cursos, ainda era bem precário esse desenvolvimento da competição, de ajuda, de fomentação do esporte. (AA 1, 2024)

Ainda que com essas precariedades (a ponto de não ser realizado um dos principais eventos destinados aos acadêmicos que eram os Jogos Intercursos[43]) e com pouco apoio institucional, os alunos interessados acabavam, ao seu modo e do modo que dava realizando algumas ações[44]

> A gente tentava se organizar internamente promovendo campeonatos, né, para que a gente pudesse ali depois, compor um grupo de acadêmicos que representassem a universidade em algumas modalidades, né, para que a gente fosse representado no estadual [eventos diversos]. (AU 2, 2023).

---

[42] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no APÊNDICE J. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

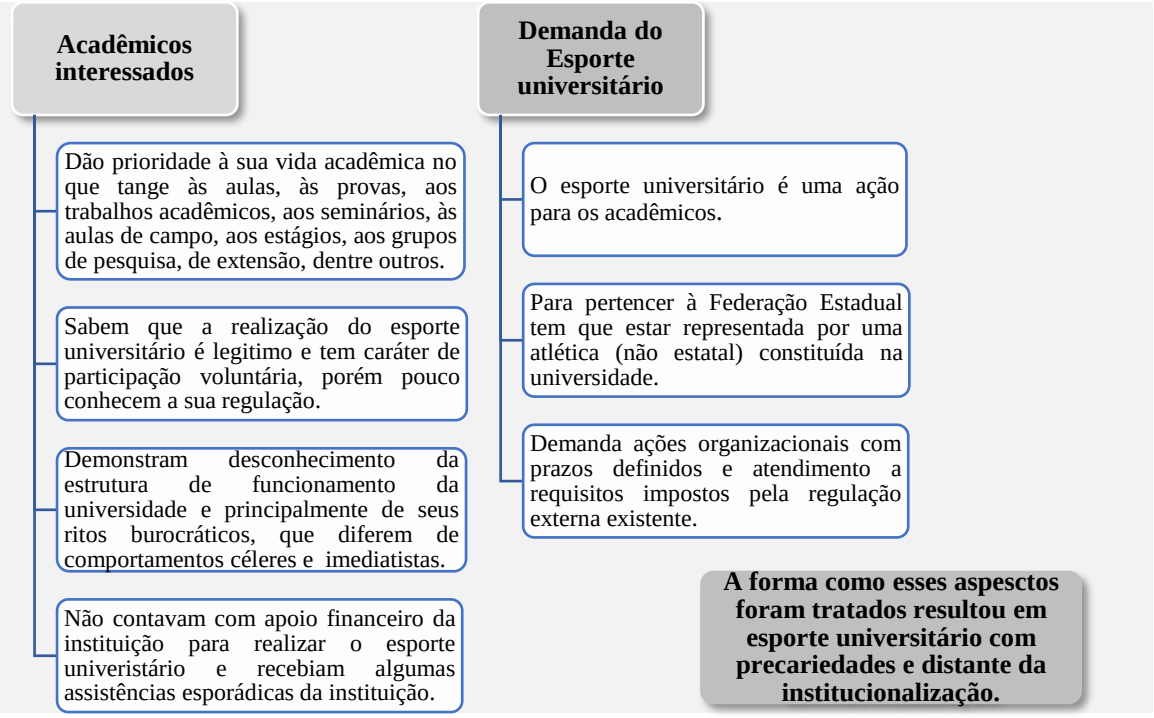
[43] Os Jogos Intercursos era um evento esportivo realizado anualmente destinado aos acadêmicos da UFMT. Tinha como principais objetivos movimentar a parte esportiva e selecionar os acadêmicos que iriam compor as seleções da universidade para participar dos Jogos Estaduais e Nacionais, conforme evidência recortada da entrevista do BME 2 “para dar mais oportunidades [...] aos alunos de todos os cursos para que pudessem então depois do Intercursos [...] tirarmos seleção e iam disputar os jogos universitários brasileiros.” (BME 2, 2024).

[44] Idem nota 42.

> então, [...] da educação física, [...], da educação física, começam a fazer parte desse processo um pouco mais de organização, porque quando a gente começou os pequenos eventos, eles eram um time de futebol que começou a ganhar quase tudo. Então eles representavam a UFMT em quase tudo [eventos diversos]. E aí quando eles começaram a ganhar essa autonomia, é, e a gente já não estava mais com aquela força para continuar, eles acabaram tomando parte muito desse processo e quase que seguiram sozinho. (AU 1, 2024)

Na figura 12, resumimos as características da forma como se apresentou o esporte universitário sendo gerido pelos Acadêmicos Interessados no período de 2003 até o surgimento de uma Atlética Universitária em 2005. Antes da criação de uma BME que viria tratar diretamente do esporte universitário, ele já existia na instituição, mas sendo cuidado pelas mãos dos acadêmicos.

Figura 12 - Resumo das características do esporte universitário sendo gerido por acadêmicos na UFMT de 2003 até a criação de uma Atlética Universitária em 2005



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ressaltamos a relevância do ator que denominamos de Acadêmicos Interessados[45], que já vínhamos abordando *en passant* ao longo deste texto e que já sabemos que ele, na inexistência da Atlética Universitária e na ausência de uma BME direta do esporte universitário, era em princípio, o principal ator que se responsabilizou pelo funcionamento do esporte universitário como conteúdo de política pública na instituição. Descobrimos também, pelas trajetórias

[45] Nomeamos esse grupo de atores de "Acadêmicos Interessados" a partir das falas dos BMEs (principalmente do BME 2) que se referiam aos "acadêmicos que se interessavam pela organização do esporte universitário" na universidade. Geralmente eram formados em sua maioria por acadêmicos do curso de educação física.

históricas que alguns atores que ocuparam cargo tanto na BME como na Federação foram, inclusive, alguns desses Acadêmicos Interessados. Além dos fatos já abordados, encontramos também a evidência extraída da entrevista com o BME 1 (2023) “os acadêmicos cuidavam do esporte universitário.” Porém, essa atuação foi cercada de precariedades, como também já abordamos também.

A BME (1) do esporte universitário indireta localizada na SDR/FEF e a até mesmo a que vai ser criada como sendo direta a ele (BME 2 que abordaremos mais adiante) se ancoraram nesse ator e deu a assistência possível para a realização do esporte universitário e isso pode ser verificado nas evidências abaixo.[46]

> Geralmente os acadêmicos vinham até a gente, nós tínhamos o setor de recreação dentro da universidade, que era responsável por isso, juntamente também com a seção de desporto. Então nós fazíamos uma reunião e via qual eram as condições da Supervisão em ajudar e a participação porque existia uma programação e a gente tinha que se adequar ao que foi decidido nessa reunião. (BME 1, 2023)

> Eu tinha um grupo lá dentro da universidade, que você conhece de acadêmicos de educação física que queriam muito aprender muito isso, e eu falava pra eles, olha vocês querem fazer isso? Tá. Então primeira coisa vamos pesquisar. Isso aqui você acha que isso é viável? É. Ah, professor mas eu não sei fazer determinado tipo de coisa, como que é esse regulamento, como que é. Eu falei, eu tenho um esboço aqui do regulamento. (BME 2, 2024)

Então, podemos afirmar que, mesmo que com precariedades e a ausências sentidas, os Acadêmicos Interessados buscaram, alguma realização e organização do esporte universitário, principalmente na ausência de uma Atlética Universitária.

Como até o início do ano de 2005, a Federação estava desativada. Alguns Acadêmicos Interessados, principalmente do curso de Educação Física da UFMT, juntamente com alguns membros de outras universidades particulares, se mobilizaram e reativaram a Federação em 2005. Para tanto, eles tiveram que fundar uma Associação Atlética Universitária da UFMT, para atender os preceitos regulatórios de fundação de uma Federação. Esse ato aconteceu no campus da UFMT de Cuiabá.

Os acadêmicos ansiavam jogar os Jogos Universitários Brasileiros por suas universidades, mas para tanto, deveriam ter uma Federação Estadual ativa, e tinham que participar da etapa estadual. Deste modo se organizaram para criar uma Associação Atlética Universitária da UFMT, que, pudesse formar com outras de universidades privadas do Estado uma assembleia geral dos membros filiados regulares que pudesse reativar a Federação.

[46] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice K. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

> Mas no sentido de que foi um movimento da própria educação física [quando se tratou especificamente da UFMT, já que interessados de outras instituição também contribuíram]. Grande parte dos estudantes eram do curso de educação física. No sentido de querer que essa atlética acontecesse e como parte desse grupo queria a reativação da FMEU, entendesse que era importante que o grupo tivesse que se aumentar para que parte dele cuidasse da atlética e outra parte pudesse ser destinada a cuidar da FMEU, quando fosse reativada. (AU 1, 2023)

> Surgiu esse movimento, essa ideia da gente começar a fomentar o esporte universitário ali na universidade. E aí nada melhor do que o pessoal da educação física, né, pra isso. E foi quando eu também fiquei sabendo que estavam querendo retomar [reativar] a federação do esporte universitário de Mato Grosso. E precisávamos para isso de uma atlética da UFMT e de outras universidades. (AU 2, 2023)

> Começou a fazer contato com a Confederação Brasileira, né, onde nós começamos a fazer todo esse levantamento e o que a gente precisava fazer para, naquele momento, reestabelecer o esporte universitário do estado de Mato Grosso. Foi é daí que nós começamos a fazer a reativação ou ativação em alguns casos, das atléticas, das associações atléticas, né, porque pelo código civil, só poderia ter uma federação se tivesse no mínimo cinco associações atléticas. Aí fizemos a ativação da UFMT, da [...], [...], fizemos da [...] e eu não lembro qual era a quinta. Mas nós fizemos também a ativação para ficar tudo regular de acordo com a legislação específica. (AU 3, 2024)

Essa condição foi confirmada pelo burocrata da Federação

> Ali no final de 2004, começou um movimento dentro da UFMT, com pessoas que é alguns acadêmicos da UFMT que me procuraram e começamos a organizar a reativação da FMEU e que foi culminado na assembleia geral em 10/01/2005, quando acabaram designando a minha pessoa para ficar na condição de presidente e o [...], da UFMT, da educação física, de vice-presidente. (FMEU 1).

> Mas na nossa época, assim, a filiação na FMEU se dava através de uma associação atlética da universidade inteira, e não dessas específica de cada curso [que denominamos nesta pesquisa de Atlética Acadêmica que diferenciamos da Atlética Universitária]. (FMEU 1)

A partir desta iniciativa, a Federação foi reativada, e o esporte universitário da UFMT recomeçou mais organizadamente sua trajetória, juntamente com a da FMEU. Até então, o esporte universitário da UFMT estava letárgico, vivendo de sazonalidades e sem uma direção institucional concreta.

Porém, os dados coletados nos revelaram que a Atlética Universitária, que teve uma incumbência inicial de reativar a FMEU e estimular o esporte universitário na universidade, cumpriu o seu papel até certo ponto, quando não conseguiu alavancar o esporte universitário, tendo efeitos efêmeros, e, em seguida passou para um *status* de inatividade. Os principais motivos foram que: até o final do ano de 2008, os Acadêmicos Interessados, que foram os fundadores, se desligaram da universidade por motivos diversos (formatura, emprego, mudança de curso dentre outros); devido ao abandono ou a falta de interesse coletivo dos próprios acadêmicos na continuidade da organização do esporte universitário, que demandava volume de trabalho; e, principalmente, a falta de apoio institucional direto da própria universidade não só com questões financeiras, mas também de outros aspectos para operacionalização

consistente. Portanto, a criação da Atlética Universitária foi basicamente para representar a UFMT na reativação da FMEU e tentar dar fôlego ao esporte universitário institucional. Logo após a reativação, essa atlética não conseguiu se estabelecer devido aos motivos expostos.

Integrantes que pertenceram a essa Atlética Universitária relataram, na época o descuido institucional com o esporte universitário além da falta de interesse na sua manutenção deste relevante ator.[47]

> Mas, a gente tinha assim um apoio mais mesmo de [...] só que era um apoio da nossa coordenação, da nossa direção, um apoio assim "vai, vai lá e faz", entendeu. Então era "a gente está aqui para apoiar e tudo mais" de não assim, de sentar e pensar em alguma política interna, ou sabe, de levar isso adiante, pensar numa comissão para tratar melhor disso, não, não teve. (AU 2, 2023).

> Não houve engajamento nenhum da parte da universidade nesse período que a gente fez a implantação aí da associação atlética, não tinha engajamento nenhum. Eu lembro de uma vez que o time de futebol da UFMT, salvo engano 2006, se classificou para os jogos brasileiros de futebol que foi na cidade de Recife. E eles tiveram, a única coisa que foi concedida pela universidade foi a cedência de um ônibus, né, para o transporte desses alunos. Mesmo assim, os alunos tiveram que arcar com o custo de combustível e de diária do motorista. Então só teve a cedência do ônibus em si. Então para falar assim, nunca teve a questão de um uniforme, nunca teve a confecção de um uniforme, nunca teve uma ajuda de custo para o cara poder se deslocar para fazer para ele participar de uma competição. Acredito que nem incentivos assim, de um abono, num possível abono, enquanto o cara estava disputado lá ou a menina estivesse disputando na qualidade de atleta, ou se estivesse precisando de uma bola, de uma situação de aula, não ia conseguir, entendeu porque não tinha nenhum respaldo pra isso, não tinha nada interno dentro da legislação que previsse isso aí. Então a gente teve assim, é bastante dificuldade no início, até mesmo o que causou, que as pessoas fossem se desligando pouco a pouco do esporte universitário dentro da instituição, né. (AU 3, 2024)

Questões de cunho pessoal e falta de engajamento também foram motivos da desativação da Atlética Universitária.

> E quando a gente já se distancia, seja porque a faculdade começou a apertar e a gente começou a ver algumas coisas e ou emprego, enfim, é, a gente percebe, tem umas pessoas muito próximas ali, em que começaram a realizar atividades já paralelas à atlética [atléticas acadêmicas]. (AU 1, 2024)

> Naquela época, fazíamos as coisas acontecerem lá, essas pessoas. Então, assim, parece que cai naquela situação de que, se não tem pessoas engajadas, fortemente motivadas, também não acontece, né. Então essa que é a visão que eu tive desse processo todo, sabe. E acho que todos esses atores, essa engrenagem trabalhassem juntos, talvez, poderia ser uma boa opção aí para o fortalecimento do esporte universitário. (AU 2, 2024)

Identificamos, nas evidências extraídas das entrevistas dos fundadores da Atlética Universitária, que aparentemente a rotatividade foi também um outro fator que contribuiu para que o esporte universitário gerido pelos acadêmicos aumentasse a precariedade, já que dependia

[47] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice O. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

que após a saída dos acadêmicos que gestavam o esporte, outros teriam que assumir as responsabilidades. Essa “passagem de bastão”, se não planejada, resultaria na descontinuidade das ações como comprovado nas evidências abaixo.

> Para que a gente sempre tenha a renovação dessas pessoas, senão acaba que esse processo, ele é minado, né. Ele acaba. Então eu lembro, aí a gente, depois que a gente é, acabou nosso tempo também na gestão e também já estava formando, é comecei a fazer outro curso, então acabou que não tinha outras pessoas para poderem assumir, né. Então a gente até eu lembro que a gente até convidou assim outras pessoas de outros cursos, né, mas não houve interesse.(AU 2, 2024)

> Hoje eu não sei até como que tá a equipe do [...], mas a tendência, infelizmente, do esporte amador, o esporte universitário é sempre que fique um ou dois sempre à frente ali. E a gente começa uma ,gestão com um corpo grande, mas, de repente, as pessoas por não ter salário, por não ter uma ajuda de custo, por não ter uma compensação e até mesmo pela falta de reconhecimento, eles acabam abandonando o esporte. Essa que é a realidade, né. (AU 3, 2024)

Do ponto de vista do prescritivo normativo, essa atlética deveria ter tido característica institucional, porém efetivamente pelos motivos expostos, não teve. Sendo desde o início uma iniciativa majoritária dos acadêmicos. Como vimos, estava previsto um protagonismo dela no marco regulatório em conformidade com a legislação nacional (BRASIL, 1941; 1975; 1977; 1987). Então, a Atlética Universitária despareceu ao longo do período da pesquisa e, passou a não contribuir (obviamente) mais com o esporte universitário como conteúdo de política pública. Observamos que a realidade local impingiu aos atores diretos do esporte universitário, mudança que aparentemente foi discricionária e, ao nível do marco regulatório também arbitrária. Mais à frente veremos que essa nova configuração vai abrir espaço para o surgimento de um novo ator, não previsto no âmbito regulatório do esporte universitário, oriundo da universidade, a Burocracia de Médio Escalão – BME.

Como a iniciativa dos Acadêmicos Interessados com a criação da Atlética Universitária, não ter perdurado por muito tempo, acabou provocando um outro efeito que consideramos também marginal ao prescritivo, deixando a UFMT numa condição de participação nos eventos da Federação de forma irregular, já que não estaria regularizada em termos de filiação por uma representação de uma atlética constituída ativa.

> Lógico, ao longo do tempo, né, isso trouxe uma dificuldade até administrativa, de gestão, porque essas, até essas assembleias, essas associações atléticas [universitárias] que foram fundadas no processo de reativação da FMEU, elas não tiveram continuidade de diretorias, por falta de interesse dentro de cada universidade, né. E, nesse processo se você levasse a ferro e fogo, você chegava até uma inviabilidade administrativa da própria FMEU, de não conseguir fazer a assembleia geral, né, por não ter entidades legalizadas. (FMEU 1, 2024).

Ao mesmo tempo, sem a atuação da Atlética Universitária, houve outro meio de fazer a chama permanecer acesa na instituição a partir das relações cognitivas entre a federação e seus

conhecimentos internos na universidade, principalmente por meio da direção da FEF, e, concomitantemente, com a SDR. Ainda que isso acabaria dependendo da vontade anímica dos acadêmicos já que o apoio institucional era bastante restrito, para não dizer quase nulo.

> Naquele tempo [...], a UFMT, até não tinha um departamento próprio para cuidar do esporte universitário. Isso era muito capitaneado através da faculdade de educação física, com o diretor da faculdade da época, com o professor [...] que estava lá dentro, as pessoas que mais nos davam suporte administrativo interno, no sentido de viabilizar as ações ou a estrutura, a participação da própria UFMT dentro do processo dos jogos universitários mato-grossense. (FMEU 1, 2024)

Mas, fazemos inferência que à moda como estava a situação do esporte universitário até então, sem a presença da Atlética Universitária, com os Acadêmicos Interessados desmobilizados e desmotivados, esse caminho escolhido pela federação não perduraria, uma vez que a burocracia disponibilizada à época para o esporte na universidade, não aportava essa incumbência (era majoritariamente extensionista). Mesmo diante desta tentativa, foi fato que a FMEU não intencionava promover influência ou mesmo ingerência direta na implementação do esporte universitário da UFMT.

> O entendimento é que a FMEU não deve desempenhar nenhum papel interno do esporte da UFMT, devido à sua autonomia. Ela deve é cuidar internamente, né, obviamente, desde que atendendo os preceitos que a FMEU tenha a respeito dos próprios jogos universitários, que é prerrogativa da FMEU e da CBDU, por exemplo. Esse é o meu entendimento. Não tem como entrar dentro das instituições para fazer esse desenvolvimento, cabe as instituições fazerem esse trabalho. (FMEU 2, 2024)

Ainda que a FMEU não adentrasse ou opinasse sobre a implementação do esporte universitário na UFMT, mas de alguma forma ela acabava influenciando, já que, como instituição subnacional, era a responsável pela organização do esporte. Isso também era reforçado pelo desejo dos acadêmicos em participar dos eventos promovidos pela FMEU, então buscavam propiciar essas condições para participação. E a Atlética Universitária e também os Acadêmicos Interessados acabavam por receber uma carga desproporcional nesse sentido, principalmente por não haver de fato o apoio institucional, não havia recursos financeiros, precariedades da infraestrutura (manutenção dos espaços físicos esportivos), problemas de fornecimento de materiais esportivos, dentre outros.

Mas, a FMEU também tinham seus problemas. Como instituição, não funcionava *full time* e nem *part time*, já que não possuía recursos financeiros para manter a estrutura mínima necessária. Seu financiamento advinha, principalmente, das taxas de inscrições recebidas nos

eventos esportivos[48] que realizava ou quando conseguia alguma parceria com alguma entidade principalmente pública, como por exemplo o Governo do Estado. Abaixo uma evidência que demonstra esse cenário. Demais evidências podem ser encontradas no Apêndice Q, que não foram colocadas aqui para não avolumar o texto.

> É, a partir da fundação [reativação] 2005, eu não vou lembrar que exatamente agora assim, 2007 se 2009, dois, três, quatro anos após, é nós conseguimos fazer a primeira locação de um imóvel como sede administrativa da FMEU, que nunca chegou, a ter um funcionário né efetivo. É, mas pelo menos a gente já tinha um ponto para fazer as reuniões, algumas assembleias, né? Eu até sempre procurei que esse ponto fosse até próximo da casa do meu pai, aqui no Boa Esperança, então, a primeira sede que nós ficamos era virar minha esquina aqui, um salão comercial, onde era um cabeleireiro aqui na lateral do [...]. Aí, depois de alguns dois, três anos ali, o cara pediu a sala. Aí viemos para casa aqui na frente da casa do meu pai, ainda na rua 40 aqui. E nesse momento até busquei outros dois colegas policiais que morassem na casa para não ser uma casa que pudesse ser assaltada num sábado, num domingo à noite, né? E dividir o custo barateava para eles, barateava para mim porque a casa era grande. E depois, já mais ou menos no ano 2016, é, nós fomos para a rua 39 aqui, que foi a terceira sede que tivemos numa mudança junto com os meninos também, então foram as três sedes que FMEU teve e que acho que por volta do ano 2021, 2022 ela Foi desativada ali. (FMEU 1, 2024)

> A FMEU sempre dependeu de produzir eventos esportivos que fossem lucrativos para gerar um mínimo de receita livre para ela, para fazer alguns custeios administrativos, tal como a tinta de impressora, né, dos expedientes que eram feitos. Os órgãos públicos pedindo o ginásio reserva de espaço, não é, então o que a gente fazia era com muito do bolso mesmo, né, de início. Falando de expediente, expediente, era um celular 24 horas da presidente, né? (FMEU 1, 2024)

Neste cenário de precariedades, observamos que já existia uma outra concepção de atlética, a Atlética Acadêmica que despontava como dispare aos objetivos da Atlética Universitária. Tinha um cunho mais centrado em aspectos socioculturais (festas), de inovação (*cheerleading*, bateria e fanfarra) e de ser autônoma à universidade (não sofrer ingerência e não ter responsabilidade da gestão do esporte institucional). Embora poucas existentes à época, não havia muito elo de ligação entre elas. Como vimos anteriormente a criação desse tipo de atlética se amparou principalmente na Lei n. 10.406/2002 (novo código civil) (BRASIL, 2002), que não remetia especificamente ao esporte universitário.

> No começo é, infelizmente, antes de iniciar a liga dos atléticas era muito dividido isso. Era assim curso A só joga com curso A, curso B só participa com curso B. (AA 1, 2024)

Essa nova configuração das Atléticas Acadêmicas acabou dando fôlego para o seu desenvolvimento. Alicerçadas pela Lei n. 10.406 de 2002 (novo código civil), que, em seu

[48] Os principais eventos oficiais realizados pela FMEU ou os que ela tinha um vínculo são apresentados no Apêndice H. Lá podem ser encontrados também, alguns eventos não oficiais que a UFMT participou com suas equipes universitárias.

artigo 53º. as denominam como “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002), que garantiu a elas essa autonomia reforçando seu *status* de ator não estatal.

> Muitos cursos começaram a abrir as suas atléticas, deles mesmo, né. E aí eu acompanho esse movimento desde o começo, porque a minha irmã foi da engenharia elétrica, também, ela estava na fundação da [...] e da [...], e o meu irmão, que fez agronomia, estava na fundação da outra atlética lá. (AA 2, 2024)

Porém, à revelia do arcabouço normativo prescritivo existente, como exemplos, poderá ocorrer uma única associação atlética por universidade (BRASIL, 1941; 1977; 1987), ou como uma associação, no seu escopo não está composto o poder de ditar, definir ou decidir regras para o esporte (BRASIL, 2002). Encontramos aqui uma nova diferenciação do que prevê o regramento e o que de fato se realiza no nível local. Aparentemente um achado que diferencia o esporte universitário institucional e o esporte das Atléticas Acadêmicas.[49]

> Na linha das atléticas [acadêmicas] a gente trabalhava muito com a questão da integração dos alunos. Era um ponto que era a nossa prioridade. Porque eram alunos diferentes, diversidade, ideologia e tudo mais. Não entramos nesse aspecto, mas acaba tendo que a gente conseguia agregar todos os tipos de pessoas. Seja, gosta de A, seja gosta B. Todo mundo se sentia interagido. (AA 1, 2024)

> Nessa parte desportiva a gente sempre procurou basear nas regras oficiais dos esportes, né. E aí, ia lá, lia e tal. Se tinha aí alguma coisa que realmente não se enquadrava, que a atlética não ia conseguir fazer, a gente procurava dar uma mudada naquilo ali. (AA 2, 2024)

> Uma atlética ela não é só voltada para o esporte, o intuito dela é esportivo, mas as ações são voltadas as várias áreas, né. Muitas áreas, mas o princípio básico da atlética mesmo é o esporte, treinar pra competição. Tem casos de atléticas que são mais voltadas para o festivo. Tem casos de atléticas que é voltada mais para a prática esportiva e tem caso de atléticas que são voltadas para a competição. São atléticas competitivos, né, atualmente tem a [...], a [...], eles têm um calendário esportivo anual. Tanto dentro quanto fora do estado. Então, isso já é mais voltado para o alto rendimento, da mesma forma que tem as atléticas, que são mais para a prática esportiva e participar de um ou outro evento ali como participação, não com o intuito de rendimento, de ganhar, né. (AA 3, 2024)

Lembramos que, mesmo após a criação de uma Atlética Universitária, como tratamos anteriormente, não foi uma construção embasada nas Atléticas Acadêmicas existente até então, mas sim na ação de Acadêmicos Interessados. Além disso, aparentemente essa Atlética Universitária se diferiu também nos objetivos das Atléticas Acadêmicas. Se olhamos para o prisma prescritivo normativo, as Atléticas Acadêmicas diferem por se apresentarem “pulverizadas”[50] e não ter se atentado para o esporte institucional, elas eram independentes,

[49] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice O. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

[50] Usamos o termo “pulverizadas” para determinar a forma como as Atléticas Acadêmicas se organizavam, cada uma sendo uma unidade e não tendo quaisquer relações hierárquicas tanto institucional quanto entre elas mesmas.

eram atores não estatais e seus objetivos estavam centrados para um esporte autônomo e para atividades socioculturais.

No nível local, do período de 2003 até o final de 2013, esse tipo de atlética ainda era incipiente e não tinham nenhuma participação ativa nas decisões do esporte universitário da universidade, não faziam nenhum tipo de oposição à Atlética Universitária (quando ainda ativa) e cuidavam exclusivamente de seus cursos, realizando micro ações voltadas para eles. Então, por sua natureza de especificidade, não abrangia a universidade como um todo e não poderia ser pensado como um esporte universitário institucionalizado.[51]

> As atléticas dos cursos, na época faziam, elas tinham um outro objetivo que não era o mesmo da associação atlética da universidade, que cuidava do esporte institucional. Eles cuidavam mais ou fomentavam mais os eventos interclasses. Então, por exemplo, o primeiro semestre de time de futsal jogava contra o sétimo semestre, enfim eles faziam o interclasses, para saber ali quem que seria o campeão, né, de tal modalidade daquele curso, né. Eles, trabalhavam mais neste sentido. Não eram todos os cursos que tinham. Eram alguns, poucos, inclusive, bem poucos. (AU 2, 2023).

> Tinha atléticas da agronomia, da engenharia elétrica, alguns outros cursos tinham atléticas. E aí a gente até tentou convidá-los também, né, para nos ajudar. Mas acabou que a gente organizou essa atlética sozinhos mesmo [alunos da educação física]. Aqui referindo como atlética, representando a universidade, então cada curso poderia ter uma atlética, mas a universidade precisava ser representada como um todo. E aí essa composta pelos membros ali da educação física, representava a universidade, né. (AU 2, 2023).

> Eu denominaria as outras atléticas dos outros cursos, como atléticas, só que daí de cada curso [sem uma ligação com a atlética da universidade]. (AU 2, 2023).

> É que hoje, as associações atléticas existentes, elas vêm com perfil um pouco diferente daquele perfil de atlética de antigamente [atlética universitária]. Alguns eventos das associações atléticas [acadêmicas] eu tenho visto como muito festivo, né. Não sei dizer se seria até mais festivo que esportivo, né. O que é diferente do propósito [do esporte universitário] da FMEU, que sempre foi de cunho esportivo, a produção, o resultado de jogo, evolução técnica, esportiva, né, do atleta e das equipes [esporte tradicional, regido por regras consagradas]. E a FMEU, até nunca desenvolveu esse lado muito festivo, salvo quando era os eventos nacionais, né, que é próprio do evento nacional, né, no estadual não. Então, é preciso entender, né qual que é o perfil, a diferença de perfil da associação atlética [universitária] de 30 anos atrás dessas associações atléticas de curso [acadêmicas], hoje que existe aí, é da [...], da [...], é, da [...], é, não, não sei o nome de algumas que têm aí. (FMEU 1, 2024)

> Se o evento é federativo, já se trata de outro jeito. Eu acho que isso acaba deixando um caráter de muito... é, a gente não vê uma, não vou dizer nenhuma profissionalização, porque não é nem é bem essa palavra, mas a impressão que se tem com hoje, quando se fala no esporte universitário é, você está falando de qual? Daquele que é jogo de verdade ou aquele que é só festa? E isso é atrapalha um pouco o crescimento e a observação de que o esporte universitário, é sim, pode ser desenvolvido de maneira séria, pode sim ser um local de desenvolvimento de jovens atletas e de futuros, quem sabe até futuros profissionais. (AU 1, 2024)

> Você via aí prosperar atléticas, tinha associação atlética da medicina, que era uma associação atlética forte, mas que era voltada pra quê? para arrecadação de um jogo específico, dos jogos específicos que eles faziam. Que inclusive eu organizei um aí

[51] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no APÊNDICE J. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

> particular, aí eu organizei um INTERMED aí em Cuiabá, não lembro o ano exato, 2008, alguma coisa assim que eu organizei aí na cidade de Cuiabá. Onde o intuito era só arrecadação de dinheiro para as festas deles, tal. Então, não tinha nada voltado para a prática forte do esporte. O desenvolvimento do esporte era só integração entre aquele grupo de alunos, pela instituição, e aquela faculdade, só aquele curso em si. Então, assim, ao contrário do que era associação atlética [universitária], ela reunia todos, ela tinha intenção de reunir todos os acadêmicos que fossem ali pra prática desportiva. Então, assim foi perdendo esse foco. (AU 3, 2024)

A essa altura, uma questão permeia nossas mentes: então as Atléticas Acadêmicas não participaram do processo formal da implementação? Aparentemente, as Atléticas Acadêmicas não estiveram diretamente envolvidas no processo de implementação do esporte universitário enquanto esporte institucionalizado. Tanto os componentes da Atlética Acadêmica quanto os Acadêmicos interessados desconheciam os aspectos prescritivos normativos acerca desse esporte.

> Então, em termos de construção de algo burocrático, de um regimento, um documento consistente para garantia do esporte universitário eu não cheguei de ver e acompanhar não. (AA 1, 2024)

> Não, nunca chegou nas minhas gestões de fazer nada nesse sentido, não. Na verdade, não existia essa troca, né. Não chegamos de buscar à federação estadual por exemplo, ou ela nos buscar. Não existiu isso. Não chegou de existir essa troca, não de procurar algo mais assim, externo, de conversar, de como poderia ser. (AA 2, 2024)

Uma outra questão nos surge: as Atléticas Acadêmicas consideravam o que faziam como esporte universitário? Sem dúvidas, o que as Atléticas Acadêmicas faziam era esporte universitário, já que o seu público identitário era formado exclusivamente por acadêmicos de graduação e pós-graduação. Nesse sentido, pelas evidências já apresentadas, não há dúvidas que elas tinham plena consciência disso, embora tenham aparentado desconhecer o que estava contido no prescrito normativo do esporte universitário. Contudo, mesmo com um público específico, elas aparentemente abarcavam e apresentavam outra realidade do esporte universitário, na qual buscaram e exerciam autonomia frente à universidade e a federação. Em outras palavras, se afastaram do esporte universitário institucionalizado, que, outrora, por meio dos Acadêmicos Interessados, levou à fundação da Atlética Universitária, cujo propósito era esse. Esse afastamento, ocorre também, antes da concretização de uma BME direta para esporte universitário.

> A única instituição que ajudou mesmo, ou fez algum tipo discussão foi dentro da UFMT mesmo, por meio da GPEL [BME]. Se você vai falar do âmbito de atlética para fora, a instituição seria a FMEU, né, mas nunca entrou em contato conosco. Não teve essa ligação, essa relação com a FMEU, por exemplo, não houve em nenhum momento. Em se tratando de outros eventos que eram fechados para as atléticas mesmo, privados por assim dizer, que eram feitos, tínhamos contatos com empresas privadas que eram voltadas a esse nicho. (AA 3, 2024)

Por fim, para nós, baseados nas evidências apuradas, ficou claro, até então, nesta análise, que o que as Atléticas Acadêmicas fizeram foi, de fato, esporte universitário. No entanto, tratou-se de uma outra narrativa que difere do esporte universitário tradicional, que é mais institucionalizado. Este último é atribuído, pelas atléticas, à universidade, por meio de sua BME, e à federação.

Mas, apesar da liberdade e autonomia das Atléticas Acadêmicas, que não se preocupavam com o esporte universitário institucionalizado, havia também um sentimento de que, de alguma forma, elas também traziam contribuições para esporte universitário visto como institucional.

> ...mas essas próprias associações de hoje também contribuem para o esporte universitário na medida que hoje nos JUBs, por exemplo, uma das modalidades é o *cheerleading*, e o *cheerleading* é uma, é um resgate ou inovação das associações atléticas [acadêmicas] e não propriamente da FMEU. Então acho que tudo no fim das contas ajuda a somar, né, a oferecer produtos novos, né, pro esporte universitário, e que a FMEU deve estar sempre atenta a esses movimentos aí, FMEU, CBDU. (FMEU 1, 2024).

Todo esse contexto apresentado, discutido e analisado nesta seção, no que se refere ao nível local, poderia, aparentemente, também ser explicado como um reflexo de um cenário nacional anterior. Após experimentar uma euforia e um crescimento devido à Constituição de 1988, que garantiu que o Estado deveria fomentar o esporte, dentre eles o universitário, e respeitar a autonomia das universidades (OLIVEIRA, 2016), essa expectativa não se sustentou ao longo dos anos. Isso ocorreu devido a aspectos como problemas de amadorismo na organização de seus atores, que não conseguiram se adequar ao novo cenário esportivo, mais profissionalizado.

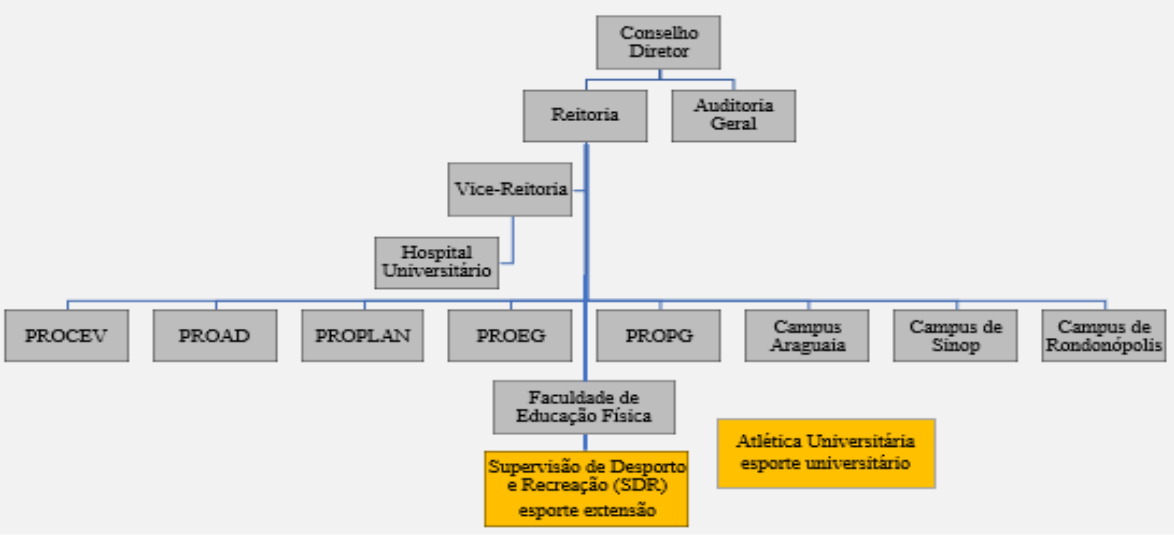
Nas décadas anteriores o esporte universitário era movido pelo "amadorismo, pelo gosto ao esporte". Já nos anos de 1990, houve um arredamento do amadorismo, e as pessoas buscavam "o lucro financeiro por causa do trabalho exercido" no meio. No entanto, o esporte universitário não estava preparado para esse novo momento, o que acabou por ofuscar essa aproximação mais profissionalizada, afastando os atores interessados (STAREPRAVO, 2006, p. 130).

Este momento histórico pode ter tido outros motivos, como o envolvimento também do Estado mínimo, característica da adoção de política neoliberalista que vai impactar diretamente as universidades que dependiam do financiamento público. Ao mesmo tempo em que se busca a modernização do Estado, com políticas de descentralização e alteração do ritmo da letargia da burocracia estatal. Somado a esse contexto, também o que impactou foi a questão da instabilidade política nacional, que, aparentemente, teve reflexos no nível local (universidade)

“teve uma pequena queda no final dos anos 90 e início dos anos 2000, [...] porque a universidade, o Brasil estava passando por problemas do *impeachment* [presidente Fernando Collor], a universidade acabou não tendo aquela sequência que tinha” (BME 2, 2024).

Apresentamos, a seguir, na figura 13 abaixo (de acordo com os dados coletados), o resumo do desenho institucional de 2003 até 2008[52] com a localização da Atlética Universitária (esporte universitário) e a burocracia existente sobre o esporte na universidade, representada pela Supervisão de Desporto e Recreação, da Faculdade de Educação Física (SDR/FEF).

Figura 13 – Resumo do desenho institucional da UFMT de 2003 a 2008 com localização do esporte universitário (Atlética Universitária) e esporte extensionista (SDF/FEF).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como mencionamos anteriormente, a burocracia na universidade que tratava do esporte, a SDR/FEF, não tinha a incumbência de gerir o esporte universitário. Assim, essa responsabilidade de realização recaía sobre a Atlética Universitária. Apesar de destacada no desenho institucional acima, a Atlética Universitária, na realidade não fazia parte desse desenho, pois, institucionalmente, ela não foi pensada e nem integrada a essa estrutura. Como já analisado, essa situação encontrava-se marginal ao prescritivo normativo, já que a universidade não deu atenção a ela. Da pouca atenção dada, foi inerente às relações cognitivas e afetivas que os atores (gestores) da FEF estabeleciam com os Acadêmicos Interessados, sendo uma de suas principais contribuições as reservas de espaços físicos (praça esportiva).

[52] Optamos por apresentar o organograma resumido com os percursos principais do esporte universitário na instituição conforme dados coletados. O organograma completo da instituição é extenso e não traria grandes contribuições para a pesquisa. Para consulta do organograma completo da instituição sugiro a consulta ao sitio https://www.ufmt.br/pagina/organograma/116. Informamos também que não destacamos as Atléticas Acadêmicas no desenho devido ao fato de que nos centramos no esporte universitário institucional e naquilo que foi mais proeminente na instituição no período que pudesse contribuir com os objetivos do estudo, ademais elas não estavam organizadas de forma coletiva neste período.

A praça esportiva, fator que o marco regulatório nacional também destacou, diz respeito aos espaços físicos e equipamentos destinados às ações esportivas do esporte universitário, sendo a responsabilidade da universidade oferecê-los. No que concerne a esse aspecto, que traduzimos como infraestrutura esportiva, que compunha os espaços físicos destinados a prática do esporte na UFMT, conforme dados apurados (UFMT, 2022b?), eram espaços destinados prioritariamente para os cursos de graduação licenciatura plena e bacharelado em educação física. Parte desses mesmos espaços era utilizada para ações relacionadas ao esporte universitário, para um outro tipo de esporte de caráter extensionista, para a utilização da comunidade externa sem ligação específica com algum projeto ou ação da universidade e, ainda, para a disciplina de educação física dos demais cursos da universidade. Na tabela 3 são apresentados um panorama dos espaços físicos esportivos de todos os campi da UFMT. Entretanto, esta pesquisa se centrou na cidade de Cuiabá pelas razões que foram explicitadas na seção 4 Metodologia.

Tabela 3 - Infraestrutura esportiva existente na UFMT de 2003 até o ano de 2008.

Tipo de instalação	**Campus / Quantidade**			
	Cuiabá	**Araguaia**	**Sinop**	**V. Grande**
Ginásio poliesportivo	1	1	0	0
Sala de lutas	2	1	0	0
Sala de musculação	1	1	0	0
Quadra coberta	2	0	1	0
Quadra não coberta	7	0	0	0
Quadra de areia não coberta	1	0	0	0
Campo de futebol com dimensão oficial	1	1	0	0
Campo de futebol sem dimensão oficial	2	0	0	0
Pista de atletismo com brita	1	1	0	0
Piscina olímpica com plataformas de saltos	1	0	0	0
Salão de ginástica	1	0	0	0
Sala de dança	0	1	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor, (2023).

Conforme o marco regulatório, a UFMT cumpria o preceito de ofertar praça esportiva para as ações do esporte no campus de Cuiabá. Pela sua localização centralizada, era muito procurada pelos moradores de bairros circunvizinhos e de outras regiões, para utilização dos espaços para a prática esportiva. Como mencionamos anteriormente, sem uma ligação direta com algum projeto ou programa da instituição, o que denominamos de ação livre. Os espaços físicos esportivos eram gerenciados pela SDR/FEF (período da BME 1), “Nós [SDR/FEF] é que controlávamos os espaços físicos esportivos.” (BME 1, 2023)

Durante a atuação da BME 1 (2003-2008), a infraestrutura esportiva sofreu com a precariedade na manutenção, uma vez que viveu um período anterior que foi extremamente caótico para as universidades públicas federais, ocorridos nos governos de Fernando Henrique

Cardoso - FHC (1995-2002). Nesse período, não houve recursos destinados para a manutenção ou ampliação da infraestrutura, o que resultou em uma deterioração dos espaços esportivos.

Embora o período do governo de FHC não faça parte do intervalo estipulado na pesquisa, seus impactos se estenderam aos anos seguintes. São alguns dos exemplos: problemas elétricos, falta de reposição de lâmpadas (as atividades eram realizadas principalmente no período noturno, devido a rotina diurna dos acadêmicos), deterioração de pintura, de alambrados, problemas com as coberturas do ginásio e quadras cobertas (goteiras recorrentes em época de chuva), problemas hidráulicos em banheiros e bebedouros, material permanente em decomposição, dentre outros. Esses problemas evidenciaram uma relação direta entre o financiamento estatal e a manutenção da infraestrutura, conforme evidências abaixo.

> "A questão da infraestrutura tinha sempre a questão da manutenção, faltava verba para isso e alguns espaços se deterioravam e até mesmo tínhamos dificuldade de ficar repor lâmpadas nas quadras e do ginásio". (BME 1, 2023)
>
> "Na minha época de gestão uma coisa que atrapalhou muito foi a ausência de uma pista atletismo com qualidade para ajudar no esporte universitário. A falta desta pista fazia muita falta." (BME 1, 2023)
>
> "Como os espaços esportivos existentes eram utilizados para os projetos de extensão, de aulas da faculdade de educação física e a comunidade nos procurava muito para utilizar esses espaços, tínhamos o problema de conseguir atender a todo mundo, e aí acabava de alguma forma atrapalhando também os acadêmicos que eram envolvidos com o esporte universitário." (BME 1, 2023)
>
> "Havia muito problema na manutenção dos espaços físicos, a universidade vivia sem recursos. Ademais os espaços existentes não davam conta de atender aos acadêmicos e a comunidade externa." (BME 1, 2023)

Essa condição era atribuída à ausência de recursos financeiros que desse conta da manutenção dos espaços esportivos, muito atribuído à política de austeridade fiscal por parte do governo federal. Tal política refletia a transição de políticas keynesianas para políticas mais restritivas. Efetivamente as obras que impactaram o espaço esportivo existente no período pesquisado, foi a reforma do ginásio de esportes no ano de 2008.

Voltando um pouco no tempo, extrapolando novamente o período determinado da nossa pesquisa e considerando a trajetória histórica, os espaços físicos esportivos da UFMT foram inicialmente destinados para outro propósito. Não existia à época (década de 1970), o curso de graduação em educação física, de modo que os espaços físicos construídos serviam para dois fins específicos: atender aos servidores da universidade e seus dependentes, além de ministrar aulas de educação física (que era uma disciplina obrigatória) para os cursos existentes à época.

> A Supervisão criada na época atendia aos servidores e aos filhos dos servidores com atividades de recreação e lazer. Tinha também uma função de atender aos acadêmicos dos cursos que existiam na época com esportes, pois eles tinham a disciplina de educação física na grade deles. Não existia ainda na UFMT o curso de educação física. (BME 2, 2023)

> E nós tínhamos uma sessão de desporto dentro da universidade, que era composta pelo professor [...] e o professor [...]. Então esses dois começaram a desenvolver esse tipo de trabalho da educação física dentro da universidade federal [prática esportiva obrigatória para acadêmicos de cursos de graduação, não existia ainda um curso de graduação em educação física]. (BME 2, 2023)

Ao longo do tempo, mais precisamente no ano de 1976, houve a criação do curso de licenciatura plena em educação física no campus de Cuiabá, tornando-se o primeiro curso de graduação em educação física do estado de Mato Grosso (UFMT, 2022a?). Diante dessa nova realidade, a infraestrutura passou a ser utilizada, com certa prioridade, para atender às necessidades desse novo curso.

> O Curso de Licenciatura em Educação Física FEF/UFMT teve sua estrutura aprovada em dezembro de 1976 pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, conforme portaria nº. GR1068/76 tendo o reconhecimento do Ministério da Educação e Cultura em 9 de setembro de 1980 pela Portaria nº. 478. A primeira turma formou-se no final do ano de 1979. (UFMT, 2022a)

Apesar das precariedades evidenciadas, a infraestrutura existente na instituição contribuiu para a realização do esporte universitário, já que nesses espaços disponíveis é que ocorreram as ações emo nível local. Esses mesmos espaços, fruto de parcerias entre a UFMT e a Federação Estadual, também serviram como palcos para as realizações dos jogos universitários estadual, ainda que com precariedades na manutenção e pela demanda existente pelos espaços físicos.[53] A aritmética (a soma da autonomia dos Acadêmicos Interessados, a efêmera Atlética Universitária, o financiamento, a praça esportiva e o pouco ou nenhum apoio institucional) ajudou a explicar as características de precariedade e de distanciamento da institucionalização do esporte universitário nesse período.

Ainda que a universidade tivesse agido de forma marginal ao prescritivo normativo, oferecendo pouco apoio ao esporte universitário e à sustentação da Atlética Universitária até então, encontramos uma possível explicação desta postura, a autonomia universitária. Como abordamos na seção 2.2, as autonomias administrativa e financeira permitiam à universidade decidir se implementaria ou não determinados conteúdos de políticas públicas.

[53] Os espaços eram utilizados pelos projetos e programas de extensão, pelo esporte universitário institucional, pelas atléticas acadêmicas, pelas instituições externas e pela comunidade em geral (mesmo sem nenhum vínculo com a universidade) para práticas esportivas.

Depreendemos que essa decisão dependeria das relações e pressões que os atores vão fazer nesse sentido, e, como vimos, o esporte universitário teve pouca adesão de atores interessados em sua organização e institucionalização. Entre os atores, os Acadêmicos Interessados possuíam vínculo temporário com a universidade e enfrentavam dificuldades tanto para fazer adesão de novos acadêmicos quanto para renovar aqueles que deveriam dar continuidade à Atlética Universitária. Paralelamente, florescia uma nova forma de atlética (que para diferenciar uma da outra denominados de Atlética Acadêmica), que passava ao largo do esporte universitário institucional. Na própria na Atlética Universitária inclusive, não se faziam presentes atores com vínculo mais duradouro com a instituição, como servidores, seja eles docentes ou técnicos. No caso dos docentes, embora houvesse previsão de participação no marco regulatório de 1987, na prática, ou seja, na realidade, essa participação sempre esteve tímida, ou quase nula, durante o período estudado. Normalmente restrita a algumas participações pontuais mais próximas dos eventos esportivos especificamente, por meio de algum ator que produziu algumas micros ações.

> É o próprio professor [...], que começou a levar os estudantes, às vezes em alguns eventos que precisavam da figura de um docente da universidade, ele assumia esse papel e levava os meninos e sempre estava acompanhando. Então, assim, de maneira pontual, sim, mas de maneira coletiva ou institucional, não. (AU 1, 2024)

> Se precisasse de alguma ajuda ali de docentes também, acredito que não tinha, porque não fazia parte da disciplina deles, entendeu, entre aspas, né, o que eu acho que é um absurdo. Assim como a gente organizava na nossa época de acadêmico, você foi meu veterano da faculdade, e a gente tinha o Troféu FEF de atletismo, né, que fazia parte da disciplina de atletismo e de organização esportiva. Então era coisa assim. Era o incentivo de você estar praticando atividade física, praticando a organização esportiva, o conhecimento técnico, aplicado a prática que a gente tinha ali, assim foi o esporte universitário. Assim foi o desenvolvimento do esporte ou era para ter sido desenvolvimento do esporte universitário dentro da faculdade, coisas que a gente não conseguiu levar. (AU, 3, 2024)

> Tentamos conversar com alguns professores para que pudessem colocar no calendário ali da turma, né, via organização esportiva, os eventos universitários, né, que eles pudessem estar juntos, vivenciando, não só por mão de obra, mas pra vivenciar uma organização esportiva e nada mais justo do que fazer isso no âmbito universitário. É, porém, a gente não teve uma aceitação do corpo docente de algumas faculdades. Não houve tanto interesse assim, né, naquele momento, onde nós aí continuamos por um bom tempo aí sozinhos, até que começaram a chegar algumas pessoas novas, até o caso hoje que ainda permanece hoje é o presidente aí o [...], né, que hoje é o presidente da federação, que é juntamente com uma turma lá de calouros naquela época, lá da turma dele, que vieram para somar com a gente. (AU 3, 2024)

De certa forma, a iniciativa e a autonomia dos Acadêmicos Interessados, bem como a tentativa de configuração da organização do esporte universitário por meio da Atlética Universitária, ainda que não tenha prosperado, configuraram-se, mais a diante, como um ponto de partida para a futura melhor estruturação do esporte universitário. Esse processo culminou na adoção de características mais próximas da institucionalidade, por meio da intervenção direta

de um outro ator, aparentemente não previsto no marco regulatório do esporte universitário e, até então, também inexistente de forma direta no esporte universitário na instituição, a Burocracia de Médio Escalão - BME.

Na seção a seguir, no segundo momento, abordaremos os aspectos que levaram à criação dessa nova burocracia. Também analisaremos sua trajetória história na implementação, destacando os aspectos que influenciaram diretamente a sua atuação, os quais resultaram em certo distanciamento do cunho extensionista (ainda que não completamente) e em uma aproximação do esporte universitário à institucionalização.

5.2 RESUMO DO SEGUNDO MOMENTO

Quadro 12. Resumo do segundo momento. O marco regulatório local, a atuação BME direta no esporte universitário e a aproximação da sua institucionalização de 2009 a 2022

Comprovamos que não existia uma política de EU implantada na instituição, tampouco havia documentos internos que regulamentassem esse esporte. Foi criada uma BME que se caracterizou como mais direta ao EU, BME 2, que passou a geri-lo. Contudo, essa nova BME executou algumas ações sobrepostas ao esporte extensionista, que era historicamente uma incumbência da BME indireta (BME 1). A BME 2, sem equipe administrativa (falta de equipe), para ampliar o apoio ao EU, buscava suprir essa deficiência com a colaboração dos Acadêmicos Interessados. A BME 2 via sistema de demanda, passa a conseguir alguns benefícios para o EU, como a obrigação da universidade em pagar as taxas de inscrições nos eventos oficiais desse esporte, destacar alguns recursos para compra de uniformes e materiais esportivos e intermediar junto às outras BMEs do entorno os acessos ao transporte, serviço médico e reservas dos espaços esportivos. Após um período de atuação, com a aposentadoria do BME 2, o EU sofre um hiato de meses. Esse intervalo foi suficiente para desencadear uma mudança transformacional, a BME foi rebaixada institucionalmente e colocada sob os auspícios da extensão. Uma decisão um tanto arbitrária. Entretanto, durante esse período, em que se torna mais direta ao EU, a BME buscou construir uma regulação interna, conquista um orçamento com rubrica específica e melhora a operacionalização do EU. Com essa atuação, retirou a autonomia dos acadêmicos (mas não à revelia) na realização do EU e centralizou a organização na BME. Os acadêmicos passaram, então, a dedicar-se exclusivamente às Atléticas Acadêmicas (as de curso). Com a melhora na operacionalização do EU e no aumento no número de Atléticas Acadêmicas, a praça esportiva saturou. Posteriormente, os contingenciamentos e cortes do governo federal no orçamento da universidade, o EU passa a sofrer novamente com problemas de precariedades, já que perde substancialmente parte de seu orçamento, impondo à BME uma tarefa árdua para manter o EU ativo. Nesse contexto, as interações foram um aspecto relevante utilizado pela BME para viabilizar a operacionalização do EU, envolvendo tanto atores internos quanto externos (estatais e não estatais). Valendo-se de suas características técnico-política e técnico-gerencial, além da sua discricionariedade e autonomia, aparentemente, no caso empírico estudado, foi se tornando um ator-chave na implementação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após apresentarmos e analisarmos o marco regulatório nacional do esporte universitário, assim como dos atores que seriam seus legítimos responsáveis, passaremos nesta seção, que denominamos de segundo momento, a discorrer sobre os resultados, discussão e análise do surgimento da nova burocracia, bem como os aspectos da implementação que nortearam as ações da BME na condução do esporte universitário da UFMT.

Para tanto, foram extraídos, das entrevistas e dos documentos, aspectos como o marco regulatório local, o financiamento e a infraestrutura esportiva, todos inerentes ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública. Estes aspectos foram denominados

também de códigos *a priori*, por terem sido derivados da literatura sobre políticas públicas, conforme mencionado anteriormente.

Entretanto, conforme nossas análises, constatou a inexistência de um marco regulatório local (segunda pesquisa documental pelas falas dos entrevistados), cuja ausência provocava precariedades agudas. Esta situação demandou da BME esforços significativos para construir um conjunto mínimo de normas que pudesse sustentar o esporte universitário e guiasse suas ações, na qual denominamos de padrões de ações. Outro aspecto destacado foi o financiamento, que, como vimos, até então era inexistente.

Posteriormente, a BME conseguiu conquistar a garantia de destinação de pecúnia para as ações, no início por meio de demanda e, mais tarde, por meio da conquista de uma rubrica específica. Vale notar que esse financiamento foi oscilante ao longo do período pesquisado. Quanto à praça esportiva, que conforme regulação nacional era de incumbência da universidade, inicialmente não apresentou ser um grande problema para a BME. Porém, à medida que sua atuação melhorava as condições do esporte universitário, a demanda por infraestrutura esportiva cresceu, superando a capacidade existente.

Por fim, as interações revelaram-se um aspecto relevante para o alcance dos objetivos da BME. Por meio dessas interações, a BME estabeleceu relações com atores tanto de dentro quanto de fora do ambiente estatal, e essas conexões reverberaram positivamente em sua atuação no conteúdo de política pública.

Nos deparamos também com uma característica marcante das BMEs, um perfil ligado intrinsicamente ao esporte na instituição. Essa característica foi identificada na suas trajetórias históricas, com registros desde a participação como usuário do esporte extensionista, formação acadêmica, servidores da instituição e ocupantes de cargos de gestão. Aparentemente, relevando ser um projeto de vida. Em diferentes momentos e vivências, esses atores estabeleceram contatos uns com os outros.

Por fim, considerando a trajetória histórica das atuações da BME, são evidenciadas as continuidades e as mudanças realizadas por ela nesta estrutura de implementação. Tais atuações, culminaram, principalmente, na melhor operacionalização do esporte universitário, aproximando-o da institucionalização. Ao mesmo tempo, aparentemente, essas atuações vão atraindo para sua figura uma centralidade e uma condição de ator-chave na implementação do esporte universitário local.

5.2.1 O surgimento de uma BME para o esporte universitário e os desafios da operacionalização: a sobreposição de ações, o desenho institucional, a equipe disponibilizada e os tipos de esportes e públicos

Na tabela 4, apresentamos evidências que reforçam o *status* ocupado pelo esporte universitário na instituição por meio da burocracia disponibilizada para tal. Podemos observar, na tabela 4 abaixo, que, até o ano de 2008, a UFMT não possuía tal estrutura burocrática. O único cargo destinado ao esporte na universidade, como vimos, era o da SDR, que funcionava dentro da FEF. Como dito anteriormente, essa burocracia era responsável pela realização de atividades esportivas em geral para os servidores e seus dependentes, além de ações com enfoque extensionista à comunidade externa. E, eventualmente, quando provocada, dava algum tipo de auxílio ao esporte universitário que era organizado por Acadêmicos Interessados e, posteriormente, pela Atlética Universitária. É importante relembrar que essa supervisão foi antecessora a criação do curso de graduação em educação física na instituição.

Tabela 4 - Burocracia disponibilizada - esportes universitário (EU) e extensionista (EXT) da UFMT entre os anos de 2003 a 2022.

Campus	**No período de 2003 a 2008**		**No período de 2009 a 2022**	
	Cargo de confiança EU	**Cargo de confiança EXT**	**Cargo de confiança EU**	**Cargo de confiança EXT**
Central – Cuiabá	0	1	1	1
Araguaia	0	0	0	0
Sinop	0	0	0	0
Várzea Grande	-	-	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos afirmar que a SDR/FEF, embora desse assistência ao esporte universitário no período descrito na tabela 4 acima, teve suas ações essencialmente voltadas ao caráter extensionista. As evidências que sustentaram essa afirmação foram extraídas dos trechos das entrevistas que já apresentados e dos serviços prestados pela SDR/FEF, descritos nos Apêndices L, M e N.

Três dos quatro campi que faziam parte da UFMT[54] não possuíam nenhuma burocracia de médio ou de baixo escalão voltada para o esporte universitário, conforme demonstrado tabela acima. Nesse contexto, as ações relacionadas ao esporte universitário ficaram, em grande parte, sob a incumbência de Acadêmicos Interessados, com eventual participação de algum servidor destacado para essa finalidade. Não havia uma conexão direta com o campus central (Cuiabá), no que diz respeito à organização. Contudo, com a criação de uma nova BME destinada a prestar assistência ao esporte universitário (como será detalhado a seguir), a solução encontrada para atender esses campi foi delegar a responsabilidade pelas ações a algum servidor técnico local, sem a destinação de pecúnia. Na ausência de tal servidor, outra alternativa adotada foi

[54] No primeiro período (2003 a 2008) ainda não existia o campus de Várzea Grande. E como mencionado na seção 4 - Metodologia, o campus de Rondonópolis e depois uma universidade federal não foi considerada pela análise.

designar um acadêmico do campus para realizar os procedimentos necessários à operacionalização, também sem a destinação de pecúnia.

Então, o que observamos até este ponto é que, com sua autonomia, a universidade não assumiu as responsabilidades que lhe eram inerentes e assistiu o esporte universitário sendo realizado, ainda que à margem do marco regulatório. Uma mudança mais contundente ocorre no momento em que o esporte universitário começa a adquirir um maior *status* dentro da instituição, mais precisamente nos idos de 2008, com a chegada de uma nova reitoria composta por atores com relações estreitas com os envolvidos no esporte da Faculdade de Educação Física. Nesse contexto, é criada uma BME,[55] que vai se aproximar do esporte universitário, dando a entender que o esporte institucional na universidade não deveria se limitar apenas ao caráter extensionista ou ao atendimento dos servidores.

Com a eleição para a reitoria em 2008 e o apoio da SDR/FEF à candidatura vencedora do pleito, foi proposta a criação, de forma inédita, de uma coordenação para o esporte, com o objetivo de atender aos interesses esportivos da universidade e oferecer maior suporte aos seus participantes, incluindo o esporte universitário. Essa coordenação é criada e alocada diretamente na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV).

> ...foi criada uma Pró-Reitoria específica de Cultura e Extensão e Vivência, onde eu tive de prazer de estar junto do [...], que era o pró-reitor,[eu] estava na coordenação de esporte e acabamos desenvolvendo, fortalecendo um pouco mais esse trabalho [esporte universitário], que é oriundo [da FEF], [mas] foi criado uma Pró-Reitoria para ajudar. (BME 2, 2024)

> A Faculdade de Educação Física apoiou o pleito da candidatura vencedora da eleição para a reitoria de 2008 e a partir de proposição de campanha, a criação de uma coordenação de esportes para a universidade, uma vez que a Supervisão de Desporto e Recreação pertencia à Faculdade de Educação Física e cuidava de projetos e programas ligados diretamente a ela. Desta forma, seria uma importante iniciativa para o esporte ter uma ligação com a burocracia de alto escalão da universidade. (BME 3, 2023)

Essa mudança, que deu *status* ao esporte universitário dentro da universidade, foi sentida por um importante ator não estatal, a entidade subnacional do esporte universitário.

> É, ela [UFMT] veio a ganhar uma coordenação que inicialmente exercida pelo professor [...] depois pelo professor [...] e que deu um "*up*", né, na organização interna e no apoio que a UFMT deveria e deve sim sempre dar aos seus alunos para que participem do movimento do esporte universitário, seja aqui no Estado, seja nos eventos nacionais. (FMEU 1, 2024)

[55] Nessa criação da nova BME foi destinada a função denominada de CD (cargo de direção).

A criação dessa coordenação resultou das relações informais dos atores da educação física, aparentemente atreladas a uma estrutura social formada pelos atores em suas práticas reiteradas e consolidadas desses atores, que desejavam que o esporte ocupasse um outro *status* na universidade. Segundo o BME 2 (2024) “acho que foi muito válida essa criação, foi muito bom juntamente com a Faculdade Educação Física que escancarou mais a porta ainda no sentido de os profissionais estarem lá”. Essa iniciativa provocou uma proximidade relevante do esporte junto aos outros setores do alto escalão da instituição, antes ancorado principalmente à direção da FEF. Isso propiciou uma maior abertura para o desenvolvimento do esporte na universidade.

> E então, a Seção, a Divisão, Supervisão e a Faculdade de Educação Física e depois a criação de uma Pró-Reitoria ali dentro, isso acho que foi um marco, é o que representa, coloca, dá um *status* pra mim é o que chama mais e mais divulga a universidade é a questão do esporte aí dentro.(BME 2, 2024)

Até este ponto, não é novidade que a universidade fomentava, do ponto de vista institucional, o esporte extensionista, cujo público prioritário era a comunidade externa, ao mesmo tempo em que adensava também os servidores. Embora o esporte universitário estivesse presente, ele seguia num universo aparentemente paralelo institucionalmente. A novidade surge, então, com a busca, ainda que inicialmente incipiente, pela aproximação da institucionalização desse esporte. No entanto, não encontramos evidências de que essa tomada de iniciativa tinha sido resultado de um trabalho coletivo. Essa nova configuração, por sua vez, crio uma condição de funções sobrepostas (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015), afetando diretamente a competência já exercida pela SDR/FEF. Isso porque a nova BME não se desvencilhou totalmente do esporte extensionista nem das atividades voltadas aos servidores. Por algum tempo, a nova BME operou dessa forma, como catalizadora e executora do esporte na universidade.

> O planejamento era eu que tinha que fazer, junto com a Faculdade. Eu ia lá, quantas vezes você fez jogos, aqui um exemplo, você cuidou do Pisquila, você fazia as coisas, eu sentava, e te dava o suporte, eu não, a universidade, a coordenação, a Procev. Olha vamos fazer, eu sentava com você, é sentava com a [...] na questão do festival de pipas, né. [...] vamos voltar com o Festival, tem condições? Ah, [...] eu preciso disso, disso, disso. Vamos ver o que que eu consigo. Dentro do que eu posso. Mesma coisa com você lá no Pisquila. Preciso de arbitragem, preciso de medalhas, troféus essas coisas. Então, claro vamos lá fazer, vamos tentar proporcionar. Mesma coisa eu tive a ideia, de se fazer... como eu disse pra você na pergunta anterior. Eu vi a criação desse pessoal [professores desde a fundação da universidade e da faculdade], eu também queria criar. (BME 2, 2024).

Havia uma característica peculiar, a ausência de um regramento interno. Até mesmo o esporte extensionista com mais bagagem na universidade, era realizado via eventos ou projetos sistemáticos ou intermitentes, sofria com essa ausência.

> Havia a falta de uma regulação, um comando central do esporte na universidade com que fizesse que todas as ações tivessem uma ligação direta a ela, tanto na forma de parceria, apoio ou até mesmo aprovação e registro mesmo. A Supervisão de Desporto e Recreação já tinha seus projetos, suas ações e eventos e não abria mão daquilo que fazia, mas também não regulava outros esportes na UFMT, muito devido à falta de um regramento mesmo do esporte como política institucional. (BME 3, 2023).

Uma falha notória persistiu, pois não se sabia se a nova Coordenação seria o setor catalizador do esporte na universidade, e nem quais seriam, seus objetivos concretamente, uma vez que não houve do ponto de vista de regulação um direcionamento de suas ações. Dessa forma, por um tempo, ela permaneceu sobreposta às realizações da SDR/FEF. Um caminho trilhado pela nova coordenação foi buscar realizar parcerias com a SDR/FEF em eventos que tentou resgatar, como os Jogos Unicuia[56], Jogos Pisquila[57], Festival de Pipas,[58] dentre outros que eram uma criação da SDR/FEF, mas que por não possuir orçamento deixou de realizá-los.

> "...acabamos [Coordenação de Esporte da PROCEV] desenvolvendo, fortalecendo um pouco mais esse trabalho [esporte na universidade], para ajudar. Mas, o trabalho específico mesmo foi com a Faculdade de Educação Física, porque o suporte maior estava ali, em termos de materiais, de material humano, material físico, todos eram tocados pela Faculdade de Educação Física. [A Coordenação] veio para incrementar com ideias, sentávamos com algumas pessoas que já tínhamos dentro da Faculdade de Educação física, diretor, supervisor e voltamos mais forte" (BME 2, 2024)

Houve uma tentativa mal fadada de anexar a SDR/FEF à Coordenação de Esportes da PROCEV, porém a ideia não foi bem recebida por alguns atores de seus integrantes e da própria Faculdade de Educação Física.

> Na época houve uma tentativa de levar a Supervisão de Desporto para ser um setor específico da Coordenação de Esportes da PROCEV. Essa tentativa buscaria dar mais robustez à Coordenação já que não tinha servidores à disposição, apenas o ocupante do cargo de coordenação. Porém, isso não vingou porque os servidores da FEF não aceitaram. Devido a autonomia adquirida por anos na instituição e por já ter expertise em projetos e programas de extensão já consolidados. (BME 3, 2023)

Com esse fato consumado, uma mudança bem visível foi o início da transformação do esporte universitário, que já não possuía mais uma Atlética Universitária e passa a não buscar assistência junto à SDR/FEF, já que a nova estrutura criada, a Coordenação de Esportes da PROCEV, embora que ainda não concretamente regulada, passou ser a responsável pelo esporte universitário.

---

[56] Os Jogos Unicuia era um evento esportivo, com modalidades coletivas e individuais. Era aberto e destinado para variadas instituições promotoras do esporte com jovens e adultos da região de Cuiabá, a chamada baixada cuiabana (UFMT, 2013b).

[57] Os Jogos Pisquila era um evento esportivo, com modalidades coletivas e individuais, destinado às instituições públicas e privadas que ofertassem o esporte para crianças e adolescentes (UFMT, 2013b).

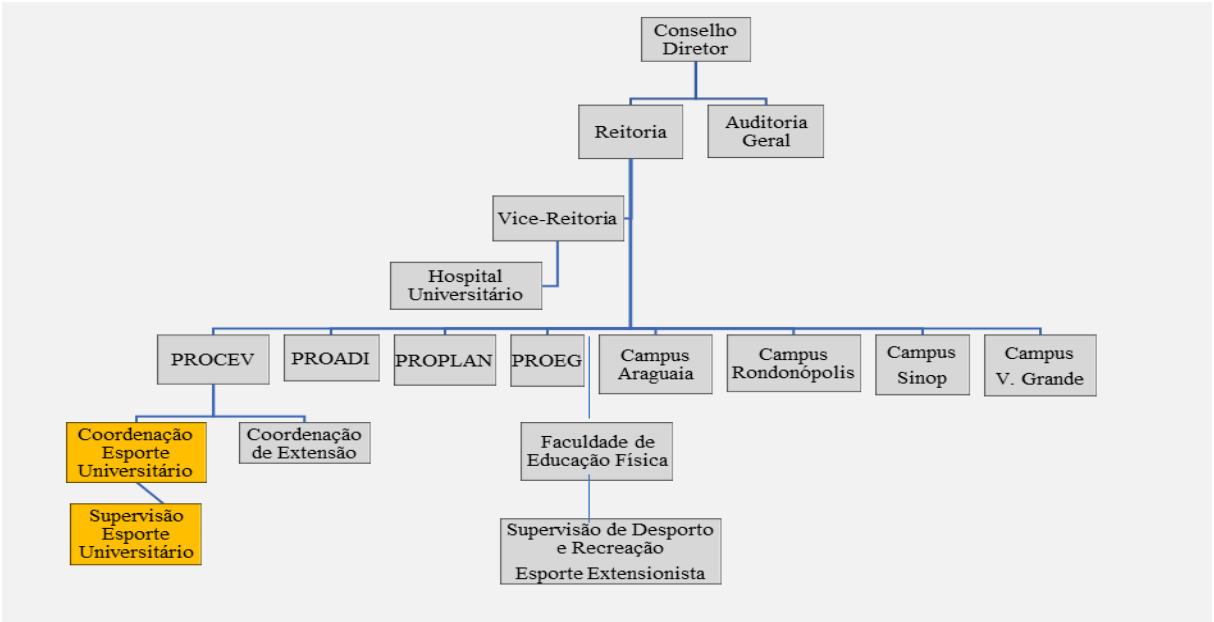
[58] O Festival de Pipas, era um evento de participação e lazer, aberto, voltado para crianças, adolescentes, adultos e idosos com a função de resgatar as brincadeiras de antigamente e o envolvimento com atividades de lazer com responsabilidade (UFMT, 2013b).

Na figura 14, pode ser observado, no novo desenho institucional da universidade, a localização em que as instituições formais do esporte estavam no organograma entre os anos de 2009 a 2016. Nela observamos que a instituição passa a ter claramente duas BMEs que tratam do esporte na universidade. Uma já existente por anos, atrelada ao esporte extensionista e ao atendimento dos servidores, localizada na Faculdade de Educação Física (SDR/FEF). A outra a nova Coordenação de Esportes, ligada à Pró-Reitoria de Cultura Extensão e Vivência (PROCEV), responsável pelo esporte universitário. Reparemos na figura, que a Coordenação de Esporte passa a ter também uma Supervisão, que conforme o BME 2 assim se configurava:

> ...a composição [da PROCEV] era Pró-Reitoria, os coordenadores, cada coordenação tinham uma ou duas supervisões. No caso do esporte, era uma supervisão. [Essa] ajudava, quando precisava [...] sentava em algumas reuniões, em jogos universitários representando [...] sempre ia, quando tinha condições, quando eu [coordenador] não podia ir, [a supervisão] ia, representando a universidade porque tinha que ter um representante. [Foi] agregador porque tinha facilidade com os acadêmicos. (BME 2, 2024)

Veremos mais adiante que, nessa nova configuração, a Coordenação ainda que inicialmente com algumas ações esportivas sobrepostas, em um primeiro momento, à SDR/FEF, vai se afastando do arquétipo extensionista e, se consolidando ao esporte universitário com o tempo.

Figura 14 - Organograma da UFMT de 2009 até meados de 2016 com localização do esporte universitário.



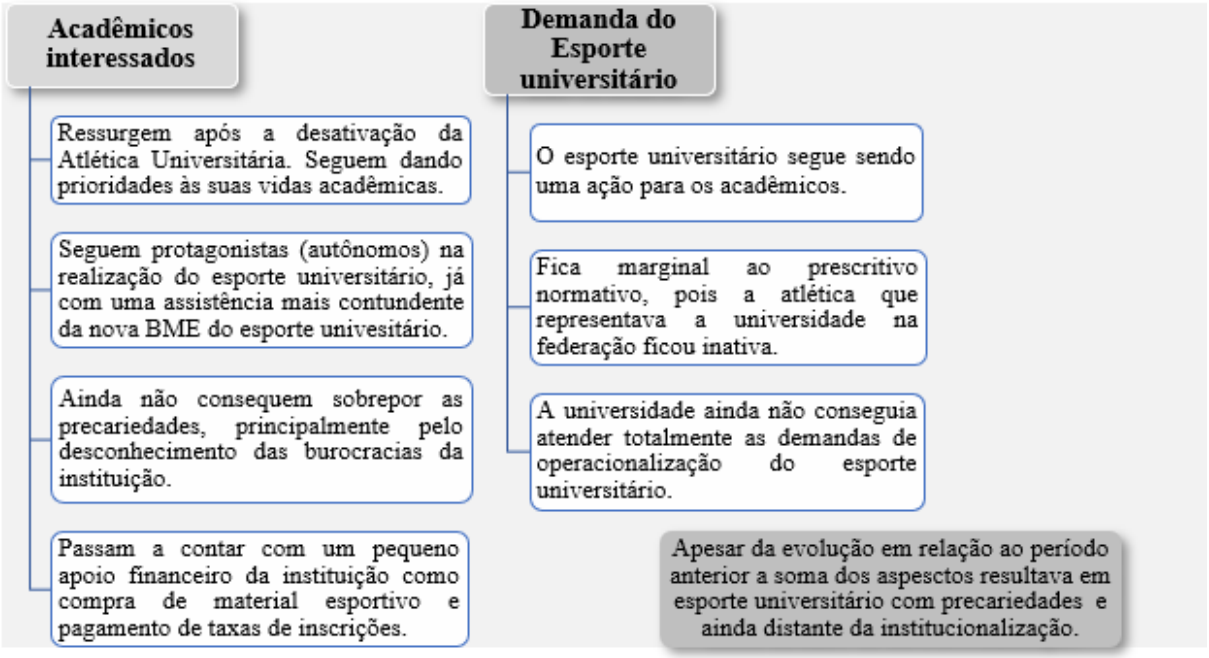
Fonte: Elaboração do autor, (2024).

Mesmo não tendo destacado o caráter sobreposto das ações das BMEs do esporte na universidade (extensão-esporte universitário) existente no período, o BME 2, no seu entendimento, salientou a relevância de se valorizar o esporte enquanto instituição pública.

> A Faculdade de Educação Física [Supervisão de Desporto] e a PROCEV [Coordenação de Esportes], tem tamanho muito grande em relação a isso [promover o esporte], uma dimensão de divulgar a universidade, desde a sua criação 1970, final né, 70 a gente quase não conta porque ela criou-se, mas de 1971 pra cá ela tem um papel muito grande na divulgação da própria da UFMT através do esporte. (BME 2, 2024)

É importante salientar que, nessa nova configuração do esporte universitário na instituição, a figura dos Acadêmicos Interessados ressurge. Eles ainda continuaram sendo protagonistas e autônomos nas ações, na ausência da Atlética Universitária. Porém, com uma mudança substancial, que foi a aproximação da BME ao esporte universitário, que passou a dar uma assistência mais razoável e atraiu esses acadêmicos, que também novamente grande parte deles sendo do curso de educação física. Essa aproximação tinha também um motivo, uma vez que, como veremos mais adiante, a nova BME não dispunha de equipe de *back-office* para dar suporte na organização. Um resumo dessa nova situação consta na figura 15 abaixo.

Figura 15 - Resumo das características da nova fase do esporte universitário com advento da nova BME e com suporte e autonomia dos Acadêmicos Interessados no período de 2009 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Antes do advento de uma nova eleição para a Reitoria, no pleito de 2016, entre o meado do ano, ocorreu uma mudança transformacional que impactou diretamente dois setores específicos da PROCEV: a cultura e o esporte, conforme figura 16 a seguir. A cultura possuía uma gama de infraestrutura, que envolvia como exemplos teatro, museu, orquestra, cinema, auditório, centro cultural, coral, oficinas de artes plásticas e vários cargos de confiança. Portanto, com uma estrutura de implementação muito mais robusta e institucionalizada na

universidade, se comparada ao esporte universitário. Com essa mudança, a cultura acabou recebendo a função CD (cargo de direção) que pertencia ao esporte. Neste cabo também o esporte universitário perde a sua supervisão.

> Antes da aposentadoria do gestor que estava à frente do esporte universitário, o setor era uma coordenação dentro da PROCEV. Logo, na hierarquia dentro da Pró-Reitoria, cabia a relação direta com o pró-reitor. E o pró-reitor diretamente com a Reitoria. Mas, após o hiato que ocorreu após a aposentadoria do servidor, fizeram uma restruturação e o CD [cargo de direção] foi realocado para a Cultura e o esporte virou uma FG [função gratificada] gerência e inserida na Codex. Um erro a meu ver, já que a Codex já tinha uma gigante demanda e poucos funcionários e o esporte tratado na base extensionista não é o mesmo que trata do esporte universitário. Além é claro que o esporte estava sendo rebaixado hierarquicamente, do ponto de vista que perdeu prestígio com o rebaixamento do cargo. (BME 3, 2023).

Como em políticas públicas reflete-se os interesses, conflitos de interesse e os arranjos feitos, esporte passou a se configurar como Gerência de Projetos Esportivos e Lazer (GPEL) e ficou subordinada à Coordenação de Extensão, sendo configurada, para esta pesquisa, como BME 3.

Como podemos verificar na evidência extraída acima, contribuiu para esse fato também o hiato que ocorreu no esporte universitário por conta da aposentadoria do BME que conduzia a coordenação a época. Com sua aposentadoria, não houve, de imediato, a condução de um novo gestor da área esportiva, o que pode ter contribuído para essa transformação, já que não haveria ali nenhuma resistência.

Pensar nos Acadêmicos Interessados como fonte de resistência a essa mudança seria contraproducente, afinal, eles não tinham participação no âmbito decisório da instituição, além do que tinham o desconhecimento das engrenagens da burocracia estatal que permeou esse grupo por todo o período pesquisado. Quando questionados dessa participação em alguma instância interna de decisões, os entrevistados (acadêmicos interessados e ex-componentes da Atlética Universitária) reagiram de forma a desconhecer tal fato.[59]

> Absolutamente não. Naquele momento, não se falava em aluno ter qualquer acesso a esse tipo de informação. É ,sabido que tem o representante estudantil e colegiado, mas naquele momento, não sei se a UFMT ainda não estava madura para entender o esporte como uma manifestação cultural dos estudantes daquele momento. Então, assim, eu acredito que o representante do colegiado, o representante dos estudantes do colegiado se preocupava mais com questões acadêmicas, com essa questões mais científicas. Mas, como eu disse o esporte universitário também pode ser considerado acadêmico enquanto uma prática uma vivência cultural do estudante naquele momento, então era considerado lazer. Não era considerado uma atividade acadêmica que poderia sim ser pensado de uma maneira a ajudar na construção desse aluno. (AU 1, 2024)

[59] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no APÊNDICE J. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

> A gente teve essa dificuldade de entender, inclusive a gente que agora eu faço parte do processo que é coletivo, que eu represento uma quantidade de pessoas muito expressiva. A gente teve essa dificuldade e também não tinha essa visibilidade em relação à instituição com a gente. (AU 1, 2024).
> Não, em nenhum momento [participação em instâncias de decisão do EU]. Eu sempre busquei junto ao corpo técnico da faculdade de educação física, que era a área que teoricamente seria mais propícia para estar discutindo sobre isso, principalmente na questão de espaços, né, que a gente sempre tentou ali junto a instituição a liberação dos espaços. (AU 3, 2024)

Ainda que com a nova gestão empossada, não houve mudança desta nova estrutura.

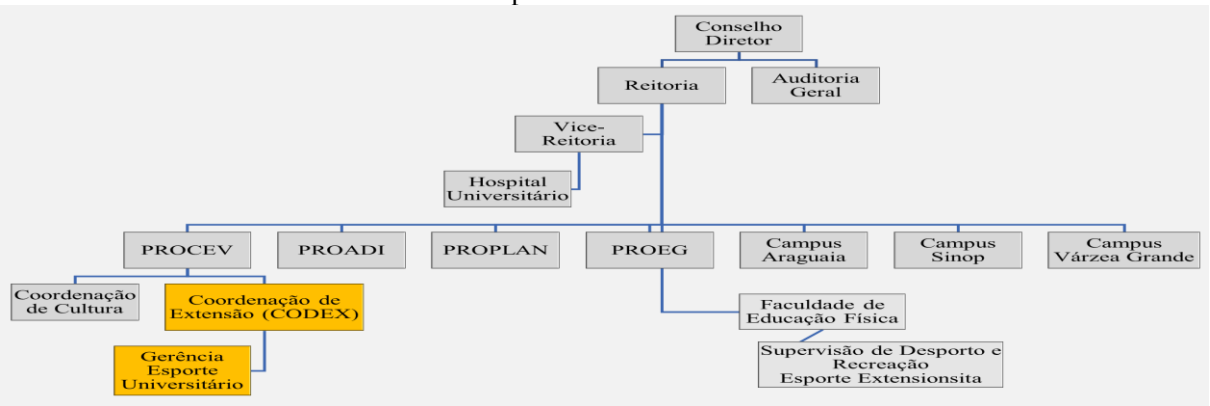
> Ao colocar o esporte universitário como uma gerência, perdendo o *status* de coordenação, houve o rebaixamento do esporte universitário na instituição. Ao colocá-lo como uma divisão da Coordenação de Extensão cometeu-se um equívoco gigante, pois são áreas bem distintas com finalidades bem demarcadas e que não há como ter ingerência de uma sobre a outra. Mas, ficou assim infelizmente. (BME 3, 2023).

Essa mudança foi sentida também por outra instituição (não estatal) à qual o esporte universitário da UFMT estava ligado diretamente, a Federação Matogrossense de Esportes Universitários (FMEU).

> Então, realmente, quando a UFMT, ela instituiu essa Coordenadoria esportiva específica para cuidar do esporte universitário dentro da faculdade [universidade] teve um crescimento muito grande lá dentro, saindo daquela relação amadora dentro da Faculdade Educação Física, né. Amadora, espontânea, que eu quero dizer, talvez seja até a palavra mais correta o espontâneo. E depois ela me parece que reduziu a uma gerência, né, o que deve ter criado algumas dificuldades a mais internamente, né, mas, que a gente já não estava mais na gestão da federação. (FMEU 1, 2024)

Essa mudança causou estranheza em relação aos princípios do esporte universitário, se comparado aos princípios da extensão universitária. Além disso, houve um flagrante rebaixamento do esporte universitário institucionalmente. Encarado como conteúdo de política pública, por estas premissas o esporte universitário na universidade aparentemente andou para trás. Podemos observar essa nova configuração do esporte universitário no desenho institucional na figura 16 abaixo.

Figura 16 – Novo desenho institucional com a localização da nova BME do esporte universitário na UFMT a partir de meados de 2016



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse novo desenho institucional, que situou a localização do esporte universitário na UFMT, não reverberou necessariamente sua importância para a instituição formal. Ele descreveu apenas uma fotografia que, necessariamente, não atribuiu relevância ao esporte universitário na instituição, e pouco serviu para descrevê-lo na prática. Isso se torna mais evidente quando se leva em consideração as práticas e as relações que a BME (3) do esporte universitário, e os atores que importaram vão desenvolvendo (movimentado) no cenário e que de prático foram os resultados dessas relações.

Mesmo que, hierarquicamente, a Gerência de Esportes estivesse subordinada à Coordenação de Extensão (CODEX), o modo de trabalhar encontrado permitia que a BME 3 do esporte universitário agisse de forma mais autônoma e, tivesse acesso à Burocracia de Alto Escalão sem intermediários na maioria do tempo.

> Apesar dessa mudança que nos causava estranheza, a relação com a CODEX foi bastante profícua, já que possuíamos bom trânsito com ela e ela nos dava autonomia no trabalho. Até porque eles não tinham como nos auxiliar nos trabalhos, já que suas demandas já eram grandes. Não precisávamos o tempo todo estar dando satisfação de nossas ações, embora procurássemos sempre estar informando do nossos passos, principalmente na questão dos gastos realizados. (BME 3, 2023).

Em suma, essa mudança endógena causou, de certa forma surpresa, uma vez que, considerando as premissas da instituição formal, ou seja, do seu regramento, e da informal traduzidas em práticas que organizam e constituem relações sociais (HALL, TAYLOR, 2003; FIORETOS, FALLETI, SHEINGATE, 2016), as diretrizes extensionistas (FORPROEX, 2012) diferem das finalidades do esporte universitário. Este, por sua vez, representa uma realidade bem distinta, que como vimos anteriormente no seu marco regulatório. Denota-se que os aspectos formais (instituição formal) nem sempre serão obedecidos, que no caso empírico em epígrafe foram ignorados. No que tange à perspectiva estrutural de obediência a um regramento solidificado (no caso da política extensionista) e um nem tanto (como no caso do esporte universitário) que foram os dois conteúdos de política pública diretamente implicados, os atores, em suas relações e ações informais, acabaram por alterar regras em conformidade com suas conveniências, aparentemente, possuíam autonomia para isso. Ao passo que as regras puderam ser alteradas por falhas ou não previsão (LIPSKY, 2019).

O fato, no caso empírico analisado, é que, na constituição formal do cargo em si, já que se trata da burocracia a ser impactada, essa mudança recai na parte de instituição formal. A instituição altera a BME a partir de uma ação estratégica de um ator específico (PROCEV), que vai contar com a ratificação de um ator do alto escalão (Reitoria). A surpresa reside na parcimônia dos dois setores impactados, a extensão e o esporte universitário. Aqui, nem nos

referimos aos acadêmicos, que, como já mencionamos, desconheciam e estavam alheios a essa realidade. A aceitação dessa condição passa a ser constrangedora, embora seu funcionamento ocorra sem maiores percalços, como veremos mais adiante, mediante as interações da BME do esporte universitário. Estando o esporte universitário momentaneamente frágil, essa vulnerabilidade parece justificar, ao menos em parte, tais mudanças implementadas de forma discricionária (no poder da caneta) pelos atores do alto escalão.

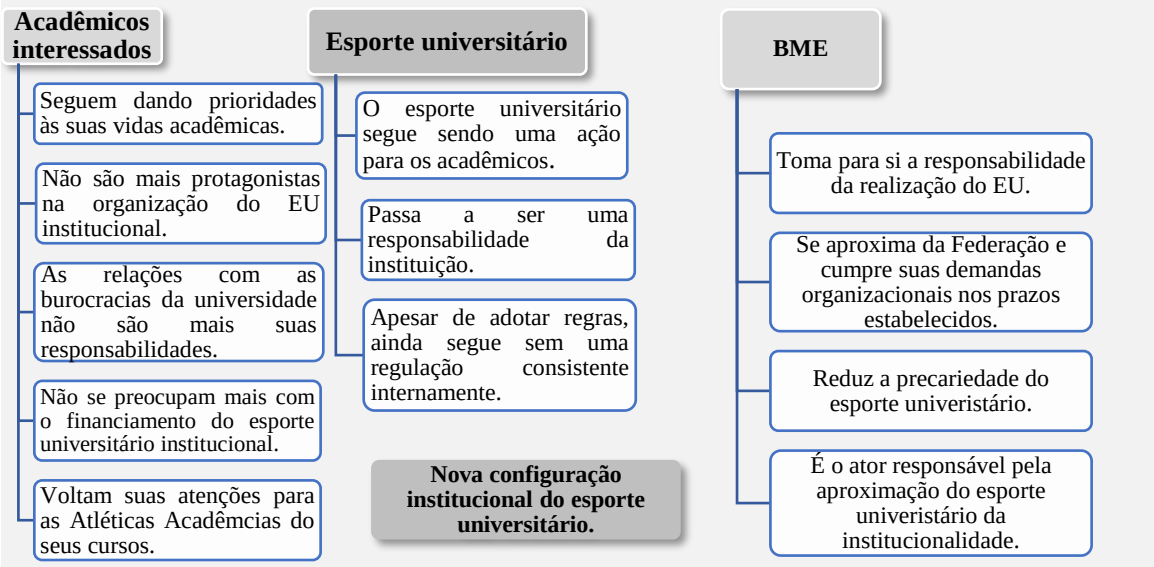
Um novo desenho institucional foi estabelecido pela Resolução CD n. 23 de 25 de março de 2022 (UFMT, 2022c). Porém, em nada mudou a condição do esporte universitário na instituição, que, até o ano de 2022, permanecendo na mesma configuração, com subordinação à Coordenação de Extensão, conforme já demonstramos na figura 13.

Com o do advento desta mudança (rebaixamento da BME do esporte universitário), ocorre uma ambiguidade de certa forma impensável, pois, também ocorre uma mudança substancial que vai influenciar diretamente de forma positiva toda a organização e operacionalização deste tipo esporte na instituição. É quando a BME toma a decisão (discricionária), mas ao mesmo tempo endossada pelo alto escalão, de tomar a frente da realização das ações do esporte universitário, com isso retirando a autonomia dos Acadêmicos Interessados (com ausência de Atlética Universitária), mas ao mesmo tempo aproximando o esporte universitário do cunho institucional.

Nesse intento, a burocracia se distancia da vertente extensionista. Diversas ações e incumbências, que outrora eram realizadas de forma precária ou não eram realizadas, foram disciplinadas por essa nova organização. Do ponto de vista técnico-gerencial,, para operacionalizar o esporte universitário, a BME deveria se preocupar diversas incumbências tais como, reservas de espaços físicos, material esportivo, uniformes, exames médicos, contratação de treinadores e auxiliares, seguro, kits de primeiros socorros, pagamento de taxas de inscrição, transporte, alimentação, hotelaria, dentre outros. Além de gerenciar todo o processo, tinha que fazer a publicização para garantia da adesão dos acadêmicos ao esporte universitário e, ao mesmo tempo jogar luz sobre ele.

Diante de tamanha monta e com a ausência de um marco regulatório local, não estava claro como deveria ser atuação da BME do esporte universitário. Isso aparentemente exigiu um perfil multifunção (CURRIE, PROCTER, 2005), já que ela não dispunha de equipe minimamente aceitável para essa gama de responsabilidades. Essa situação será mais bem detalhada e analisada quando abordaremos, mais a frente, um documento produzido pela BME, o tutorial do esporte universitário, que consideramos como um regramento que vai disciplinar, operacionalizar e potencializar o esporte universitário.

Figura 17 - Resumo da nova configuração do esporte universitário não mais sendo gerido por Acadêmicos Interessados na UFMT, mas sim pela BME no período de 2017 a 2022



Fonte: Elaborado pelo autor, (2024).

Houve uma ação (mudança) na trajetória histórica, em determinado momento de transição (nova BME), mais precisamente no segundo semestre de 2016, em que a BME vai se tornar a responsável pelo esporte universitário da UFMT. Uma das primeiras iniciativas foi a captura da autonomia dos Acadêmicos Interessados na gestão do esporte universitário institucional. Embora essa atitude possa parecer um tanto agressiva, na realidade essa transição não foi realizada à revelia dos Acadêmicos Interessados, tampouco dos atores do alto escalão. O processo ocorreu por meio de reuniões e discussões. Nesse bojo também já envolvendo alguns representantes das Atléticas Acadêmicas, que, eram pulverizadas e não organizadas coletivamente na forma de representação na universidade. Essa nova situação, no geral, foi bem recebida pela maioria desses atores, afinal após muitos anos, finalmente a instituição se preocupou diretamente na operacionalização do esporte universitário.

> Havia inclusive cobrança dos acadêmicos sobre o estado em que se encontrava o esporte universitário, a não realização de evento esportivo interno e melhor assistência a eles. Eles desejavam que a universidade olhasse com mais carinho e organizasse melhor o esporte universitário, principalmente no tange ao esporte voltado para competições [institucional], que era o de maior interesse deles, ou parte deles. (BME 3, 2023)

Mas, essa nova situação também gerou alguns micro conflitos.

> Houve uma certa resistência, mas pontual, no início de um pequeno grupo de uma modalidade esportiva, de não querer que a GPEL ditasse as normas na modalidade esportiva, daí eles poderiam agir livremente de acordo com as suas vontades. Mas, isso era compreensível já que por algum tempo eles ficaram livres para agir sem uma regra que os conduzisse. Daí promoviam coisas que nem sempre coadunam com boas práticas institucionais. (BME 3, 2024).

Muitos tinham desconfiança chegando, inclusive, a se manifestar, se a universidade de fato iria fazer algo por eles, já que no passado sofriam muito com as precariedades e ausência institucional, apesar de algumas assistências pontuais realizadas pelas BMEs (indireta e depois mais direta). A partir dos benefícios que de fato foram sendo implantados e os resultados foram aparecendo na rotina dos acadêmicos, esses micro conflitos foram sendo superados. Isso também era resultado da atuação da BME, à medida que conseguia conscientizar, avançar e ampliar a abrangência da ingerência institucional no esporte universitário.

> Contornei isso utilizando das regras criadas via padrão institucional. Acima de tudo a instituição é pública e deve responder por atos que denotam ilegalidades. Esses pequenos conflitos ocorreram mais no início, depois as coisas foram se ajeitando. (BME 3, 2023)

Aparentemente, com o passar do tempo, até mesmo o ocupante seguinte da BME (4) tinha essa condição já pré-estabelecida, ou seja, sempre tinha que ser reforçada junto aos acadêmicos essa aproximação da institucionalidade do esporte universitário.

> A gente tenta explicar para esses alunos e deixa bem explícito mesmo que a obrigação deles aqui, é a única obrigação que eles têm é de treinar. Que eles não precisam ficar preocupados em correr atrás de uniforme, correr atrás de treinador. ‘Ah será que eu vou ter o horário tal, tal determinado horário’ e já é uma coisa institucionalizada. (BME 4, 2023).

Vamos percebendo com o tempo que, com a atuação dos BMEs, o *status* dos Acadêmicos Interessados,, enquanto promotores do esporte universitário na universidade vai mudando. Essa transição aparentemente não sofreu grandes problemas. Enquanto isso, aparentemente, há uma situação de ter que se reafirmar essa condição (autonomia da BME), que tem sentido de ser, quando nos deparamos com a questão da rotatividade. Os acadêmicos passam um tempo específico na universidade por uma questão natural de sua formação, e, novos acadêmicos vão surgindo dando sequência ao ciclo. Esses novos acadêmicos nem sempre estão ligados às Atléticas Acadêmicas ou mesmo são de fato informados por elas sobre o esporte universitário na instituição. Dessa forma, a BME se coloca numa posição de continuar integrando e interagindo com esses novos atores.

Importante ressaltarmos que, na instituição não havia até o ano de 2017 uma organização do ponto de vista coletivo que juntassem e direcionassem as Atléticas Acadêmicas com fins de desenvolvimento. Elas caminhavam de forma individualizadas e autônomas frente à universidade e até mesmo entre si. Diferente como vimos, por exemplo, quando da constituição da Atlética Universitária, em que os Acadêmicos Interessados se embrenharam na aventura de

construir um esporte universitário mais robusto. Muito pouca era a relação entre a BME e essa nova configuração das atléticas. O próprio interesse dos acadêmicos com as atléticas até o ano de 2013, era pouco e localizado e quase imperceptível institucionalmente. Esse comportamento das atléticas tinha relação direta com a própria redução das atividades do esporte universitário, que exaustivamente já abordamos.

Vale ressaltar, porém, que elas não eram em sua maioria de fato regulamentadas juridicamente, funcionando de forma marginal ao prescritivo normativo do ponto vista da instituição formal.

> Primeiro eles organizaram todo esse aparato de como a atlética ia funcionar para depois mexer com a parte burocrática. A [...] não tem o CNPJ, que é uma associação atlética acadêmica, né. Tem que ter um CNPJ diferente. (AA 3, 2024)

Ainda assim, a BME 3, como as BMEs anteriores do esporte universitário (2003/2008 – 2009/2016), não promovia nenhum tipo de ingerência sobre as Atléticas Acadêmicas.[60]

> Em relação à coordenação do esporte, não havia ingerência da coordenação do esporte dentro da atlética e ou vice-versa. Trabalhávamos em conjunto por aquilo que era considerado valor comum. A relação da Atlética é uma, e da e da GPEL é uma, é como se fosse uma relação de parceiros institucionais. São dois CNPJs diferentes, vamos dizer assim. São dois coordenadores, tem um coordenador de esporte da GPEL, tem o presidente da atlética e eles trabalham em conjunto. Tem um bem comum na época, minha época foi lá, UFMT/GPEL, LAUF/INTERUFMT. Agora, pode ter outros, né, outros projetos em comum, mas elas atuavam como instituições diferentes, instituições que são parceiras, né. Trabalhando por um bem comum, né. Foi, foi uma coisa interessante. (AA 3, 2024)

Essa condição de marginalidade prescritiva, não era empecilho nas relações, as quais eram reconhecidas pela BME, já que ela sempre esteve, de alguma forma, próxima as atléticas. Para além da questão da linguística, havia ali uma espécie de ambiguidade, assim como as BMEs se confrontaram até o ano de 2016, com uma realidade de sobreposição de ações e finalidades (esporte extensionista universitário – esporte universitário). Aparentemente, o esporte universitário teve uma nova camada de divisão, com finalidades díspares do esporte universitário institucional.

> Muito disso é atrelado ao renascimento das atléticas no início da década de 2010, que vieram com uma perspectiva de esporte, cultura e socialização. Os eventos delas envolviam apresentações culturais, festas e competições. Um pouco diferente do que rege o esporte universitário na perspectiva das entidades federativas. (BME 3, 2024).

[60] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice O. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

No entanto, essas diferenças, aparentemente, não foram cabais para o esporte universitário. Elas passaram a conviver num mesmo âmbito (implementação). As relações de forma institucional com as Atléticas Acadêmicas começaram a ficar mais acentuadas e efetivas a partir do final do ano de 2016, com a recém alterada BME, que passou a focar no esporte universitário institucional, buscando mitigar precariedades na implementação.[61]

> A partir daí, marquei uma reunião com os representantes dos alunos, que eram das diversas atléticas para ouvi-los e também para explanar a situação de um desenho orçamentário futuro da PROCEV. Na reunião houve muita reclamação e cobranças da instituição, ora por falta ou pouco apoio e pela não realização do principal evento que era o Intercursos. Eles se desvencilharam dos Centros Acadêmicos e do DCE e criaram as atléticas para cuidar do esporte destinado aos atleticanos. Daí viriam também algumas reivindicações para atendimento às atléticas. Sugeriram que a GPEL não realizasse mais o Intercursos e apoiasse o InterUFMT que seria o evento destinado às atléticas. (BME 3, 2023)

Como conversar com diversas Atléticas Acadêmicas ao mesmo tempo criaria um certo caos para a BME, foi sugerida a criação de uma única organização que as representasse frente à BME do esporte universitário. Isso foi aceito e acatado pelas Atléticas Acadêmicas, daí surgiu a Liga das Atléticas Universidade Federal – LAUF.[62]

> A gente trabalhou muito para poder unificar isso aí, virar uma ou todo mundo em objetivo só que era fortalecer o esporte da UFMT. A partir da criação da Liga das Atléticas isso foi ajudando as atléticas frente aos menores crescerem um pouquinho mais por terem essa atenção maior da Liga das Atléticas para poder ajudar eles a integrar o universo do esporte na UFMT. (AA 1, 2024)

> Acabou que na fomentação dele [esporte universitário] acabou que se tornou maior dentro da criação da LAUF. Talvez pela fácil comunicação entre a LAUF e os gestores [do esporte universitário] da UFMT, acabou-se fortalecendo a partir disso. (AA 1, 2024)

Mas, então, somente desconhecer o aspecto prescritivo normativo aparentemente não foi tão danoso para a implementação do esporte universitário, já que com a criação da LAUF acabou, de alguma forma, ampliando a relação com a BME existente.

> A LAUF, ela se iniciou, né, com os diretores das atléticas, e a partir disso a gente precisaria de uma rede de apoio da gestão da universidade. E tivemos o apoio da gerência esportiva da UFMT, que ficava na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência UFMT, que acabam dando ferramentas para nosso trabalho. O próprio suporte, acadêmico é muito importante a gente ter esse suporte para questão de comunicação dentro da universidade, para relatar a importância dos jogos. Então acabava que a gerência esportiva dentro da Pró-Reitoria acabava nos ajudando também nisso aí. (AA 1, 2024)

---

[61] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice K. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.
[62] Idem nota 61.

> Tinha contatos com as atléticas também, antes, durante e pós-evento InterUFMT [evento das atléticas que a BME dava apoio]. Devido ao número elevado de atléticas sugeri a eles que criassem de comum acordo uma única comissão para conversar com a GPEL e partir das decisões ocorridas ali eles socializassem com outras atléticas. Eles criaram a LAUF, liga das atléticas e isso deu certo considerando a relação atléticas com a GPEL. (BME 3, 2023)

Aparentemente, por ser um ator não estatal, autônomo na sua constituição e nas suas ações, pela forma como ficaram organizados ("pulverizados") por um bom tempo e por ter buscado se apropriar do esporte de forma um tanto díspar do esporte universitário institucional, esses fatores podem ter levados as Atléticas Acadêmicas a não se preocuparem diretamente com a implementação. Elas pareciam encarar essa responsabilidade como uma tarefa da BME da universidade, ou seja, encarada como uma espécie de *take for granted*[63] (BERGER, LUCKMANN, 2014) por parte da burocracia ligada diretamente ao esporte universitário.[64]

> Porque a diretoria da LAUF mudou, o pessoal que estava na diretoria da minha época, formou, que estavam nas atléticas que também estavam na minha época formou também. Só que o pessoal da gerência do esporte, continua o mesmo. Então eles hoje tem na tem essa experiência até mesmo do que eles e a gente fazia, porque eles acompanharam, ouviram, seria fundamental, porque eles sabem como fazer, viram como podem contribuir. Então eles hoje para mim, têm um papel muito importante para esse fortalecimento do esporte universitário. (AA2, 2024)

> A UFMT ela tem a GPEL que é a Gerência de Esportes. Ela tem esse caráter de chamar os presidentes [das Atléticas Acadêmicas] para saber como que está num primeiro momento, né, no que pode ajudar. É, qual forma que ele pode fazer um calendário, alguma coisa para que essas atléticas sejam inseridas. Mas, tirando a GPEL, não tem nenhuma outra instituição que faça isso, né. É uma coisa que GPEL fazia muito bem, é juntar essas atléticas para mostrar os números, os números de atléticas, número de participantes, número de pessoas, que estão abrangendo os projetos. Porque a reitoria ela tem que saber a real importância disso, né. E acredito que se chegar uma atlética só e falar com o reitor, ele não vai entender a magnitude do que esse movimento esportivo dentro da UFMT. Isso de unir, né, faz esse meio de campo, vamos dizer assim, né, de estar ali conversando com as duas partes [BME do EU e Atléticas Acadêmicas] e levando a situação esportiva para o reitor. Não sei se sempre é acatado e atendido, né. Mas, tem essa instituição. (AA 3, 2024)

Importante aqui esse trecho, porque reforça a relevância da BME como burocracia implementadora do esporte universitário, ao mesmo tempo em que reforça a questão da rotatividade dos atores acadêmicos. Essa rotatividade, de tempos em tempos, acabou por prejudicar tanto as Atléticas Acadêmicas quanto a Atlética Universitária (como analisado anteriormente), enquanto atores que contribuíam com o esporte universitário como conteúdo de política pública.

---

[63] Termo referido na construção da realidade social dos indivíduos. Então essas ações da BME poderiam ser encaradas pelas Atléticas Acadêmicas como "ter como líquido e certo", "ter como garantido" ou mesmo não dar valor as conquistas, já que, "é uma obrigação de outrem [no caso a BME]" considerando o esporte universitário institucional.

[64] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice P. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

A capacidade técnico-política da BME aparentemente esteve sempre presente, bem como sua capacidade em realizar interações com esses atores diretos. Nesse sentido, o "arrumar a casa", analisado aqui neste trabalho, como disciplinamento das ações (padrões de ações), acabou sendo uma tarefa que atribuída então somente à BME, por meio da construção da realidade social dos atores do esporte universitário principalmente os diretos. Isso aparentemente prosperou.

No período pesquisado, a FMEU era apartada das Atléticas Acadêmicas enquanto constituição da nova realidade desse esporte/cultural autônomo. Embora, do ponto de vista, de instituição informal ocorreram relações principalmente delas com a BME do esporte universitário e, quase nula com a federação, num processo principalmente de atendimento de demandas ou de troca de informações.

Como vimos, essa nova BME, criada e alocada na PROCEV no campus Cuiabá, começou a operar a partir do ano de 2009 e, até o findo do período desta pesquisa (2022) estava ativa e no mesmo lugar. Importante salientar que essa nova BME sofreu com ausência de equipe administrativa. Ela não possuía quadro de servidores disponíveis, se resumindo apenas à BME, que, era auxiliando por vezes, por uma técnica terceirizada. Diferente da SDR/FEF que possuía em seu quadro técnicos destinado ao esporte extensionista e ao atendimento dos servidores.

> ...vou dizer específico da coordenação de esporte, só tinha eu. Você esteve lá, você viu que suporte que você tinha. Então, eu tinha que recorrer a quem? A faculdade de Educação física [acadêmicos, voluntários], de onde eu vim, de onde que me criou. Falei olha esse é um suporte para nós, nós não podemos deixar, nós temos isso aqui que dá pra absorver o que nós temos aqui. (BME 2, 2024)
>
> Então eu tinha esse suporte ali dentro, que era só eu mesmo, eu tinha que fazer as coisas, né. Lógico eu tinha uma pessoa ali dentro que me ajudava, era a secretária, que na época era uma coordenação eu tinha uma secretária ali dentro. (BME 2, 2024).

Para suprir a falta de equipe ao longo da trajetória histórica, a BME do esporte universitário tomou a inciativa de uma forma de trabalho no sentido de ter aproximação com os Acadêmicos Interessados e, posteriormente, ter em seu quadro bolsistas de extensão para o auxílio na demanda das organizações administrativa e esportiva.

> Porque todos os eventos na minha época de coordenação, como gestor, passava isso para o pessoal [acadêmicos] que estava coordenando as modalidades, conversar com as atléticas, conversar com os cursos que ia tá lá. Vocês vão coordenar juntos, vocês vão fazer o regulamento. (BME 2, 2024)

Essa estratégia é um elemento que reforça ainda uma realidade marginal ao prescritivo normativo, uma vez que havia a destinação de bolsa de extensão para uma atividade que não

era extensionista (esporte universitário). Esse comportamento demonstrou a existência de elevada autonomia e discricionariedade por parte dos BMEs do esporte universitário, dissonante da perspectiva analítica estrutural. Não engessados por uma norma estabelecida, os BMEs moldaram as realidades vividas à sua maneira, mas sem agir à revelia da Burocracia de Alto Escalão da universidade.

Mediante dificuldade de formação de uma equipe de trabalho, constatamos o perfil multifunção (CURRIE, PROCTER, 2005) dos BMEs, principalmente daqueles que foram mais ligados diretamente à burocracia direta ao esporte universitário (BMEs 2, 3 e 4). Eles acabaram carregando um volume grande trabalho, pois, em nível de número de profissionais na equipe, não se alterou de forma consistente, a configuração "euquipe"[65] se manteve a cada período estudado.

> Olha, é uma ação um pouco solitária, né. A gente brincava aqui que é era uma "euquipe", né. Então, basicamente eu trabalho sozinho, né. Mas, o pensar o agir mesmo, é estritamente focado naquilo que eu faço, naquilo que eu determino como importante para aquele momento. Mas, basicamente ela a responsabilidade, ela cai totalmente sobre mim. A responsabilidade do acerto e do erro não tem para outro [gestão do esporte universitário]. (BME 4, 2024)

Não por acaso a BME, estava sempre em contato com a SDR/FEF. Isso tem a ver, como vimos, ao suporte dos Acadêmicos Interessados no desenvolvimento do esporte universitário, que na sua maioria tinham vínculo com a faculdade. Com isso, a BME mitigava os problemas inerentes a falta de uma equipe para a organização do esporte universitário.

Até aqui, os resultados nos forneceram evidências que o esporte na universidade teve características diferenciadas, entendemos que esse fato foi ancorado na autonomia da universidade em decidir em que tipo de política pública irá fomentar. Porém, pelo marco regulatório desse esporte, claramente uma atitude marginal ao prescritivo normativo. Vimos até então, que a instituição contemplou a vertente extensionista, que agregou também o servidor.

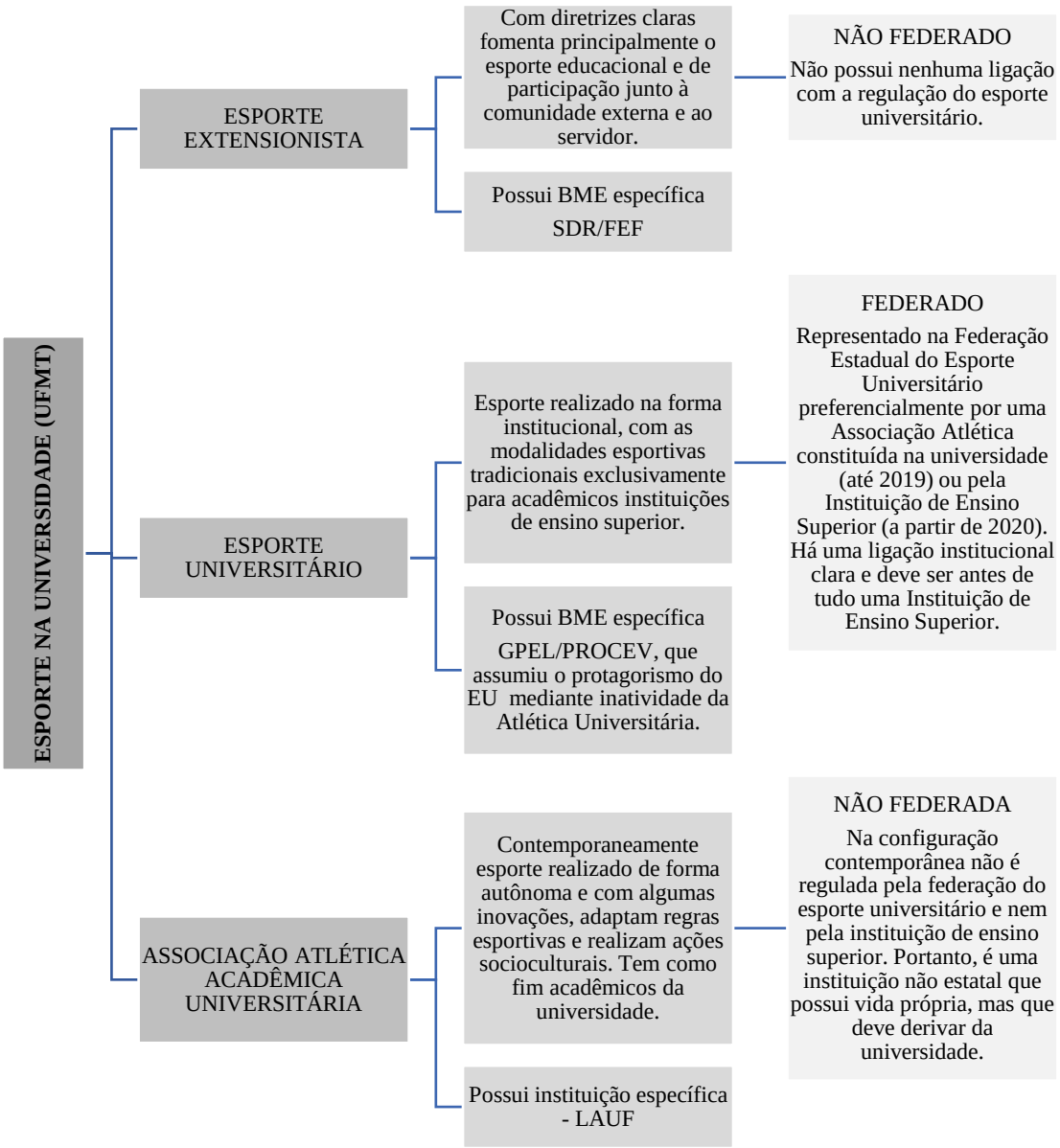
Já o esporte universitário, que na trajetória histórica não tinha recebido a atenção devida, foi a partir dos atores vinculados à burocracia estatal, aproximando da institucionalidade. Ao mesmo tempo, em que viu o crescimento de um tipo de atlética dispare da Atlética Universitária, as Atléticas Acadêmicas que eram pulverizadas e sem uma ligação intrínseca com o esporte universitário institucional. A BME, primeiro indireta e depois direta ao esporte universitário, esteve envolvida desde então.

[65] O termo "euquipe", um neologismo, foi utilizado pelos BMEs para ser referir que não possuíam uma equipe constituída para ajudá-los nas tarefas cotidianas. Tendo que, eles mesmos, se desdobrarem para dar conta das demandas administrativas dentre outras.

Então, nos pareceu correto afirmar que havia diferentes tipos de esportes para diferentes tipos de públicos na instituição. Em certo momento, com a divisão das BMEs (indireta e direta), nos pareceu salutar dizer esse cenário ficou mais cristalizado.

Resgatamos e reunimos, na figura 18 a seguir, um resumo dessas características da configuração do esporte na universidade, com destaque para o esporte universitário e a BME que captamos até então.

Figura 18 - Resumo das características do esporte emergido do âmbito universitário do caso empírico da UFMT conforme dados extraídos no período estudado de 2003 a 2022[66]



Fonte: Elaborado pelo autor, (2024).

[66] A Liga de Atléticas da Universidade Federal-LAUF foi fundada em 2017 pelas atléticas no Campus Cuiabá devido ao crescimento das atléticas na instituição. Essa iniciativa visava realizar e controlar melhor as ações das inúmeras atléticas e também facilitar o diálogo com a BME do EU. Embora a iniciativa fosse relevante, a LAUF não se regularizou juridicamente, ficando na informalidade até o ano de 2022. Nos anos de 2020, 2021 e 2022 suas ações foram extremamente prejudicadas devido à pandemia e por problemas internos de continuidade.

Em suma, os acadêmicos que, outrora, detinham autonomia da realização do esporte universitário na instituição e realizavam da forma como era possível (Acadêmicos Interessados, depois Atlética Universitária), a partir na nova configuração, passaram a focar suas atenções para suas Atléticas Acadêmicas de cursos, que vinham de um crescimento desde o ano de 2013. Elas possuíam na forma de regulação autonomia frente à universidade, sendo uma entidade não estatal. Essas Atléticas Acadêmicas se diferiram nos objetivos da Associação Atlética Universitária preconizada na legislação, que visava, dentre outras coisas, organizar o esporte universitário na universidade e representá-la junto as entidades oficiais do esporte universitário (federações estadual e nacional). Essa nova configuração dessas Atléticas Acadêmicas não se preocupava com isso, deixando essa responsabilidade para à BME do esporte universitário.

As Atléticas Acadêmicas vão se centrar na realização de suas ações voltadas para um esporte mais autônomo (com inovações), nem sempre engessado pelo rigor das regras das modalidades esportivas. Então, elas adaptam essas regras conformes suas necessidades, coisa que se fosse na forma da entidade federativa não seria possível. São marcantes também, para elas, as ações socioculturais que englobam uma gama de atividades de socialização dentre elas as festas. Ficou configurado, então, na instituição, o esporte universitário institucional sendo gerido pela BME; o esporte das Atléticas Acadêmicas, de forma autônoma gerido por elas mesmas; e, o esporte extensionista ficando a cargo da SDR/FEF, como já discutimos anteriormente. Mas, o diálogo entre a BME do esporte universitário, com a SDR/FEF e principalmente com as Atléticas Acadêmicas não deixou de existir.

Aparentemente, as Atléticas Acadêmicas tomaram fôlego no espaço temporal em que houve falta de incentivo institucional, desinteresse dos acadêmicos e o desânimo e desligamento dos membros fundadores da Atlética Universitária, que vai se esvaindo na trajetória histórica. Ao mesmo tempo, essa "nova forma de enxergar" o esporte universitário vai tomando forma e força na universidade, porém também não de forma institucional.

O esporte extensionista, embora não foi objeto desta pesquisa, foi importante descrevê-lo no âmbito da UFMT, que demonstrou ter *expertise* de realização nesta vertente e que de forma direta teve relação que trouxe consequências não muito positivas para a implementação do esporte universitário, já que a BME disponível até então (inclusive que nunca deixou de existir na trajetória histórica do esporte na instituição), concentrou sua energia em boa parte do seu tempo sobre o esporte extensionista e contava com o apoio institucional.

Outras formas de esporte poderiam ser mencionadas, como o esporte de rendimento ou até mesmo o de assistência estudantil. No entanto, o primeiro foi abordado e constituído por uma ação dos servidores, via uma associação atlética que tinha objetivo a competição diretamente com as federações e confederações, alheias ao esporte universitário, sem vínculo

jurídico com a universidade. Não foi do interesse desta pesquisa abordá-lo devido ao motivo de centramos especificamente no esporte universitário. Já a segunda forma, embora mencionada nos documentos pesquisados (mais adiante), não conseguimos captar essa vertente na empiria.

No quadro 13 abaixo, resumos a atuação da BME da UFMT enquanto caracterização de tipos de esporte e de públicos no esporte entre os anos de 2003 a 2022.

Quadro 13 - Tipos de esportes e de públicos conforme período e atuação das BMEs de 2003 a 2022 na UFMT

2003-2008	**2009-2016**	**2017-2022**
Neste período, a atuação do BME 1, na gestão do esporte pela SDR/FEF, devido à sua natureza extensionista e atender principalmente o público externo e por tabela o público de servidores, o esporte universitário acabou sendo ofuscado pelo esporte extensionista. Desta forma, embora bem definido o tipo de público do esporte universitário e o que pode e o que não pode ser realizado por eles, as ações esportivas da universidade nesse período acabaram englobando esses dois tipos de público, salvo em ações bem definidas que envolviam a federação estadual e a confederação nacional do esporte universitário.	Na atuação do BME 2, já com uma coordenação de esporte lotada na PROCEV, segue ainda por um tempo híbrida (atividades sobrepostas e uma continuidade no *modus operandi* da SDR/FEF). Porém, ocorre uma aproximação maior com os acadêmicos e com o esporte universitário, mas ainda sem uma definição concreta no tipo de público que essa coordenação deveria priorizar. Foram comuns realizar ações para servidores internos (ativos e aposentados), para a comunidade externa (extensionista) e para os acadêmicos. As ações podem ser consultadas nos Apêndices L, M e N.	Nas atuações dos BMEs 3 e 4, a configuração como burocracia cuidadora do esporte universitário fica mais clara e direta, fazendo com que a universidade atenda mais amplamente o que estava previsto no prescritivo normativo estabelecia (legislação nacional, salvo questão da constituição da Atlética Universitária, e estatuto da FMEU). Desta forma, os públicos extensionista (comunidade externa) e servidores ficaram mais na incumbência da SDR/FEF. Algumas ações pontuais que atendiam esse público foram feitas pelos BMEs 3 e 4 geralmente em parceria com a SDR/FEF.

Fonte: elaboração do autor.

A diferenciação desses públicos foi relevante para compreender melhor as incumbências da BME na implementação do esporte universitário, na sua operacionalização e a nítida diferença para os outros tipos de esportes e seus públicos. Isso serviu também para que pudéssemos analisar e confirmar o erro inconteste de ações sobrepostas, confusão que assolou, tanto interna quanto externamente, a compreensão do que seja o esporte universitário. Contribuiu também desta forma para este estudo, para isolarmos os atores que importaram, ou seja, aqueles que de fato interessaram estudar para entender a atuação da BME no contexto da implementação do esporte universitário.

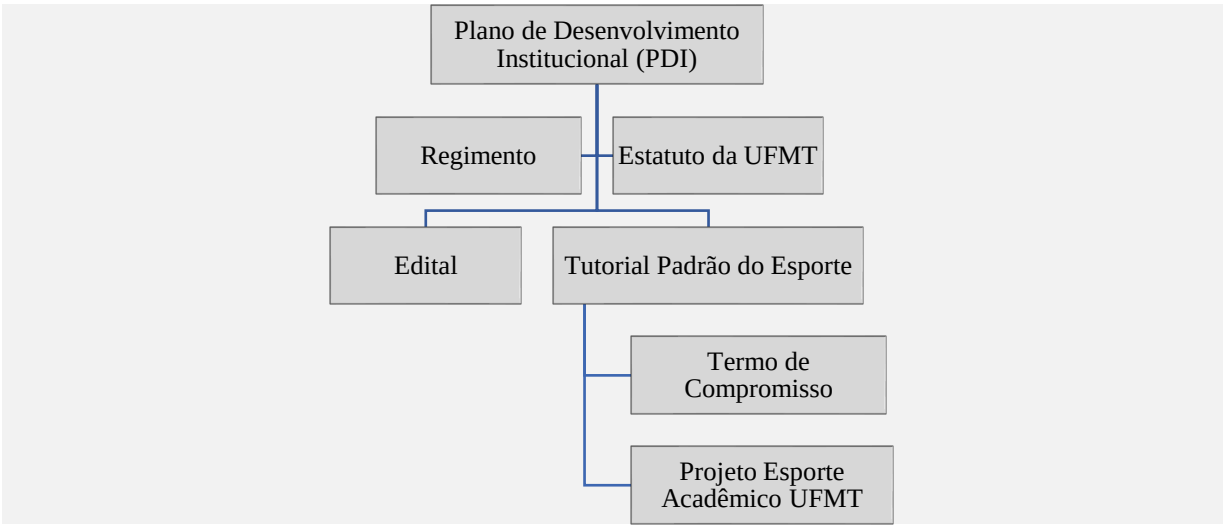
A seguir, abordaremos o marco regulatório local e o desafio imposto à atuação BME mediante cenário de regulação precária como conteúdo de política pública.

5.2.2 A estrutura da implementação do esporte universitário da UFMT: o marco regulatório local e a atuação da nova BME

Como já apresentamos e analisamos anteriormente, uma primeira pesquisa documental que foi a do marco regulatório nacional sobre o esporte universitário, nos debruçamos a partir de agora numa segunda, o prescritivo normativo local. Do ponto de vista deste marco, ou seja, analisando todos os documentos, conforme ilustrado na figura 19 que vão desde os documentos gerais da universidade, até onde poderia se pensar que tivesse uma ligação mais intrínseca ao esporte universitário, como por exemplo, nas ações da educação física, não foi encontrada nenhuma menção ou mesmo uma regulação referente à política de esporte universitária. Se tornando assim, um ponto sensível para o esporte universitário institucional.

Nos documentos Projeto Político Pedagógico, Resoluções e Instrução Normativa, o esporte universitário não foi mencionado e foram desconsiderados para a análise desta pesquisa. Por outro lado, *a posteriori* foram encontrados alguns documentos que foram considerados (figura 19), pois propiciaram analisar a condução da implementação do esporte universitário pelos seus atores.

Figura 19 - Conjunto de documentos encontrados internamente que se referenciou ao esporte na UFMT (extensionista e universitário) no período de 2003 a 2022



Fonte: Elaborado pelo autor.

No PDI, o esporte é tratado como manifestações de participação e educacional, seguindo os preceitos da Lei 9.615/98 (BRASIL, 1998). Ao mesmo tempo, pôde-se verificar que tem uma vertente fortemente extensionista. Ainda que admitindo a competição esportiva “através de representação em eventos de Jogos Estudantis”, não atribui os aspectos de sustentação desse fator, ao mesmo tempo em que deixa dúbia a relação extensão-esporte universitário, em

descordo com a legislação do esporte universitário, que, como vimos, é destinado especificamente para acadêmicos de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1941; 1975; 1977) e docentes (BRASIL, 1987).

> O esporte e o lazer são dimensões da vivência acadêmica que compõem o quadro de vivências possíveis na universidade e que vem, não apenas enriquecer as possibilidades de ações extensionistas, mas promover a integração e o sentimento de pertencimento da comunidade acadêmica. Desta forma a Universidade procura transcender a visão do esporte como performance e rendimento de alto nível e o lazer como puro entretenimento, mas, através deles, procura proporcionar uma vivência universitária emancipadora, participativa e cooperativa.
>
> A relação do esporte com a saúde e o lazer, motiva a promoção de ações, integradas com o ensino, a pesquisa e a extensão visando a participação da comunidade e da sociedade. A prática desportiva também tem contribuído nas ações afirmativas da UFMT, na medida que sua vivência proporciona a interação entre os estudantes e o vínculo com a Instituição, através de representação em eventos de Jogos Estudantis e práticas esportivas sistemáticas, nos diversos espaços acadêmicos destinados a esse fim. (UFMT, 2019, p. 62)

Ademais, o PDI também enxerga o esporte como assistência estudantil. Neste documento não há referência ao termo esporte universitário em conformidade com a regulação dele.

> A organização da política, implementada pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), e nos campi pelas Supervisões de Assistência Estudantil (SAEs), está orientada por modalidades de atendimento traduzidas em serviços, benefícios e auxílios tendo como eixos de atendimento as ações de assistência prioritária nas áreas de alimentação e moradia, as ações voltadas à promoção e prevenção com ações e serviços para propiciar cultura, esporte, lazer, saúde, valorizando a integração estudantil e a vivência universitária. (UFMT, 2019, p. 166)

Nesta modalidade, a ressalva é que o esporte seja tratado como meio de acolhimento, principalmente para os acadêmicos em condição de vulnerabilidade social. Portanto, o PDI não trouxe contribuições para o desenvolvimento do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública institucional. Não trata dele diretamente, e nem da BME na implementação. Desta forma os objetivos, metas e estratégias, além das burocracias implicadas e finanças no documento encontrado PDI não faz menção e nem traça o esporte universitário como conteúdo de política pública.

Como já abordamos na seção revisão de literatura, o esporte universitário na universidade pública ainda é confundido com as vertentes extensionista ou de assistência estudantil (BARBOSA, 2017). Essa é uma realidade que permeia o esporte na universidade que sendo um conteúdo de política pública pouco financiado e por vezes por fonte como o PNAES, que é voltado para a assistência estudantil, que embora contemple o esporte, muitas vezes se prefere investir em alimentação do quem em esporte, que por vezes essa tomada de decisão seja

pensada via urgência das necessidades frente ao financiamento precário (VIEIRA, ATHAYDE, 2023).

Foi encontrado o documento denominado de Estatuto, que se referiu à UFMT. Esse documento foi aprovado pela Portaria SESu n. 628 em 03 setembro de 2008 e publicizado no Diário Oficial da União em 04 de setembro de 2008. Nele, segundo o Capítulo III, Dos Discentes, no seu Artigo 56 dentre outras obrigações

> A Universidade prestará, através de sua receita própria ou conveniada, sem prejuízo de suas responsabilidades com os demais membros da comunidade, assistência ao corpo discente, abrangendo, entre outras iniciativas:
> II - Promoções de natureza artística, cultural, esportiva e recreativa; (BRASIL, 2008).

Entendemos que esse Estatuto não trouxe contribuições significativas para a análise do tema de pesquisa proposto, já que não trata da implementação do esporte universitário e nem da BME. Porém, ainda que de forma genérica e não detalhada, ele reforça o que já estava preconizado na legislação sobre o esporte universitário, que o financiamento do esporte para os acadêmicos é uma obrigação da universidade. Porém, essa situação não foi confirmada ao longo da trajetória histórica, já que o esporte universitário não tinha um orçamento específico. Se transformando em rubrica apenas a partir do ano de 2017.

Um outro documento pesquisado, e que poderia dar alguma sustentação ao esporte universitário enquanto regramento na UFMT, foi o Regimento da Faculdade de Educação Física (FEF), já que esta possuía por muito tempo a única BME que tratou do esporte na instituição. Porém, o esporte que é reverberado neste documento, reforça o do PDI, que é o da forma extensionista e que deve ser incumbência da Supervisão de Desporto e Recreação (SDR/FEF). Neste ponto, mantem-se uma coerência, já que esta supervisão já vinha há vários anos tratando o esporte desta forma. O documento foi elaborado e aprovado em assembleia coletiva na FEF, por docentes, técnicos e acadêmicos, e posteriormente referendado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) (UFMT, 2013a).

> Artigo 62 – Este órgão coordena as atividades esportivas de atendimento ao público interno e externo da UFMT, tendo como competências:
> I – Planejar e oferecer atividades de extensão, especificamente, escolas de esportes para a comunidade interna e externa à UFMT, bem como integrando-as, com vistas a estimular o desenvolvimento físico, cognitivo e social, promover a inclusão social por meio do esporte e de atividades de lazer, proporcionar o esporte e o lazer de qualidade;
> II – Promover reuniões pedagógicas com técnicos que desenvolvem ações esportivas e de extensão;
> III - Proporcionar à comunidade interna e externa o acesso as mais diversas atividades físicas e esportivas e de lazer;
> IV - Desenvolver e apoiar a realização de eventos esportivos e recreativos diversos;
> V - Cumprir com as normas de funcionamento da escola de iniciação desportiva da FEF;
> VI - Zelar e administrar os espaços físicos da FEF. (UFMT, 2013a)

Como o Regimento da FEF não trouxe grandes contribuições para o esporte universitário como conteúdo de política pública, e nem para a BME, buscamos outros documentos que pudessem ajudar no entendimento do regramento institucional.

Seguindo na coleta de dados, um documento institucional que entrou no rol de análise foi edital. Esse tipo de documento foi analisado devido mencionar o esporte na instituição. Porém, após o levantamento, descobrimos que ele não se referia ao esporte universitário, mas sim ao esporte como conteúdo extensionista, conforme definição do próprio edital. Essa premissa reforçou que o esporte universitário não era considerado como conteúdo de política extensionista.

> 5.1. Entende-se como Extensão o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promova a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade, mediados por estudantes de graduação e pós-graduação orientados por um ou mais docente(s) e/ou técnico-administrativo(s), dentro do princípio constitucional da indissociabilidade do Ensino e a Pesquisa. (UFMT, 2017a).

Segundo a vertente extensionista, enquanto conteúdo de política pública na instituição o esporte deveria contemplar

> 4.2 articulação com a sociedade numa perspectiva multi, inter e transdisciplinar e interinstitucional. Preferencialmente que privilegiem grupos em vulnerabilidade e/ou de grande pertinência social com o objetivo de transformação social. 4.3 Que articulam de forma efetiva o ensino e a pesquisa. 4.4 Que difundam seus resultados acadêmicos, científicos e culturais. (UFMT, 2017a)

Podemos concluir que, do ponto de vista de seus objetivos, o documento edital não tinha serventia para analisar a BME enquanto atuação na implementação do esporte universitário. Ademais, o acadêmico aparece como um membro de equipe de execução (e não beneficiário), que na prática da ação deve estar acompanhado/orientado de um docente ou, no caso específico do local também pode ser por um técnico.

Por fim, reforça a premissa, as áreas temáticas atendidas, não existindo uma área direta inclusive para o próprio esporte em si independente de sua manifestação.

> Áreas temáticas – segundo Normas de Ações de Extensão da UFMT e Plano Nacional de Extensão. I-Comunicação, II-Cultura, III-Direitos Humanos e Justiça, IV-Educação, V-Meio Ambiente, VI-Saúde, VII-Tecnologia e Produção, VIII-Trabalho, XI-Mulheres e Relações de Gêneros. (UFMT, 2017a)

Analisando somente a consignação das áreas temáticas, em termos de conteúdo de política pública nenhum esporte na universidade estava contemplado no documento. Porém, a concepção de esporte sendo abarcado na área VI-Saúde na base da extensão, está relacionado ao fato de que a Educação Física, como disciplina, ser componente da grande área da Saúde,

juntamente com outras disciplinas como medicina, enfermagem, fisioterapia, nutrição dentre outras compõe suas subáreas. Ainda que não nomeado como uma área temática, o esporte era aceito como componente extensionista na base da extensão.

Portanto, o esporte era tratado como conteúdo extensionista, pelo menos na visão do pilar[67] extensão, definindo bem o que é considerado como esporte extensionista que deve ser prioritariamente para a comunidade externa à universidade. Desse ponto de vista, já observamos que o esporte universitário não é conteúdo a ser abarcado na extensão. Trazendo à baila para ampliar melhor esse entendimento, um dos pontos que é cabal na avaliação de projetos ou programas de extensão na instituição, é que se atende ao critério dos preceitos da extensão. A resposta para quem avalia é dicotômica (sim ou não). Se a resposta for não, o projeto ou programa não segue para ser analisado e não poderá ser implantado na instituição como extensionista (UFMT, 2021?). Isso reforça ainda mais o fato de que o esporte universitário não é entendido como extensão.

Então, até aqui após verificarmos e analisamos os documentos existentes, reafirmamos a comprovação da ausência de política institucional local do esporte universitário. Buscamos também nas entrevistas dos BMEs essa confirmação. Entre os anos de 2003 até 2008, quando da existência da BME indireta ao esporte universitário (extensionista), na qual esse esporte era organizado a partir de 2005 pelos Acadêmicos Interessados e depois pela Atlética Universitária, do gestor obtemos o seguinte registro

> Não existia essa documentação. Era mais um entendimento verbal entre a Supervisão, os alunos e o presidente da federação. Não existia essa documentação e nem regimento, e eu desconheço a existência disso. (BME 1, 2023).

Com a não existência de um documento que vinculasse o esporte universitário à institucionalidade, a BME 1, que era indireta ao esporte universitário, embora tivesse conhecimento da existência da Atlética Universitária, não participou de forma institucional da sua organização. As relações se davam a partir de conversas na busca de algum auxílio, portanto baseadas na oralidade e não em um documento institucional.

A partir da existência de uma nova BME (2), alocada na Pró-Reitoria, que perdurou entre os anos de 2009 até meados de 2016, mesmo com a tomada de iniciativa do início da aproximação da institucionalização do esporte universitário, ela permaneceu alheia ao fato da constituição de marco regulatório local. “Fazíamos vários eventos ali dentro, era público, lógico que era, mas não era uma coisa regulamentada, entendeu, criada ali dentro.” (BME 2, 2024).

[67] Os outros pilares citados são o ensino e a pesquisa (UFMT, 2021?).

Como o BME 2 foi contemporâneo do BME 1 do ponto de vista de carreira na instituição, muitos dos hábitos eram semelhantes e permaneceram ao longo de sua trajetória histórica. Suas ações também seguiram principalmente baseadas na empiria e na tradição oral, conforme evidência destacada acima.

Um outro documento encontrado fora do âmbito da universidade, que foi constituído pela entidade não estatal federação e que tinha uma relação direta com a universidade foi o Estatuto da FMEU (FMEU, 2009). Nele estavam elencados os aspectos de regulação do esporte universitário no Estado. Esse documento reverberou o conjunto existentes de documentos nacional que regulavam o esporte universitário no período estudado e já tratados na seção 5.1.1.

Do ponto de vista da filiação à entidade, o documento previa no seu Artigo 62º do Capítulo I

> Pode ser filiada à F.M.E.U., desde que, tenha seu pedido de filiação aprovado em reunião Conselho Diretor, toda Associação Atlética Universitária ou Instituição de Ensino Superior, legalmente constituída, e que represente o corpo discente da totalidade dos cursos de Graduação ou Pós-Graduação de Instituição de Ensino Superior, localizada no Estado de Mato Grosso, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC (FMEU, 2009).

Como vimos no marco regulatório nacional (seção 5.1.1), o vínculo da Atlética Universitária era legítimo e confirmado no nível subnacional.

No seu artigo 68º, previa que a universidade deveria "H – apresentar à F.M.E.U., no prazo de 1 (um) mês após o término da temporada oficial, a relação detalhada das suas atividades" (FMEU, 2009). De início, pressupomos que, essa condição visava acompanhar e ao mesmo tempo "fiscalizar" as ações da universidade, para que ela se enquadrasse no regramento constituído. Aparentemente para além da questão mais específica quanto as obrigações diretas que a universidade deveria cumprir junto à entidade, esse artigo mostrou também uma certa preocupação e aproximação, mais especificamente da implementação do esporte na universidade, mas no sentido de controle. Porém, conforme evidência extraída da entrevista do gestor da FMEU nesta época, a autonomia da universidade era devidamente respeitada, e não havia nenhum tipo de ingerência na implementação do esporte universitário da instituição, ainda que aparentemente o Estatuto sugeriria. "A autonomia administrativa, organizacional, ela existe e deve ser respeitada tanto para a federação quanto para a própria UFMT, né, para as instituições de ensino como um todo." (BFMEU 1, 2024). Ademais, não encontramos nem nos documentos e nem nas entrevistas coletadas essa premissa prevista no estatuto, ou seja, não houve uma "prestação de contas" das ações da universidade junto à federação.

Apesar do respeito à autonomia da instituição o burocrata da FMEU, não via empecilhos em poder opinar sobre o que acontecia internamente, tanto na universidade quanto na própria federação.

> Agora, isso não impede, né, de que cada ator no processo ou em torno do processo seja sempre ativo. É, a gente acredita que se melhora coisa dentro da UFMT, melhora a coisa pra dentro da FMEU, de volta na participação dessas equipes né. E, às vezes determinadas situações, realidade, isso pode ser detectado internamente na UFMT ou externamente pela própria FMEU. E não vejo, o porquê de não haver, às vezes uma ideia, uma sugestão, né, uma provocação pra que haja uma reavaliação interna dos seus próprios processos. A FMEU, por exemplo, sempre esteve aberto a isso, né. Críticas sempre tiveram, as construtivas, a gente absorve, reavalia, e às vezes corrigia rumo, mudava o rumo de como a gente conduzia. (BFMEU 1, 2024).

Aparentemente havia entre os atores uma ligação direta e amistosa. Ainda que a universidade não mantivesse um cunho total de regularidade junto à federação, já que a sua Atlética Universitária que a representava na federação deixou de existir. Essa situação era ignorada pelas partes, não impedindo a universidade de participar dos eventos destinados ao esporte universitário, como abordarmos na seção 5.1.3. Havia o fato também de que o Estatuto da FMEU aparentemente não era conhecido pelos atores entrevistados, já que ele não foi citado e nem referenciado nas entrevistas.

Até aqui então, nas gestões do BME 1 e BME 2, confirmamos o que a pesquisa documental até então nos revelou, o marco regulatório local foi inexistente, e isso reverberou na forma de condução das ações, que sofriam com precariedades. Em um momento, o esporte universitário era realizado pelos Acadêmicos Interessados e, posteriormente, pela efêmera Atlética Universitária, mas com quase nenhum apoio institucional (caso do BME 1). Em outro, o esporte universitário passou a ser mais assistido pela instituição, embora ainda mantivesse a autonomia dos Acadêmicos Interessados, mas sem um envolvimento e expertise necessários (caso do BME 2). Nestes dois contextos, o que imperou foram as ações geridas por uma espécie de tradição oral[68]. Nesta forma de gerir, os BMEs (mais o BME2 do que o BME1), estabeleciam diálogos principalmente com os Acadêmicos Interessados e com a Atlética, no sentido da condução das ações junto ao esporte universitário.

Não estamos afirmando que os BMEs (1 e 2) não seguiam algum tipo de regulação para as ações especificamente. Mas, pelas suas trajetórias, no *modus operandi*, eles possivelmente se embasavam em construções cognitivas, que traduzimos aqui como ideias, visão de mundo e,

[68] A tradição oral grosso modo representa um patrimônio imaterial na qual a "oralidade e a observação têm papel fundamental nas relações de aprendizado entre as gerações, sendo os mecanismos pelos quais essa gama de conhecimento é repassada" (ROVAI, 2013, p. 9). Desta forma ao analisarmos o *modus operandi* dos BMEs 1 e 2, na questão dos padrões para as ações decidimos então chamar de tradição oral no sentido de que suas ações não se assentarem no registro de documento, mas sim na oralidade, porém isso não significa que não adotaram padrões para as ações.

principalmente na experienciação das suas trajetórias históricas na instituição como partícipes até mesmo antes de serem burocratas gestores do esporte (vivências como acadêmicos e executores do esporte na universidade). Por isso, aparentemente ocorreria tomadas decisões baseadas na "interpretação da estrutura normativa de uma política pública [que] é influenciada pelas concepções de mundo dos atores que irão executá-la e de suas condições materiais" (LIMA, D´ASCENZI, 2013, p. 105). Também poderíamos sugerir um fazejamento (DORILEO, 1977), buscando de forma estanque solucionar o problema apresentado de forma objetiva, mas também efêmera.

Neste contexto, como já dito anteriormente, havia grande autonomia dos acadêmicos, que por causa à falta de apoio institucional consistente, resultava em precariedades tais como, falta de organização esportiva contundente, ausência de critérios universais na seleção de acadêmicos para as equipes em caso de eventos esportivos, acesso restrito aos espaços físicos e materiais esportivos, falta de universalidade e controle na participação esportiva, ausências de recursos financeiros para pagamentos tais como de inscrições de eventos, de treinadores, de uniformes, de estadias, de viagens, de acompanhamento médico e descumprimentos de prazos estabelecidos pelas Federação. A descontinuidade das ações também esteve presente. Observamos aqui, que não se tratou apenas da ausência do regramento local, se tratou também de se preocupar com o funcionamento rotineiro e sobre de que forma esse funcionamento deveria ser exercido (operacionalização). Isso, aparentemente foi conduzido pelos BMEs numa espécie de tradição oral de forma discricionária.

Vimos na seção 5.1.3, que o esporte universitário era realizado na universidade por iniciativa dos Acadêmicos Interessados, e depois, por uma Atlética constituída (período compreendido de 2003 a 2008) que contou com apoios pontuais da BME 1 (indireta) existente à época. Ao mesmo tempo, nosso achado demonstrou ser essa atuação realizada na ausência de regulação institucional local. Assim, que surge a questão: em que regulação esses atores se baseavam?

Entra em cena um outro documento que não foi produzido exatamente na instituição, mas que de forma indireta acabou por balizar ou inspirar as ações do esporte universitário local. Tratou-se do Regulamento direcionado para os Jogos Universitários Matogrossenses - JUMs[69] (FMEU, 2017[70]). Este documento foi emitido anualmente pela Federação Matogrossense de

[69] Os JUMs, após a reativação da FMEU, eram realizados anualmente tendo como público exclusivo, acadêmicos de graduação e pós-graduação. A BME do esporte universitário da UFMT tinha uma relação direta com a FMEU quando principalmente dava assistência ao disponibilizar seus espaços esportivos para a realização do evento.
[70] Optamos pela citação considerando o ano de 2017 para não avolumar o texto, já que a emissão deles anualmente não traziam grandes alterações entre eles, principalmente nos seus objetivos e finalidades. E o ano de 2017 se

Esportes Universitários (FMEU). Ele tratava dos eventos esportivos realizados por ela[71] e eram direcionados às instituições universitárias do estado de Mato Grosso. Nele estavam elencados todos os aspectos e pormenores necessários de serem cumpridos para a participação efetiva de cada instituição universitária filiada à instituição. O evento tinha como principais finalidades e objetivos

> Art. 1º. Os JOGOS UNIVERSITÁRIOS MATOGROSSENSE [...] têm por finalidade aumentar a participação em atividades esportivas em todas as Instituições de Ensino Superior (doravante denominada IES) do território estadual e promover a ampla mobilização da juventude universitária matogrossense em torno do esporte.
>
> Art. 3º. Os JOGOS UNIVERSITÁRIOS MATOGROSSENSE [...] tem por objetivos: a) Fomentar a prática do esporte universitário com fins educativos e competitivos; b) Possibilitar a identificação de talentos desportivos nas IES para o cenário esportivo estadual, nacional e internacional; c) Desenvolver o intercâmbio sócio-cultural e desportivo entre os participantes; d) Promover o congraçamento dos universitários matogrossenses, estimulando a prática do esporte, visando o desenvolvimento da personalidade integral do jovem. e) Contribuir para o desenvolvimento integral do aluno/atleta como ser social, autônomo, democrático e participante, estimulando o pleno exercício da cidadania através do esporte. (FMEU, 2017)

Para a garantia da participação, caberia aos Acadêmicos Interessados/Atlética contemplar localmente uma gama de demandas, tais como reservas de espaços físicos para treinamento, material esportivo, seletiva de acadêmicos para as equipes, uniformes, exames médicos, contratação de treinadores, kits de primeiros socorros, pagamento de taxas de inscrição, transporte, alimentação, dentre outros. Aspectos, que como vimos, esses atores não conseguiam apoio institucional, e acabavam se cotizando, apesar de algumas assistências realizadas pela BME 1 (indireta).

Mesmo após da Atlética Universitária deixar de existir e com o advento da BME 2 (2009-2016), esse documento da FMEU continuou permeando as ações do esporte universitário local, que passou novamente para as mãos dos Acadêmicos Interessados ainda com que a nova burocracia criada.

Porém, como era um regulamento que tratava exclusivamente de evento esportivo, pouco adentrava à questão da implementação do esporte universitário como conteúdo de política pública, muito menos ainda à atuação da BME no nível local, já que inclusive ela não era nem prevista no marco regulatório como vimos até então. Por outro lado, este documento

---

configurou como o ano em que todas as equipes coletivas esportivas da UFMT estiveram no presentes no evento, desde a reativação da FMEU em 2005.

[71] Esse documento era embasado nos preceitos emitidos anualmente pela Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), já que a etapa estadual dos jogos universitários eram precedidos pela etapa nacional. Daí cada federação deveria obedecer aos trâmites impostos pela entidade nacional, bem como as instituições vinculadas a ela. Obedecia também ao Estatuto específico da instituição.

que veremos na seção 5.2.3 a seguir, vai ajudar a BME direta na construção de padrões de ações que deram uma cara mais institucional ao esporte universitário, possibilitando que se pudesse pensar em dar mais consistência à implementação dele na instituição, e que esta burocracia pudesse tomar decisões conforme subsídios que ela dispunha.

Na próxima seção, apresentaremos e analisaremos uma nova mudança no que tange à regulação local do esporte universitário, que vai suplantar a oralidade e se aproximar de aspectos mais formalizados, que vai modificar o molde deste esporte por um ação um tanto autônoma e discricionária da BME.

5.2.3 A atuação da BME na ausência de regramento local: a adoção de padrões de ações

A partir do ano de 2016, há uma substancial alteração no esporte universitário local. Após o já propalado hiato de meses causado pela aposentadoria do BME 2 e a ausência de um substituto, o esporte universitário volta se precarizar agudamente, que vai se alterar somente com a chegada do novo BME, o de número 3. Embora tenha dito que "Na verdade, sobre a legislação do esporte universitário, sabia muito pouco sobre ela até então (BME 3, 2023)." Este, acabou por consignar o esporte universitário como uma responsabilidade exclusiva da universidade, promovendo uma tentativa concreta de melhorar a sua operacionalização.

Desta forma, ao começar sua gestão do esporte universitário e se deparar com a ausência do regramento interno, promoveu uma norma institucional para ele, a qual denominou de Tutorial Padrão do Esporte Universitário. Este, apesar da fragilidade como marco regulatório, consignamos como um regramento, pois tratava exclusivamente do esporte universitário local e foi uma iniciativa, uma tomada de decisão diretamente (autônoma e discricionária) da BME. O intento foi de disciplinar o esporte universitário na instituição, já que por algum tempo estava absolto, com aprofundamento de precariedades, desconhecimento, arbitrariedades e descontinuidades, causados por fatores diversos. Apesar dos esforços, a organização tão somente por parte dos Acadêmicos Interessados, sem o devido o apoio institucional sofria com precariedades.

Para construí-lo, o BME 3, além de levantar a real situação interna do esporte universitário, verificou suas necessidades e buscou interagir com os atores diretos, sendo um deles a Federação, da qual utilizou do seu regulamento emitido anualmente que contribuiu pra a construção do tutorial.

> O Regulamento dos JUMs era o principal documento que norteava meu trabalho. Com ele, eu podia pensar o que fazer com o esporte universitário da instituição. Um problema encontrado era que a Federação demorava muito para publicá-lo, que fazia com que ficássemos com tempo curto para poder atender as questões necessárias. Daí comecei a pedir para a Federação que esse regulamento fosse realizado com mais antecedência, já que as ações no serviço público demandava tempo. Então, eles começaram a ser organizar melhor e a liberar o Regulamento no final de cada ano, ou logo no início do ano, dando tempo no calendário para que pensássemos melhor no que íamos conseguir realizar e a participar, que dependia sobremaneira do orçamento ao qual nós pleiteávamos na universidade. (BME 3, 2023).

Outro ator direto que contribuiu com subsídios para BME 3 para a construção do tutorial foi o Atléticas Acadêmicas, pois esse regramento, que vai dar contorno mais legalista por assim dizer ao esporte universitário local, retirava dos acadêmicos a responsabilidade e a autonomia da realização do esporte universitário institucional, e, ao mesmo tempo fazia com que a UFMT se responsabilizasse pelo pleito ainda que sem o estabelecimento da instituição formal (regramento) consistente. Ainda assim, aproximava este esporte à institucionalização.

> Fiz reuniões com os representantes das atléticas e outros campi da UFMT. Construí um tutorial com algumas regras e com atendimento a todos os preceitos exigidos [do esporte universitário]. Daí criei um padrão para o esporte universitário da UFMT, todos seguindo o mesmo padrão de organização e tratamento. Na época, deu muito certo e tudo começou a funcionar mitigando precariedades.” (BME 3, 2023)

Outra ação da BME 3 que contribuiu inicialmente para a construção do tutorial foram interações pontuais (e raras) que realizou com outras instituições de ensino superior do nível federal de outros Estados e do Distrito Federal.

> Tive um pouco de sorte também, já que os JUBs [Jogos Universitários Brasileiros, organizados pela CBDU] foram realizados pela primeira vez em Cuiabá [2016], daí vieram diversos gestores esportivos de universidades públicas para a cidade. Tive a ideia de entrar em contato com alguns deles e convidá-los para virem à PROCEV relatar sobre suas experiências de gestão do esporte universitário. (BME 3, 2023)

> Alguns gestores esportivos nos atenderam ou vieram até a PROCEV, como os representantes da Federal do Rio de Janeiro, Federal do Tocantins, Federal do Amazonas , Federal de Goiás e da Unb [Universidade de Brasília]. Percebi que a situação não era muito diferente entre as instituições. E o problema maior delas era o financiamento. Algumas estavam melhor do que as outras, mas no restante aparentemente o esporte universitário sofria das mesmas precariedades. (BME 3, 2023)

> Mas, foi muito importante essas trocas, principalmente com o Prof. [...] da Federal de Goiás, muito solícito e que estava realizando um bom trabalho no esporte universitário em sua universidade. Todas essas trocas me ajudaram entender melhor como as coisas funcionam. (BME 3, 2023)

> Durante um Fórum com gestores esportivos das universidades federais percebi que todos enfrentavam invariavelmente os mesmo problemas e que as iniciativas tomadas na UFMT estavam surtindo resultados ao verificar pelas experiências de outras instituições que estavam em condições mais precárias. (BME 3, 2023)

Inferimos que esse documento aparentemente foi, um marco na organização do esporte universitário local, pois vai trazer para a alçada da universidade o esporte universitário, dando cara de instituição formal a ele. Podemos dizer que, até então, no período pesquisado, que o esporte universitário teve marca indelével de instituição informal, calcada nas relações cognitivas dos atores envolvidos e em muitas situações e por tempo longínquo na tradição oral.

> O Tutorial foi criado para dar direção para a gestão do esporte universitário da UFMT, criar um padrão de ação mesmo, mais centralizado na gerência de esportes. As ações eram muito soltas sem uma centralidade e deixava tudo nas mãos de um pequeno grupo de acadêmicos e que por falta de tempo e desconhecimento mesmo, acabavam fazendo as coisas do jeito que dava. Então objetivo era dar um padrão, uma uniformidade ao esporte universitário na instituição. Desta forma, todos saberiam como, quando e onde recorrer. Daí a universidade proporciona o esporte universitário de forma institucionalizada (BME 3, 2023).

Para atingir o intento de ter aceitação e fazer funcionar a nova regra, a BME faz diversas divulgações no site da universidade e nas redes sociais da PROCEV. As incursões com os acadêmicos, foram realizadas via reuniões pontuais e também e principalmente no período das seletivas que visavam formar as equipes para participar dos eventos esportivos. Além disso, de interações com o alto escalão da universidade e da federação. Pelas evidências extraídas abaixo, acabou contando com a anuência dos Acadêmicos Interessados, das Atléticas Acadêmicas, da federação estadual e do alto escalão da universidade. Os conflitos não foram evidentes nesse processo, aparentemente pelo volume dos aspectos necessários para o funcionamento desse conteúdo de política pública, e, com uma figura (BME) para estar à frente (responsável) por esse atendimento, fez com que outros atores não criassem obstáculos para esse desenvolvimento, salvo na questão do financiamento (que veremos mais adiante) e na perda do CD como vimos até aqui.[72]

> Eu vejo uma evolução muito grande desde a época, que eu era acadêmico. Que nós treinávamos lá e não tinha um apoio muito de instituição. Desde a forma que eu virei presidente e acompanhando o desenvolvimento do esporte universitário, teve uma evolução muito grande lá dentro. Um apoio muito grande ao esporte universitário, com estruturação desportiva, tendo apoio aos treinadores, contratação de treinadores, ajuda aos atletas para viagem, as inscrições pagas todas pela instituição fazendo assim, de forma que o esporte dentro da UFMT tivesse maior participação. Os atletas começaram a participar mais dentro dos eventos interno para que eles possam ser selecionados, para participar da seleção da instituição para participar dos eventos da FMEU. (FMEU 2, 2024)

Com essa atitude, a BME conseguiu que os atores interessados reconhecessem e se submetessem ao regramento que vai contribuir para a redução sensível da precariedade do esporte universitário local. Esta iniciativa também gera outro efeito, faz com que os

[72] Demais evidências sobre esta questão podem ser encontradas no Apêndice R. Não foram colocadas aqui para evitarmos alongamento em demasia do texto.

Acadêmicos Interessados passem a se concentrar exclusivamente nas organizações das ações de suas Atléticas Acadêmicas (as de curso) e deixam nas mãos da BME a condução do esporte universitário institucional.

Com a adoção de padronização das ações, coube à BME pôr em prática sua característica técnico-gerencial e buscar garantir uma gama de aspectos para operacionalizar o esporte universitário. Por falta de equipe, tinha que se envolver em volumosas tarefas burocráticas administrativas, além de garantir os já citados aspectos de reservas de espaços físicos, material esportivo, uniformes, exames médicos, contratação de treinadores, kits de primeiros socorros, pagamento de taxas de inscrição, transporte, alimentação, hotelaria, dentre outros. Além de gerenciar todo o processo, tinha que fazer a publicização para garantia da adesão dos acadêmicos ao esporte universitário e a mesmo tempo jogar luz sobre ele. Então, o documento Regulamento da FMEU, demonstrou que havia uma gama de exigências a serem cumpridas e apresentados pela universidade, que de forma indireta acabavam por ter algum efeito sobre a sua implementação.

Um outro documento que foi derivado do Tutorial do Esporte Universitário, que aparentemente contribuiu para a fixação da aproximação do esporte universitário à institucionalização, foi o projeto denominado de “Esporte Acadêmico da UFMT”, que acabou sendo registrado na base da extensão (UFMT, 2017b). Esse projeto foi uma conduta estratégica da BME 3 que ajudou a vincular o esporte universitário à universidade. Como a BME estava na subjunção da Extensão, o projeto ficou submetido a um programa (mais amplo) daquela coordenação que foi denominado “Articulação entre as unidades da PROCEV, extensão, cultura, esporte e vivência”, gerenciada pela Coordenação da Extensão.

O projeto previa entre outras coisas, fortalecer os padrões de ações adotados, contribuindo para dar uma cara mais institucional ao esporte universitário, estabelecendo sua operacionalização e o reconhecimento de todos os atores que ao longo do percurso contribuíram para essa operacionalização, que ao final de cada ação programada recebiam um certificado com os conteúdos e cargas horárias realizados. Os acadêmicos que eram os beneficiários e participavam do conteúdo de política pública, também recebiam esse reconhecimento. Essa estratégia deu certo e passou a ser replicada ano a ano, assim como o tutorial e o termo de compromisso que será abordado a seguir. Do ponto de vista analítico, levando-se em consideração o marco regulatório tanto do esporte universitário quanto da extensão universitária, temos uma condição de marginalidade prescritiva normativa. Devido as suas finalidades, a extensão universitária não deveria comportar essa ação do esporte universitário, já que sua finalidade é realizar ações para um público específico e interno à instituição.

Mas, como nem tudo sempre são flores, em dado momento, houve a preocupação institucional da extensão em brecar esse tipo de ação, não aceitando o seu registro. Porém, a BME seguinte realiza um arranjo (mesclando tipos de públicos) que possibilitou a aceitação da continuidade do projeto, afinal mais a frente quando da perda substancial do financiamento, os certificados emitidos pelo projeto (na extensão) serviriam como estratégia da BME (uma espécie de *handicap*) para atrair atores (principalmente egressos) que pudessem contribuir na continuidade ao esporte universitário. Notadamente, uma ação autônoma e discricionária da BME local, contribuindo para a compreensão da implementação da política pública a partir da realidade local.

Ao mesmo tempo em que buscou construir uma norma interna para o esporte , na ausência de uma política institucional, nesse mesmo âmbito, não estava clara como deveria ser atuação da BME do esporte universitário em documentação interna, e, isso aparentemente exigiu um perfil multifunção (CURRIER, PROCTER, 2005) da BME, já que como vimos na seção 5.2.1 ela não dispunha de equipe administrativa minimamente aceitável para tamanha monta de responsabilidades que adveio após a padronização das ações.

Com essa presença mais consistente (melhor estruturação) na implementação do esporte universitário, vai fazendo com que a BME, além de autônoma, discricionária, vai atraindo para essa burocracia uma característica de centralidade, ainda que, aparentemente não fosse planejada.

Um outro documento encontrado, que também era uma ação da BME e dizia respeito diretamente ao esporte universitário foi o Termo de Compromisso, que era uma espécie de adendo ao Tutorial Padrão do Esporte Universitário, em que visava informar, mas também conduzir o comportamento dos acadêmicos enquanto participantes e beneficiários da sua implementação. Nesse documento, que deveria ser assinado pelo acadêmico, continha informações importantes para a realização cotidiana, dava ciência daquilo que o acadêmico deveria esperar da instituição, daquilo que estava sendo organizado, realizado, financiado pela universidade e quais obrigações o acadêmico deveria se comprometer.

> Antes da adoção de procedimentos institucionais, ou seja, de se tomar a responsabilidade de realização do esporte universitário por parte da universidade, era bem comum reservar espaços físicos esportivos que eram bem concorridos na instituição para os acadêmicos treinarem e no fim eles não utilizavam na sua totalidade. Conseguia treinadores de forma voluntária para ministrar os treinamentos e os acadêmicos faltavam aos treinos, prejudicando o andamento. Era muito comum também realizarem as coisas em cima da hora, como por exemplo pressionando setor de saúde da UFMT a assinar atestados médicos através de lista de nomes já na véspera de final de inscrição de jogos universitários na federação. (BME 3, 2023)

> O termo de compromisso foi criado para disciplinar a participação dos acadêmicos, porque anteriormente era comum não ter assiduidade e frequências nas ações que eram disponibilizadas para eles. Como para realizar o esporte universitário resultava em grande esforço e volume de trabalho, não ter esse compromisso frustrava quem o realizava, além de não serem utilizados devidamente os espaços físicos esportivos reservados e que eram disputados também pela comunidade. (BME 3, 2023)

O BME 4 (2019-2022) que sucedeu o BME3, deu sequência no novo *status*, mas não promoveu mudanças concretas a ponto de avançar para um regramento institucional robusto, visando levar para instâncias superiores e percorrendo um caminho que imprimisse uma marca indelével de institucionalidade formal. E era da consciência da BME a fragilidade da norma "Não existem grandes documentos que respaldem o esporte universitário (BME 4, 2023)". Foi durante a gestão dessa BME que o esporte universitário da instituição passou a ser novamente representado com vínculo ativo na Federação e desta vez com uma nova configuração, agora como o representante oficial da universidade como uma Burocracia de Médio Escalão e não mais como uma Atlética Universitária.

Isso foi possível, porque que nos idos de 2020 a FMEU alterou em Assembleia Geral o seu estatuto[73]. Importante salientar que nos artigos 61º e 62º o Estatuto da FMEU (FMEU, 2020, p. 27) traz definições do que seja o esporte universitário e atleta universitário.

> Art. 61º - Entende-se por esporte universitário, para fins deste estatuto, todas as modalidades esportivas, praticadas por estudantes universitários e que sejam regulamentadas por suas respectivas Confederações Brasileiras e ou reconhecida pela Federação Internacional do Esporte Universitário – FISU.
>
> Art. 62º - entende-se por atleta universitário, para fins deste estatuto, a pessoa que esteja devidamente matriculada em instituição de ensino superior, que tenha idade conforme as regras do esporte universitário.

Nele, como inovações ao Estatuto anterior, o de 2009 (FMEU, 2009) foram nomeados como membros do conselho diretor representantes dos acadêmicos (atletas) e alterado o texto das entidades filiadas junto à Federação para

> Capítulo V, a Filiação
> Art. 40 – São consideradas IES filiadas as atuais IES que estejam em pleno gozo de seus direitos Estatutários, obedecendo ainda, os preceitos legais, as normas específicas vigentes, bem como os termos, princípios e diretrizes deste Estatuto (FMEU, 2020).

Essa modificação foi relevante, pois não necessitaria mais que a universidade componha uma atlética universitária para representar a instituição junto à Federação. Mesmo que o Estatuto de 2009 permitisse que a IES se filiasse, mas que em caso de aparecimento de uma Associação Atlética Universitária da instituição, essa teria preferência sobre a outra. Desta forma subentende-se que qualquer membro indicado pela universidade poderia ter o poder de

[73] O registro em cartório se deu na data de 21/06/2021 na cidade de Cuiabá-MT.

representá-la na federação. Sendo assim, a BME toma mais relevância junto à implementação do esporte universitário, já que pode ser ela diretamente a representante institucional que vai dialogar com a entidade federativa.

> Hoje no nosso estatuto a representações é através de instituições. As instituições que apresentam tem direito a voz e voto dentro da instituição FMEU. As atléticas não tem ainda esse reconhecimento. Até não sei, muitas delas não têm registos ainda. Vamos dizer assim, que existe de forma irregular, não tem seu estatuto registado em cartório, então não é uma instituição ainda. E atlética que são instituições, que são registrado em cartório, tem o seu CNJ próprio, distinto da instituição, então eles podem participar de eventos universitários que não sejam regrados pela FMEU, que não seja regrado pela instituição que os apoios são de cada curso de desenvolvimento deles. (BFMEU 2, 2024)

> Então, nesse aspecto, a própria FMEU, ela teve evolução no seu estatuto, que, salvo melhor juízo, é hoje, ela já prega até que a filiação na FMEU ela pode se dar ou por associação atlética ou pela própria instituição de ensino diretamente, né. Porque aí sempre vai ter o representante legal. (BFMEU 1, 2024).

Essa alteração no Estatuto da FMEU, quando muda a representação da instituição, foi também para atender a uma realidade vivida[74], ou seja, nem sempre as universidades tinham o interesse no esporte universitário ou estavam organizadas como determina a regulação. Por outro lado, algumas tomadas de iniciativas de procurar a Federação eram dos acadêmicos, ou de um professor ou mesmo de um técnico destas instituições. De certa forma, se considerarmos somente a perspectiva analítica estrutural, este ato foi anômalo, uma regulação foi alterada sem que a respectiva legislação superior o fosse. Mas, essa controvérsia aparentemente não foi questionada pelos atores interessados. Mas, do ponto de vista da realidade vivida, entendemos esse fato como o local moldando o conteúdo da política pública conforme sua realidade ou necessidade, ou seja, a "política como ela é". Deste ponto de vista, altera a relação de verticalização ou o modelo *top-down*. Os atores da implementação importam (BICHIR, 2018a; LOTTA, 2019).

Nomeamos para esta pesquisa, o tutorial e o termo de padrões de ações, porque por suas características, ele tinha a finalidade de padronizar todas as atividades do esporte universitário na instituição de forma que todos os envolvidos o seguisse, sendo que a BME seria a guardiã que buscaria garantir o êxito da execução (um papel que caberia ao alto escalão). No fundo, buscou disciplinar as ações do esporte universitário com um padrão unitário, divergente do que era realizado anteriormente, conforme abordamos. Importante para catalisar o esporte universitário na instituição o documento Tutorial servia para disciplinar as ações e ao mesmo

[74] Utilizamos esse termo para nos referirmos às situações reais por qual passaram rotineiramente os atores diretos na implementação do esporte universitário. Algo como definido pelo antropólogo Pereira (2017, p. 150) "concretude das relações vividas" em contraponto a uma "visão ideal que se situa no nível do discurso".

tempo, dava centralidade à figura da BME. Ainda assim, esse documento não era do ponto de vista de instituição formal, um documento consistente.

Destacamos no quadro14 abaixo, um resumo da trajetória do regramento local para o esporte universitário envolvendo a atuação da BME.

Quadro 14 - Característica do esporte universitário com e sem regulação local (padrões de ações) na UFMT a partir da posição da BME indireta e direta no período 2003-2022.

Aspectos	**Como era (tradição oral - antes de 2017) 2003-2008 / 2009-2016**	**Como ficou (adoção legalista – depois de 2017) 2016-2019 / 2019-2022**
Prescritivo normativo	Se baseava em relações, mas, não derivou nenhum regramento interno na universidade. Desta forma, inferimos que se baseou numa tradição da oralidade.	Definiu uma norma interna, na qual as relações e a organização esportiva passaram a ser embasadas nela. Inferimos que esses períodos foram caracterizados por adoção legalista.
Modus operandi	Não havia conferência da regularidade de vínculo institucional. Não adotava termo de compromisso ou similares para a participação.	Definia bem e controlava quem eram os beneficiários, sendo os acadêmicos de graduação e pós-graduação, regularmente matriculados e frequentando as aulas. Estabelecia que eles assumiam as responsabilidades frente ao que a BME estava realizando em prol deles. Tinha o objetivo de promover uma aderência maior dos acadêmicos nas ações.
Papel técnico-político da BME	Apesar de conversar com as burocracias interna e externa, não era raro o acadêmico ter acesso à federação e em poucos casos a alguns setores da universidade para tratar do esporte universitário.	A BME autônoma e discricionária, estabelece rotina de centralização na conversação sobre as dinâmicas do esporte universitário frente às burocracias estatais e não estatais internas e externas.
Papel Técnico-gerencial da BME	Quando provocado (pelos Acadêmicos Interessados e pela efêmera Atlética Universitária), buscava intermediar internamente aspectos como espaço para treinamento, atestado médico, transporte e local de treinamento. A partir da BME2 inicia um apoio mais consistente aos Acadêmicos Interessados.	A BME se torna a responsável pela garantia de aspectos da operacionalização como uniformes de jogos e de passeio, espaços esportivos para treinamentos, treinadores, estagiários, materiais esportivos, exames e atestados médicos, kits primeiros socorros, pagamento de taxas de inscrições nos eventos esportivos, seguro, transporte para viagens, hotelaria, alimentação, uniformes, dentre outros.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora essa regulação interna tenha sido construída baseada na situação real e precária do esporte universitário e, seja fruto também de interações da BME com os atores diretos (acadêmicos, atléticas e com a federação[75]) do esporte universitário, ela não tomou ares de

[75] As relações eram mais próximas com esses atores, já que são os mais imediatos e que interessam na implementação local do EU. Quanto à com a entidade Confederação Brasileira havia um distanciamento natural pela verticalização do sistema federativo piramidal, mas também pelo própria característica de insulamento burocrático que essa entidade tinha.

documento formal do ponto de vista de instituições mais consistentes da universidade, como o Conselho Universitário (CONSUNI) ou provocação da discussão em torno da constituição de política de esporte universitário institucional. A descrição que consideramos para esta pesquisa do que seria um regramento consistente interno, seria derivado de um documento oficial publicado pelo alto escalão da instituição, com o aval do conselho universitário da qual seria composto por diversos representantes da comunidade universitária. Essa chancela, supomos, que, legitimaria ainda mais o esporte universitário como conteúdo de política pública no nível local. Como dito, esse documento prescritivo normativo da instituição formal não foi encontrado no caso empírico.

Importante salientar que, aparentemente, todos os BMEs, incluindo o que tomou a iniciativa de criação da norma, de alguma forma desconheciam parte da legislação que regia o esporte universitário, conforme as evidências extraídas de suas falas. Neste aspecto Fernandez e Guimarães (2020) afirmam que o desconhecimento é também inerente à implementação de políticas públicas. Logo, foi plausível encontrar atores que estiveram envoltos num conteúdo de política pública que desconheciam suas regras, ainda mais no caso do esporte universitário, com marco regulatório nacional antigo.

Até aqui, aquilo que encontramos nos dados coletados acerca do prescritivo normativo nacional demonstraram que o esporte universitário local se apresentou estar a margem dele. Porém, naquilo que norteou as ações locais, "a implementação como ela é"[76], os atores encontraram um caminho e construiu uma regulação mínima para orientar a operacionalização desse esporte como conteúdo de política pública, sugerindo que a BME mediante contexto de ausência de regulação local, utilizou da sua discricionariedade, de sua autonomia, além das suas capacidades técnico-política e técnico-gerencial para criar a principal ferramenta em que se assentou o seu trabalho, com a consequência da aproximação desse esporte da institucionalidade.

Baseados nas evidências, a não existência da política institucional local aparentemente não foi tão incisiva a ponto de engessar as ações da BME, embora tenha atrapalhado a consistência do esporte universitário local. De alguma maneira, ela trilhou um caminho autônomo na implementação do esporte universitário, buscando cada um à sua maneira uma forma para operacionalizá-lo, não encontrando resistência da Burocracia de Alto Escalão da

[76] Ao afirmar "a implementação como ela é", parafraseamos a frase de Lotta (2019) "a política como ela é". Entendemos neste sentido, que ao apresentar as características de implementação, que mesmo à margem do prescritivo (ausência de política pública implantada no nível local) a implementação pode acontecer, principalmente se no desenho institucional local, há figuras como a da BME, padrões e ações adotados (sistemáticos ou pontuais e efêmeros), infraestrutura, materiais e algum tipo de financiamento.

instituição. Isso leva a corroborar com Bichir (2018a) que afirma que da norma não brota exclusivamente a implementação.

Para nós até aqui, aparentemente os achados nos levam enxergar que a implementação derivou para além do prescritivo normativo, sendo que na ausência de forma consistente dele, fez com que a BME encontrasse um caminho, saindo de uma tradição oral e se aproximando da legalista, fazendo adaptações e assim seguiram realizando o conteúdo de política pública.

Do ponto de vista da perspectiva analítica estrutural, a BME vai se tornando ao longo do período estudado, um ator que escapou ao escopo do *top-down*. Ainda que obedecendo diretamente a uma hierarquização (verticalização) institucional e mesmo sem o respaldo da instituição formal consistente (regramento), converge para a figura da BME uma centralidade da implementação do esporte universitário em nível local, superando um certo engessamento (obediência) que essa perspectiva sugere.

Em suma, contrariando uma possível atuação engessada na implementação do esporte universitário em nível local (perspectiva analítica estrutural), da qual a BME deveria supostamente seguir, ela aparentemente se revestiram de autonomia, discricionariedade e atingiram uma centralidade, para determinar um regramento mínimo que permitisse atuar dentro do conteúdo de política pública, ainda que se baseando na ausência de uma regulação local, como nos casos dos BMEs 1 e 2 (tradição oral), ou quando adotaram um mais consistente, como no caso dos BMEs 3 e 4 (legalista). Como comprovado na pesquisa documental não havia regramento consistente que conduzia suas ações. Havia parcos documentos sobre o esporte na universidade, ainda menos que tratavam ou que citavam o esporte universitário, portanto, não havia obediência de um regramento oriundo de uma verticalização mais rígida da perspectiva analítica estrutural que colocaria norte (um espaço determinado) para que os BMEs atuassem, ou seja, um regimento ou um estatuto do esporte universitário que orientassem as suas ações.

A adoção de padrões de ações parece ter sido muito importante para que o esporte universitário como conteúdo de política pública perene na instituição. Esse aspecto deu uma cara mais institucional ao esporte universitário, embora, aparentemente, não ficou consolidado do ponto de vista do aspecto prescritivo normativo institucional (política de esporte institucional). Porém, mediante regramento fraco, a BME, conseguiu ao longo do período pesquisado atuar de forma crescente fazendo com que o esporte universitário se aproximasse muito da institucionalização, reduzindo sua precariedade. Podendo ter sido (ou ser) até mesmo um embrião para algo mais robusto (política institucional de esporte). Lembramos que no início do período da pesquisa, o esporte universitário como um todo estava letárgico e sem representação. Os Acadêmicos Interessados e principalmente à Atlética Universitária, com um

grau desfocado de participação da BME indireta, deram o *restart* no esporte universitário que com o tempo, essa iniciativa se mostrou relevante.

Obviamente que entendemos, que, padrões de ações, não se sustentaria em pé sozinho, envolveu outros aspectos que foram importantes na engrenagem. Então, a partir do surgimento da norma, a BME vai na direção de um conjunto de outros elementos que fazem parte da estrutura da implementação, que tratamos aqui como códigos, que juntos foram sendo "manipulados" pela BME que se firmaram como uma forma de fazer esse conteúdo de política ser operacionalizado e se aproximar da institucionalização.

Então, nas seções seguintes, trataremos apresentar e analisar esses códigos, levando sempre em consideração não só trajetória histórica dos BMEs, mas também suas atuações que, levaram ao longo do processo histórico, contribuir com o conteúdo de política pública. Por este motivo, em alguns momentos do texto iremos resgatar alguns temas já abordados anteriormente para ajudar na compreensão do que está sendo escrito.

Um desses códigos foi o financiamento. Pelo material já apresentado e analisado, inferimos que o financiamento indiretamente "foi previsto" nos documentos local que denominados de padrões de ações, uma vez que a instituição seria a responsável pelo custeio das ações constantes nele. Mesmo que não apresentava valores, as evidências levaram a esse entendimento.

5.2.4 Após o regramento, a atuação da BME pela garantia do financiamento

Como vimos, entre os anos de 2003 até 2008, período em que o esporte universitário esteve sob a tutela dos Acadêmicos Interessados e, depois, pela Atlética Universitária e sob o auspício da SDR/FEF não havia um orçamento específico para o esporte universitário e até mesmo para a extensão. Então, eram os próprios Acadêmicos Interessados e, depois, a Atlética Universitária que buscavam custearem as ações esportivas de cunho universitário. Os apoios esporádicos da BME envolvida se referiam a tentativa de outros aspectos como conseguir transporte ou atestado médicos.

> Não havia destinação de orçamento para o esporte da extensão e nem para o esporte universitário. No esporte universitário, os alunos é que pagavam as inscrições e se cotizavam nas ações para participar do esporte universitário. (BME 1, 2023)

> Bom, a gente não participava desses recursos para a realização. Não, não havia [orçamento]. (BME 1, 2023)

> Então, não tinha um orçamento. Geralmente sempre vinha para assistência estudantil. E dentro da Pró-Reitoria, o nosso pró-reitor na época, viu uma destinação de orçamento que poderia ser gerido tanto para cultura, como para o esporte. (BME 2, 2024).

> Não tinha orçamento, na Supervisão nunca teve orçamento específico que é o orçamento da faculdade. Não tem orçamento. A Faculdade às vezes vai pedia, solicitava, né, que precisa de material [...] e a gente ia atrás, entrava nisso aí tudo por questão de conhecimento. (BME 2, 2023)

> Era uma dificuldade imensa alguns cursos na época antes da criação da Pró-reitora, da PROCEV, era os alunos que faziam cotização ou pediam ajuda a terceiros para poder pagar as inscrições nos Jogos Universitários Matogrossenses. (BME 2, 2023)

A BME ficava fazendo uma ponte no sentido de ofertar alguma assistência da instituição que não envolvia pecúnia diretamente, como reservas dos espaços físicos para treinamentos, tentativa de transporte para os eventos, destaque de algum técnico desportivo (da equipe extensionista) para acompanhar as equipes nos eventos esportivos, dentre outros. Porém, nem sempre era possível garantir essa assistência.

Houve essa continuidade do *modus operandi* nos anos iniciais da gestão do BME 2, que por sua vez, buscou uma mudança mais consistente, pois passou a oferecer demanda junto ao alto escalão para o atendimento de algumas necessidades do esporte universitário, como o pagamento das taxas de inscrições dos eventos junto à Federação e à Confederação do esporte universitário, aquisição de materiais esportivos e uniformes.

Então, já a partir da criação da Coordenação de Esportes alocada na PROCEV (2009 a 2016), começou a haver a destinação de recursos que abrangeram o esporte universitário que envolvia recursos da universidade.

> Então, não tinha um orçamento na coordenação, é, não é que tinha um orçamento. Geralmente sempre vinha para assistência estudantil. E dentro da Pró-Reitoria, o nosso pró-reitor na época, viu uma destinação de orçamento que poderia ser gerido tanto para cultura, como para o esporte, né. Porque geralmente quando vinha era assistência estudantil, ou era bolsa, ou era alguma coisa que era destinada. (BME 2, 2023)

> [Na reunião da Pró-Reitoria com outros coordenadores de outras áreas] E cada um expunha aquilo que dava pra fazer. Eu nunca deixei na área de esporte de sempre passar pelo pró-reitor, eu tinha algumas ideias e falava pra ele, essas eu preciso conversar, se é viável, se não é viável, por que? Só era eu o coordenador, eu dependia primeiro, se é uma coisa meramente para acadêmico, eu tinha que conversar primeiro com os acadêmicos. (BME 2, 2023)

Essa ação do BME 2 passou com o tempo a se transformar numa garantia que começou a reduzir a precariedade do esporte universitário, já que, os acadêmicos tinham até então que arcar com grande parte dos custos. Para essas ações darem certo, era necessário que um grupo específico de acadêmicos (os interessados no desenvolvimento do esporte universitário) apresentassem um pequeno projeto para que o burocrata levasse essa demanda para frente (alto escalão) e tentasse angariar os recursos. Era muito comum o BME estabelecer limites nos pedidos dos acadêmicos, uma vez que, por conhecimento próprio, já saberia dizer se aquela demanda teria chance de sucesso ou não. Esse é um fator a ser destacado na figura do BME 2,

uma vez que por longa vivência e conhecimento (como membro da comunidade externa, depois servidor, acadêmico e burocrata) que adquiriu junto à burocracia da instituição, o fez ganhar experiência com esse tipo de relação. Essas ações foram estabelecidas por todo o período de sua atuação.

Então, com o esporte universitário tendo uma coordenação (BME) e alocada na PROCEV, passa a haver essa destinação de recursos, porém , não havia ainda uma destinação com rubrica específica de orçamento para o esporte universitário. Portanto, a PROCEV destinava os recursos conforme demandada. “Então o pró-reitor reunia todas as coordenações da PROCEV e discutíamos o que íamos realizar conforme orçamento disponível [da Pró-Reitoria]” (BME 2, 2023). Vale ressaltar que, dentro desta Pró-Reitoria, havia três conteúdos de política que vão disputar o orçamento disponível, sendo que duas com melhores estruturações do que o esporte universitário, a cultura e a extensão conforme já discutimos anteriormente quando tratamos do surgimento da BME direta do esporte universitário.

A partir do final do ano de 2016 e início de 2017, já na BME 3, quando houve uma remodelação no esporte universitário da UFMT, calcada principalmente numa adoção de uma organização esportiva mais próxima da institucional, foi pleiteado junto à PROCEV a criação específica de uma rubrica para tal. Feito conquistado com aplicação para o ano de 2017. Efetivamente a trajetória do financiamento é alterada mais consistentemente, a partir das interações junto ao alto escalão.

> Quanto à demanda das ações e eventos, levei o planejamento para a PROCEV. Seria necessário um financiamento considerado alto para o orçamento da PROCEV. De qualquer forma, foi acertado junto à Pró-Reitoria que o esporte teria um orçamento específico, uma espécie de rubrica que não poderia ser retirado para outras atividades da Pró-Reitoria. (BME 3, 2023)

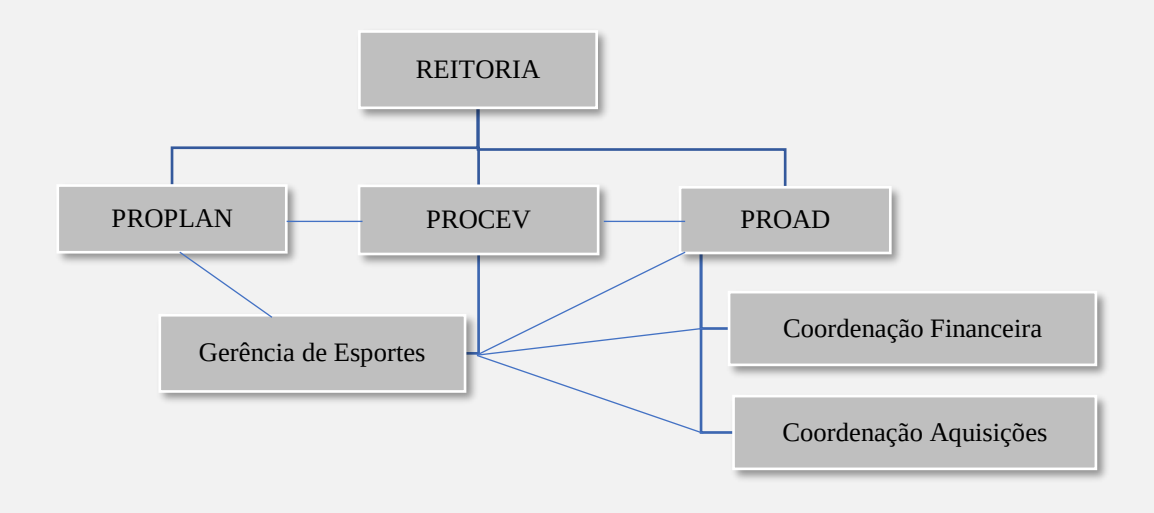
Essa destinação exclusiva de recursos para o esporte universitário se deu a partir das reuniões entre a BME e a PROCEV, mas também com membros de outros altos escalões da universidade Pró-Reitorias de Planejamento (PROPLAN) e Administrativa (PROAD).

> Era comum eu ir só ou acompanhado pelo Pró-Reitor ou pela Coordenadora de Extensão ou até mesmo pelo Gerente de Projetos na PROPLAN e principalmente na PROAD para tratar dos assuntos do orçamento do esporte. Era uma forma de garantir que aquilo que conquistamos para o esporte universitário fosse mantido durante o ano. (BME 3, 2023)

A figura 20 abaixo, ilustra o caminho que foi percorrido primeiro pelo BME 3 e depois pelo 4 na obtenção do orçamento e aplicação. Começava pelas interações internas com a PROCEV na apresentação das ações a serem realizadas no ano e a garantia da destinação dos recursos. A partir desta definição, era sacramentada na Pró-Reitoria de Planejamento

(PROPLAN) com “carimbo” da rubrica, que era uma garantia que os recursos pertenceriam exclusivamente ao esporte, ou seja, que o recurso do esporte universitário receberia uma marca que somente poderia ser movimentado pelo setor do esporte universitário. Essa condição final recebia o aval da Reitoria. A partir daí, eram realizadas diversas incursões na Pró-Reitoria Administrativa (PROAD) para a garantia do atendimento das prerrogativas oficiais e também para garantir a aplicação dos recursos. Ou seja, não bastava apenas ter tido a garantia do orçamento, precisava da parte da BME um exercício cotidiano de que esse recurso iria de fato ser executado. Nesta Pró-Reitoria, estavam alocadas setores cruciais para o esporte universitário, como a Coordenação Financeira e a Coordenação de Aquisições.

Figura 20 - Caminho percorrido (relações) pela BME do esporte universitário na obtenção, aprovação e aplicação do orçamento para o esporte universitário (2017-2022)



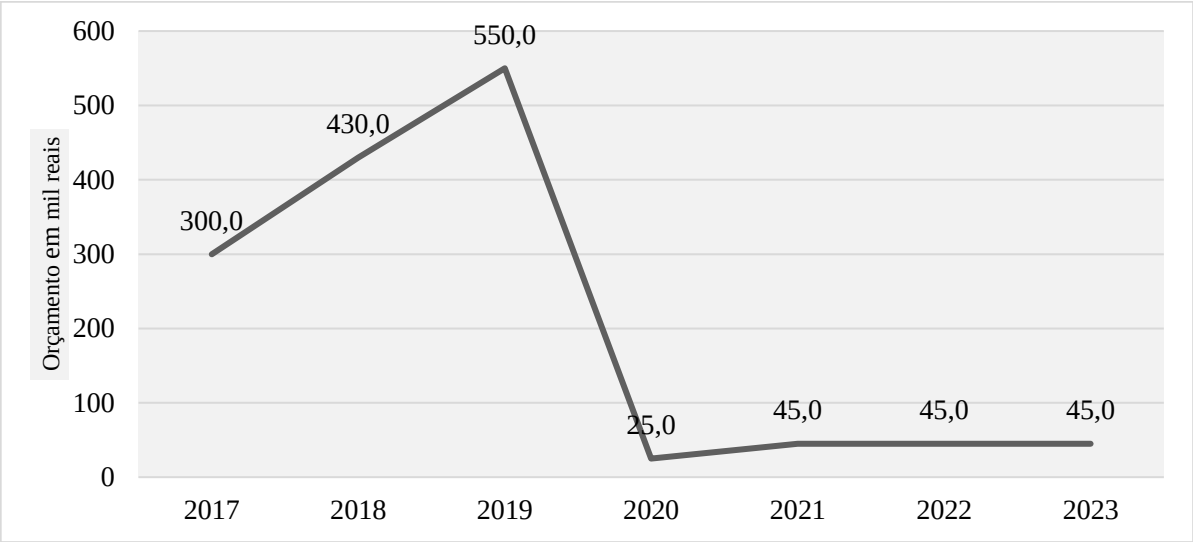
Fonte: Elaborado pelo autor.

Havia uma divisão dos recursos econômicos disponíveis no orçamento anual, conforme cada tipo de política que a PROCEV desenvolvia, denominado de PI (Plano Interno)[77] que no caso eram devidos em códigos e fontes para cultura, extensão e esporte. Dessa forma, havia a destinação exclusiva de recursos para o esporte universitário. No ano de 2017, por exemplo, foram disponibilizados no orçamento da PROCEV o montante de R$ 2.578.583,00, destes R$ 300.000,00 foram destinados diretamente ao Esporte, representando 11,6% do montante total (UFMT, 2017c). Porém, a partir de uma organização que aproximou ainda mais o esporte universitário da institucionalização, houve demanda e um crescimento linear do orçamento entre os anos de 2017 a 2019, conforme podemos verificar na figura 21. Também, nesta figura,

[77] Esse documento era um quadro financeiro com códigos e fontes de origem. A PROCEV, após receber a informação do orçamento que a universidade iria destinar para a Pró-Reitoria, fazia reuniões com seus burocratas de médio escalão e definia o orçamento que seria destinado para cada tipo de conteúdo de política pública (cultura, extensão e esporte universitário) a ser aplicado no ano. Este documento ficava registrado na PROPLAN e tinha o aval da reitoria.

podemos verificar o orçamento destinado ao esporte entre os anos de 2017 a 2023[78]. Esse período foi destacado pela adoção, junto à PROCEV e ratificada oficialmente na PROPLAN, do estabelecimento específico de um orçamento com rubrica[79] própria para o esporte.

Figura 21 - Evolução do orçamento do esporte universitário da UFMT entre os anos de 2017 a 2023



Fonte: Santos e Dowbor (2024).

A partir da definição da rubrica do esporte universitário, as fontes dos recursos tinham origens diferentes do orçamento da universidade, sendo a principal do PNAES (BRASIL, 2010). Esta fonte, como já mencionamos e resgatamos aqui, tinha como objetivo ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, via diversas áreas. Porém, esse financiamento tinha condições específicas de aplicação, destinados prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade social, principalmente àqueles oriundos de políticas afirmativas. Ainda assim, foi o valor que compunha a maior parte do orçamento do esporte universitário. A prerrogativa deste uso era de que havia acadêmicos nas condições elegíveis do PNAES que eram beneficiários do esporte universitário institucional.

Outra fonte que compunha o orçamento do esporte era originária de custeio (pagamentos de pessoas física e jurídica). Esse valor girava em torno de R$ 20 mil a R$ 30 mil por ano, a depender das possibilidades das participações das equipes nos eventos esportivos destinados ao esporte universitário. Esse valor era destinado principalmente para pagamento das taxas de inscrições para os eventos da federação estadual e da confederação nacional. A fonte de pagamento de pessoa jurídica passou a ser requisitada a partir da existência da BME direta ao

[78] O ano de 2023 apesar de não pertencer ao período da pesquisa foi mantido para demonstrar que mesmo pós período pandêmico não houve recuperação do orçamento do esporte universitário na instituição.
[79] Segundo o Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal, rubrica "É uma verba prevista como despesa em orçamentos públicos e destinada a fins específicos. Sua existência é obrigatória para que haja pagamento de qualquer despesa pública." (BRASIL, 2012).

esporte universitário, uma vez que a demanda por participação nos eventos das entidades federativa subnacional, confederativa nacional e internacional do esporte universitário, não seria mais paga pelos próprios acadêmicos, mas sim pela universidade. Esse feito foi resultado do desempenho técnico-político do BME 2, que iniciou o processo de aproximação da institucionalidade do esporte universitário, na qual conseguiu estabelecer via relações com o alto escalão essa nova condição. “Nós pegamos a responsabilidade, pagamos a inscrições nos Jogos Universitários Matogrossenses, para todos os campus” (BME 2, 2023). Essa conquista foi a partir de uma iniciativa discricionária da BME e aparentemente parece ter sido consolidada, uma vez que os BMEs seguintes (3 e 4) conseguiram manter esse mesmo padrão.

Embora existisse a fonte de financiamento capital (destinada à aquisição de materiais permanentes), esta fonte não foi encontrada no documento PI da PROCEV, nem no portal da transparência da universidade e não foi citada por nenhum dos BMEs. O motivo pode estar ligado à dificuldade da universidade em conseguir liberação para este tipo de recurso, que já vinha minimizado no próprio orçamento da universidade que tem como fonte principal o Ministério da Educação (UFMT, 2017c).

Quanto aos conflitos relatados, estes foram oriundos da discussão pelo orçamento dentro da Pró-Reitoria, uma vez que a BME do esporte universitário era menor em estrutura e em representação frente às outras políticas mais institucionalizadas e consolidadas na instituição. Com isso, o orçamento do esporte ficava sempre com menor valor na distribuição, como no exemplo do ano de 2017, apresentado anteriormente nesta seção. Para superar essa dificuldade, o BME 3 relatou que, mediante representação minoritária na PROCEV, estabeleceu a estratégia de realizar as atividades, aperfeiçoá-las e divulgá-las, com isso promoveu tensionamento na Burocracia do Alto Escalão para incremento do orçamento. Essa estratégia surtiu efeito com o crescimento do financiamento do esporte universitário de forma linear de 2017 a 2019 (conforme figura 21).

> Mesmo com equipe reduzida na parte administrativa, contava apenas com uma acadêmica que era bolsista de extensão, para dar conta do esporte universitário da UFMT, fizemos o máximo possível para dar visibilidade às ações, pois sabíamos que aparecendo o trabalho, maiores chances de conseguirmos atrair atenção para ele e poderíamos com isso poder de barganha e conquistar melhores condições inclusive de orçamento. (BME 3, 2023)

Esse comportamento da BME embora aparentemente remeta a uma perspectiva analítica individual, um tanto calculadora, não entendemos que se manifestou desta forma, já que essa construção da garantia do orçamento para o esporte universitário dependeu muito de sua atuação técnico-política adensada da sua atuação técnico-gerencial e que dependeu das relações estabelecidas para atingir esse fim.

A partir da conquista do orçamento, a BME discutia principalmente com as atléticas sobre a forma de repasse para as ações.

> Mediante orçamento previsto para o esporte discuti com eles [atléticas] quais seriam as prioridades, esporte educacional, esporte de participação, esporte de formação, no fim optaram pelas competições interna (InterUFMT) e externas jogos universitários estadual e nacional, enfim que se aproxima do esporte rendimento, o que já vinha sendo realizado já há muitos anos na instituição. (BME, 2023)

Porém, no ano de 2019, o esporte começou a ter dificuldade de liberação dos recursos previstos, uma vez que a universidade sofreu um forte contingenciamento dos seus recursos a partir de política de austeridade fiscal adotada pelo governo federal de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Valendo-se do aspecto técnico-político, os BMEs 3 (em transição) e 4 (que iria assumir o esporte universitário) buscaram atuar junto ao alto escalão e sensibilizaram tanto a PROAD quanto a PROPLAN, para a liberação do pagamento da rubrica do esporte, uma vez que as atividades estavam em curso e demandando o cumprimento das obrigações financeiras e organizacionais com instituições e atores externos. Além do que, o volume de recursos do esporte universitário era baixo frente as outras demandas da universidade. O orçamento acabou sendo liberado em sua totalidade.

> Mediante cenário caótico que foi se transformando com o contingenciamento do orçamento por parte do governo federal, a universidade foi cortando inúmeras despesas e dentre elas estavam as ações do esporte universitário para o ano de 2019. E isso às vésperas dos JUMs que eram o maior e mais esperando evento que os acadêmicos dos campi aguardam. A UFMT era cerca de 70% dos participantes nos jogos realizados pela Federação Matogrossense de Esportes Universitários. Já tínhamos organizado toda a hospedagem, a alimentação, o transporte, a contratação de treinadores, os atestados médicos, enfim uma gama de ações já realizadas para garantir a participação de todos os campi da UFMT nos jogos. A partir de muita conversa e negociações foi feito um arranjo que envolveram o Pró-reitor da PROCEV, o Pró-Reitor Administrativo e instituição privada que iria prestar serviços durante o evento que garantiram à participação da UFMT no evento. (BME 3, 2023)

Mesmo que o financiamento até então não fosse o suficiente para cobrir todas as despesas necessárias para um esporte universitário robusto, ainda assim, reduziu a precariedade a ponto de os acadêmicos não necessitarem mais se preocuparem com as principais demandas necessárias. Ao mesmo tempo, deu maior proteção interna nas realização das ações. Este avançou também para uma assistência mínima às Atléticas Acadêmicas[80] no seu principal evento (InterUFMT), que acabou substituindo os Jogos Intercursos.

[80] Havia um entendimento velado e não oficial de que a universidade não deveria repassar recursos para as Atléticas Acadêmicas, um ator autônomo que buscava se autofinanciar. A liberação dos recursos visavam atender ao esporte universitário institucional. Porém, os Jogos Intercursos pela trajetória histórica chegou a receber provisão institucional, como deixou de existir, o InterUFMT tomou seu lugar, e este era um evento organizado pelas Atléticas Acadêmicas, desta forma a BME entendeu ser legítimo esse repasse.

Há uma continuidade dessa nova condição conquistada no período da gestão do BME 4, porém ocorrem mudanças, uma vez que passa a sofrer com contingenciamentos sucessivos irradiados pelo Governo Federal, se tornando o esporte universitário um pouco mais precário. Então, a partir daí, o crescimento linear orçamentário do esporte universitário da UFMT foi drasticamente interrompido, sendo que no ano de 2020, causado pela continuidade da política sequencial de austeridade fiscal que impactou extremamente a universidade, e, foi agravado mais ainda pelo advento da pandemia do SARS-Covid (OPAS, 2022). Nesse período houve uma redução de pouco mais de 95% do orçamento do esporte, feito que até o ano de 2023 não havia uma recuperação significativa. Conforme figura 20, caindo de R$ 550.000,00 para R$ 25.000,00.

> O orçamento ele regride de uma forma absurda, em 2020 e 2021. Quando acaba a pandemia é quando mais pegou na organização. A gente continuou trabalhando com orçamento inicial lá da pandemia, que perde do que a gente tinha, e não era suficiente." (BME 4, 2023

> Desde 2020 tem sido difícil, mais 2022 e 2023, porque 2020 e 2021 devido à pandemia não tivemos muitas ações, principalmente presenciais. O orçamento foi extremamente reduzido. Dessa forma tenho buscado soluções no voluntarismo dos ex-acadêmicos que se formaram e por uma contrapartida de certificado de participação atendem de alguma forma algumas ações do esporte universitário. Além de parcerias com outros setores da UFMT como do transporte, por exemplo. Mas, não são as mesmas condições que tínhamos em anos anteriores como por exemplo em 2019 (BME 4, 2023).

A instabilidade da manutenção do financiamento do esporte universitário, experimentada pela BME, pode ser derivada de sua principal fonte que é historicamente de origem estatal (STAREPRAVO *et al*., 2010). Desta maneira, no caso das universidades públicas federais, fica a depender do "humor do governo", ancorado à austeridade fiscal e aos contingenciamentos de recursos com fins de atingir metas fiscais estabelecidas no poder decisório.

Baseados nas falas dos entrevistados até então e nos parcos documentos, inferimos que houve uma relação direta na não existência de um regramento institucional consistente no nível local, que garantisse e direcionasse os recursos do orçamento da universidade para o esporte universitário e as dificuldades enfrentadas pelos BMEs nas suas atuações. Embora o marco regulatório nacional fosse claro que a universidade deveria repassar esses recursos. Lembramos que o financiamento de uma política pública deriva diretamente do seu processo de formulação.

Então, entendemos que há uma relação direta entre estabelecimento de um orçamento e o aspecto prescritivo normativo. Um lado insidioso nesta atuação da BME na implementação do esporte universitário local, foi a perda substancial do financiamento, que aparentemente poderia esse conteúdo de política ter sucumbido ao ficar suscetível à "canetada" (atitude

discricionária) do alto escalão que poderia determinar até mesmo a morte do conteúdo de política pública no nível local.

Ainda assim, a BME buscou caminhos para superar essa difícil situação ao promover estratégias visando mitigar essa tomada de decisão unilateral do alto escalão. Como já vimos, na trajetória histórica a atuação da BME foi cabal para a sobrevivência do esporte universitário enquanto política com aproximação da institucionalidade, como nos casos do BME 2 que ofertou demanda sistematicamente, e, do BME 3, que buscou fazer o máximo de publicização das ações realizadas, medidas que acabavam visando tensionar o alto escalão para o atendimento do esporte universitário. E o BME 4, mediante cenário desolador orçamentário, buscou atrair egressos por trabalho parcialmente remunerado ou por voluntariado.

Até aqui, como vimos, o regramento e o financiamento que aparentemente poderiam ser cabais para o funcionamento do conteúdo de política pública, no caso empírico estudado não foram. Mesmo que mediante cenários de nenhuma ou pouca regulação e nenhum ou pouco financiamento que geraram precariedades, aparentemente os BMEs foram relevantes para o esporte universitário, mantendo-o como conteúdo pública no nível local, na qual buscaram superar ou mitigar os problemas gerados por essas fragilidades.

Isso posto, um outro aspecto previsto no marco regulatório nacional, além do financiamento, era de que a universidade ofertasse a praça esportiva, que aqui traduzimos como infraestrutura esportiva. Desta forma, trazemos a seguir esse outro aspecto que compôs e também poderia ter determinado a realização ou não das ações do esporte universitário, e que "testaram" os BMEs mediante demanda. Imagine ter um plano maravilhoso, com recursos definidos, mas não ter um local onde executá-lo.

5.2.5 Fechando o quadro previsto na regulação, a infraestrutura esportiva e a atuação da BME

Como vimos na seção 5.1.3, que na trajetória histórica o BME 1 (SDR/FEF), vivenciou uma infraestrutura esportiva que era utilizada para diferentes fins na instituição como aulas do curso de graduação em educação física, para atividades extensionistas, utilização pela comunidade externa sem um vínculo específico com a universidade e a utilização do esporte universitário. Essa BME era a responsável pelo gerenciamento e manutenção dos espaços físicos. Essa condição permeou toda a trajetória dos BMEs sucessores.

Vimos que a precariedade na manutenção dos espaços físicos assolou o período em que o BME 1 esteve presente. Essa situação também impactou a gestão do BME 2. No entanto, a

partir do ano de 2008, começaram a ser destinados recursos, por meio de convênios com os governos estadual e federal para a reforma dos principais espaços físicos da universidade. Resultado inclusive das interações desse próprio BME via interações informais com burocracias do Ministério da Educação e do Governo do Estado de Mato Grosso, com as participações de outros atores internos da instituição.

> Na minha época, conseguimos junto ao Ministério do Esporte, com o conhecimento que nós tínhamos com a [...] recursos para reformar os espaços físicos da universidade que estavam bastante deteriorados, a piscina, a pista de atletismo, o ginásio, as quadras externas. (BME 2, 2024)
>
> ...foi um briga principalmente para a gente poder fazer aí a pista de atletismo, foi uma briga, tivemos que lutar". (BME 2, 2024)

Desta forma, até o final do ano de 2016, os principais espaços físicos esportivos já estavam reformados, exceto o campo de futebol e a pista de atletismo que compunham o Centro de Treinamento (COT), construído para a Copa do Mundo da FIFA 2014. Na tabela 5 abaixo, trazemos novamente a infraestrutura esportiva existente na universidade, já no período de atuações da burocracia direta ao esporte universitário.

Tabela 5 - Infraestrutura esportiva existente na UFMT de 2009 até o ano de 2022

Tipo de instalação	**Campus / Quantidade**			
	Cuiabá	**Araguaia**	**Sinop**	**V. Grande**
Ginásio poliesportivo	1	1	0	0
Sala de lutas	2	1	1	0
Sala de musculação	1	1	0	0
Quadra coberta	6	0	1	0
Quadra não coberta	1	0	0	0
Quadra de areia não coberta	1	0	0	0
Campo de futebol com dimensão oficial	1	1	0	0
Campo de futebol sem dimensão oficial[81]	1	0	0	0
Pista de atletismo emborrachada	1	0	0	0
Pista de atletismo com brita	0	1	0	0
Piscina olímpica com plataformas de saltos	1	0	0	0
Salão de ginástica	1	0	0	0
Sala de dança	0	1	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Se comparamos as tabelas 3 (até o ano de 2008) contida na seção 5.1.3, com a 5 (de 2009 a 2022), veremos que não houve grande alteração na questão do quantitativo da ampliação da infraestrutura na universidade, porém, os ganhos foram qualitativos, com reformas e

[81] Com a construção do Centro de Treinamento (COT) no campus Cuiabá, este campo deixou de existir, sendo que o espaço serviu de construção de barracão que atendia aos trabalhadores da obra. Após o término da obra, não houve a reconstrução dele.

melhoramentos de vários espaços esportivos, como do parque aquático em 2011, a reforma, ampliação e cobertura das quadras externas no ano de 2015, com destaque para a construção do Centro de Treinamento (COT) para a Copa do Mundo de Futebol Fifa 2014 (espaço físico com arquibancada coberta e pista de atletismo), inaugurado em 2020.

Essa infraestrutura renovada, foi herdada principalmente pelo BME 3 que vivenciou poucos problemas de manutenção do espaço físico esportivo. Como esse BME passou aproximar o esporte universitário da institucionalização, houve então uma crescente demanda pelos espaços, daí eles foram ficando insuficientes. Como vimos, já existia uma certa demanda pelos espaços durante as gestões dos BMEs 1 e 2. Mas na nova realidade, também incluiu o fato da reforma que por si atraiu mais pessoas para o uso, e o já propalado crescimento das atividades das Atléticas Acadêmicas durante o período de atuação do BME 3.

> A gente estava muito na discussão de espaços. De garantir ao pessoal um espaço para que pudesse treinar, porque sempre quando tinha esse problema, é, na época, a gerência comunicava a diretoria da LAUF e a gente fazia esse intermédio entre o pessoal das equipes e o pessoal da gerência e também de todas as equipes para conseguir organizar, que eles pudessem treinar, né. Porque como às vezes são muitas equipes, tinha que ter esse diálogo aí para eles conseguirem realmente se organizar. E todo mundo poder treinar e todo mundo poder competir. (AA 2, 2024)

O BME 3, em interação com a Supervisão, propõe a criação de um regulamento (este pertencente à SDR/FEF, já que era ela que era a responsável pela infraestrutura esportiva da universidade) para o uso desses espaços, fazendo com que o esporte universitário institucional possa ter prioridade em alguns dias para uso e ao mesmo tempo contribuiu para que as Atléticas Acadêmicas se disciplinassem na forma de uso, conforme evidências abaixo.

> Os espaços físicos estavam em bom estado, a pouco tempo reformado na gestão anterior a minha. Porém, não dava conta da demanda. Eram muito concorridos. (BME 3, 2023)
>
> Quanto aos espaços físicos levei a demanda para a FEF, que acatou a sugestão e criou um regimento de utilização de alguns espaços de interesse das atléticas, mitigando desta forma os problemas que as atléticas tinham de utilização de quadras esportivas. (BME 3, 2023).
>
> Esses espaços eram muito disputados pelas comunidades interna e externa, daí trouxemos uma demanda bastante substancial [organização do esporte universitário], mas conseguimos ser atendidos neste sentido. (BME 3, 2023).
>
> A infraestrutura necessária para esse atendimento [esporte universitário institucional] deveria ser bem maior e com mais recursos.” (BME 3, 2023).

O BME 4 herda a condição da infraestrutura já com uma organização de uso estabelecida.

> Quando eu chego, já têm uma organização com a gestão anterior no sentido de garantia de horários nas quadras. Então é reservado para eles [Atléticas Acadêmicas e acadêmicos] um determinado quantitativo de horas. (BME 4, 2023).

Mediante contexto, a BME 4 mantém a interação com o regulamento do uso, mas sofre o agravante contingenciamento de recursos, entre os anos de 2019 a 2022, que impactaram a manutenção dos espaços como por exemplo, trazendo de volta o velho problema de reposição de lâmpadas prejudicando as atividades que por uma questão de dinâmicas dos acadêmicos (compromissos diurnos) eram realizadas principalmente no período noturno, goteiras, dentre outros. Ao mesmo tempo em que sofre uma demanda muito grande devido à continua ampliação no número das Atléticas Acadêmicas.

Podemos perceber que a própria atuação da BME contribuiu para que a infraestrutura esportiva fosse reformada e atendesse aos usuários com maior segurança e conforto. Pelo que podemos entender até então, a infraestrutura sofreu com problemas de manutenção e excesso de demanda, porém, assim como a pouca regulação e o pouco e oscilante financiamento, esses problemas não impediram que a BME deixasse de dar continuidade no conteúdo de política pública.

Aparentemente, de todos os aspectos que estavam previstos no marco regulatório nacional, quando nos deparamos com o nível local, a infraestrutura esportiva foi a que mais se aproximou daquilo que a universidade deveria cumprir, ainda que com as precariedades reveladas.

Padrões de ações, financiamento e praça esportiva aparentemente formaram um tripe importante para a atuação da BME no esporte universitário. Mas, também teve uma relação direta com as interações, já que para operacionalizar todo esse conteúdo dependeu das relações da BME com outros atores diretos, ou seja, desde aqueles que importaram (Acadêmicos Interessados, Atléticas e a Federação), e, do entorno (outras burocracias internas e externa e principalmente as alto e de médio escalões da universidade). Então, na próxima seção abordaremos essas interações, instrumento que contribuiu para a atuação da BME e que se utilizou dele para que o esporte universitário se aproximasse da institucionalidade e, ao mesmo, tempo fazer a diferença no nível local.

5.3 GARANTINDO A OPERACIONALIZAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO: AS INTERAÇÕES DA BME

Falar de interações requer também falar de autonomia. Como vimos, ela é inerente à figura da BME, que, por sua natureza de ação intermediária ao Estado, necessita ter esse aspecto

para poder tramitar entre os escalões e contribuir com o conteúdo da política pública, ou seja, fazer a diferença (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015).

Ressaltamos também que as interações entre os atores e as instituições podem ser dependentes do desenho institucional, que poderia facilitar aos atores o acesso a distintos espaços para a possibilidade de articulação. O desenho institucional deve estimular a participação e conectá-la aos níveis com funções deliberativas (SILVA; RIBEIRO, 2016), que vai propiciar a tomada de decisões que visem atender aos anseios dos atores numa perspectiva de construção. Vimos que, o desenho institucional do esporte universitário, no nível local, nem sempre foi favorável para a atuação da BME, principalmente quando foi subordinada à extensão universitária, mas aparentemente pelas evidências coletadas nesta pesquisa, as interações foram possíveis principalmente pela questão da autonomia, pelo trânsito que os BMEs possuíam, fruto da construção ao longo das trajetórias históricas deles com o esporte na universidade. Todos eles afirmaram que possuíram liberdade para agir institucionalmente, conforme evidências a seguir.

> Sempre consultava o pessoal da Supervisão para decidir as coisas, mas a palavra final, a decisão era minha. (BME 1, 2023)
>
> Sempre tive a liberdade para fazer, eu sentava primeiramente com o pró-reitor, depois eu sentava com os meus pares, ali os colegas de coordenação que a gente precisava que é a parte de assistência estudantil, que é a parte de coordenação de extensão que tinha que ser, da própria cultura, os coordenadores, os quatro coordenadores que nós tínhamos com o pró-reitor. (BME 2, 2024)
>
> Nas minhas ações e tomadas de decisão, sempre tive apoio da minha chefia direta, tive liberdade para trabalhar. (BME 3, 2023)
>
> Quero deixar claro aqui que sempre tive autonomia no trabalho que realizei. (BME 4, 2023)

A autonomia dos BMEs foi necessária em ganhos para o esporte universitário. Como por exemplos, no caso de aspectos que envolviam ajudar na conquista de um orçamento próprio, a adoção de um padrão de ação visando a redução da precariedade e a aproximação da institucionalidade do esporte universitário.

Então, sequencialmente iremos analisar a seguir, as interações realizadas pelos BMEs conforme os períodos de suas atuações frente ao esporte universitário. As evidências nas interações realizadas indicaram a relevância que cada BME dava para a trajetória histórica a qual cada um havia vivido naqueles momentos. É importante salientar que não buscamos trazer tão somente quais eram os atores das suas interações, mas buscamos também saber e analisar quais os ganhos que resultaram para a implementação do esporte universitário.

5.3.1 BME 1 – Período 2003 a 2008 - burocracia: Supervisão de Desporto e Recreação (SDR), localizada na Faculdade de Educação Física (FEF)

Quadro 15 - Resumo da atuação e das interações do BME 1 na implementação do EU da UFMT (2003-2008)

Resumo: O BME 1 (2003-2008) teve sua formação tanto acadêmica quanto como burocrata atrelada à universidade. Durante o período em que esteve à frente da BME, não promoveu variações substanciais nas interações do esporte universitário, já que esta burocracia era indireta e tinha como mote principal o esporte extensionista. Por este motivo, centrava seus esforços no atendimento ao público externo à universidade, que agregava também os servidores da instituição, ao mesmo tempo em que dava autonomia aos acadêmicos na realização do esporte universitário. Esse comportamento do BME 1 foi discricionário dado pela sua autonomia, na ausência de regramento local. A construção das suas relações se baseou, principalmente, em um conjunto de interações com diversos atores mais diretos do esporte universitário (federação e acadêmicos interessados). Neste sentido, aparentemente esse burocrata se apresentou como ator que buscava construir uma relação amistosa no sentido de disponibilizar aquilo que fosse possível tais como reserva de espaços físicos, cedência de materiais esportivos e intermediação com outras burocracias de médio escalão interna (do entorno) para utilização de transporte ou atestados médicos.

Fonte: Elaborado pelo autor.

As interações do BME 1, por característica da burocracia da época, não era exclusiva do esporte universitário, que, denominamos para este trabalho, de indireta. Possuía na verdade, uma expertise extensionista, uma vez que a estrutura da implementação existente estava voltada para este fim.

Já sabemos que a extensão e o esporte universitário são categorias que se diferem principalmente na forma e na finalidade relacionadas aos seus públicos. Não à toa as interações mais próximas à BME 1, se tomadas de forma isolada, foram os atores não estatal federação e acadêmicos interessados, ao mesmo tempo que esses atores eram considerados diretos do esporte universitário.

Na Tabela 6 abaixo estão destacadas as evidências que sustentaram nossa análise. Os dados estão computados de formas relativa e absoluta e representa a quantidade de vezes que o BME citou o ator na entrevista. Em seguida abordamos como essa citação resultou, ou não, em ganho para a implementação do esporte universitário.

Tabela 6 - Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 1 indireta ao esporte universitário da UFMT no período de 2003-2008

CÓDIGOS	fi	fr (%)
Atores diretos (estatais e não estatais)	**(14)**	**(77,7)**
Atores não estatais – federação	7	38,8
Atores estatais internos – acadêmicos interessados	6	33,3
Atores não estatais – atlética universitária	1	5,6
Atores do entorno (estatais)	**(3)**	**(16,7)**
Atores estatais internos – alto escalão	2	11,1

continua

conclusão

CÓDIGOS	fi	fr (%)
Atores estatais internos – outras burocracias do médio escalão	1	5,6
Outros atores (estatais e não estatais)	**(1)**	**(5,6)**
Outros atores estatais e não estatais externos	1	5,6
TOTAL	18	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por ser uma burocracia mais próxima do esporte extensionista, observamos que suas interações (evidências extraídas) que tratavam diretamente do esporte universitário (n = 18) foi a menor se comparadas aos demais BMEs (como veremos nas seções seguintes). Mas, no total dessas interações, o BME 1 centrou 77,7% delas com os atores diretos do esporte universitário (federação, acadêmicos e atlética), 16,7% com burocracias indiretas internas (de alto e médio escalões) e 5,6% com outros atores de fora do escopo da universidade.

Efetivamente, como ganhos dessas interações para o esporte universitário, esse conjunto de interações visou principalmente as reservas (possíveis) de espaços físicos esportivos, que como vimos nas seções 5.1.3, 5.2.2 e 5.2.5 estavam muitas vezes precários devido à falta de manutenção, e devido à demanda pelos espaços por parte de outras atividades que não eram especificamente do esporte universitário. A universidade via SDR/FEF, que tradicionalmente atendia no seu espaço físico esportivo à comunidade externa, projetos diversos, prefeitura municipal para jogos estudantis, as demandas dos cursos, dentre outros. Além disso, emprestava algum material esportivo disponível para os treinos das equipes esportivas universitárias, e, em momentos pontuais conseguia destacar algum técnico administrativo ou mesmo docente (neste caso mais raro) para treinar ou para acompanhar alguma equipe nos jogos universitários.

Como vimos na tabela seis, a FMEU foi o principal ator em que o BME 1 fez interações (n=7) no seu período de atuação. Destacamos aqui dois trechos que exemplificam a intensidade dessa relação.

> Bem como, tínhamos um bom relacionamento com o presidente da FMEU, a gente trabalhava em conjunto para que as coisas andassem da melhor maneira possível, na forma que a Supervisão pudesse ajudar mediante suas condições. (BME 1, 2023)

> Nós estávamos ali sempre colaborando na minha época com a FMEU. Nós tínhamos bom relacionamento com o pessoal. (BME, 2023)

Geralmente essas interações estavam centradas em pedidos da federação para reserva dos espaços físicos esportivos da universidade, principalmente para a realização dos jogos universitários estaduais. Ou para a divulgação junto aos acadêmicos da realização dos jogos. Aparentemente, nessas interações, não houve aprofundamento de discussão ou troca no sentido

de ganho para a implementação do esporte universitário. Também era bem comum que os próprios Acadêmicos Interessados, e depois na forma de Atlética Universitária se relacionassem diretamente com a FMEU no sentido de atendimento dos requisitos necessários de participação nos seus eventos, uma vez que eles acabavam por ter essa autonomia na universidade. Mas também, como vimos no marco regulatório nacional previa isso. Logo, nesse período percebemos que essa interação (universidade-federação) não estava centrada apenas na figura da BME. Lembramos que essa BME era indireta ao esporte universitário, já que tinha cunho extensionista.

Em menor grau, o BME 1, fez interações com os atores do entorno (16,7%), que aqui denominamos de alto escalão e outras burocracias de médio escalão internas, não vinculadas diretamente ao esporte universitário. Essas interações, normalmente visavam meios como aquisição de material esportivo, transporte para eventos, atendimento médico para atestados médicos e manutenção dos espaços esportivos para os acadêmicos realizarem seus treinamentos ou a federação para utilização nos eventos. Envolviam não somente a reitoria, como também Coordenação de Transporte, de Saúde e a Prefeitura do Campus. Logo, podemos perceber que suas interações visavam principalmente dar conta da sustentação da infraestrutura esportiva basicamente. E essa infraestrutura era da responsabilidade da SDR/FEF. As interações dedicadas a outros atores (estatais e não estatais) não se mostraram relevantes nesse período.

Trazemos no Apêndice S o recorte total das evidências que embasaram a tabela 6 acima e sustentaram nossa análise quanto as interações da BME 1. Lá poderão ser encontradas além do seu principal interlocutor que foi a federação, as demais evidências com os outros atores. Tomamos essa iniciativa para não avolumar o texto nesta seção.

5.3.2 BME 2 – Período 2009 a 2016 – burocracia: Coordenação de Esportes, localizada na Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)

Quadro 16 - Resumo da atuação e das interações do BME 2 na implementação do EU da UFMT (2008-2016)

Resumo: O BME 2, iniciou sua trajetória histórica com a instituição na adolescência, nos projetos esportivos de extensão. Já como acadêmico, e, depois, servidor da instituição, foi contemporâneo do BME 1, vivenciaram a mesma história com esporte na universidade, incluindo ter sido atleta universitário, tendo também uma vertente extensionista na sua formação. Porém, com a criação de uma burocracia que vai tratar do esporte universitário diretamente, esse BME passa a lidar com uma condição híbrida e também sobreposta (à burocracia extensionista), ao mesmo tempo em que fomenta o esporte extensionista, passa a aproximar o esporte universitário da institucionalização (mas, ainda deixando o protagonismo da realização nas mãos dos acadêmicos interessados). Promoveu interações tanto dentro da instituição quanto fora. Como ganhos, buscou reduzir as precariedades do esporte em geral na universidade, principalmente no tocante reforma dos espaços físicos esportivos, infraestrutura destinada a laboratório de pesquisa e integração via parcerias de capacitação, o que, acabava por fim, também beneficiando o esporte universitário. Para esses intentos, utilizou-se de suas relações interpessoais construída ao longo dos anos na instituição.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O BME 2 realizou interações variadas com atores diversos, muito atrelado ao seu perfil de construção de inúmeras relações interpessoais que realizou ao longo do tempo na instituição, como participante de ações extensionistas na adolescência, posteriormente como acadêmico e atleta universitário, depois executor e por fim gestor.

Fizeram parte de suas interações burocratas estatais internos (alto escalão, médio escalão e *back-office*) e externos (prefeitura, Governo do Estado e Ministério da Educação), com atores não estatais de empresas privadas, com federação estadual do esporte universitário, federação estadual de atletismo, além dos acadêmicos interessados e atléticas da universidade. Essas interações objetivaram principalmente melhorar as condições tais como de infraestrutura esportiva em geral da universidade (como do ginásio, quadras externas, parque aquático, pista de atletismo, dentre outros), aquisição de materiais esportivos, apoio de transporte para viagens, atestados médicos, realização de eventos, dentre outros. As relações interpessoais desenvolvida ao longo de sua vida profissional, que resultaram em ganhos para o esporte na universidade, ficaram evidenciadas em suas falas conforme trechos abaixo.

> Então é isso, a gente tem todo esse pessoal que a gente teve entrada aí, e o esporte que dá esse suporte, é a questão de você ser atleta ou ser um profissional de educação física, ou está envolvido com o esporte, principalmente universitário, é isso que dá uma abrangência assim, abre as portas pra você de conhecimento um pouco de tudo, né. Então a gente pela amizade, pelo conhecimento que a gente tem com as pessoas, pelos projetos, é lógico que só conhecimento não resolve, você tem que fazer os projetos e tentar convencê-los de que a isso é importante pra universidade, estar sempre melhorando. (BME 2, 2024)

> Quer dizer que toda essa questão que você tem de ciclo de amizade, você ajuda trazer, lógico que você não precisa ter, se você for um gestor você vai tem que ir atrás, conhecendo ou não conhecendo as pessoas. Até pra tentar fazer a parceria, com algumas você consegue, com outras você não consegue. Uma exige mais de você porque não tem condições, ah, você tem para oferecer o que? Tal coisa. (BME, 2024)

> ...ele se tornou presidente da [...], nós fizemos matéria de anatomia juntos, ele pela medicina e eu pela educação física, a gente era muito amigo e o esporte na época a gente fazia parte da atlética. Então a gente tinha um relacionamento fantástico. (BME 2, 2024).

Porém, mesmo com esses ganhos não centrou esforços na consolidação do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, principalmente na questão prescritiva normativa, uma vez que como vimos na seção 5.2.2, o BME seguinte é que se preocupou com essa questão. Seu comportamento era guiado pela realização de ações e numa tradição oral. Por falta de membros técnicos para sua equipe, principalmente de *back-office* que o auxiliasse nas ações, o BME 2 consignou boa parte das realizações do esporte universitário (como dito anteriormente), atraindo os Acadêmicos Interessados principalmente de educação física, dando suporte para que eles contribuíssem no processo de construção. Porém, esse comportamento

mantinha precariedade na gestão, uma vez que os acadêmicos enfrentavam dificuldades para conseguir institucionalmente à demandas necessárias (elencadas anteriormente na seção 5.2.2), e ao mesmo tempo que desconheciam a estrutura da instituição, além da burocracia e do tempo necessário de processamento dela no serviço público. Quanto às interações do BME 2, trazemos na tabela 7 a representação delas no período pesquisado.

Tabela 7 - Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 2 do esporte universitário da UFMT no período de 2009-2016

CÓDIGOS	fi	fr (%)
Atores diretos (estatais e não estatais)	**(14)**	**(38,9)**
Atores estatais internos – acadêmicos interessados	8	22,2
Atores não estatais – federação	4	11,1
Atores não estatais – atléticas acadêmicas	2	5,6
Atores do entorno (estatais)	**(12)**	**(33,3)**
Atores estatais internos – outras burocracias do médio escalão	8	22,2
Atores estatais internos – alto escalão	4	11,1
Outros atores (estatais e não estatais)	**(10)**	**(27,8)**
Outros atores estatais e não estatais externos	10	27,8
TOTAL	36	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Podemos observar que o BME 2 (n=36) teve uma trajetória de relações mais intensa que o BME anterior (n=18). Destacamos os atores estatais internos (outras burocracias do médio escalão) que junto com os Acadêmicos Interessados foram seus principais interlocutores. Considerando o conjunto de atores diretos do esporte universitário (Acadêmicos Interessados, Federação, Atléticas Acadêmicas) foram 38,9% de suas relações. Já os atores estatais internos do entorno (alto escalão e outras BMEs) representaram 33,3%. Outros atores estatais e não estatais representaram 27,8% sendo este grupo representado por atores externos (municipal, estadual e federal) e entidades privadas.

Se considerarmos apenas as interações com um conjunto de atores estatais internos, ou seja, atores que tinham vínculo direto com a universidade, compostos por burocracias de alto escalão como reitoria, vice-reitora, pró-reitoria e diretoria; de médio escalão tais como coordenação financeira, coordenação de aquisições, de transporte, de saúde; juntamente com os Acadêmicos Interessados, eles representaram 55,5% das interações do BME 2. Este burocrata mediante o novo contexto, de uma burocracia que passou a se preocupar com o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, buscava ganhos nessas relações. Conseguiu também como ganhos cessão de transporte para viagens, bem como acesso ao setor de saúde para emissão de atestados médicos. Mediante situação financeira por demanda,

buscava mitigar as precariedades buscando algum tipo de apoio nesses setores, como já discutido na seção que tratamos do financiamento, como pagamento da taxa de inscrição das equipes e dos acadêmicos nos eventos esportivos. A seguir uma evidência dessa interação com a burocracia interna da universidade que contribuiu para que o BME 2 começasse a aproximação institucional do esporte universitário.

> Eu mesmo fui descobrir que pra fazer pagamentos na questão esportiva, né de modalidade específica eu tinha que entrar na seção de material, eu não sabia, pensava que era direto... eu sei que era da pró-reitoria administrativa, eu tinha que ir na pró-reitoria administrativa, mas pensei que fosse uma outra, mas quem geria isso nessa questão pra você entrar solicitar, pra fazer pagamento de uma inscrição, no caso vamos dizer lá dos jogos, é universitário matogrossense ou CBDU na época que existia era por lá que a gente entrava para solicitar, então a gente conhecia os coordenadores e pró-reitores a gente ia atrás e conseguia isso na época."

Na questão dos Acadêmicos Interessados, como já discutimos anteriormente, a condição de "euquipe" fazia com que o BME 2 recorresse a eles para conseguir organizar e realizar as ações necessárias. A questão das interações com as Atléticas Acadêmicas (5,6%) e com a federação (11,1%), foi uma relação que residia em termos de oferta de demanda basicamente no caso da primeira, e na segunda a relação buscava não só atender os ordenamentos estabelecidos nos regulamentos de eventos esportivos, mas também de manter um relação amistosa em prol do desenvolvimento do esporte universitário, ainda que a federação (como vimos) não promovesse ingerência direta na implementação na universidade.

O conjunto de atores estatais e não estatais externos (como entidades privadas, órgãos municipal, estadual e federal) que representavam 27,8% de interações com o BME, resultou em ganhos gerais, especialmente para a infraestrutura esportiva da universidade, conforme discutidos na seção 5.2.5.

No Apêndice T, trazemos o recorte das evidências extraídas da entrevista com o BME 2 que embasaram nossa análise. Tomamos essa iniciativa para não avolumar o texto nesta seção.

5.3.3 BME 3 – Período 2016 a 2019 – burocracia: Gerência de Esportes, localizada na Coordenação de Extensão (CODEX), Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)

Quadro 17 - Resumo da atuação do BME 3 na implementação do esporte universitário da UFMT (2016-2019)

Resumo: O BME 3 também teve toda a sua formação como ator do esporte na universidade. Foi acadêmico, executor, partícipe de ações do esporte extensionista e também do esporte universitário e, por fim, gestor. Suas interações foram principalmente com atores diretos do esporte universitário (Federação, Atléticas e Acadêmicos Interessados) e com atores estatais internos (alto escalão e outras burocracias de médio escalão). Isso resultou em aproximação do esporte universitário da institucionalidade, tomando para a BME a responsabilidade da condução e retirando a autonomia dos acadêmicos, mas ao mesmo tempo apoiando as ações das atléticas.

Reduziu desta forma precariedades da organização e conquistou via rubrica um orçamento específico para o esporte universitário. Como seus antecessores, manteve um vínculo ativo com a Federação estadual, com fins de fortalecer a implementação do esporte universitário. Porém, não construiu relações com atores externos de burocracias estatais como municipal e estadual, por outro lado, teve interações com o nível federal que se tornaram importante nos primórdios de seu trabalho frente ao esporte universitário, ao interagir com outras universidades federais que ajudaram embasar a aproximação do esporte universitário da institucionalização.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O BME 3 aparentemente possuiu menos alcance do ponto de vista de relações interpessoais, mas essa informação não foi destacada na sua entrevista. Assumiu o posto, após um hiato de alguns meses no esporte universitário por ocasião da aposentadoria de seu antecessor, ao mesmo tempo em que houve uma ruptura na organização esportiva não havendo continuidade das ações que foram construídas até aquele ponto, e, para completar o quadro o esporte universitário havia sido rebaixado institucionalmente perdendo o *status* do CD e sendo subordinado ao julgo da extensão.

Na sua atuação centrou seus esforços no conjunto da burocracia interna, principalmente na de alto escalão e nas pares. Embora fossem atores indiretos do esporte universitário (do entorno), conforme já analisando anteriormente, o burocrata tinha essa consciência de que eram importantes para mitigar inúmeras precariedades ou acelerar e fazer andar processos, já que principalmente o incipiente financiamento não dava conta da demanda. E na burocracia externa com a federação estadual do esporte universitário, com os representantes das atléticas e, no início de sua gestão com alguns burocratas de universidades públicas federais. Fez tentativas com a entidade nacional (confederação), porém, não frutificou, já que esta entidade era bastante insulada na sua opinião.

Tabela 8 - Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 3 no esporte universitário da UFMT no período de 2016-2019

CÓDIGOS	fi	fr (%)
Atores diretos (estatais e não estatais)	**(17)**	**(46,0)**
Atores não estatais – atléticas acadêmicas	9	24,4
Atores estatais internos – acadêmicos interessados	2	5,4
Atores não estatais – federação	6	16,2
Atores do entorno (estatais)	**(13)**	**(35,1)**
Atores estatais internos – outras burocracias do médio escalão	7	18,9
Atores estatais internos – alto escalão	6	16,2
Outros atores (estatais e não estatais)	**(7)**	**(18,9)**
Outros atores estatais e não estatais externos	7	18,9
TOTAL	37	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto dos atores diretos do esporte universitário (atléticas, acadêmicos e federação) representaram 46% das interações do BME 3. O destaque destas interações foi para as atléticas (24,4%). Aparentemente foi identificada como sendo uma proposição de dar uma institucionalidade nas relações, uma vez que aparentou ser mais profícuo conversar com grupos organizados do que de forma individualizada (Acadêmicos Interessados), como comumente era realizado nas interações das burocracias antecessoras. Ademais, a BME 3 encontrou o esporte universitário agudamente precário, após o hiato na burocracia, que já foi discutido anteriormente. Então, partiu para interações com aquele ator (Atléticas Acadêmicas) que era no momento, o maior interessado no esporte para os acadêmicos.

> Tinha contatos com as atléticas também, antes, durante e pós-evento InterUFMT. Devido ao número elevado de atléticas sugeri a eles que criassem de comum acordo uma única comissão para conversar com a GPEL e partir das decisões ocorridas ali eles socializassem com outras atléticas. Eles criaram a LAUF, liga das atléticas e isso deu certo considerando a relação atléticas com a GPEL.

Os ganhos para a implementação do esporte universitário se basearam na ampliação e consolidação dos padrões de ações que viabilizaram a organização esportiva de uma maneira geral, fazendo que o tratamento para os acadêmicos, atléticas e federação em torno de ações fossem padronizados e similares. Houve então com essas interações um disciplinamento das ações, na qual a BME passou a ser a única que conversava de forma institucional com a federação. Desta forma, os acadêmicos passaram a se dedicar preferencialmente às suas Atléticas Acadêmicas.

Na sequência, o conjunto de atores internos (alto e outros de médio escalões) se configuraram como 35,1% de suas principais interações. Aparentemente isso levou a busca de conseguir estabelecer uma maior institucionalidade ao esporte universitário, já que a BME deveria transitar entre esses atores, que possuíam poder de decisão sobre trâmites que pudessem favorecer o esporte universitário. Esses ganhos envolveram garantir recursos financeiros para o esporte universitário junto ao alto escalão, dar mais celeridade aos processos administrativos e pedidos junto às burocracias internas (coordenações de aquisições, transporte, financeira), dar maior visibilidade para o esporte universitário via coordenação de comunicação e conseguir estabelecer junto à FEF, um regimento de utilização das quadras externas e reservas nos concorridíssimos espaços físicos esportivos da instituição.

Os outros atores estatais e não estatais representaram 18,9% de suas interações com destaques para a troca de experiências com outras universidades federais e a inclusão de treinadores que aparecem de forma inédita nas interações das BMEs. A troca de experiências

contribuiu para a construção de padrões de ações que ajudou a aproximar o esporte universitário da institucionalização. Os treinadores eram parte integrante dos padrões de ações adotados, e desempenharam um papel de burocratas de nível de rua, ao ministrar treinamentos e fazer acompanhamento das equipes da universidade nos eventos esportivos, na ausência da disponibilização de equipe (servidores) pela instituição.

No Apêndice U, trazemos o recorte das evidências extraídas da entrevista com o BME 3, que embasaram nossa análise. Tomamos essa iniciativa para não avolumar o texto nesta seção.

5.3.4 BME 4 – Período 2019 a 2022 – burocracia: Gerência de Esportes, localizada na Coordenação de Extensão (CODEX), Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)

Quadro 18 - Resumo da atuação do BME 4 na implementação do esporte universitário da UFMT (2019-2022)

Resumo: O BME 4 teve sua formação acadêmica realizada na UFMT e teve envolvimento com esporte universitário desde a sua graduação. Nesse período, fez interações como acadêmico com a BME do esporte universitário da época, inclusive pertencendo ao rol dos Acadêmicos Interessados. Como burocrata do esporte universitário, deu sequência nas ações realizadas pelos outros BMEs antecessores. Porém, sofreu com redução drástica do financiamento do esporte universitário no período de sua atuação. Essa situação aumentou a precariedade do esporte universitário. Buscando mitigar essa condição, dá sequência nas interações principalmente com atores do entorno (outras burocracias de médio escalão e alto escalão). Mesmo com cenário desfavorável, essas interações ajudaram a manter os padrões de ações já estabelecidos, como também continuou na busca por aproximar o esporte universitário da institucionalização.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como seus antecessores, o BME 4 deu continuidade às interações que buscavam manter o esporte universitário como conteúdo de política pública na instituição. Esse burocrata já possuía (pelas ações dos seus antecessores) algumas condições já definidas (regramento ainda que não consistente, infraestrutura esportiva, tipo de público a trabalhar, financiamento, relações específicas) e já costumeiramente atendidas aos atores diretos do esporte universitário.

Porém, com o contingenciamento do financiamento durante a sua gestão, como abordamos anteriormente, passou a sofrer mais com as precariedades e colocou no rol de suas interações educadores físicos que foram egressos da universidade, para poder contribuir principalmente, de forma voluntária com a realização do esporte universitário. Fez também outras tentativas de parcerias externas com atores não estatais. Na tabela 9 a seguir, são apresentados os dados das interações que foram realizadas pelo BME 4 durante a sua gestão.

Tabela 9 - Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das interações da BME 4 do esporte universitário da UFMT no período de 2019-2022

CÓDIGOS	fi	fr (%)
Atores diretos (estatais e não estatais)	**(9)**	**(39,1)**
Atores não estatais – federação	5	21,7
Atores não estatais – atléticas acadêmicas	3	13,0
Atores estatais internos – acadêmicos interessados	1	4,4
Atores do entorno (estatais)	**(9)**	**(39,1)**
Atores estatais internos – outras burocracias do médio escalão	5	21,7
Atores estatais internos – alto escalão	4	17,4
Outros atores (estatais e não estatais)	**(5)**	**(21,8)**
Outros atores estatais externos estatais e não estatais	5	21,8
TOTAL	23	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto de atores diretos (Federação, Atléticas Acadêmicas, Acadêmicos Interessados) representou 39,1% das interações do BME 4. Sendo que a interlocução com a federação a mais destacada entre eles. Trazemos dois trechos abaixo que exemplificam a intensidade dessa relação.

> A gente tem bastante articulação com a Federação Mato-grossense de Esporte Universitário que nos últimos anos ela teve uma reformulação. E aí ela deu uma melhorada gritante na gestão dela. Então a gente sempre tem dialogado com eles. Especificamente, parceria externa, eu acho que acredito que seja basicamente essa, né. (BME 4, 2023)

> A gente é filiado dentro da federação, porque eu acho também importante, porque garante a gente a possibilidade de voto, né, no sentido de defender mesmo aquilo que é importante pra gente, pra instituição, aquilo que possa facilitar a nossa participação, né.

Os ganhos essas interações se basearam na continuidade da aproximação do esporte universitário à institucionalidade, ainda que com o corte gigantesco do orçamento destinado a ele. Desta forma, a BME foi aprofundando as relações no intuito de fazer com que os acadêmicos e atléticas colaborassem mediante cenário de pouco financiamento, ou seja, compreendessem que num cenário de cortes e contingenciamentos que cobranças fossem feitas levando sempre isso em consideração. Dessas interações resultou também na regularização do vínculo da instituição com a Federação. Uma vez que vimos que a Atlética Universitária não existia mais, e que a universidade esteve participando das ações da federação de forma anômala ao prescrito normativo subnacional, após essa dissolvência, ainda que com a anuência dos atores diretos. A partir desta BME 4, a universidade passou a estar com o seu registro ativo e sendo representado de forma institucional na FMEU pela BME.

O mesmo índice (39,1%) foi alcançado pelos atores do entorno (outras burocracias do médio escalão e alto escalão) que eram burocracias internas da universidade. Os ganhos dessas interações quanto ao primeiro conjunto (outras burocracias do médio escalão), visavam dar continuidade nos padrões de ações estabelecidos e fazer fluir a organização esportiva centralizada na BME do esporte universitário.

Já quanto ao segundo conjunto de atores (alto escalão), devido a perda substancial do orçamento do esporte universitário, exigiu do BME 4 ter que forçar ainda mais essas interações para que mitigasse os problemas de operacionalização que a falta de financiamento causava, por exemplo, conseguir que a universidade desse auxílio via sua área de saúde nos atestados médicos dos universitários que iam representar a instituição nos eventos esportivos, ou mesmo liberar o transporte para que as equipes universitárias pudessem viajar a esses eventos. Esse *modus operandi* provavelmente esteve atrelado à trajetória histórica vivenciado pelos outros BMEs anteriores, que buscavam essa relação com os atores estatais internos com o intuito de buscar garantir não só realização, mas a continuidade do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública na instituição.

As interações que realizou com outros atores estatais e não estatais externos se concentraram basicamente em outras universidades federais, em que conseguiu ter acesso a informações e troca de experiências que elas estavam divulgando/realizando com fins de que alguma maneira ajudassem na implementação do esporte universitário da UFMT. Embora nas evidências não conseguimos captar o que de fato foi absorvido. Dentro deste grupo, também estavam os treinadores, que foram relevantes no contexto de dificuldades encontradas pelo BME 4.

Na falta de recursos financeiros para sustentação da organização de outrora, como muitos deles foram egressos da universidade, acabaram por colaborar em vários momentos principalmente na forma de voluntariado. Os ganhos para a implementação do esporte universitário residiram principalmente na assistência do treinamento das equipes tendo como retorno certificado de participação ou algum tipo de pecúnia possível de ser realizado. É claro que esse cenário atenuou precariedades na implementação, mas mediante cenário da possível não realização por falta de profissionais, o BME estabelece interações que permite a realização na medida do possível.

No Apêndice V, estão as evidências totais que sustentaram nossa análise. Elas não foram colocadas no corpo do texto, pois avolumariam em demasia o texto nesta seção.

5.3.5 Considerações sobre o contexto global das interações das BMEs indireta e direta do esporte universitário no período de 2003 a 2022

Após analisarmos as interações individualizadas dos quatro BMEs do esporte universitário, reunimos na tabela 10 a representação geral (absoluta e relativa) dessas interações, que representaram essa burocracia do esporte universitário da UFMT no período de 2003 a 2022.

Tabela 10 - Frequências absoluta (fi) e relativa (fr) do panorama das interações gerais da BME do EU da UFMT no período de 2003-2022

CÓDIGOS	fi	fr (%)
Atores diretos (estatais e não estatais)	**(54)**	**(47,4)**
Atores não estatais – federação	22	19,3
Atores não estatais – atléticas acadêmicas/universitária	15	13,2
Atores estatais internos – acadêmicos interessados	17	14,9
Atores do entorno (estatais)	**(37)**	**(32,5)**
Atores estatais internos – outras burocracias do médio escalão	21	18,4
Atores estatais internos – alto escalão	16	14,1
Outros atores (estatais e não estatais)	**(23)**	**(20,1)**
Outros atores estatais externos estatais e não estatais	23	20,1
TOTAL	114	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Do conjunto de atores que pertenceram ao universo de interações da BME do esporte universitário, 47,4% deles pertenciam a um grupo (atores diretos) do próprio esporte universitário (federação, acadêmicos e atléticas), enquanto 32,5% dos atores pertenciam diretamente à universidade (atores do entorno - alto escalão e outras burocracias do médio escalão). Somados, esses dois conjuntos de atores representaram 79,9% das interações da BME do esporte universitário, configurando-se, de fato, como uma burocracia preocupada com o desenvolvimento da implementação do esporte universitário na instituição.

Aparentemente, esses resultados demonstraram que os BMEs buscaram dentro da própria instituição fortalecer suas relações para que conseguissem dividendos voltados à implementação do esporte universitário. Mediante trajetória da não existência depois da existência do regramento, ainda que fraco, e de financiamento idem, aparentemente as interações sugeriram que foi um aspecto que os BMEs encontraram para consignar o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, buscando aproximá-lo da institucionalização na universidade.

Quadro 19. Resumo das interações na atuação dos BMEs na trajetória histórica da implementação do esporte universitário de 2003 a 2022

Código	BME/Período			
	BME 1 2003-2008	**BME 2 2009-2016**	**BME 3 2016-2019**	**BME 4 2019-2022**
Interações	Centrado no esporte extensionista preocupava-se pouco com o EU. Quando instado, a interação era realizada com atores diretos principalmente com Acadêmicos Interessados e federação.	Ainda com vertente extensionista buscou ampliar as interações com importantes burocracias de dentro e de fora da instituição que ajudou a favorecer também o EU. Passou dar mais atenção aos Acadêmicos Interessados.	Já como vertente direta do EU buscou estreitar e garantir os laços com atores que importavam (diretos) e do entorno (aproximou de burocracias internas da instituição) para fortalecer o EU.	Seguiu fortalecendo as relações com as burocracias internas (entorno) e com os atores diretos (atléticas e principalmente federação).

No quadro 19, acima, trazemos um resumo das interações dos BMEs ao longo do período pesquisado. Chegamos a esse resumo nos baseando nas interações apresentadas por eles (tabelas 6, 7, 8 e 9) e nas comparações que passamos a realizar subsequentemente. Vamos perceber que o BME 1 (indireto ao esporte universitário), apesar de ter o ator Federação como seu principal interlocutor (38,8%), se defrontou com dificuldades com aquilo que até então, esta burocracia poderia ter contribuído de melhor com o esporte universitário à época, que seria a praça esportiva, já que não dispunha de financiamento e nem de regramento constituído localmente.

Porém, os espaços esportivos estavam em estado perene de precariedades por falta de manutenção e ausência de financiamento. Além disso, as interações desta burocracia com os atores do entorno, que de alguma forma poderiam mitigar essa precariedade, eram baixas (16,7%), se levarmos em consideração o computo geral, que consideramos a soma de todas as frequências de todos BMEs na tabela 10, que representaram uma porcentagem (32,5%) das interações. Se compararmos ainda individualmente com os outros BMEs essa diferença fica ainda maior BME 2 (33,3%), BME 3 (35,1%) e BME 4 (39,1%).

Aparentemente, esses três últimos atores, investiram em interações com atores do entorno, para reduzir as precariedades da praça esportiva, resultando numa melhor atendimento ao esporte universitário, como de fato foi visto nas trajetórias históricas estudadas, salvo em momentos da rigidez do contingenciamento do orçamento do governo federal.

As interações desses três últimos BMEs também garantiram outros ganhos, como apoio do setor de transporte para atendimento de viagens, assistência médica em caso de necessidade de atestado médico para os acadêmicos que iriam competir nos jogos universitários em níveis estadual ou nacional, cessão de material esportivo das atividades da graduação e extensão, para que, os acadêmicos pudessem treinar e depois ter um montante desse próprio material exclusivo

para ser usado no esporte universitário, e principalmente conseguir que a universidade pagasse as inscrições dos acadêmicos nos eventos da federação estadual.

Essa gama de demandas dependia das interações com as burocracias do entorno, pensadas aqui, como burocracias que à primeira vista não teriam relações diretas, mas que no cotidiano, de fato teriam alguma relação, ainda que distante do esporte universitário, tais como as coordenações financeira, de aquisições de materiais e serviços, de saúde, de transporte, de comunicação, de auditoria, de serviços elétricos e de manutenção.

Contudo, até mesmo para conseguir algum feito junto à essas burocracias, era necessário ter uma relação amistosa e com algum trânsito com o alto escalão (direção, pró-reitoria, vice-reitoria e reitoria). E esse foi de fato um pensamento estratégico da maioria dos BMEs. Como a universidade tem inúmeras demandas das mais diversas que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão, é salutar entender que ter essa condição de trânsito frente ao alto escalão pode facilitar o acesso a algum serviço institucional e que seja revertido para o esporte universitário.

Então, temos aqui, o poder da caneta, uma condição situacionista (estar perto do poder) que neste caso, o "cumpra-se" encurta, em muito, a tarefa árdua de conseguir acesso a recursos e serviços que ajudariam na sustentação de um conteúdo de política pública ainda muito desvalorizado institucionalmente.

Numa proporção relativa de (19,3%), as interações com a FMEU foram as principais dentre os atores que importaram para o esporte universitário local. Isso também teve uma forte razão de ser. Como o esporte universitário carecia de institucionalização na universidade e, principalmente, não dispunha de um regramento consistente internamente. Dessa forma, foram as ações da FMEU que balizaram indiretamente as ações internas do esporte universitário na universidade.

Comparando as BMEs nessa interação, a BME 1 foi a que mais se relacionou com a federação, provavelmente devido à ausência do regramento local e à dependência do regulamento da FMEU. Essa necessidade era ainda ampliada pelo uso dos espaços esportivos da universidade pela federação, bem como da necessidade da divulgação dos eventos da FMEU juntos aos acadêmicos realizada pela BME. Os outros BMEs mantiveram interações também com a Federação, sendo que o BME 2 (11,1%) buscava sempre a questão do calendário dos eventos e a ajuda na reserva dos espaços esportivos. Já o BME 3 (16,2%) além da questão do calendário dos eventos da federação, buscava nas relações compreender melhor o funcionamento e a regulação da federação para a construção do regramento interno (padrões de ações). O BME 4 (21,7%) centrou no atendimento das necessidades para a participação nos eventos da federação e principalmente na regularização do vínculo institucional da universidade com a instituição que estava inativo.

Há também um fato que nos ajuda entender as interações da universidade, via seus BMEs, com a Federação, que por longas datas tiveram uma relação muito estreita, inclusive tendo a FMEU nos idos da década de 1970 ocupado espaço físico da UFMT e sendo gerida por docente da instituição. Essa proximidade fazia sentido, uma vez que, embora sendo uma entidade não estatal (FMEU), na época a UFMT era a única instituição de ensino superior do estado de Mato Grosso. Nessa trajetória histórica, os BMEs 1 e 2 (em outras condições como acadêmicos e depois como servidores), tiveram contato direto com os atores daquela época, e suas relações seguiram com o tempo.

Portanto, essas relações interpessoais seguiram e facilitaram a relação universidade (BME)-federação e esse *modus operandi* aparentemente foi herdado pelos BMEs 3 e 4, já esses dois também tiveram convivência com os BMEs 1 e 2. Uma evidência que ilustrou bem essa condição da aproximação entre esses atores veio do gestor da FMEU.

> É, eu tenho a alegria e a história de vida de poder compartilhar aqui [...], que eu fui nascido e criado dentro do ginásio da UFMT, né. Filho do professor [...], que de lá era professor. Então, diria que essa amizade, né, eu tenho comigo que todos os professores mais antigos da UFMT são como se fossem tios meus, né, de que ajudava inclusive na criação e na formação nossa, porque eu participei de todas as escolinhas da UFMT, no Uirapuru, na natação, no futsal, no futebol de campo, várias modalidades. Eu pratiquei ali dentro, né. Então, certamente essa relação era próxima de todos, indistintamente, facilitou muito esse processo, essa aproximação, né, de quando a gente chega, chegou na presidência da FMEU, sempre tivemos um apoio integral de todos. (FMEU 1, 2024).

As interações gerais da BME com os atores Acadêmicos Interessados e com as Atléticas Universitária e Acadêmicas representaram, respectivamente, (14,9%) e (13,2%). Os Acadêmicos Interessados foram destacados, principalmente, nos períodos dos BMEs 1 (33,3%) e 2 (22,2%), quando possuíam autonomia na realização do esporte universitário e recebiam assistência da BME.

A partir da adoção dos padrões de ações que centralizavam a operacionalização do esporte universitário na BME, ou seja, que traziam o esporte universitário sob a responsabilidade institucional, nos períodos dos BMEs 3 (5,4%) e 4 (4,4%) houve uma redução drástica nessa relação. Isso ocorreu, porque os acadêmicos passam a se concentrar nas suas Atléticas Acadêmicas, deixando a responsabilidade do esporte universitário institucional para a BME.

Apesar desta condição, as BME 2 e 3 não deixaram de interagir com a parte acadêmica, porém, agora sob uma nova condição, a relação passa a ser mais com o ator Atlética Acadêmica, sendo (24,4%) e (13,0%), respectivamente. Essas interações giravam em torno haver uma relação amistosa entre as partes, com a BME dando algum tipo de assistência ou intervindo em

situações de conflitos ou de atendimento de algum tipo de serviço entre as atléticas e as outras burocracias da universidade (do entorno).

Do ponto de vista da perspectiva analítica relacional, a maior parte dos BMEs (2, 3 e 4) se atentou às relações que fugiram do escopo do seu raio de atuação, com aparente anuência da burocracia de alto escalão à qual estavam subjugados. Avançaram nas interações com atores diretos e também com a do entorno (KURATKO *et al*., 2005).

Esse preceito deu uma cara mais contemporânea à visão dessa burocracia. Denotando que suas ações perpassaram a dependência de uma relação *top-down* e estritamente ligada a um regramento rígido, dando mais sentido ao que ocorre na execução, ou seja, o que ocorre entre o que se formula e que se avalia, importa de fato (PRESSMAN, WILDAVSKY, 1973). Essa atuação acabou levando a uma construção como conteúdo de política pública um pouco diferente da habitual, deslocando o eixo da figura da centralidade.

Pela trajetória histórica do esporte universitário na instituição, observamos que a atuação desses burocratas (principalmente da burocracia direta) garantiu mais estabilidade ao esporte universitário como conteúdo de política. Isso ocorreu mesmo sem respaldo do aspecto formal (prescritivo normativo) consistente e com financiamento parco e oscilante. Ou seja, ainda com precariedades, o esporte universitário não deixou de existir como conteúdo de política pública. Inicialmente, pelas mãos dos acadêmicos com micro ações e, depois, pelas mãos dos BMEs, com seus incipientes regramentos, infraestrutura na maioria do tempo precária e, em algum momento com dubiedade de tipo de público, buscaram via padrões de ações, realizar serviços prestados calcados principalmente nas suas interações.

Notemos que tanto o regramento quanto o financiamento eram precários, e esses dois aspectos poderiam ser cabais para a manutenção do esporte universitário como conteúdo de política pública. Contudo, a burocracia disponibilizada (BME) apareceu como um aspecto extremamente relevante como agente que não permitiu que o conteúdo de política pública morresse.

Aparentemente, o grosso das interações, que foi um aspecto relevante para o processo como um todo, que resultaram no desenvolvimento do esporte universitário como conteúdo de política pública, ficou no período compreendido de 2009 a 2019, entre os BMEs 2 e 3.

No primeiro, como novidade, o surgimento de uma nova BME específica (inédita) para esse esporte e a busca por meios da garantia de atendimento como conteúdo de política pública, centrado principalmente na infraestrutura (reforma e manutenção), materiais e equipamentos esportivos e demanda por financiamento. Essa nova BME mostrou desenvoltura, principalmente na sua capacidade técnico-político.

No segundo, com ênfase na tomada da centralidade via ações principalmente calcado na característica técnico-gerencial, com a busca pela sua operacionalização e por aproximar o esporte universitário da institucionalização.

Essa consignação novidade (ineditismo)-aproximação institucional dos BMEs 2 e 3, pode ser um dos motivos para explicar o menor número de interações dos outros BMEs. Porém, como já discutido, o BME 1 tinha característica marcante do esporte extensionista e o esporte universitário estava sob a tutela dos acadêmicos. O BME 4 possa ter tido menos interações que seus antecessores por parte do caminho já ter sido trilhado.

Porém, vítima de contingenciamentos sucessivos com a redução drástica do financiamento, pode ter afetado o ânimo deste BME e, por este motivo, ter tido menos interações. Recorrendo à Sabatier e Mazmanian (2000) as condições de mudanças contextuais, tão constante em políticas públicas, afetam diretamente a implementação, de forma a constrangê-la, como é o fato dos contingenciamentos ou corte orçamentários resultantes de crises econômicas ou até mesmo de não valorização de um conteúdo de política pública.

As premissas analisadas até aqui vão confirmando a hipótese de que a BME é um ator com capacidade de realizar algo em prol do conteúdo de política pública, extrapolando suas incumbências na implementação. No contexto, ela vai se tornando num ator-chave ao longo da trajetória na implementação do esporte universitário, que se aproxima da institucionalização, a ponto dos acadêmicos, que antes eram os responsáveis por sua operacionalização, passaram a se preocupar com outras questões que eram inerentes as atléticas acadêmicas (as de curso).

A federação também sentiu essa mudança na organização local. Esse quadro se assemelha às condições efetivas da implementação elaboradas por Sabatier e Mazmanian (2000), quando propõe que um conteúdo de política pública deve ser apoiado, dentre outros aspectos por grupos organizados (atores diretos) e por burocratas-chaves (no caso desta pesquisa a BME).

Então, as interações dos BMEs no contexto do esporte universitário, enquanto conteúdo de política pública, a nosso ver, foi para mitigar as precariedades, principalmente pelos aspectos de pouca regulação e pouco financiamento. Além disso, passou também pelo fato de criar engrenagens de cooperação entre os atores (sejam diretos ou indiretos [do entorno]), vencido os conflitos de interesses (CLINE, 2000), como esporte universitário tradicional (institucional) e o das Atléticas Acadêmicas (autônomo).

Em suma, os BMEs buscaram soluções para os problemas da implementação no período pesquisado, dando maior consistência ao esporte universitário enquanto política pública. Obviamente não tivemos a intenção de romantizar essa atuação, pois no nível do ideal, o conteúdo de política pública deveria ter tido ampla assistência por parte da política nacional do

esporte e, principalmente da universidade, conforme marco regulatório nacional. Por outro lado, como vimos num pior cenário (problemas com marco regulatório e financiamento), acaba que propicia que os atores fazem suas tomadas de decisões. E isso que, aparentemente, os BMEs fizeram, comprovando a possibilidade de uma atuação dentro da implementação de políticas públicas que subverteu sua lógica de ciclo, onde o que se faz no local importa dependendo da atuação de seus atores interessados, sejam eles estatais ou não estatais.

Na implementação do esporte universitário local, o alto escalão, aparentemente não fez ingerência direta nele e nem pressionou por ações, deixando a BME agir com autonomia e discricionariedade, mas pôde impactá-lo no momento de destinar recursos financeiros. A FMEU regulou o esporte universitário no nível subnacional e ofertou demanda à instituição, mantendo uma relação amistosa direta com a BME do esporte universitário. A BME mediante cenário de pouca regulação e financiamento, padronizou, organizou, decidiu e levou demanda para o alto escalão, atendeu as demandas da FMEU, das atléticas e se relacionou com atores do entorno (indiretos). Teve características de centralidade, discricionariedade e autonomia. Soube utilizar suas características técnico-gerencial e técnico-político e, se tornou ator-chave no processo. As Atléticas Acadêmicas (LAUF), cuidaram de si, fizeram um esporte universitário autônomo e demandaram a BME por recursos para evento e disponibilização de espaços físicos esportivos.

Notadamente pudemos perceber, que os BME foram de gerações diferentes, mas oriundos da mesma Faculdade de Educação Física, e, que foram transformando o esporte universitário ao longo do tempo. E foi incrível que todos conviveram, uns com os outros em maior ou menor grau na trajetória histórica.

Então, os mais antigos tinham uma visão do esporte universitário que tinha características de fazejamento. Já a geração seguinte conhece uma educação física em transformação e, ao mesmo tempo, a BME traz uma visão do esporte universitário baseado em organização e padrões estruturados em regramento, quer seja mínimo.

Esta nova geração da BME não dispunha de conhecimento mais aprofundado sobre a existência de aspectos normativos de regramento, mas, por uma tradição herdada, sabia que havia prerrogativas da realização do esporte universitário institucionalizado, ainda que com a ausência de política de esporte institucional e desconhecimento ao mesmo tempo do regramento estatal.

A geração atual da BME busca ampliar as ações do esporte universitário e mais meios de realização, porém, principalmente tendo como relação a perda substancial do financiamento, que aumenta a precariedade e deixa mais difícil sua atuação, no entanto, como pudemos

perceber, manteve a operacionalização do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.

5.4 TECENDO CONSIDERAÇÕES SOBRE O PÂNORAMA GERAL DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO DA UFMT: AS BMEs INDIRETA E DIRETA E OS ATORES QUE IMPORTARAM NO PERÍODO DE 2003 A 2022

Vimos que ao longo da trajetória histórica, os BMEs operaram, cada um à sua maneira, as características técnico-gerencial e técnico-político, bem como a autonomia e a discricionariedade. Quando relacionada à perspectiva relacional (LOTTA, PIRES, OLIVEIRA, 2015, KUTATKO et al, 2005), analisamos que os BMEs buscaram imprimir, a seu modo as relações atreladas ao seu perfil no seu período de trabalho. Encontramos características que supomos serem desejadas para um BME, como interrelações pessoais, trânsito com alta burocracias (internas e externas), autonomia, capacidade de realizar parcerias, dentre outras.

Desta forma, subentendemos que não bastariam somente as questões do arcabouço prescritivo e o financiamento, dependeria também da capacidade de levar adiante frente aos desafios impostos pela questão da interações com outros atores e também por um perfil que envolveria um envolvimento mais profundo com o conteúdo de política pública. Pelas evidências nos pareceu que o esporte universitário teria melhores condições dependendo da capacidade de interações (com qualidade) dos seus BMEs. Já que boa parte da gama de demandas para a operacionalização mediante pouco financiamento, dependia sobremaneira, das relações com outras burocracias de médio e de alto escalões da própria universidade.

Mas, aparentemente, entendemos também que não bastaria ter construções de relações então cognitivas profícuas e um elã de aprofundamento com o esporte universitário, sem uma organização administrativa esportiva adequada para a operacionalização desse conteúdo da política. Que como vimos neste caso, mesmo diante de uma nova BME que foi direta ao esporte universitário, ele ainda continuou a sofrer com precariedades por um longo período, já que historicamente, o ator Acadêmicos Interessados, que ainda ficaram responsáveis por sua operacionalização nesse novo cenário, tinha a dificuldade de compreender o processo e tempo interno da burocracia estatal.

Quanto ao domínio do conhecimento técnico para a liderança, não houve nenhum relato por parte dos BMEs sobre essa característica, já que suas chegadas ao cargo foram de formas distintas. Seus conhecimentos não foram “testados”, por assim dizer, antes de assumirem o posto. Mas, a chegada teve um certo envolvimento e conhecimento sobre o objeto (esporte

universitário), porém, havia também o elemento político (relações com alto escalão), ou negociações com cargos, ou mesmo, a ausência de atores para assumir a responsabilidade.

A desenvoltura dos BMEs, mediante suas características técnico-política e técnico gerencial, autonomia e discricionariedade, o fizeram no caso do esporte universitário na prática, encontrar um lugar de centralidade nesse conteúdo de política pública. Ainda que com a existência de outros atores diretos, aparentemente a desenvoltura deste ator conseguiu fazer com que o esporte universitário se mantivesse como conteúdo de política pública menos precário. A seguir, nas tabelas 11 e 12, apresentamos as frequências absolutas e relativas dos aspectos englobando todos os atores diretos. Esses dados nos forneceram o retrato das premissas da atuação da BME, que nos fez inferir a sua centralidade no esporte universitário local.

Tabela 11 - Resumo das frequências absoluta (fi) e relativa (fr) das evidências por códigos na implementação do EU da UFMT no período de 2003-2022

Ator	Interações		Marco regulatório		Financiamento		Padrões de ações		Tipos esportes e públicos		Infraestrutura		Total geral do conjunto por ator	
	fi	fr (%)	fi	fr (%)	fi	fr (%)	fi	fr (%)	fi	fr (%)	fi	fr (%)	fi	fr (%)
BME	114	58,5	27	37,5	34	50,7	26	48,1	14	26,4	12	44,5	227	48,5
Atlética Universitária	22	11,3	14	19,4	9	13,4	13	24,0	15	28,3	2	7,4	75	16,0
Atlética Acadêmica	20	10,2	11	15,3	11	16,4	5	9,3	9	17,0	4	14,8	60	12,8
Gestores LAUF	16	8,2	11	15,3	8	12,0	7	13,0	9	17,0	5	18,5	56	12,0
FMEU	23	11,8	9	12,5	5	7,5	3	5,6	6	11,3	4	14,8	50	10,7
Totais (fi e fr) por código e geral do conjunto	195	100,0	72	100,0	67	100,0	54	100,0	53	100,0	27	100,0	468	100,0
Total (fr %) geral códigos	41,7	100,0	15,4	100,0	14,3	100,0	11,5	100,0	11,3	100,0	5,8	100,0	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Tabela 12 - Resumo da frequência relativa (fr) por conjuntos de atores quanto aos códigos da implementação do esporte universitário na UFMT de 2003-2022

Ator	Interações (%)	Marco regulatório (%)	Financiamento (%)	Padrões de ações (%)	Tipos esportes e públicos (%)	Infraestrutura (%)	Total do conjunto por ator
Esporte Universitário institucional (BME + AU + FMEU)	81,6	69,4	71,6	77,7	66,0	66,7	75,2
Esporte Universitário autônomo (LAUF + AA)	18,4	30,6	28,4	22,3	34,0	33,3	24,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como já analisamos na seção 5.3.5, as interações foram o principal instrumento que que os BMEs se utilizaram para operacionalizar o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública. Quando voltamos nosso foco para a análise de todos os códigos da pesquisa e dos atores que importaram para o conteúdo de política, vamos perceber, nas tabelas 11 e 12 acima, que o código interações foi também o aspecto com mais evidências somadas pela BME (58,5%) (tabela 11), frente aos outros atores. Essa condição poderia ser explicada, muito devido, à sua posição dentro do esporte universitário, que exigiu da BME atuações técnica-político e técnica-gerencial com uma miríade de atores, no intuito de manter o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública local. Ao se somar os percentuais dos outros atores do esporte universitário institucional, esse percentual sobe para (81,6%) (tabela 12) das evidências encontradas.

Nesse quadro, recorrente na citação dos BMEs entrevistados, a FMEU foi uma instituição considerada por todos os BMEs como relevante para suas atuações e que mantiveram boas relações enquanto atores estatais. Claramente a relação, tanto para a BME quanto para a FMEU, visou a aproximação do esporte universitário da sua institucionalização, em que a universidade deveria ser a grande incentivadora no nível local. Reduzir o esporte universitário ao termo “festa”, tão atrelado às Atléticas Acadêmicas, não era bem aceito por esses atores, e mesmo por Acadêmicos Interessados que, outrora fizeram a própria FMEU ressurgir nos idos do ano de 2005.

Quando se tratou do marco regulatório, podemos afirmar pelos resultados apurados que a BME foi o ator que mais demonstrou preocupação (37,5%) (tabela 11), principalmente com sua ausência na instituição. O esporte universitário institucional (tradicional) inclusive sempre foi conforme vimos anteriormente, também preocupação da Atlética Universitária e da FMEU. Portanto, somados esses três atores, representaram 69,4% (tabela 12) das evidências do marco regulatório. Mas, efetivamente a busca da concretização de um documento que regesse o esporte universitário local, e o aproximasse da institucionalidade, o padrões de ações, foi criado pela BME e foi o principal documento que regeu o esporte universitário local disciplinando e centralizando as ações nesta burocracia. Portanto, não causou surpresa ele ter tido um percentual maior na BME (48,1%) (tabela 11). Juntado aos recortes dos outros atores do esporte universitário institucional, teve um percentual de 77,7% (tabela 12) das evidências do estudo. Novamente nos parece salutar esses dados, uma vez que essa burocracia foi a responsável principal pela aproximação do esporte universitário institucional, num âmbito de ausência de regulação local.

Na questão do financiamento do esporte universitário, a BME foi também o ator que mais se referiu a ele, correspondendo pouco mais da metade das evidências (50,7%) (tabela 11). Esse fator tem uma razão de ser, pois ao tomar para si a responsabilidade da situação no âmbito local, acabou sendo a principal protagonista na conquista de um orçamento anual para o esporte universitário na instituição, que antes sobrevivia da autofinanciamento dos acadêmicos e, depois, por demanda por parte da BME. Se somado em conjunto (BME + AU + FMEU), ou seja, os atores que de alguma forma na trajetória histórica buscaram, de forma direta ou indireta, manter o esporte universitário enquanto política pública e aproximá-lo da sua institucionalidade, somaram 71,6% das evidências (tabela 12).

Quanto aos tipos de esportes e de públicos, foi uma preocupação ligeiramente parecidas entre a BME (26,4%) e a Atlética Universitária (28,3%) (tabela 11), ambos atores preocupados com o esporte universitário institucional. Considerando a trajetória histórica, esse fato pode ser explicado por dois motivos específicos. O primeiro seria a questão da universidade com seu poder de autonomia, que, por muito tempo, na sua trajetória ter dado suporte e institucionalidade ao esporte extensionista, o que, acabou de alguma forma, por não contribuir para o desenvolvimento do esporte universitário com apoio institucional. Um segundo motivo seria o crescimento das Atléticas Acadêmicas (as de cursos), que vinham com uma proposta diferente do esporte universitário tradicional (institucional). Além do fato, de ser um ator não estatal, ele não sofria ingerência da universidade. Pressupomos que foi um contexto de afirmação ou acomodação no espaço institucional desta forma diferente de enxergar o esporte universitário por parte das Atléticas Acadêmicas. Porém, ao somar o conjunto de atores interessados, o que representa o esporte institucional, a frequência relativa demonstrou que a maioria dele tinha algum tipo de observação nessa diferenciação (66,0%) (tabela 12).

A infraestrutura esportiva (praça esportiva) aparentemente não foi para os atores interessados no esporte universitário um aspecto muito citado (5,8%) (tabela 11) se comparado com os outros códigos. Provavelmente, como analisamos anteriormente, possa ter sido este aspecto que estava previsto na regulação como obrigação da universidade fornecer para a realização das ações do esporte universitário, ser o que mais se aproximou de uma entrega conforme a regulação. Se tomada de forma individual, novamente a BME foi, o ator que mais se preocupou com a infraestrutura performando em 44,5% (tabela 11) das evidências coletadas. Considerando o conjunto de atores interessados no esporte universitário institucional, representou 66,7% das evidências (tabela 12).

O código interações, junto com a criação e adoção de padrões de ações, nos levou a inferir que aparentemente foram, instrumentos poderosos para que a BME conseguisse ao longo

da trajetória histórica fortalecer o esporte universitário em nível local. À primeira vista, o regramento (prescritivo normativo) e o financiamento seriam os principais fatores determinantes para a implementação desse conteúdo da política pública. Mas, no caso da BME, as interações, juntamente com os padrões de ações, aparentaram terem sido uma importante porta de entrada para o desenvolvimento do esporte universitário como conteúdo de política pública, se aproximando da institucionalização. Mesmo em momentos mais difíceis, como na ausência de regramento consistente ou financiamento, mas com a presença da BME, o esporte universitário não desapareceu.

Pelas evidências, foi fato que a Atlética Universitária se inativou e a BME ocupou esse lugar. Essa situação, aparentemente não foi planejada, mas assim se acomodou, já que, ao longo da trajetória claramente a BME foi se mostrando um ator-chave no processo, uma vez que tanto a Atlética Universitária, quanto os Acadêmicos Interessados não tiveram apoio da universidade para conduzir o esporte universitário rumo a aproximação da institucionalização.

Após termos analisados a trajetória histórica sobre a atuação de cada BME, e ao mesmo tempo identificando as continuidades e mudanças que foram ocorrendo no esporte universitário, enquanto conteúdo de política pública, em condições de pouca regulação e financiamento, apresentamos no quadro 20 um resumo dessa atuação. Esse resumo ilustra como as ações da BME redesenharam os rumos do esporte universitário na instituição, resultando em uma aproximação da institucionalização.

Quadro 20. Resumo da trajetória histórica da predominância da estrutura da implementação e de outros aspectos conforme os BMEs em seus períodos de atuação (2003-2022) com continuidades e mudanças

Código	**BME/Período**			
	BME 1 2003-2008	**BME 2 2009-2016**	**BME 3 2016-2019**	**BME 4 2019-2022**
Prescritivo normativo da instituição	Inexistente	Inexistente	Incipiente	Incipiente
Comentário	Não se guiava por um regramento específico institucional, mas existia o regulamento da federação estadual ao qual à instituição deveria obedecer. Consequentemente por sua ação protagonista, os acadêmicos é que buscavam atender os aspectos desse documento.	Não há mudança e dá continuidade ao *modus operandi* da BME anterior.	Tinha ciência e obedecia ao regulamento da federação estadual e avançou na criação de uma regulação interna embasada no da federação e da confederação, além de levar em consideração as características do local.	Não há mudança e dá continuidade ao *modus operandi* da BME anterior. Vincula novamente a universidade à Federação e ganha o status de representante institucional.

Padrões de ações	Incipiente	Incipiente	Presente	Presente
Comentário	Bastante incipiente deixava que os acadêmicos decidissem a forma como deveria ser conduzida as ações.	Segue o *modus operandi* do BME anterior, porém buscava se aproximar mais dos acadêmicos tomando ciência, dando opinião, mas não interferindo ou direcionando totalmente suas ações.	Com a finalidade de disciplinar as ações internas do EU, cria uma norma que deve ser seguida pela burocracia direta e pelos atores diretos (acadêmicos).	Segue o *modus operandi* do BME anterior, porém passa a dar autonomia aos membros (burocracia direta) dos outros campi.
Financiamento	Inexistente	Incipiente	Presente	Presente
Comentário	Sem orçamento específico para o EU, sobreviva do sistema demanda e os acadêmicos buscavam cobrir as despesas.	Sistema de demanda. Apesar de haver um orçamento na Pró-Reitoria, deveria apresentar propostas para possíveis financiamentos a depender de cada situação.	Aportou rubrica específica para o EU.	Ainda que com redução drástica de financiamento conseguiu manter uma rubrica específica para o EU.
Interações	Presente / precária	Presente e ampla	Presente / específica	Presente / específica
Comentário	Centrado no esporte extensionista havia pouca interação com atores diretos (principalmente acadêmicos) e que importavam para a implementação do EU.	Ainda com vertente extensionista buscou ampliar as interações com importantes burocracias de dentro e de fora da instituição que ajudou a favorecer também o EU. Passou dar mais atenção aos acadêmicos.	Já como vertente direta do EU buscou estreitar e garantir os laços com atores que importavam (diretos) e do entorno (aproximou de burocracias internas da instituição) para fortalecer o EU.	Seguiu fortalecendo as relações com as burocracias internas (entorno) e com os atores diretos (acadêmicos e principalmente federação).
Infraestrutura	Presente / precária	Presente / precária	Presente	Presente / precária
Comentário	Espaços físicos esportivos com problemas graves de manutenção. Ainda assim tinha demanda.	Espaços físicos esportivos ainda com problemas de manutenção, mas a caminho de reformas. Crescente demanda.	Espaços físicos esportivos reformados. Demanda crescente.	Espaços físicos com problemas de manutenção e demanda acima da capacidade de atendimento.
Tipos de esporte e públicos	Esporte extensionista. Tendo principalmente Externo (mais extensionista) e internos (servidores).	Esportes extensionista e universitário. Sendo seus públicos externo, acadêmicos e internos (servidores).	Esporte universitário. Acadêmicos de graduação e pós-graduação.	Esporte universitário. Acadêmicos de graduação e pós-graduação.
Comentário	Considerando na trajetória histórica da instituição se firmou como relevante na promoção do esporte para a comunidade externa (extensão). O EU era de autonomia dos acadêmicos.	Público mesclado nas ações promovidas, devido sobreposição de ações com a SDR/FEF. Aproxima o EU da BME, mas ainda dando autonomia aos acadêmicos.	Ruptura com ações sobrepostas, passa apenas a dar apoio pontuais as ações da SDR/FEF. Dá prioridade e disciplina as ações do esporte universitário aproximando da institucionalidade. Aproximação e assistências às atléticas acadêmicas.	Segue dando prioridade ao esporte universitário. Atividades da extensão são esporádicas e pontuais.

Fonte: criação do autor (2024).

Em resumo, reforçamos então que, no contexto, a BME surge e ocupa um espaço institucional para o esporte universitário. Em princípio, essa era uma tarefa que era realizada por Acadêmicos Interessados, geralmente em sua maioria de educação física. Porém, com a criação de uma BME específica e a aproximação da institucionalização, esse ator (Acadêmicos Interessados), do ponto de vista institucional, se dilui e volta sua energia para as Atléticas Acadêmicas. A Atlética Universitária cumpriu um papel inicial, e depois permaneceu inativa e saiu do cenário histórico. E as recentes Atléticas Acadêmicas se constituíram em entes que se preocuparam com uma outra forma do esporte universitário, que não o institucional.

Nada mais apropriado para enxergar os atores locais, dando novos moldes a implementação do esporte universitário, mesmo que marginal ao prescritivo normativo, com pouco financiamento e outras precariedades da implementação nos códigos já discutidos e analisados anteriormente. A federação, apesar de não ter nenhuma ingerência direta sobre a implementação do esporte universitário na universidade, acabou por ter de forma indireta, pois os atores locais balizaram suas ações nos termos dos regulamentos anuais impostos por ela (menos no estatuto). Embora, que no caso das Atléticas Acadêmicas, esse prescritivo normativo não as alcançassem diretamente, já que suas ações estavam embasadas num esporte autônomo e com ações socioculturais.

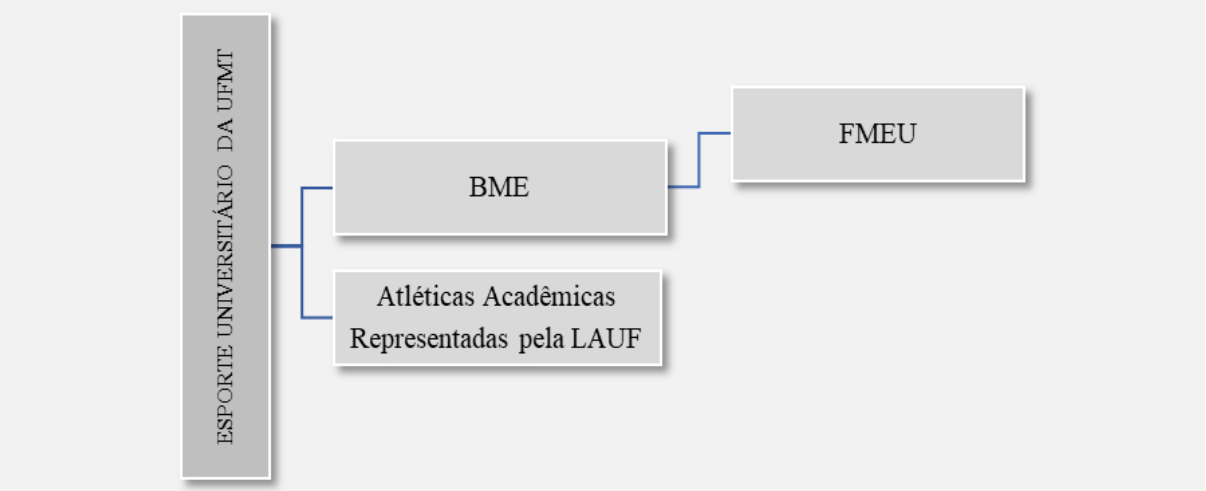
Como a Atlética Universitária não vingou como instituição formal, acabou influenciando inclusive o novo "modelo" de relações imposto pelo novo Estatuto FMEU (FMEU, 2020), que modificou essa relação (Atlética Universitária-FMEU) e como verificamos estabeleceu uma nova (IES-FMEU), reforçado pela nova realidade da BME do esporte universitário local. A relação que foi se estabelecendo e se firmando ao longo do tempo foi a da BME-FMEU, ou seja, como ator a BME do esporte universitário reforçou seu comportamento autônomo e discricionário.

Restou então, no caso empírico, a partir da análise da trajetória histórica, uma divisão dos atores diretos do esporte universitário (ilustramos na figura 22), que continuaram contribuindo para que o esporte universitário prosseguisse como conteúdo de política pública, principalmente pela atuação da BME, tendo a federação uma participação externa e próxima. Aparentemente esta divisão não causou nenhum entrave no período estudado ou um conflito de interesses mais arraigado, salvo micro conflitos que foram contornados pela BME. Pelo contrário, ouve um ajuste e acomodamento de posições, com a BME se transformando e se consolidando de fato uma burocracia institucional do esporte universitário (sem haver uma política institucional de fato) e os acadêmicos se dedicando às suas Atléticas Acadêmicas.

Ambos, BME e Atléticas Acadêmicas, internamente com valores compartilhados (cada um respeita e credita o espaço do outro informalmente), sendo que cada um teve uma contribuição para o desenvolvimento do esporte universitário na instituição (um devir), independente se foram micro ações ou ações mais amplas, ainda que as Atléticas Acadêmicas tenham demonstrado ter finalidades diversa à BME e, consequentemente, ao esporte universitário institucional.

Por fim, na figura 22 abaixo, fazemos a representação do nosso achado quanto os atores finais (remanescentes) do esporte universitário enquanto implementação de política pública no período pesquisado.

Figura 22 - Os atores finais principais que importaram para o esporte universitário na UFMT no período de 2008 a 2022 (a partir da adoção institucional de uma BME mais direta ao EU)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em síntese, como vimos até aqui a Atlética Universitária após cumprir papel de reativação da federação e tentar estimular o desenvolvimento do esporte universitário localmente, deixou de existir, principalmente pela falta do apoio institucional, uma condição marginal ao prescritivo normativo. Esse papel passou a ser exercido pela BME que se responsabilizou pelo esporte universitário institucional, na qual interagia com os atores componentes do sistema federativo piramidal esportivo universitário. Ao mesmo tempo, fazia interações com as Atléticas Acadêmicas por meio da LAUF, que era o ator que as representava. Aparentemente, ainda que sem uma regulação consistente e parco financiamento, essa constituição foi calcada numa relação simbiótica entre esses atores.

5.4.1 Tecendo considerações sobre a biografia individual das BMEs indireta e direta e suas consequências para a implementação do esporte universitário

Como vimos, embora os BMEs fossem de gerações diferentes e possuíam suas características peculiares, tiveram algumas práticas de gestão e semelhanças em suas formações acadêmicas nas suas trajetórias na instituição.

Os BMEs 1 e 2, puderam vivenciar a construção da identidade extensionista do esporte na universidade, por meio da Supervisão de Desporto e Recreação. Ao mesmo tempo em que vivenciaram o período em que a própria Faculdade de Educação Física foi se estruturando como curso de graduação e construindo também a sua identidade. Esses dois BMEs se graduaram em educação física pela instituição e também pertenceram ao universo do esporte universitário enquanto atletas e posteriormente como executores de ações e depois como gestores esportivos.

Por serem de gerações diferentes, os BMEs 3 e 4 não vivenciaram essa parte da trajetória. Mas, vão se assemelhar em suas formações acadêmicas, já que estes também se graduaram na mesma instituição e participaram de ações que englobaram o esporte universitário e também o extensionista. Dos quatros BMEs apenas um (3) não chegou a ser atleta universitário, mas vivenciou esse universo a partir do treinamento esportivo e participação nos jogos universitários como treinador.

No bojo, os BMEs conviveram entre si em momentos e posições diferentes, como por exemplo os BMEs 1 e 2 ocupavam cargos de gestores esportivos (extensionista-esporte universitário), enquanto os BMEs 3 e 4 ou eram acadêmicos e partícipes das ações esportivas e já participavam de alguma forma no *back officie* (caso do BME 3). O BME 3 já como gestor esportivo e o BME 4 como burocrata de nível de rua. Houve esses momentos de interações entre eles e de certo algumas práticas foram herdadas.

Todos os BMEs tinham plena consciência do que era o esporte universitário, e a diferença entre ele o esporte extensionista. Ainda que, como vimos até então, na trajetória histórica, essa divisão foi negligenciada e sobrepostas por alguns períodos pelas circunstâncias da qual cada BME vivenciou na instituição. Observamos que a partir da BME 3 e com sequência com a BME 4 essa sobreposição suavizou de forma mais explícita.

Pelos resultados obtidos e discutidos até então, não foram encontrados indícios de uma implementação calcada numa construção coletiva, que colocaria a BME num patamar de construção de política pública no plano ideacional. Não havia ali nenhuma vertente de construção calcada numa governança multinível como em Bichir (2018b) ou mesmo numa governança participativa que invocaria o plano ideacional (ABERS, 2003). Pelo contrário, sentimos por parte deles que o esporte foi utilizado como forma de relevância a partir de

discursos políticos, porém quando necessário não eram colocados na prática, ou seja, na prática não havia essa sinergia que levaria melhores condições de discussão ao nível de tomada de decisão. A característica de “cima para baixo” e a ausência da “vontade política” esteve muito presente. Como também a falta de vontade anímica dos próprios atores interessados em torno da construção coletiva.

5.4.2 Síntese final dos principais achados da pesquisa e diálogo com as categorias analíticas

A seguir, sintetizamos os principais achados que descobrimos empíricos/analíticos. Em seguida, nos colocamos em diálogo com as categorias analíticas da BME e da implementação.

O esporte universitário brasileiro era uma política de Estado, mas ao mesmo tempo gerida por instituições não estatais componentes de um sistema federativo piramidal esportivo. Sendo a Confederação no topo (mais isolada), a federação no meio e a universidade/atlética na base. Não havia ingerência direta da federação na implementação do esporte universitário da universidade, respeitando sua autonomia.

O marco regulatório nacional que mais contribuiu para entendermos a implementação do esporte universitário era antigo. A última regulação que mais se aproximava da forma como deveria ser conduzido esse esporte no nível local datava de 1987. No conjunto, o esporte universitário era destinado aos acadêmicos de graduação e pós-graduação (cogitou-se os docentes também), cabendo à universidade o papel de estimular o desenvolvimento repassando recursos e ofertando praça esportiva. A regulação mais recente, sendo a última em 2018, que teve alguma ligação com o esporte universitário tratava especificamente da questão do financiamento via Confederação Nacional.

Apesar das garantias do marco regulatório, o financiamento foi um gargalo que dificultou o pleno desenvolvimento do esporte universitário local. O que estava previsto em lei, que citava diretamente a destinação, não chegava na ponta, ou seja, na universidade pública, já que era direcionado para a confederação. Por outro lado, o valor destinado a ela não dava conta da demanda nacional. Já no nível subnacional, descobrimos que a Federação tinha funcionamento precário e dependia principalmente da arrecadação de taxas de inscrições de seus eventos advindos das universidades para sobreviver. Ao mesmo tempo, vimos que quem deveria financiar o esporte universitário no nível local era a própria universidade. Porém, em boa parte da trajetória histórica local, quando o esporte era gerido pelos acadêmicos e pela

atlética, não houve esse financiamento, sendo que em vários momentos eram os próprios acadêmicos que se cotizavam para operacionalizar o esporte.

Conseguimos compreender que, na trajetória histórica no período pesquisado, o esporte universitário sofreu com a falta de institucionalização no nível local. Esse achado nos mostrou que a universidade ignorou até então essa prerrogativa que era estabelecida no marco regulatório nacional. Não havia uma regulação, ou seja, uma política pública que institucionalizasse o esporte universitário. Tanto os Acadêmicos Interessados como a efêmera Atlética Universitária buscaram gerir o esporte universitário da forma como conseguiram, com meios que lhes eram possíveis. Porém, tiveram dificuldades, inclusive de continuidade, devido à falta do apoio institucional, da qual eles reclamaram desta ausência.

Nesse cenário, havia uma BME do esporte na universidade que era indireta ao esporte universitário, localizada na FEF, sendo especificamente extensionista e atendia também aos servidores. Ela tinha o *status* de ser institucionalizada e dava uma assistência ao esporte universitário, mas desde que fosse demandada e na "medida do possível". Então, vimos que, sem o apoio institucional, as coisas não andaram. Observamos que a universidade se absteve de fazer o seu papel reservado a ela no antigo marco regulatório nacional. O que percebemos foi que os atores, via a instituição informal, buscavam dar conta da demanda, mas em meio a precariedades agudas. Este fato nos faz refletir que a presença da instituição formal seria muito necessária. Afinal, conforme o neoinstitucionalismo histórico, as instituições formal e informal juntamente com os atores, moldam a política pública.

Porém, vamos ver que quando a instituição resolve apoiar, as coisas mudam de *status*, confirmando que as instituições importam, não dependendo apenas da boa vontade dos atores. Vimos que ocorreu uma transformação por atores interessados no desenvolvimento do esporte na universidade (servidores ligados à FEF), conquistando, junto ao alto escalão, a criação de uma nova BME, agora localizada numa Pró-Reitoria, que começou a dar os primeiros passos rumo a aproximação da institucionalização do esporte universitário, reduzindo a precariedade existente, mas ainda sob demanda. Já não havia ali mais a Atlética Universitária. Essa nova BME não se desligou imediatamente do esporte extensionista, realizando ações sobrepostas da BME indireta que permaneceu localizada na FEF. Continuava o esporte universitário no nível local sem uma regulação, e o que balizava suas ações era o regulamento esportivo da federação, já que havia uma vontade anímica e legítima dos Acadêmicos Interessados em estar presentes nos eventos esportivos dela.

Descobrimos que houve um hiato na nova BME, entre a aposentadoria de seu ocupante e a chegada de um novo. Neste curto espaço de tempo (próximo de 6 meses), o esporte

universitário ficou com precariedade aguda, sem um comando efetivo. Nesse momento, houve uma transformação, com o rebaixamento do esporte universitário sendo subjugado à extensão universitária. Baseados no marco regulatório nacional, inferimos que foi um erro, já que eram dois conteúdos de políticas públicas com finalidades diferentes. Mas não houve resistências aparentes, que aparentemente, fossem muito devido ao desconhecimento dos atores diretos do esporte universitário, ou mesmo à falta de mobilização.

Como dissemos no preâmbulo desta seção, toda essa história que contamos nos ajudou também a dialogar numa visão analítica com as categorias da BME e da implementação. Então, apresentamos a seguir nossa análise.

Do ponto de vista analítico, descobrimos que a BME era um ator estatal não previsto no esporte universitário. Esse esporte, que apesar de ser regulado e controlado pelo Estado, era gerido por atores não estatais tanto no nível nacional pela confederação, no nível subnacional pela federação e no nível local pela atlética. Isso estava posto tanto no marco regulatório dos anos de 1941, 1975, 1977 e 1987, quanto do sistema federativo piramidal esportivo. Mas, na trajetória histórica, com a dificuldade dos atores vinculados em conseguirem a institucionalização do esporte universitário por falta do apoio institucional, acabou que a BME se inseriu no processo e foi se tornando esse gestor incidental. Aparentemente essa mudança não foi planejada, e envolveu o perfil dos BMEs, que possuíam uma trajetória de vida ligada ao esporte na universidade e ao próprio esporte universitário. Nessa trajetória, foram conformando o esporte universitário, com obviamente a anuência e contribuição dos atores interessados (federação, acadêmicos interessados e atléticas) e da universidade (instituição formal).

Ainda que com o constrangedor rebaixamento institucional do esporte universitário com a subjunção à extensão, foi exatamente nesse cenário que o esporte universitário deu um grande passo em direção à aproximação da institucionalidade, uma vez que se construiu uma norma interna (padrões de ações) que determina a padronização das ações (disciplinava as ações do esporte universitário local) e, a partir dessa adoção, se conquistou um orçamento com rubrica própria. Algo muito semelhante, às características da instituição formal, entre formular uma política e determinar uma dotação orçamentária.

Como na trajetória histórica até então, a universidade não tinha adotado uma política institucional do esporte universitário, os atores interessados buscavam se nutrir da regulação da federação estadual, ainda que esta não fizesse ingerência na implementação local. Então, com a mudança, a BME buscou uma forma de aproximar o esporte universitário da institucionalização, via a construção de uma norma (que nomeamos de padrões de ações). Ela disciplinou as ações e se fixou por meio da estratégia de interações da BME.

Então, ter uma BME munida de um instrumento como padrões de ações, na nossa análise, acabou sendo uma regra que disciplinou e contribuiu para a implementação do esporte universitário local. Embora a implementação envolva aspectos que remetem, por exemplo, à execução do plano, que teria uma ligação direta com o regramento do que foi previsto na formulação. Se considerarmos esses postulados, o documento padrões de ações não seria capaz de contemplar do ponto de vista de marco legal. Mas, ao disciplinar as ações, essa regra foi um documento bastante útil para o esporte universitário local, carente até então da não existência de um marco regulatório consistente.

Um achado inesperado foi o desconhecimento de como funcionava o esporte pelo próprios atores diretos do esporte universitário, que pensamos ser um achado empírico/analítico. A nosso ver, isso deve ser levado em consideração, pois tem consequências para as políticas públicas, já que seria necessário explicar aos atores como funciona o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública. Esse desconhecimento aparentemente permeou vários aspectos da regulação nacional tais como, o papel de obrigatoriedade da universidade para com o esporte universitário incluindo o suporte financeiro e o reconhecimento institucional da Atlética Universitária, a não previsão da existência da BME institucional no esporte universitário e a obrigatoriedade de vínculo institucional regular à federação, e a própria forma de organização das Atléticas Acadêmicas que diferia das finalidades da Atlética Universitária. Mas, apesar desse desconhecimento dos mecanismos, isso não se tornou um empecilho para que os atores dessem continuidade às ações, embora marginal ao prescritivo normativo e sem ressalvas por parte dos atores interessados.

Outro aspecto que ajudou a BME na implementação foram as interações que contribuíram para facilitar a realização do conteúdo de política pública. Novamente, pela aparentemente fraqueza da capacidade estatal, na qual não se deu a devida importância ao esporte universitário, a BME buscou relações com atores diversos, dentro e fora do ambiente estatal, com o intuito de suprir ou buscar suprir as necessidades da implementação. No caso da BME, ela desempenhou essa função que muitas vezes não seria de sua alçada, por exemplo, abrir diálogo direto com o Ministério da Educação ou com o Governo Estadual para envidar esforços e conseguir recursos para a infraestrutura da universidade. Esta não era nem uma tarefa fácil e nem de competência da BME. Mas, conforme evidências extraídas, acabou fazendo parte de seu repertório. Fez parte de seu repertório também as interações com as Atléticas Acadêmicas, mesmo que uma não fizesse ingerência na seara da outra. A BME colaborou com o que pôde e que lhe foi permitido, e as Atléticas Acadêmicas, quando instadas participaram das ações do esporte institucional.

A BME desempenhou o papel de mediadora, ainda que os aspectos culturais das Atléticas Acadêmicas não fizessem parte de seu escopo de atuação, pois seu raio de ação era circunscrito ao esporte e às suas estruturas. As interações com a FMEU também tiveram sua importância para o período pesquisado, já que as ações realizadas estavam atreladas aos seus ditames, desde a participação nos eventos até alguma reunião para processo eletivo da entidade. Os atores do entorno também exerceram um papel relevante nas interações da BME. Por meio deles, muitas precariedades foram reduzidas, principalmente em momentos de elevada carestia. Nessas relações, aparentemente a dimensão cognitiva nos pareceu ser um aspecto que os BMEs mais procuraram como uma das principais características das interações com outros atores interessados no esporte universitário.

Ainda segundo o ponto de vista analítico, confirmamos as características técnico-política (produção de relações e interações) e técnico-gerencial (organizar ações) da BME (PIRES, 2015). Embora que empiricamente cada tenha atuado à sua maneira e conforme a universidade permitiu que isso acontecesse. Tivemos BME que apresentou maior propensão para a característica técnico-política, já que conseguia transitar entre alto escalão internamente e externamente à universidade, sendo inclusive fruto de suas relações construídas ao longo da vida. Ao passo que tivemos também BME que demonstrou ter uma maior capacidade técnico-gerencial no sentido de organização administrativa, o que contribuiu para que fosse possível a adesão dos padrões de ações. Essas características foram mais percebidas conforme o crescimento linear no período de 2009 a 2019, sendo que nos períodos de carestia financeira (já com a existência de orçamento direto ao esporte universitário) aumentavam as articulações com os atores do entorno para conseguir dar continuidade às ações.

Quando um BME não se atentava para estas questões, privilegiando, por exemplo, o aspecto técnico-político, as coisas no nível prático passavam a apresentar descontinuidade e aumento de precariedades. Isso era um dilema para a BME na ausência de equipe, pois o volume do seu trabalho era grande. Dito isso, sugerimos que seja essa uma outra contribuição desta tese.

Verificamos também, no marco teórico, que a BME possui grau de autonomia (LOTTA, SANTIAGO, 2017; PIRES, 2018) e de discricionariedade (LOTTA, 2019). Esses aspectos, propalados no marco teórico, nos ajudaram a compreender melhor a sua atuação, que de fato foram bem presentes no caso empírico. Eles foram fundamentais na adoção de padrões de ações e na conquista de rubrica própria para o esporte universitário.

Porém, aparentemente, o grau de autonomia e a discricionariedade da BME, no caso empírico, apresentaram nuances, porque esses aspectos também determinaram qual caminho

tomar em relação ao desenvolvimento interno do esporte universitário, já que esse ator não possuía nenhuma descrição consistente de suas funções e nem uma política pública institucionalizada no âmbito local. Logo, apesar de se relacionar com os atores que interessavam localmente, suas decisões finais acabavam direcionando as ações que seriam operacionalizadas. Aparentemente, um fator limitante desta condição não estava atrelada especificamente a uma determinação do alto escalão (numa perspectiva estrutural), mas sim à capacidade de financiamento. Adensamos aqui um outro aspecto, a ação arbitrária. Não identificamos, no período estudado, esse comportamento na BME. Porém, inferimos que tanto ele como os outros atores diretos do esporte universitário local sofreram com essa medida um tanto prejudicial, quando o esporte universitário foi rebaixado institucionalmente na universidade. Isso pode ter sido gerado pelo desconhecimento do alto escalão sobre o esporte universitário ou mesmo por conta da autonomia da universidade, por meio de uma tomada de decisão arbitrária.

Vimos na literatura que a BME tem a incumbência, na implementação, de realizar coisas, mas também em contribuir no campo do desenho da política com estratégias da realização delas (FLOYD, WOOLDRIDGE, 1992). Porém, o caso empírico nos mostrou que sua atuação não estava assentada numa regulação local, e a construção de um instrumento que garantiu uma acomodação e operacionalização do conteúdo de política pública partiu diretamente dela, valendo-se de autonomia e discricionariedade, e não envolveu diretamente o alto escalão, ainda que esse processo não fosse arbitrário.

Ainda assim, conseguiu introduzir esse instrumento na organização, que se tornou ação institucional, mesmo que sem o *status* de um instrumento legalmente institucionalizado, mas contribuiu para a operacionalização do conteúdo de política pública. Então, essa atuação também esbarrava numa outra perspectiva analítica, a estrutural (WISE, 2004), que demandaria que a atuação da BME deveria obedecer a um padrão rígido de regulação, com estabelecimento de uma verticalidade no alto escalão. Necessariamente, isso não funcionou no caso empírico estudado, pela ausência de política institucional implantada, suas ações estiveram longe de serem engessadas.

A previsão do marco teórico de que a tarefa da BME na implementação, que muitas vezes não é munida de uma prescrição formal de suas funções que vão balizar a operacionalização do conteúdo de política pública, “a diversidade da selva burocrática”, além do processo centrífugo no qual residem inúmeros fatores que poderiam impactar as ações, como interesses de grupos e frouxidão de normas de atuação com ausência de definições claras (PIRES, 2018), foi comprovada no caso empírico. Esses aspectos estiveram presentes na

realidade da BME, principalmente naquela que foi direta, que teve que realizar incursões em aspectos que deveriam, em tese, estar resolvidos na instituição, como um regramento local.

Outro fato foi o "convencimento" do alto escalão em destinar recursos diretos para a operacionalização do esporte universitário, tendo que disputá-los com outros conteúdos de política pública melhores estruturados institucionalmente, como a cultura e a extensão. Investiu seu tempo no convencimento de sua legitimidade entre os atores diretos, já que o marco regulatório não previa isso, mas também os atores desconheciam. Além do mais, toda a operacionalização era embasada numa tradição oral e num instrumento externo à universidade, o regulamento da federação.

No tocante à perspectiva relacional (KURAKCTO *et. al*, 2005; HUISING, SILBEY, 2011; HEIMER, 2013), uma vertente analítica contemporânea, que em seu bojo se preocupa em compreender a atuação da BME nas políticas públicas considerando sua relação com uma miríade de redes com atores internos e externos ao Estado, com capacidade de influenciar e até alterar o seu conteúdo, observamos, no caso empírico, que as relações que a BME estabeleceu na implementação teve muita ligação com essa perspectiva analítica e contribuiu para responder questões dela. Uma foi: "como esse burocrata interage com uma rede de atores internos e externos ao Estado". Como vimos, a BME se utilizou de relações principalmente interpessoais, inclusive sendo construídas ao longo da trajetória de vida de alguns deles, e em muitos momentos esteve próxima aos tomadores de decisões (alto escalão) numa condição situacionista (estar perto do poder), o que reverberou em melhores condições de operacionalização para o conteúdo de política pública.

A outra questão, "como esses burocratas influenciam e regulam as relações dos próprios implementadores", observamos que eles utilizaram suas autonomias e discricionariedades, no entanto, sem serem arbitrários, e que, na ausência de uma norma, criaram uma e conseguiram fixá-la institucionalmente, convencendo os atores que interessavam. Permaneceram muito próximo e buscaram uma legitimidade entre eles, na qual, como consequência, foram absorvendo uma centralidade no conteúdo de política pública local, ainda que a sua existência como BME do conteúdo de política pública não fosse prevista no marco regulatório nacional. Conseguiram se fixar nesse posto, mesmo na ausência de equipe administrativa (*back-office*) e de burocracia de nível de rua.

No entanto, no caso empírico, observamos uma nuance que se remeteu aos atores do entorno. Aparentemente, diferiu um pouco da perspectiva relacional, já que a BME do esporte universitário, em tese, seria um ator do entorno, uma vez que a regulação do esporte universitário determinava um outro ator nesse papel, inclusive sendo não estatal. Então, no nível

local, os atores do entorno se tornam outras BMEs e o Alto Escalão. Para melhor compreensão, vimos a necessidade de nomear um outro grupo: os atores diretos, compostos pelos Acadêmicos Interessados, Atlética Universitária e Federação. Eles, na prática, eram os atores que interessavam de imediato para o esporte universitário institucional. Consignamos também como atores que interessavam as Atléticas Acadêmicas, apesar do seu papel autônomo à universidade e com finalidades diversas, que diferiram do esporte institucionalizado (tradicional, vinculado ao sistema federativo esportivo piramidal), apesar de que nas relações não havia uma ingerência uma sobre a outra.

No que tange à implementação sendo considerada como um processo inter-relacionado com formulação, concomitantes e interativos (LOTTA, 2019), isso se confirmou no caso estudado. Porém, com nuances, pois aquela que seria a burocracia implantadora no nível local manteve-se distante (tomadores de decisão), ao passo que o implementador borrou, por discricionariedade e autonomia, esses limites. A "aceitação" daquilo que foi construído e colocado em prática não encontrou resistência entre os atores diretos ao conteúdo de política pública, incluindo o alto escalão da universidade.

Porém, nem todos os BMEs atuaram no mesmo sentido, eles variavam entre si. Isso nos foi revelado quando comparados em suas atuações, tais como no manejo dos aspectos tocantes à regulação local, nas interações com os atores, e no balizamento atrelado ao financiamento, que aparentemente era um fator limitante de suas atuações. Mas, ao mesmo tempo, intensificava a necessidade das interações com os atores, principalmente do entorno, para a operacionalização do conteúdo da política.

Então, essa atuação variou por BME de acordo com as condições institucionais, ainda que com suas autonomias e discricionariedades, a instituição importou. Aparentemente, essa atuação veio numa crescente linear, que ocorreu desde os idos de 2009, a partir da criação de uma BME mais direta ao esporte universitário, que deu início ao processo, até o ano de 2022, sendo que seu ápice esteve entre os anos de 2017 a 2019.

A sensação foi de que, nesta trajetória, quanto mais próximo da institucionalização o esporte universitário local, mais atuante foi a BME na busca por essa garantia, como vimos nos dados que apresentamos nas interações desses atores, que se relacionaram com uma miríade de atores de dentro e de fora do âmbito estatal. Mas também identificamos que, para fortalecer o conteúdo de política pública localmente, buscaram construir relações com atores que interessavam (os diretos) e os do entorno, configurando-se, no geral (levando-se em consideração o período estudado), como vimos, em 79,9% de suas interações, demonstrando de

fato ser uma burocracia preocupada com o desenvolvimento da implementação do esporte universitário na instituição.

5.4.3 Sugestões para gestores de implementações de políticas públicas diante de contexto de pouca regulação e pouco financiamento

E por fim, propomos algumas sugestões para gestores de políticas públicas de como agir diante do contexto de pouca regulação e pouco financiamento. Ainda que eles tenham que lutar por mais recursos, que as restrições concernentes as ações coletivas que não estejam fortalecidas, estejam mais abandonadas, já que os atores não se interessariam por alguma razão.

Podemos observar que a BME inicial não teve um elã quanto ao esporte universitário, já que esta BME era indireta. Porém, com o tempo, fomos observando uma verve que se estabeleceu. Esse processo que identificamos nos revelou que não basta apenas estarem presentes os aspectos regulatório e de financiamento, é necessário ter um perfil propício que se ligue ao conteúdo de política pública e que, a partir deste, ocorra um entrelaçamento anímico que possa vencer as adversidades. Pensar em aspectos como retorno financeiro, cumprimento de carga horária e encontrar espaço adequado e ideal para a operacionalização talvez não seja essa realidade constituída. Uma dedicação além do imaginado será necessária, já que a política não está dada, muitos aspectos deverão ser conquistados, inclusive a própria subsistência perene do conteúdo da política.

Não encontrar atores dispostos ao enfrentamento das adversidades também é outro fator que a BME poderá se deparar. Do ponto de vista da operacionalização do conteúdo de política pública, bem como da sua aproximação da institucionalidade, é assertivo que as ações coletivas necessitem ganhar corpo. Para tanto, é necessário que a BME, quando não estiver numa condição favorável, busque o caminho de fazer uma organização mínima e, a partir daí, ir atraindo os atores interessados (diretos) e, se possível, os do entorno. Neste ponto de vista, é necessário que a BME goste de gente (estar aberto a se relacionar) e saber ouvir, isso deve estar contido no seu perfil.

O envolvimento da BME com o esporte universitário parece ter sido um projeto de vida, uma conformação do aspecto da instituição informal. A despeito deste aspecto, o envolvimento com o esporte universitário desde a formação acadêmica pode ser considerado como resultado de uma preferência, mas também pelo desejo de compromisso com o conteúdo de política pública e o sentimento de responsabilidade pelo seu desenvolvimento. Assim, o aspecto cognitivo, a motivação e os valores foram aparentemente intrínsecos à BME neste caso.

É importante ressaltar que regramento frouxo e ao aumento da discricionariedade da BME, poderão causar um cenário deletério para a política pública (FLOYD, WOOLDRIDGE, 1992). Uma vez que poderá se instalar uma condição ainda mais precária, que poderia perdurar por longo tempo, com perspectiva de mudança mais difícil, como uma espécie de acidente histórico. Ou naquilo que Pires (2009, p. 152) menciona sobre a discricionariedade da burocracia, criando um dilema entre o controle e a capacidade de implementação "mais pelo medo da tirania e abuso do poder por parte de burocracias e pelos riscos associados com a tomada de decisões não supervisionadas". No caso empírico estudado, esse cenário aparentemente não se instaurou. Temos claramente uma situação em que o ator local (BME) vai delineando o conteúdo de política pública mediante cenário de pouca regulação, uma construção, por assim dizer, linear ao longo dos anos. Mencionando mais uma vez Pires (2009, p. 152) essa condição aparentemente promoveu "potenciais benefícios do exercício responsável da discricionariedade".

Outro fator relevante trata-se da publicização das ações. É necessário que esta condição receba a atenção por parte da BME. Em conteúdos de políticas públicas pouco valorizadas institucionalmente, é necessário constituir ações e publicizá-las como meio de chamar a atenção para elas. Este processo contribui para que a BME, a partir de discussões, busque robustez para agregar benefícios para o conteúdo de política pública junto aos outros escalões internos e externos. Porém, é preciso paciência, uma vez que nada se muda do dia para a noite, é preciso ter em mente que o processo é longo e árduo, e é necessário que os beneficiários da política entendam isso também. A construção de uma política é de longo prazo.

Embora na trajetória histórica não tenhamos encontrado um processo pensado de construção linear das coisas, ou uma emulação entre os BMEs no sentido pensar o fortalecimento do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública no âmbito da instituição, podemos afirmar que identificamos esse processo a partir da rotatividade dos BMEs e conforme cada contribuição realizada por eles, suas interações, cada qual a seu tempo e ao seu modo. É importante salientar que, em maior ou menor tempo, esses BMEs tiveram vivências uns com os outros e em posições diferentes. Essa rotatividade entre os BMEs nos pareceu profícua para o esporte universitário local.

Uma certeza que tivemos é que se leva tempo para conseguir que a implementação ganhe corpo. E, embora alguns atores tenham ou terão uma relevância grande no contexto da implementação, como a BME, vem junto um adendo: uma tarefa mais árdua a realizar nesse processo por ser um ator estatal. Então, a rotatividade parece ter exercido forte influência no *modus operandi* da implementação, principalmente dos atores interessados vinculados às

atléticas (acadêmicas e universitária). Neste caso, os atores podem se envolver mais ou menos conforme o contexto em que vivem. Esta situação esteve mais estável entre a BME e a FMEU, que produziu pouca rotatividade entre seus atores. Ainda que sendo cargos de confiança (BME) ou eletivo (FMEU), esses atores acabaram por permanecer por um tempo considerável em suas posições. Talvez a demanda (contexto precário de marco regulatório e pouco financiamento) não tenha motivado outros atores a disputar veementemente essas posições.

Então, como a BME é atingida pela rotatividade, seja por motivos de indicação ou por possível fator eletivo, é importante que deixe sempre um legado para que o próximo a ocupar o espaço siga com o trabalho a partir dali. Atender às necessidades do conteúdo de política pública é condição base que pressupõe. É importante também que, mesmo que não estando mais na posição de BME, seria relevante garantir um espaço de diálogo para possíveis consultas e aconselhamentos e, desta forma, contribuir para que o conteúdo de política pública continue sendo realizada de modo a dar robustez à coletividade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nossas considerações finais com a constatação que a hipótese de nosso estudo, sobre a não existência de uma política pública institucional do esporte universitário implantada, foi confirmada. Porém, mesmo diante deste cenário, foi refutada a hipótese de que nada era realizado. Ainda que de forma precária, as evidências nos mostraram que, no primórdio, os Acadêmicos Interessados e a efêmera Atlética Universitária buscaram de alguma forma realizar o esporte universitário, sem apoio institucional. O esporte universitário não deixou de existir, muito ancorado na condição anímica dos Acadêmicos Interessados. A hipótese de que alguma coisa era feita num contexto de pouca regulação e financiamento foi confirmada. O esporte universitário, passou de fato, a ganhar um novo *status quo* na instituição, a partir da adoção de uma BME direta que buscou meios de salvaguardar esse conteúdo de política pública e aproximá-lo da institucionalização. Com isso, buscava garantir o direito do acadêmico ao acesso ao esporte universitário, principalmente por meio das interações com os atores diretos e do entorno, e da adoção de padrões de ações que disciplinavam as atividades, conseguindo assim uma operacionalização menos precária deste esporte na implementação, incluindo a garantia e repasse de recursos.

Mediante essa comprovação, essa pesquisa de doutorado defendeu no diálogo com as teorias da BME e da implementação que em função da autonomia a implementação não é dependente integralmente da legislação, ou seja, de que somente da norma não brotaria a implementação, mas também da atuação dos seus atores, que dentro de um contexto institucional favorável consegue fazer coisas, principalmente de BMEs comprometidos e com algum histórico de envolvimento com o conteúdo de política pública, já que os indícios apontaram que a biografia individual também contribuiu. Então essa BME realizaria interações que importam para conseguir melhores condições para operacionalizar o conteúdo de política pública, bem como institucionalizar ou aproximá-la da institucionalização dentro da própria instituição.

Nessa esteira, consideramos também que os objetivos da pesquisa foram contemplados, conforme os achados empíricos/analítico, que indicaram que o esporte universitário era pouco regulado e pouco financiado no nível nacional, com o adendo de que sua regulação, que ajudava a entender o esporte universitário, era antiga. No nível local, a universidade não dava a assistência necessária conforme a regulação e nem possuía política institucional implantada.

Por outro lado tratou-se de uma burocracia cuja orientação sobre o esporte universitário foi explicada pela biografia individual, que eles não estavam envolvidos em uma ação coletiva

entorno disso, se configurando como um “acidente biográfico”. Eram pessoas que gostavam de esporte universitário, mas isso não significou que elas atuaram em algum agrupamento. Então, os atores que ocuparam o cargo da BME tinham em comum ter o esporte universitário como um projeto de vida, que tinha a ver com as suas trajetórias profissionais e formações acadêmicas que acabavam aflorando no momento em que eles assumiram esse cargo, ou seja, o ator tem mais poder e mais paixão e a junção desses aspectos contribuiu para a suas atuações que culminaram na operacionalização e aproximação do esporte universitário da institucionalização. Sendo assim, é possível institucionalizar certos instrumentos da implementação. A BME, embora não tenha, na trajetória histórica, conseguido institucionalizar o esporte universitário como política interna, conseguiu, primeiro de maneira oral, depois por escrito, aproximar da institucionalização a implementação, já que ela começa a obedecer a um padrão.

Adensamos também o aspecto do desconhecimento. Os atores podem desconhecer ou conhecer pouco, no nível local, o marco regulatório ou as dinâmicas que imbricam um conteúdo de política pública. Esses aspectos podem contribuir para uma condição deletéria no curto, médio ou longo prazo. Porém, a BME, a partir de configuração como ator imbricado diretamente (como no caso do esporte universitário) na implementação, pode se destacar ao realizar tomadas de decisões em prol do conteúdo da política pública, principalmente calcada nas suas capacidades técnico-política e técnico gerencial, na sua autonomia e na sua discricionariedade.

Apesar de que do ponto de vista teórico se afirmar a BME como um ator endógeno, que atua no meio, nas entranhas do Estado, com trânsito entre o alto escalão e a burocracia de nível de rua, responsável por operar estratégias entre esses níveis, observamos que no caso empírico estudado, a BME do esporte universitário extrapolou um pouco essa condição, já que, na ausência de equipe administrativa e de atuação na ponta, teve que ele próprio desempenhar papéis de *back-office* e de burocracia de nível de rua. Esteve numa posição de linha de frente, já que conversava e atuava diretamente com os beneficiários do conteúdo da política pública e se embrenhava em volumosas tarefas administrativas.

Embora não prevista na regulação do esporte universitário, a presença da BME, um ator estatal, gerindo um conteúdo de política pública na implementação, nos mostrou ser peculiar entre aquilo que se formula e a aquilo que se implementa, já que o marco regulatório nacional vigente atribuiu esse papel a uma Atlética Universitária, um ator não estatal. Porém, salientamos que alguns conteúdos de políticas públicas podem não ser tão atraentes, principalmente quando

há uma regulação precária e problemas de financiamento, agravados pela falta de apoio institucional, como foi a experienciação do esporte universitário no caso empírico estudado.

Nas condições de precariedade, para nós, houve uma tendência da BME pela captação da implementação neste conteúdo de política pública, embora uma situação de marginalidade ao prescritivo normativo. Porém, entendemos que a BME buscou na trajetória histórica uma legitimidade entre os atores que importaram para o esporte universitário, o que levou a essa centralidade (aparentemente não pensada) dessa atuação. Na ausência da prescrição formal, a partir de sua atuação cotidiana, a BME construiu, gradualmente, uma narrativa que acabou sendo aceita pelos outros atores diretos, de seu papel como responsável pelo conteúdo de política pública, mantendo ali também uma articulação com atores do entorno.

Por meio dos métodos utilizados e das categorias de análise, conseguimos captar a atuação da BME. Dessa forma, inferimos que a questão proposta no estudo, que buscava explicar como a BME agiu, de que forma influenciou o conteúdo de política pública e o que isso importou num contexto de implementação com pouca regulação e pouco financiamento, foi respondida. Depreendemos também termos respondido às questões complementares: identificando quais eram seus atores, quais burocratas estatais e não estatais estiveram envolvidos na implementação do esporte universitário e se houve interações com outras instituições e como elas influenciaram a implementação local. Ao mesmo tempo, atendeu-se nos demais objetivos propostos, nos quais conseguimos captar o entendimento da trajetória histórica e as mudanças que culminaram na conformação do esporte universitário enquanto conteúdo de política pública, com ênfase na fase de implementação. Também compreendemos os aspectos da estrutura da implementação local no período pesquisado.

Podemos inferir também que, em nível local, a BME, juntamente com os outros atores interessados, aparentemente configuraram um grupo que buscou, de certa forma estabelecer interações na implementação do esporte universitário enquanto burocracia. Do ponto de vista da perspectiva relacional, observamos seus comportamentos, suas decisões e suas inserções como parte de um grupo (atores imersos no esporte universitário) que, na trajetória histórica, nas continuidades e mudanças, foram imprimindo, via seus conhecimentos, crenças e propostas, uma marca burocrática intermediária que deu sustentabilidade ao esporte universitário no período estudado.

No que tange aos as características técnico-política e técnico-gerencial da BME, no caso empírico estudado, não nos ofereceu nenhum aspecto ideacional. Descobrimos que os BMEs em sua maioria, tinham uma visão sobre o esporte universitário para além do fato do prescritivo normativo, eles também se guiavam por uma visão do esporte universitário construída a partir

de suas biografias individuais. Nesse ponto, quando nos deparamos com os conceitos sobre a BME, não observamos esse aspecto sendo trabalhado. Então, nos parece que o conceito da BME que não inclua essa parte da força das ideias ele perde alguma coisa, pois vimos que os BMEs também se moveram pela força das ideias.

Supomos ter contribuído para o debate analítico da atuação da BME na implementação. Para nós, a atuação da BME na trajetória histórica demonstrou que as fronteiras entre o processo de formulação e implementação foram borradas. Ao mesmo tempo, não se tratou de uma estrutura que se formalizou, se organizou e foi pensada antes, mas, em cada atuação de cada BME, foi se tornando uma configuração fática da construção do conteúdo de política pública, na qual a BME buscou um melhor equilíbrio de forças dentro da instituição, o que determinou um melhor rumo para o esporte universitário, demonstrando que os atores locais importam! Denotando que, do ponto de vista neoinstitucionalismo, é importante atribuir poder decisório à BME e dotá-lo de recursos, que ele consegue fazer coisas, ou seja, fazer a diferença.

Quanto à questão das limitações desse estudo, pensamos que: (a) este estudo de caso talvez faça muito sentido ou sirva de grande valia para contextos de conteúdos com pouca atenção do ponto de vista de políticas públicas nacionais e que, consequentemente, a implementação sofra de variadas precariedades, sobrecarregando os atores da implementação, principalmente a BME; (b) O livro de códigos foi construído visando atender o contexto estudado; (c) Por uma questão de predominância da pesquisa qualitativa, na qual buscamos fazer inferência dos resultados baseados nas evidências coletadas, juntamente com o marco teórico, não utilizamos recursos estatísticos mais complexos, nos baseando principalmente de maneira mais elementar, utilizando estatística descritiva.

Como proposições para estudos futuros, no caso específico da BME e do esporte universitário, sugerimos alguns: (a) Avançar o estudo para outras universidades estatais e não estatais, analisando como elas lidam com o marco regulatório e financiamento do esporte universitário e se possuem burocracia específica para ele; (b) Estudar os mecanismos que levam os atores do alto escalão a adotarem posturas diferentes frente a um conteúdo de política pública em detrimento de outras; (c) Entender os motivos que levam os atores diretos a desconhecerem o conteúdo e a não se atualizarem frente ao marco regulatório de um conteúdo de política pública; (d) Investigar os mecanismos que levam os atores a não se aglutinarem coletivamente para o desenvolvimento do conteúdo de política pública; (e) Aprofundar o estudo do marco regulatório para compreender o porquê de ser frouxo e antigo; (f) Investigar quais as habilidades são desejáveis pelo alto escalão ao nominar um ator BME; (g) Verificar o porquê da quase ausência do Ministério da Educação no âmbito do esporte universitário; e, (h) Investigar o

distanciamento (insulamento) da instituição nacional do esporte universitário em relação à universidade, com quase nenhuma relação com a implementação no âmbito local.

Por fim, parafraseando Nóvoa ao analisar a experiência em um outro contexto de política pública (educação), mas que serviria bem ao estudado nesta pesquisa, “os princípios, as dinâmicas e os resultados [de] experiências podem inspirar novos projetos e iniciativas” (LOMBA, FARIA FILHO, 2022, p. 4).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R. N. Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil. Boulder: Lynne Rienner, 2000.

ABERS, R. Interesses e ideias em políticas participativas: reflexões a partir dos comitês de bacia hidrográfica e os orçamentos participativos. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 257-290, jan./dez. 2003.

ABERS, R.; BÜLOW, M. U. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, *13, n.* 28, p. 52–84. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s1517-45222011000300004. Acesso em: 26 abril 2025.

ABRUCIO, F. L. *et al*. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 663-677, 2020.

ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 444-455, jul./set. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/fBpmPq6Cyg795pzdMMLNmdQ/?format=pdf&lang=p. Acesso em: 27 mai. 2023.

ALVES, J. A. B.; PIERANTI, O. P. O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil. **RAE-eletrônica**, v. 6, n. 1, Art. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1676-56482007000100002. Acesso em: 04 nov. 2022.

APOLÔNIO, R. Instituições informais na nomeação para a Procuradoria-Geral da República. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, v. 17, n. 52, p. 143-172, jul./dez. 2018

AZEVEDO, J. R. C. **Desporto Universitário: Um estudo de caso na Universidade Federal do Acre**. 2008. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2008.

BARBOSA, C. G. **A gestão pública do esporte universitário brasileiro. A bola não deve entrar por acaso**. 2017. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, SP, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETT, S. Implementation studies: time for a revival? Personal reflections on 20 years of implementation studies. **Public Administration**, v. 82, n. 2, p. 249-262, 2004.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho A. Guareschi, 13ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 189-217.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Trad. Pedrinho A. Guareschi, 13ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BELATO, A. K. M. S. **Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BENFICA, T. A. H. História do ensino superior em Mato Grosso: das iniciativas frustradas à criação de um sistema universitário. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, p. 2-22, 2019.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 2014.

BICHIR, R. Terceira mesa: Efetividade, discricionariedade e participação. *In*: **Políticas Públicas: desafios interdisciplinares e implementação e pesquisa**. São Paulo: Grupo Direito e Políticas Públicas e a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama. Faculdade de Direito da USP. 2018a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OLfqi-APDPQ&t=7s Acesso em: 06 jan. 2023.

_____. Governança multinível. **Boletim de Análise Político-institucional**, n. 19, dez., p. 49-55, 2018b. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8969?mode=full cap_07.pdf. Acesso em: 05 março de 2022.

_____. Para além da "fracassomania": os estudos brasileiros sobre implementação de políticas pública. *In*: MELLO, J.; MENDES, V.; RIBEIRO, G. M.; BONAMINO, A.; CARVALHO, C. P. (org.) **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos – experiências recentes das políticas das desigualdades**. Brasília: IPEA, p. 21-41, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10176/1/Para%20alem%20fracassomaniaCap01.pdf. Acesso em: 15 setembro de 2021.

BICHIR, R.; PEREIRA, G. N.; GOMES, M. L. Interações socioestatais e construção de capacidades nas políticas públicas. O caso da assistência social na cidade de São Paulo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./abr. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.25091/s01013300202100010010. Acesso em: 18 mai. 2023.

BOULLOSA, R. F.; PERES, J. L. P.; BESSA, L. F. M. Por dentro do campo: uma narração reflexiva dos estudos críticos em políticas públicas. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 28, n. 97, p. 317-342, 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 3.617, de 15 de setembro de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Rio de Janeiro. Presidência da República, 1941.

_____. **Lei n. 5.647, de 10 de dezembro de 1970**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1970.

_____. **Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975**. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1975.

_____. **Decreto n. 80.228 de 25 de agosto de 1977**. Regulamenta a Lei n. 6.251/77. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF, 1977.

_____. **Portaria n. 236 de 8 de abril de 1987**. Dispõe sobre normas para o desporto universitário. Ministério da Educação, Brasília, DF, 1987.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Lei n. 8.112 de 11 de novembro de 1990**. Institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1991.

_____. **Lei n. 9.394 de 20 dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

_____. **Lei. 9.615 de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

_____. **Decreto 2.754 de 29 de abril de 1998**. Regulamenta a Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

_____. **Lei n. 10.264 de 16 de julho de 2001**. Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Brasília, DF: Presidência da República, 2001.

_____. **Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2002.

_____. **Decreto n. 5.000 de 1º de março de 2004**. Revoga o Decreto n. 2.574, de 29 de abril de 1998, que regulamenta a Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

_____. **Decreto n. 6.495, de 30 de junho de 2008**. Institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

_____. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Ensino Superior. Portaria SESu n. 628, de 03 de setembro de 2008. Estatuto UFMT. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, n. 171, 04 set. 2008, seção 1 página 12. Disponível em: https://wiki.ufmt.br/Arquivo:Estatuto_da_UFMT.pdf. Acesso em: 10 de julho de 2023.

_____. **Lei n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010.

_____. **Lei n. 12.527 de 18 novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2011.

_____. **Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação (Secom)**. Item do Glossário. Ato de Comissão Diretora 18/2012. Brasília, DF. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario. Acesso em: 24 de set. de 2024.

_____. **Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013**, regulamenta a Lei n. 9.615/98. Brasil, DF, 2013.

_____. **Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE).** Caderno I. Ministério do Esporte. Brasília, 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução n. 510, de 07 abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, páginas 44-46, 24 mai. 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 21 de junho de 2021.

_____. **Lei n. 13.756 de 12 de novembro de 2018**. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada de apostas de quota fixa;... Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

_____. **Decreto n. 11.010 de 28 de março de 2022**. Altera o Decreto n. 7.984, de 8 de abril de 2013, para dispor sobre os recursos de loterias destinados às entidades desportivas e para dar outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

_____. **Legislações e publicações. Glossário de Termos Legislativos**. Termo: Resolução. Congresso Nacional. Brasília, DF. Disponível em: https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-legislativo/-legislativo/termo/resolucao. Acesso em: 20 de março de 2023.

_____. **Lei n. 14.597 de 14 de junho de 2023**. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.html. Acesso em: 20 out de 2023.

_____. **PLATAFORMA BRASIL**. Ministério da Saúde. Disponível em: https://plataformabrasil.saude.gov.br/. Acesso em: 11 de março de 2023.

_____. **VIGITEL BRASIL** 2006-2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de prática de atividade física nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal entre 2006 e 2023. Prática de atividade física [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-2006-2023-pratica-de-atividade-fisica/view. Acesso em: 26 de abril de 2024.

CANAN, F; SANTOS, L. L. S. R.; STAREPRAVO, F. A. Panorama geral sobre políticas de esporte no Brasil. Marechal Cândido Rondon: **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, p. 15-27, 2017.

CASTILHO, M. L. **Política de esporte e lazer da UFT: uma proposta de diretrizes para a sua construção**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências e Saúde). Universidade Federal do Tocantins. 2020.

CAVALCANTE, P. L. C.; LOTTA, G. S. **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: ENAP, 2015.

CAVALCANTE, P. LOTTA, G. S; OLIVEIRA, V. E. Do Insulamento Burocrático à Governança Democrática: Transformações institucionais e a burocracia no Brasil. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil. Intersecções analíticas**. Brasília: Ipea, Enap, 2018. p. 59-83.

CELLARD, A. Análise documental. *In*: POUPART, J. *et al*. (org.). Tradução: NASSER, A. C. A. **A pesquisa qualitativa, enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 295-316.

CLINE, K. D. Defining the Implementation Problem: Organizational Management versus Cooperation. **Journal of Public Administration Research and Theory (J-PART)**, v. 10, n. 3, p. 551-571, 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3525628. Acesso em: 21 mai. 2024.

COMBESSIE, J. C. **O método em Sociologia**. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO (CBDU). Brasília: CBDU, [2022?]. Disponível em: https://www.cbdu.org.br. Acesso em: 14 junho de 2022.

CUELLAR NUNES, G. G.; SILVA, D. S.; SANTOS, S. M.; RAMOS, J. M. A . SALERNO, M. B. Política Pública de Esporte Educacional: Implementação do Programa Segundo Tempo Universitário UFMS. **Madrid, Alma/SFX Local Collection Retos**, v. 43, p. 797-807, 2022.

CUIABÁ. **Lei n. 3.778, 3 de novembro de 1998**. Institui normas gerais sobre o desporto do município de Cuiabá e dá outras providências. Cuiabá, MT: Palácio Alencastro, 1998.

_____. **Lei n. 4.872, 8 de maio de 2006**. Altera a Lei n. 3.778, de 03 de novembro de 1.998 e dá outras providências. Cuiabá, MT: Palácio Alencastro, 2006.

_____. **Lei n. 5.045, 28 de dezembro de 2007**. Altera a Lei n. 3.778, de 03 de novembro de 1998 e a Lei n. 4.872, de 08 de maio de 2006 e dá outras providências. Cuiabá, MT: Palácio Alencastro, 2007.

CURRIE, G.; PROCTER, S. The antecedents of middle managers' strategic contribution: the case of a professional. **Journal of Management Studies**, v. 42, n. 7, p. 99-117, 2005.

D'ÁVILA, J. L.; FERNANDES, C. C. M. Políticas esportivas do terceiro setor no estado de Mato Grosso do Sul: uma análise do projeto Córrego Bandeira. **Motrivivência**, v. 27, n. 44, p. 24-35, mai. 2015.

DINIZ-FILHO, P. R. Insulamento ou Isolamento? A Articulação do Ministério das Relações Exteriores no Âmbito do Governo Federal (2000-2011). **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 15, dez. 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/26870. Acesso em: 18 ago. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Brasília. **Guia para elaboração de regimento interno das Secretarias de Estado do Governo do Distrito Federal**. Publicada no Diário Oficial do Distrito Federal: n. 40, p. 11-15, 27 fev. 2012.

DORILEO, B. P. **Universidade: o fazejamento**. Cuiabá, UFMT, 1977.

ELMORE, R. F. Diseño retrospectivo: la investigácion de la implementación y las decisiones políticas. Cap. 4. *In*: VILLANUEVA, L. F. A. (org.). **Antologia: La implementación de las políticas**. 3ª. ed. México: Miguel Ángel Porrúa, 2000.

ENGELMAN, S.; OLIVEIRA, A. A. B. Gestão pública em rede: o caso do Programa Segundo Tempo Ministério do Esporte. **Revista de Educação Física/UEM**, Maringá, v. 23, n. 4, p. 543-552, 4. trim. 2012.

FARIA, C. A. P. Implementação: ainda o "elo perdido" da análise de políticas públicas no Brasil. In: FARIA, C. A. P. (org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 123-153.

FARIA, C. A. P. Implementação: ainda o "elo perdido" da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 13-36, mai./ago. 2012.

FEDERAÇÃO MATOGROSSENSE DE ESPORTES UNIVERSITÁRIOS. Cuiabá. **Estatuto 2009 da Federação Matogrossense de Esportes Universitários**. Cuiabá: FMEU, 2009.

_____. **Estatuto da Federação Matogrossense de Esportes Universitários 2020**. Cuiabá: FMEU, 2020.

_____. **Regulamento Geral 2017. JUM´s**. Cuiabá: FMEU, 2017.

_____. **Regulamento Geral 2018. JUM´s**. Cuiabá: FMEU, 2018.

_____. **Regulamento Geral JUM´s 2019. Cuiabá 300 anos**. Cuiabá: FMEU, 2019.

FERREIRA, T. **A Educação Física e o Esporte no Estado de Mato Grosso: Uma Odisseia biográfica do Professor João Batista Jaudy**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2015.

FELIPE, E. S. Instituições e mudanças institucionais: uma visão a partir dos principais conceitos neo-schumpeterianos. **Economia**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 245-263, mai./ago. 2008.

FERNANDEZ, M. V.; GUIMARÃES, N. C. 2020. Caminhos teórico-metodológicos para a análise da burocracia de nível de rua. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-335220203208. Acesso em: 31/01/2024.

FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. Chapter 1. Historical Institucionalism in Political Science. *In*: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (org.). **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. New York: Oxford University Press, 2016, p. 3-28.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FLOYD, S. W., WOOLDRIDGE, B. Middle management involvement in strategy and its association with strategic type: A research note. **Strategic Management Journal**, 13, S1, p. 153-167, 1992. Disponível em: https://doi.org/10.1002/smj.4250131012. Acesso em: 31 out. 2023.

FONTAINE, G. C. Neo Institucionalismo aplicado a la transformación democrática del estado. Salón de Afiches, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. **FLACSO Ecuador Quito**, jun. 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C1ySg4dD7D4. Acesso em: 07 julho 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012.

FREITAS, H.; CUNHA Jr., M. V. M.; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistema de *software* para auxílio na análise de conteúdo. São Paulo: **RAUSP**, v. 32, n. 3, jul./set., p. 97-109, 1997.

FREELON, D. ReCal: Intercoder reliability calculation as a web service. **International Journal of Internet Science**, v. 5, n. 1, p. 20-33, 2010.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (IBGE). Cidades e Estado. Cuiabá. Rio de Janeiro: [2024?]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/cuiaba.html. Acesso em: 18 fev. 2024.

GONÇALVES, V. L.; SILVA, D. S.; MARINS, J. C. B. Avaliação do Programa Segundo Tempo Universitário na Universidade Federal de Viçosa. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v 27, n. 1, p.150-163, 2019.

GUEDES, J. V.; SILVA, A. M. F.; GARCIA, L. T. S. Projeto Político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. Brasília, **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 250, p. 580-595, set./dez. 2017.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HALL, P.; TAYLOR, R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003.

HATZIDAKIS, G. O esporte universitário. *In*: DACOSTA, L. (org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006. p. 413-415.

HEIMER, C. Resilience in the middle. **Annals of American Academy of Political and Social Science**, v. 649, n. 1, p. 139-156, set., 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0002716213491542. Acesso em: 15 out. 2023.

HOYLER, T.; CAMPOS, P. A vida política dos documentos: notas sobre burocratas, políticas e papéis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27 n. 69, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678987319276906. Acesso em: 24 out. 2024.

HOWLETT, M.; RAMESH, M. **Studying Public Policy: Policy Cycles and Policy Subsystems**. 2ª. ed. New York: Oxford University Press, 2003.

HUBNER, A. Agência na sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, Vitória**, v. 9, n. 2, p. 86-103, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.47456/cadecs.v9i2.38407. Acesso em: 14 mar. 2022.

HUISING, R.; SILBEY, S. S. Governing the gap: Forging safe science through relational regulation. **Regulation & Governance**, n. 5, p. 14-42, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1748-5991.2010.01100.x. Acesso em: 08 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ (IFCE). **Manuais, Notas Técnicas e Instruções Normativas**. Disponível em: https://ifce.edu.br/proap/manuais-e-notas-tecnica. Acesso em: 20 julho de 2022.

IMMERGUT, E. M. The theoretical core of new institutionalism. **Politics & Society**, v. 26, n. 1, p. 5-34, 1998.

JÚNIOR SILVA, V. P. Avaliação do programa segundo tempo universitário em uma universidade federal em Campo Grande/MS/Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 43, p. 1-9. 2021. e009621.

JÚNIOR SILVA, V. P.; UNGHERI, B. O. Implementação do PELC em contexto universitário: participação popular, possibilidades e limitações ao esporte e lazer estudantil. Madrid: **Alma/SFX Local Collection**, v. 47, p. 400-407, 2022.

KELLY, J.; GENNARD, J. Business strategic decision making: the role and influence of directors. **Human Resource Management Journal**, v. 17, n. 2, p. 99–117, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1748-8583.2007.00038.x. Acesso em: 27 set. 2023.

KRASNER, Stephen D. Approaches to the State: Alternative Conceptions and Historical Dynamics. **Comparative Politics**, v. 16, n. 2, p. 226-246, jan. 1984.

KRIPPENDORF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 4ª. ed. Londres: Sage, 2019.

KURATKO, D. *et al*. A model of middle-level managers' entrepreneurial behavior. **Enterpreneurship Theory & Practice,** p. 699-716, nov. 2005. Disponível em: DOI:10.1111/j.1540-6520.2005.00104.x. e https://journals.sagepub.com/toc/etpb/29/6. Acesso em: 17 set. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 5ª.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas**. Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

LIMA, M. O uso da entrevista em pesquisa empírica. *In*: ABDAL, A. *et. al* (org.) **Métodos de pesquisas em Ciências Sociais. Bloco qualitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 24-41.

LIMA, W. P. **Gestão dos recursos por termo de execução descentralizada nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras**. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional). Universidade Federal de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2018.

LIPSKY, M. **Burocracia de nível de rua. Dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Traduzido por: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Tradução revisada por: Gabriela Spanghero Lotta. Brasília: Enap, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4158/1/Burocracia%20de%20n%C3%ADvel%20de%20rua_Michael%20Lipsky.pdf. Acesso em: 14 outubro de 2022.

LOMBA, M. L. R.; FARIA FILHO, L. M. Os professores e sua formação profissional: entrevista com António Nóvoa. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, p. e88222, 2022. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.88222. Acesso em: 2 out. 2024.

LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Cargos de confiança e políticas públicas no executivo federal. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org). **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil. Intersecções analíticas**. Brasília: Ipea, Enap. 2018. p. 141-160

LOSADA, R.; CASAS, A. **Enfoque para el análisis político: historia, epistemología y perspectivas de la Ciencia Política.** El enfoque neo-institucionalista. Bogotá: Editoral Pontifica Universidad Javeriana, p. 178-193, 2010.

LOTTA, G.; PIRES, R.; OLIVEIRA, V. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 65, n. 4, out./dez., p. 463-492, 2014.

_____. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *In*: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. (org.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e atuação**. Brasília: ENAP, 2015. p. 13-56. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1836/1/562-2210-1-PB.pdf. Acesso em 28 de setembro de 2021.

LOTTA, G. "Terceira mesa: Efetividade, discricionariedade e participação. *In*: **Políticas Públicas: desafios interdisciplinares e implementação e pesquisa**. São Paulo: Grupo Direito e Políticas Públicas e a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama. Faculdade de Direito da USP. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OLfqi-APDPQ&t=7s Acesso em: 06 jan. 2023.

LOTTA, G. S.; SANTIAGO, A. Autonomia e discricionariedade: matizando conceitos-chave para o estudo de burocracia. **BIB**, São Paulo, n. 83, p. 21-42, 2017.

_____. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas**. *In*: LOTTA, G. Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil. Brasília: ENAP. p. 11-38. 2019. Disponível em:

https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4162/1/Livro_Teorias%20e%20An%C3%A1lises%20sobre%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 16 de out. 2021.

MAGRI, D. Jogar vôlei e estudar, uma combinação impossível no Brasil e incentivada nos Estados Unidos. **El País**, São Paulo, 18 mai, 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/esportes/2021-05-18/jogar-volei-e-estudar-uma-combinacao-impossivel-no-brasil-e-incentivada-nos-estados-unidos.html. Acesso em: 26 mai. 2021.

MALAGUTTI, J. P. M.; ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A. O esporte universitário brasileiro: organizações oficiais e as associações atléticas acadêmica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e32985325, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5325. Acesso em: 28 de set. 2022.

MARQUES, E. C. Notas críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Públicas e Atores Políticos. Rio de Janeiro, **BIB**, n. 43, 1º. sem, p. 67-102, 1997.

MARQUES, E. Government, political actors and governance in urban policies in Brazil and São Paulo: concepts for a future research agenda. São Paulo: **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2013.

MARQUES, Eduardo. As políticas públicas na Ciência Política. *In*: MARQUES, E.; FARIA C.A.P. (org.). **A política pública como campo interdisciplinar**. São Paulo. Rio de Janeiro: Editora Unesp. Editoria Fiocruz. 2018. p. 23-46. Disponível em: 10.7476/9786557080825.0003 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7418400/mod_resource/content/1/Marques_PP_na_CP.pdf. Acesso em: 21 mai. 2022.

MARQUES, E. C. L. Notas sobre redes, Estado e políticas públicas. Rio de Janeiro, **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 14, suplemento 2, p. 2-11. 2019.

MARZI, G.; BALZANO, M.; MARCHIORI, D. K-Alpha Calculator —Krippendorff's Alpha Calcula- tor: A User-Friendly Tool for Computing Krippendorff's Alpha Inter-rater Reliability Coefficient. **MethodsX**, 12, p. 1-10. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.mex.2023.102545. Acesso em: 21 out. 2024.

MATO GROSSO. **Lei n. 11.551 de 04 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Estadual de Esporte e Lazer de Mato Grosso e dá outras providências. Cuiabá, MT: Palácio Paiaguás, 2021. Disponível em: https://legislacao.mt.gov.br/mt/lei-ordinaria-n-11551-2021-mato-grosso-dispoe-sobre-o-plano-estadual-de-esporte-e-lazer-de-mato-grosso-e-da-outras-providencias. Acesso em: 17 junho 2023.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura do esporte paranaense: a formação dos clubes a situação atual**. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MIRANDA, I.; LORENO, L. T. C.; COSTA, F. R. A dupla jornada do atleta universitário: perspectivas para a conciliação entre estudos e treinos na universidade de Brasília. **Movimento**, v. 26, e26059, 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/100344. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-8918.100344. Acesso em: 20 mar. 2021.

MIRANDA, P. F. M. **Análise e financiamentos das políticas públicas**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

MOURA, J. T. V.; SILVA, M. K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. Curitiba. **Revista de Sociologia Política**, v. 16, número suplementar, p. 43-54, ago. 2008.

MOURA, T. A. F. **A utopia de um "Cego". A formação de atletas como meio de sustentabilidade dos clubes de futebol**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto, Portugal. 2018.

NEUENDORF, K. **The content analysis guidebook**. Londres: Sage, 2002.

NÓBREGA, F. F. N. **Peças e engrenagens de uma teoria geral do Estado**. João Pessoa: Ideia, 2013.

NORTH, D. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUNES, E. D. O. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

OLIVEIRA, V. E.; COUTO, C. G. Diretrizes prioritárias e fases da implementação: como mudam as políticas públicas. *In*: LOTTA, G. (org.).**Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 67-97.

OLIVEIRA, G. **Gestão organizacional nas atléticas: um estudo sobre gerenciamento das associações atléticas acadêmicas do DF**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. Histórico da Pandemia de COVID-19. Disponível em: https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19. Acesso em: 05 mai. 2022.

PACOTE IRR: *Various Coefficients of Interrater Reliability and Agreement*. DOI: 10.32614/CRAN.package.irr. Version 0.84.1. 2019. Disponível em: https://cran.r-project.org/web/packages/irr/index.html. Acesso em: 14 out. 2024.

PALOTTI, P.; CAVALCANTE, P. Articuladores políticos e dirigentes da burocracia: ministros de estado no Brasil e em perspectiva comparada. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018. p. 161-184.

PASCUCCI, L.; MEYER Jr, V. Estratégia em Contextos Complexos e Pluralísticos, Rio de Janeiro, **RAC**, v. 17, n. 5, p. 536-555, set./out. 2013. Disponível em: http://www.anpad.org.br/rac. Acesso em: 18 out de 2022.

PEREIRA, A. L. C.; SILVA, A. B. As competências gerenciais nas instituições federais de educação superior. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, jul. 2011. p. 627-647.

PEREIRA, A. M. M. Análise de políticas públicas e neoinstitucionalismo histórico: ensaio exploratório sobre o campo e algumas reflexões. *In*: GUIZARDI, Francini L. *et. al* (org.). **Políticas de participação e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; Recife: Editora Universitária UFPE, 2014. p. 143-164.

PEREIRA, B. A.; SILVA, L. P. Políticas de Esporte e Lazer nas Universidades Federais de Minas Gerais: Um olhar sobre as Associações Atléticas Acadêmicas. **Licere**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, dez. 2019.

PESSOA, V. L. F.; DIAS, C. História do Esporte Universitário no Brasil (1933-1941). **Movimento**, n. 25, p. 1-13. 2019. Disponível em: https://doi.org/10.22456/1982-8918.82512. Acesso em: 15 março de 2022.

PIRES, R. R. C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 735-769, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n3/06.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

PIRES, R. Burocracias, gerentes e suas "histórias de implementação": narrativas do sucesso e fracasso de programas federais. *In*: FARIA, C. A. P. (org.) **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas. 2012. p.182–200.

_____. Por dentro do PAC: dos arranjos formais as interações e práticas dos seus operadores. *In*: CAVALCANTE P.; LOTTA G. (org.). **Burocracia de médio escalão: perfil, trajetória e desempenho**. Brasília: Enap, 2015. p. 177-222.

PIRES, R. R. C. O trabalho na burocracia de médio escalão e a suas influências nas políticas públicas. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G. S.; OLIVEIRA, V. E. (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018. p. 185-206.

PIRES, E. As políticas públicas na Ciência Política. *In*: MARQUES, E.; PIMENTA, C. A. **A política pública como campo disciplinar**. 2ª. ed., Fiocruz, Unesp, 2018. p. 23-46.

PRESSMAN, J. L.; WILDAVSKY, A. B. **Implementation: How great expectations in Washington are dashed in Oakland**. Berkeley: University of California Press, 1973.

RIBEIRO, G. M.; MARIN, E. C. Universidades públicas e as políticas de esporte e lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v.15, n.3, set. 2012.

ROJO, J. R.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. A produção do conhecimento sobre políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil: uma análise dos pesquisadores e instituições. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, São Paulo, v.8, n. 1, p. 128-139, jan./abr. 2019.

RUTKOWSKI, J. Qualidade no serviço público, um estudo de caso. **Gestão & Produção**, v. 5, n. 3, p. 284-297, dez. 1998.

SABATIER, P. Toward Better Theories of the Policy Process. **PS: Political Science and Politics**, v. 24, n. 2, jun. p. 147-156. 1991.

SABATIER, P. A.; MAZMANIAN, D. A. La implementácion de la política pública: un marco de análisis. *In*: VILLANUEVA, L. F. A. (org.). **Antologia: La implementación de las políticas**. 3ª. ed. México: Miguel Ángel Porrúa, 2000. p. 323-372.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researches**. 2ª. ed. Los Angeles: Sage, 2013.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. Eu quero acreditar! Da importância, formas de uso e limites dos testes de confiabilidade na Análise de Conteúdo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 26, n. 66, p. 31-47, jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1678-987318266602. Acesso em: 14 out. 2024.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021

SANTANA, L. L. S. *et al*. Gestores escolares da rede públicas em MG: fatores de satisfação no trabalho. **Educação em Revista**, v. 28, n. 1, p. 491-520. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-469820120001000. Acesso em: 28 jul. 2022.

SANTOS, E. B.; SILVA, E. S. Investigando indícios de política pública de esporte na base de extensão universitária. *In*: OLIVEIRA, M. F.; OGERA, A. A. R.; FRANÇA, T. M. **Extensão Universitária na Região Centro-Oeste: Conquistas e Desafios no Século XXI**. Anápolis: UEG, 2022. p. 52-70.

SANTOS, E. B.; DOWBOR, M. W. Burocracia de médio escalão e financiamento do esporte universitário. **Fiep Bulletin - online**, *[S. l.]*, v. 94, n. 1, p. 13–25, 2024. Disponível em :DOI: 10.16887/fiepbulletin.v94i1.6950. e https://ojs.fiepbulletin.net/fiepbulletin/article/view/6950. Acesso em: 10 out. 2024.
SCHREIER, M. **Qualitative content analysis in practice**. London: Sage, 2012.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, E. M.; RIBEIRO, A. C. A. Sistemas deliberativos em perspectiva meso: a abordagem dos subsistemas aplicada aos conselhos de políticas públicas em Belo Horizonte. **Opinião Pública**, v. 22, n.1, p.167-194, 2016.

SILVA, M. A guerra no basquetebol europeu e o modelo de Desporto na Europa. **Jornal SOL**. 19 nov, 2015. Disponível em: https://sol.sapo.pt/2015/11/19/a-guerra-no-basquetebol-europeu-e-o-modelo-de-desporto-na-europa/. Acesso em: 04 nov. 2022.

SILVA, S. P. Financiamento das políticas públicas de trabalho e renda no Brasil: uma análise a partir da trajetória operacional do fundo de amparo do trabalhador (FAT). **Textos para Discussão**. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, dez. 2018.

SOUZA, C. Federalismo e capacidades estatais: o papel do Estado-Membro na política de assistência social. *In*: PIRES, R. P.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasília : Ipea: Enap, 2018. p. 269-298.

SOUZA, L. C. L.; SILVA M., M.; SILVA J, V. P. Política de esporte universitário em uma instituição pública de ensino superior de Mato Grosso do Sul. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-20, out./dez. 2019.

STAREPRAVO, F.A. **O esporte universitário paranaense e suas relações com o poder público**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

STAREPRAVO, F. A.; REIS, L. J. A.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JUNIOR, W. M. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. Brasília, **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 3, p. 131-148, mai. 2010.

TATAGIBA, L.; ABERS, R.; SILVA, M. K. Movimentos sociais e políticas públicas: ideias e experiências na construção de modelos alternativos. *In*: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: IPEA, ENAP, 2018. p. 105-138.

THELEN, K.; STEINMO, S**.** Historical Institucionalism in Comparative Politic**s**. *In*: STEINMO, S.; THELEN, K; LONGSTRETH, F. (org.). **Structuring Politics: Historical Institucionalism in Comparative Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-12.

TUBINO, M. J. G. **Dimensões sociais do esporte**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). Biblioteca Unisinos. **Orientações para uso de normas ABNT**. São Leopoldo: UNISINOS, [2024?]. Disponível em: https://unisinos.br/biblioteca/servicos-e-recursos?_gl=1*cdg70p*_ga* MTU3MTY3MjU2NC4xNjc4MjE0NjY4*_ga_H36YE46SVB*MTcwODA4ODk2NS4xNT MuMS4xNzA4MDg5NDIzLjYwLjAuMA..#orientacoes-para-uso-de-normas. Acesso em: 18 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. UFMT. **Regimento da Faculdade de Educação Física**. Conselho Universitário – CONSUNI, 2013a.

_____. **Documentário**. Supervisão de Desporto e Recreação. Escolinha de Iniciação Desportiva. Cuiabá: Faculdade de Educação Física. 2013b.

_____. Edital de Fluxo Contínuo de Ações de Extensão n. 004/EXT/2018. **Cuiabá**: Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, Coordenação de Extensão, Cuiabá, 17 novembro 2017a.

_____. Projeto Esporte Acadêmico UFMT. Programa Articulação entre as unidades da PROCEV extensão, cultura, esporte e vivência. SIEx – Sistema de Extensão. **Cuiabá**: Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, Coordenação de Extensão, Cuiabá, 2017b.

_____. Pró-Reitoria de Planejamento. Coordenação de Gestão Orçamentária. **Plano Interno (PI)**. PROCEV. UGR 154206. 03 agosto 2017c.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023**. Cuiabá: UFMT, junho, 2019.

_____. **Sistema de extensão (SIEx)**. Cuiabá: UFMT. [2021?]. Disponível em: https://www.ufmt.br/unidade/extensao-procev/pagina/siex-sistema-de-extensao/757. Acesso em: 15 mai. 2023.

_____. **Histórico da Faculdade de Educação Física**. [2022a?]. Cuiabá: UFMT. Disponível em: https://www.ufmt.br/curso/educacaofisicalic/pagina/curso/7150. Acesso em: 17 mai. 2023.

_____. **Infraestrutura**. [2022b?]. Cuiabá: UFMT. Disponível em: https://www.ufmt.br/instituto-faculdade/fef. Acesso em: 18 set. 2023.

_____. **Resolução CD n. 23 de 25 de março de 2022** [2022c]. Organograma. Cuiabá: UFMT. Disponível em: https://www.ufmt.br/pagina/organograma/116. Acesso em: 15 jun. 2023.

_____. Apresentação SIEx. [2022c?]. Cuiabá: UFMT. Disponível em: https://www.ufmt.br/unidade/extensao-procev/pagina/siex-sistema-de-extensao/3891#top_page. Acesso em: 21 julho de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR). Disponível em: https://ufr.edu.br. Acesso em: 15 jul. 2022.

VIEIRA, P. R. S.; ATHAYDE, P. F. A. Análise do esporte na política universitária de assistência estudantil na Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 21, p. e30692, 2023. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.36453/cefe.2023.30692 e https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/30692. Acesso em: 10 mai. 2023.

WEBER, M. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.

WEIBLE, C. M.; CARTER, D. P. Advancing policy process research at its overlap with public management scholarship and nonprofit and voluntary action studies. **Policy Studies Journal**, v. 45, n. 1, p. 22-49, 2017.
WISE, L. R. Bureaucratic posture: on the need for a composite theory of bureaucratic behavior. **Public Administration Review**, v. 64, n. 6, p. 669-680, nov./dez. 2004.

ZAKUR JUNIOR, S. J. **Arranjo de implementação do Projeto Esporte e Cidadania no estado do Rio de Janeiro: uma parceria do ministério do esporte com instituições federais de ensino superior**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2021.

ZINGONI, P. Políticas Públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à cogestão. **Motrivivência**, v.10, n. 11, p. 31-47, set. 1998.

APÊNDICE A - PARECER CONSUBSTANCIADO CEP UNISINOS.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Atores e Instituições: Interações na implementação do esporte universitário na Universidade Federal de Mato Grosso.

Pesquisador: ERASMO BRAZ DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 73424423.0.0000.5344

Instituição Proponente: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.427.291

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa intitulado "Atores e Instituições: interações na implementação do esporte na Universidade Federal de Mato Grosso", já aprovado em banca de qualificação de doutorado, tem como proposta principal analisar as interações socioestatais no processo da implementação do esporte universitário à luz da trajetória da regulamentação federal do esporte universitário.Trata-se de avaliar as interações entre escalões de Burocracias como de Médio Escalão e de Nível de Rua e a qualidade delas, como elas acontecem na realidade e como reverberam na implementação. Como metodologia foi escolhido um caso, que é o da Universidade Pública Federal. Serão realizadas entrevistas (com roteiro semiestruturado) a partir do procedimento "bola de neve".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo principal:

- Analisar as interações socioestatais no processo da implementação do esporte universitário à luz da trajetória da regulamentação federal do esporte universitário.

Objetivos secundários:

- •Entender o legado e mostrar a trajetória histórica das instituições, a temporalidade, a sequência e as mudanças que culminou na conformação atual da política de esporte universitária, com ênfase

Endereço: Av. Unisinos, 950 - Ramal 3219
Bairro: Cristo Rei **CEP:** 93.022-000
UF: RS **Município:** SAO LEOPOLDO
Telefone: (51)3591-1122 **Fax:** (51)3591-3219 **E-mail:** cep@unisinos.br

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

Continuação do Parecer: 6.627.291

na fase de implementação.
•Detectar e analisar as interações existentes na implementação entre os
atores estatais (burocratas de médios escalão e de nível de rua) e os não estatais (AAAs e FUE).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Quanto aos riscos, afirma que serão "mínimos e estão relacionados com a possibilidade de desconforto e/ou constrangimento frente aos temas que serão tratados. Neste caso, é necessário contato com o pesquisador, para que possa verificar a melhor forma de proceder, podendo ser a atividade interrompida, caso o participante desejar, sem prejuízo algum para ele". Expõem os cuidados que serão tomados em relação ao sigilo, indicando que a pesquisa é de baixo risco, segundo Resolução 510/16 Ciências Humanas e Sociais, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.

Em relação aos benefícios, entende que a pesquisa com os estudos da implementação, "visa captar a realidade em que ela ocorre, ou seja, desenho real e não o
aparente, na qual buscará nas interações e nas qualidades delas, entre os escalações da burocracia das camadas intermediária e de base".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
É apresentada carta de anuência e TCLE. Neste, consta o último o objetivo da pesquisa, metodologia, informações sobre o sigilo das informações e a justificativa/importância da realização da mesma. Riscos e benefícios da pesquisa são apresentados de maneira clara, estando em concordância com o que é mencionado na formulário da Plataforma Brasil.

Recomendações:
Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
O pesquisador atendeu as solicitações de adequação das informações presentes no Formulário da Plataforma Brasil e no TCLE. Os riscos e benefícios foram incluídos de forma clara, com linguajar amigável, no TCLE.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UNISINOS

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Meu nome é Erasmo Braz dos Santos, doutorando, acadêmico de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, com sede na cidade de São Leopoldo-RS e sou orientando da Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor e em conformidade com a Resolução n. 510/2016 – Ciências Humanas e Sociais - CONEP, apresento-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Estou realizando a pesquisa intitulada "Atores e instituições: interações na implementação do esporte na Universidade Federal de Mato Grosso". Tendo o objetivo de analisar as interações de atores e instituições na conformação da fase de implementação do esporte universitário.

Esta pesquisa se justifica no intuito de contribuir para o desenvolvimento do esporte universitário e para o conhecimento nesta área de estudo, pois há escassez de estudos na área da política de esporte universitária tendo a fase da implementação como mote.

Na metodologia utilizarei como coleta de dados, pesquisa documental (documentos tais como leis, decretos, resoluções, atas, regimentos, dentre outros) e entrevista (roteiro semiestruturado).

Na proposição desta pesquisa, me guiei por cuidados, considerando seus riscos e implicações éticas em conformidade com os preceitos da Resolução 510/16 Ciências Humanas e Sociais, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP (BRASIL, 2016).

Os riscos aos participantes serão mínimos e estão relacionados com a possibilidade de desconforto e/ou constrangimento frente aos temas que serão tratados. Neste caso, é necessário contato com o pesquisador, para que possa verificar a melhor forma de proceder, podendo ser a atividade interrompida, caso o participante desejar, sem prejuízo algum para ele.

Por ser uma pesquisa que envolve entrevista, as questões propostas buscam evidenciar elementos que possam contribuir para os objetivos da pesquisa, sem constrangimento do entrevistado, sendo garantido o sigilo da sua identidade. Ademais, serão respeitadas questões como local e horário que serão determinado previamente pelo participante para entrevista.

Informo que a sua participação será de forma voluntária, sua identidade será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os/as envolvidos/as na pesquisa. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de investigação.

Quanto aos benefícios a pesquisa visa captar a implementação do esporte universitário na realidade em que ele ocorre, ou seja, desenho real e não o aparente, nas interações e nas qualidades delas, entre os escalações da burocracia das camadas intermediária (gestores) e de base (executores). Esses dois escalões da burocracia operam em um espaço (esporte universitário) na qual há a ausência de ditames consistentes que orientem a condução deste esporte enquanto política pública nacional, principalmente no que tange à sua implementação e ao local com seus atores, desta forma as interações entre essas camadas da burocracia tomam relevância ao forjar a implementação mediante ações marginais ao prescritivo e com pouca regulamentação.

Você sempre poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados por meio de e-mail e/ou telefone do responsável pela pesquisa (contatos indicados abaixo).

Informamos que uma via deste TCLE ficará em posse do/a participante, e a outra sob minha responsabilidade.

Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2023.

_____
Voluntário(a) na pesquisa

_____
Erasmo Braz dos Santos
Doutorando-pesquisador

_____
Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor
Orientadora

Contatos do Pesquisador:
E-mail: erasbraz@gmail.com
Celular: 65-99988-2889 (WhatsApp)

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO: BUROCRACIA ESTATAL

DADOS DA PESQUISA

Título provisório da pesquisa
Condução (pesquisador)
Orientação

DADOS DO ENTREVISTADO

Área de formação
Pós-graduação
Cargo/função
Tempo de serviço
Tempo no cargo/função
Tempo de atuação no esporte universitário

Me conta um pouco da sua formação e como você chegou a ocupar o cargo de gestor esportivo na universidade?
Antes de assumir o cargo qual era a sua relação com o esporte universitário?
Você se lembra como você encontrou o setor do esporte?
Como você lidou a situação a partir dali?
Com quem você trabalhou durante a sua gestão?
Quais pessoas você mais mantinha relação cotidianamente na organização do esporte universitário?
Você se relacionava com pessoas que estavam ligadas diretamente a gestão do esporte universitário da universidade ou fora dela, mas que não tinha formação em educação física? Você sentia que havia dificuldade nessa relação, do tipo a pessoa não entender direito o que você estava propondo, ou a pessoa não conseguia desenvolver o que foi planejado?
Você avalia que na sua época existia outra visão diferente da sua acerca do esporte universitário?
Na sua visão você se baseia em que, quais as suas fontes de proposta para o esporte universitário?
Com quem você planejava ações?
Onde você estava em termo do organograma da universidade, tinha uma equipe estruturada e qual o orçamento que dispunha?
Quem tomava as decisões sobre a implementação dessas ações?
Você se lembra se existia algum documento especial que embasava esporte na universidade na sua época?
Como era a relação entre o setor que você comandava com o alto escalão da universidade? De que forma essa relação resultava em ações concretas para o esporte?
Como gestor do esporte universitário você participava de algum espaço decisório, seja consultivo ou deliberativo na universidade ou fora dela?
De alguma forma isso tinha algum retorno para o esporte na universidade?
Qual o papel da entidade federativa estadual e nacional do esporte universitário na implementação do esporte na sua universidade?
Na sua opinião os Ministérios da Educação e do Esporte tinham alguma relação direta e/ou até indireta com a implementação do esporte na sua universidade? Se sim, como isso ocorria.
Na sua experiência, quais foram e quais são os principais entraves concretos para o desenvolvimento do esporte na tua universidade?
Há algum evento ou situação não previstos que impediram ou atrapalharam a sua gestão do esporte universitário?
Qual o seria o papel do esporte numa visão mais ideal, o que seria feito caso fosse possível?
Qual sua visão ideal da missão do esporte universitário?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO: BUROCRACIA NÃO ESTATAL- FEDERAÇÃO

DADOS DA PESQUISA

Título provisório da pesquisa
Condução (pesquisador)
Orientação

DADOS DO ENTREVISTADO

Área de formação
Pós-graduação
Cargo/função
Tempo de serviço
Tempo no cargo/função
Tempo de atuação no esporte universitário

Você poderia me contar sobre a sua formação e a sua trajetória até chegar à presidência da FMEU?
Qual seria na sua opinião o papel da FMEU junto ao esporte universitário?
E o papel da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) neste contexto?
Na UFMT há uma unidade ou gestor que centraliza o esporte universitário a qual a FMEU formaliza o contato?
Com qual frequência a FMEU tem contato ou se reúne com a gestão do esporte da UFMT?
Que tipo de temas são tratados nesses contatos e reuniões?
A gestão do esporte da UFMT participa com sugestões e questionamentos como forma de agregar à implementação do esporte na universidade?
Eles só participam ou são ouvidos nas tomadas de decisão da FMEU?
Na sua opinião, como a gestão da UFMT desenvolve o esporte universitário?
Qual o objetivo da FMEU na relação com UFMT?
A relação da FMEU com a UFMT está embasado em algum documento regulatório ou afins?
Há algum tipo de contribuição que a FMEU faz diretamente na implementação do esporte na UFMT?
A FMEU entende que deve desempenhar algum papel interno na UFMT?
Há alguma relação em que a FMEU tem com outras instituições que contribui com a implementação do esporte universitário?
Diante de sua vivência e conhecimento, qual seria o papel das atléticas junto à UFMT e junto à FMEU?

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO: BUROCRACIA NÃO ESTATAL - ATLÉTICAS

DADOS DA PESQUISA

Título provisório da pesquisa
Condução (pesquisador)
Orientação

DADOS DO ENTREVISTADO

Área de formação
Cargo na Atlética
Tempo no cargo
Tempo de atuação no esporte universitário

Me fale sobre a sua trajetória com o esporte universitário.
Você tem conhecimento sobre o embasamento legal do esporte universitário na UFMT ou fora dela?
Me fale sobre o surgimento da Atlética Universitária/Acadêmica e como ela está assentada juridicamente?
A AU/AA participa (ou) em alguma instância interna ou externa das decisões e discussões sobre a implementação do esporte universitário da UFMT?
Na sua opinião essa participação resulta (ou) em benefício para a implementação? De que forma?
Como se dá (deu) a participação da AA/AU na rotina da implementação do esporte universitário da UFMT?
Você poderia citar quais as maiores facilidades e dificuldades encontradas?
Diante de sua vivência e conhecimento, qual seria (foi) o papel da AU/AA na implementação do esporte em sua universidade?
Na sua opinião qual o papel da FMEU na implementação do esporte universitário na UFMT?
Na sua opinião qual o papel da UFMT na implementação do esporte na universidade?
Na sua opinião quais os papéis dos Ministérios da Educação e do Esporte com a implementação do esporte na sua universidade?
Com qual frequência e como é (foi) a relação rotineira entre a gestão do esporte universitário da UFMT e a AU/AA?
Como você classificaria a relação entre a AU/AA e a gestão do esporte universitário da UFMT?
Na sua opinião como deveria ser gerenciado o esporte universitário da UFMT?

APÊNDICE F - LIVRO DE CÓDIGO PARA OBSERVAÇÃO INTEROBSERVADORES PARA POSTERIOR REALIZAÇÃO DE TESTE DE CONFIABILIDADE

INFORMAÇÕES:

A Burocracia de Médio Escalão (BME) é composta na universidade pública por pessoas (burocratas) que ocupam cargos intermediários, possuindo autonomia, discricionariedade e algum poder de decisão. A Coordenação, a Gerência ou a Supervisão de Esportes são alguns desses burocratas. Desta forma, para organizar o esporte na universidade, ele tem que conviver com situações e atores diversos e cumprir inúmeras tarefas e demandas impostas por ações internas e externas à universidade. Sendo assim, nesse universo desse burocrata estatal se destacam inúmeros aspectos como regramento, interações, financiamento, tipos de esporte, relações com pessoas de diferentes públicos, infraestrutura (praça esportiva) e serviços prestados (eventos esportivos, de lazer, de prática esportiva, dentre outros).

INSTRUÇÕES:

No quadro abaixo estão relacionamos diversos itens (códigos com definições e seus subcódigos) que se acredita que em algum momento pode ter alguma relação com a BME do esporte na universidade. Desta forma, **atribua uma resposta aos itens relacionados** daquilo seja adequado para representar o universo que faz parte desse contexto. Considerando sempre a BME do esporte na universidade. Desta forma, assinale em cada item a responda:

(1) Para: pertence

Explicação: Neste caso você entende que dado as inúmeras situações e atribuições que a BME do esporte na universidade possa passar, o item pode sim ter alguma relação com ele.

(2) Para: não pertence

Explicação: Neste caso você entende apesar das inúmeras situações e atribuições que a BME do esporte na universidade possa passar, ainda assim, o item não tem nenhuma possibilidade de afetar a BME.

CÓDIGOS E SUBCÓDIGOS QUE TEM ALGUMA RELAÇÃO COM A BME DO ESPORTE NA UNIVERSIDADE

Codificação				ITEM	RESPOSTA	
Código	**Definição**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**		**(1) Pertence (2) Não pertence**	
Atores estatais internos (Burocracia de Alto Escalão)	Atores que ocupam cargos eletivos ou não que pertencem ao mais alto nível da instituição e que possuem poder decisório.	Reitoria	1.1	1	(1)	(2)
		Vice-Reitoria	1.2	2	(1)	(2)
		Pró-Reitoria	1.3	3	(1)	(2)
		Auditoria	1.4	4	(1)	(2)

(continua)

(continuação)

Codificação				ITEM	RESPOSTA	
Código	**Definição**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**		**(1) Pertence (2) Não pertence**	
		Direção	1.5	5	(1)	(2)
Atores estatais internos (Burocracia Médio Escalão)	Atores que ocupam cargos de confiança e que estão em nível de poder decisório intermediário, abaixo do alto escalão.	Coordenação	1.6	6	(1)	(2)
		Gerência	1.7	7	(1)	(2)
		Chefia	1.8	8	(1)	(2)
		Supervisão	1.9	9	(1)	(2)
Atores estatais internos (Outros)	Atores que possuem algum vínculo oficial com a instituição.	Acadêmicos	1.10	10	(1)	(2)
Atores estatais externos	Atores que pertencem a alguma instituição do poder público (esfera do Estado).	Universidades	1.11	11	(1)	(2)
		Poder público municipal	1.12	12	(1)	(2)
		Poder público Estadual	1.13	13	(1)	(2)
		Poder público Federal	1.14	14	(1)	(2)
Atores não estatais (Diretos do esporte universitário)	Atores que possuem algum vínculo com o esporte universitário em instituição pública federal.	Federação	1.15	15	(1)	(2)
		Confederação	1.16	16	(1)	(2)
		Atlética Universitária	1.17	17	(1)	(2)
		Atléticas Acadêmicas	1.18	18	(1)	(2)
		Treinadores	1.19	19	(1)	(2)
Atores não estatais (Outros)	A atores que pertençam à esfera privada.	Empresas	1.20	20	(1)	(2)
Legislação (nacional, estadual e municipal)	Atos que promovem o esporte universitário enquanto política pública com marco regulatório.	Leis	2.1	21	(1)	(2)
		Decreto	2.2	22	(1)	(2)
		Portaria	2.3	23	(1)	(2)
Documentos (institucional interno)	Documentos no nível local que remetem diretamente e indiretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Política institucional	2.4	24	(1)	(2)
		Estatuto	2.5	25	(1)	(2)
		PDI	2.6	26	(1)	(2)
		Portaria	2.7	27	(1)	(2)
		Regimento	2.8	28	(1)	(2)
		Edital	2.9	29	(1)	(2)
		Tutorial	2.10	30	(1)	(2)

(continuação)

Codificação				ITEM	RESPOSTA	
Código	**ITEM**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**		**(1) Pertence (2) Não pertence**	
Documentos (institucional interno)	Documentos no nível local que remetem diretamente e indiretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Termo de Compromisso	2.11	31	(1)	(2)
Documentos (institucional externo)	Documentos no nível externo que remetem diretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Estatuto	2.12	32	(1)	(2)
		Regulamento	2.13	33	(1)	(2)
Orçamento	Provisões na forma de pecúnia para cobertura de aspectos inerentes ao esporte universitário, tais como pagamento de treinadores, de transporte, de taxas de inscrições e aquisições de uniformes e materiais esportivos.	Origem (fonte)	3.1	34	(1)	(2)
		Conflitos	3.2	35	(1)	(2)
Acadêmicos	Pessoas que se vincularam à universidade via vestibular ou Sisu, com fins de ensino, pesquisa e extensão.	Graduação	4.1	36	(1)	(2)
		Pós-graduação	4.2	37	(1)	(2)
Servidores	Pessoas que se vincula à universidade via contratos ou concursos públicos com fins de desenvolver atividades profissionais.	Docentes	4.3	38	(1)	(2)
		Técnicos	4.4	39	(1)	(2)
Comunidade externa	Público diverso oriundo da sociedade, sem um vínculo institucional com a universidade, mas que goza das ações extensionistas realizadas por ela.	Origens diversas	4.5	40	(1)	(2)
Esporte Universitário	Um tipo de esporte que envolve as modalidades esportivas, praticadas por estudantes universitários e que sejam regulamentadas por suas respectivas Confederações Brasileiras e ou reconhecida pela Federação Internacional do Esporte Universitário – FISU.	Institucional	5.1	41	(1)	(2)
		Atléticas Acadêmicas	5.2	42	(1)	(2)
Esporte Extensionista	Um tipo de esporte geralmente com fins de manifestações educacionais ou de participação que busca atender público externo à universidade.	Comunidade externa	5.3	43	(1)	(2)
Praça esportiva	Infraestrutura esportiva existente para a prática ou o treinamento de esportes.	Espaços para o treinamento e prática	6.1	44	(1)	(2)

(conclusão)

Codificação				ITEM	RESPOSTA	
Código	**ITEM**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**		**(3) Pertence (4) Não pertence**	
		Manutenção	6.2	45	(1)	(2)
Eventos e ações	Encontros esportivos organizados que reúnem pessoas ou equipes com fins de ações competição ou não.	Competições esportivas	7.1	46	(1)	(2)
		Ações de participação	7.2	47	(1)	(2)

APÊNDICE G - LIVRO DE CÓDIGOS FINAL

Categorização		Codificação			
Categoria	**Definição**	**Código**	**Definição**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**
INTERAÇÕES	As interações seriam as relações que os burocratas de médio escalão (BME) realizam com outros atores (estatais ou não) em prol do conteúdo de política pública.	Atores estatais internos (Burocracia de Alto Escalão)	Atores que ocupam cargos eletivos ou não que pertencem ao mais alto nível da instituição e que possuem poder decisório.	Reitoria	1.1
				Vice-Reitoria	1.2
				Pró-Reitoria	1.3
				Auditoria	1.4
				Direção	1.5
		Atores estatais internos (Burocracia Médio Escalão)	Atores que ocupam cargos de confiança e que estão em nível de poder decisório intermediário, abaixo do alto escalão.	Coordenação	1.6
				Gerência	1.7
				Chefia	1.8
				Supervisão	1.9
		Atores estatais internos (Outros)	Atores que possuem algum vínculo oficial com a instituição.	Acadêmicos	1.10
		Atores estatais externos	Atores que pertencem a alguma instituição da esfera do poder público.	Universidades	1.11
				Poder público municipal	1.12
				Estadual	1.13
				Federal	1.14
		Atores não estatais (Diretos do esporte universitário)	Atores que possuem algum vínculo com o esporte universitário em instituição pública federal.	Federação	1.15
				Confederação	1.16
				Atlética Universitária	1.17
				Atléticas Acadêmicas	1.18
				Treinadores	1.19
		Atores não estatais (Outros)	A atores que pertençam à esfera privada.	Empresas	1.20
MARCO REGULATÓRIO	Conjunto de legislação ou documentos que operam em regular o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Legislação (nacional, estadual e municipal)	Atos que promovem o esporte universitário enquanto política pública com marco regulatório.	Leis	2.1
				Decreto	2.2
				Portaria	2.3
		Documentos (institucional interno)	Documentos no nível local que remetem diretamente e indiretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Política institucional	2.4
				Estatuto	2.5
				PDI	2.6
				Portaria	2.7

(continua)

(continuação)

Categorização		Codificação			
Categoria	**Definição**	**Código**	**Definição**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**
MARCO REGULATÓRIO	Conjunto de legislação ou documentos que operam em regular o esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Documentos (institucional interno)	Documentos no nível local que remetem diretamente e indiretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Regimento	2.8
				Edital	2.9
				Tutorial	2.10
				Termo de Compromisso	2.11
		Documentos (institucional externo)	Documentos no nível externo que remetem diretamente ao esporte universitário enquanto conteúdo de política pública.	Estatuto	2.12
				Regulamento	2.13
FINANCIAMENTO	Pecúnia destinada a cobrir despesas diversas decorrentes da realização do conteúdo de política pública.	Orçamento	Provisões na forma de pecúnia para cobertura de aspectos inerentes ao esporte universitário, tais como pagamento de treinadores, de transporte, de taxas de inscrições e aquisições de uniformes e materiais esportivos.	Origem (fonte)	3.1
				Conflitos	3.2
TIPOS DE ESPORTES E PÚBLICOS	A forma como se apresenta o esporte na instituição com fins de desenvolvimento junto ao público específico no contexto de política pública.	Universitário institucional	Esporte tido como tradicional, federado, pertencente ao sistema piramidal esportivo e que obedece a regulação específica.	Acadêmicos Graduação	4.1
				Acadêmicos Pós-graduação	4.2
		Universitário autônomo	Esporte realizado com inovações englobando ações socioculturais.	Atleticanos	4.3
		Extensionista	Esporte com o objetivo de propiciar o acesso às dimensões educacional e de participação para comunidade principalmente externa à universidade.	Comunidade externa	4.4
				Servidores	4.5
INFRAESTRUTURA	Todas as construções físicas disponibilizadas no âmbito da universidade para a realização da prática ou treinamento do esporte.	Praça esportiva	Âmbito de prática esportiva.	Espaços para o treinamento e prática	5.1
				Manutenção	5.2

(continuação)

(conclusão)

Categorização		Codificação			
Categoria	**Definição**	**Código**	**Definição**	**Subcódigos**	**Nº do subcódigo**
SERVIÇOS PRESTADOS	Todas as ações que envolvam o esporte na oferta para seus usuários.	Eventos e atividades	Conjunto de ações que promovam o esporte junto aos seus públicos específicos.	Treinamento para Competições esportivas	6.1
				Prática esportiva	6.2
				Ações de participação	6.3
				Ações de lazer	6.4

APÊNDICE H – RESUMO DE EVENTOS DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Quadro A – Resumo dos principais eventos oficiais e não oficiais do EU no período de 2002 a 2003 com alguma participação da UFMT.

Principais evento oficiais da FMEU e outros que ela era vinculada	**Caracterização**
Jogos Universitários Matogrossenses (JUMs)	Os JUMs são organizados pela FMEU anualmente congregando as IES do estado de Mato Grosso, vinculadas à federação, nas modalidades esportivas coletivas e individuais.
Jogos Universitários Brasileiros (JUBs)	Principal evento esportivo universitário, realizados pela CBDU, o evento contempla as IES brasileiras vencedoras ou indicadas pelas suas respectivas federações estaduais e distrital, nas modalidades esportivas coletivas e individuais.
Liga Desportiva Universitária (LDU)	Em conformidade com o sistema piramidal esportiva a LDU visava o estímulo e o desenvolvimento do esporte universitário. Essa liga era organizada pela CBDU. Devido aos custos que recaiam sobre as IES deixou de ser realizada.
Pan Americanos Universitário (FISU América Games)	Evento esportivo universitário dedicado aos países das américas, realizados pela Federação Internacional do Esporte Universitário – FISU (AMÉRICA).
Universíade	Evento esportivo similar aos jogos olímpicos de verão. O evento era realizado pela Federação Internacional do Esporte Universitário - FISU da qual a CBDU era vinculada.
Evento não oficiais	**Caracterização**
Jogos dos Trabalhadores de Rondonópolis (JOTRA)	Evento esportivo aberto com participação de equipes oriundas principalmente de organizações não estatais, Realizado pelo Serviço Social do Comércio, SESC.
Copa Mato Grosso de Voleibol	Evento esportivo destinado para equipes de voleibol de instituições diversas, realizado pela Federação Mato-grossense de Voleibol.
Jogos Unicuia	Evento esportivo aberto destinado a equipes esportivas diversas, realizados pela Supervisão de Desporto e Recreação da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Mato Grosso.
Jogos Universitários de Rondonópolis (JUR)	Evento esportivo destinado a universidades, realizado pela Universidade Federal de Rondonópolis.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Comentários:

- Os principais eventos esportivos do EU no nível local são apresentados nos Apêndices L, M e N.
- Houve no período, alguns eventos distribuídos em etapas ao longo do ano nos níveis estadual e nacional, porém optamos em relacionar os principais que de alguma forma a universidade participou ou estava ao alcance de participar. Para uma informação mais completa sugerimos consultar o site da CBDU (https://cbdu.org.br).

- Em tese, para participação em eventos esportivos realizados por outras instituições sejam estatais ou não estatais, a universidade deveria segundo Estatuto da Federação

> V -Abster-se, salvo autorização especial, de relações desportivas, de qualquer natureza, com Entidades não filiadas à FMEU ou por esta não reconhecida, cumprindo-lhes precipuamente:
> a- Não participar de eventos nessas condições;
> b- Não permitir que os atletas tomem parte, sob qualquer pretexto ou fundamento, em eventos locais, interestaduais e internacionais. (FMEU, 2020, p. 24)

Porém, não encontramos nos documentos consultados e nem das entrevistas realizadas esse tipo de procedimento, tanto da federação quanto dos atores da universidade.

APÊNDICE I – EVIDÊNCIAS 5.1.3 O NÍVEL LOCAL SOB A LUZ DO MARCO REGULATÓRIO NACIONAL: SEUS ATORES A FEDERAÇÃO, A ATLÉTICA UNIVERSITÁRIA E A PRAÇA ESPORTIVA.

Busca demonstrar via evidências que eram os acadêmicos interessados que realizam o esporte universitário, antes da constituição de uma Atlética Universitária.

> Primeiro a gente começou a criar pequenos eventos porque, como a gente não tinha nenhum apoio financeiro, não tinha nenhuma espécie de mensalidade naquela época, não tinha nenhuma espécie de recurso federal também que garantisse a existência dessas atléticas. A gente tinha que buscar fontes, então a gente começou com o torneio de futsal, torneio de vôlei, que eram os esportes mais jogados naquela oportunidade dentro da universidade. (AU 1, 2024)

> A gente tinha um alcance muito pequeno pela ausência do dinheiro, então seriam pequenos torneios, mesmo assim, eventos muito pequenos. (AU 1, 2024)

> Somente isso, somente isso [suporte de reserva de espaços físicos]. Até mesmo porque o alegado era sempre que não se tinha recurso, então não tinha. (AU 3, 2023)

> A relação era amistosa, e agora eu não vou poder te dizer se por conta do processo da atlética ou se por conta do processo da gente enquanto pessoa. Porque eu era uma pessoa que estava muito ali, a [...] também, a [....] também. Eram pessoas que, se precisasse chamar para fazer qualquer coisa na universidade, estava ali. Eu utilizava-se muito do centro acadêmico, então a gente passava tarde ali, apesar de estudar só de manhã, a gente passava o dia inteiro ali naquele universo, naquele complexo. Então todos os servidores da UFMT, da educação física, conhecia a gente com muita clareza, e a gente ajudava em tudo o que era necessário. E também por consequência, tudo que a gente solicitava, a gente tinha abertura com eles dentro da medida do possível. [resultado das interações, das relações interpessoais]. (AU 1, 2024)

> Mas a gente tinha assim um apoio mais mesmo de... só que era um apoio da nossa coordenação, da nossa direção, um apoio assim “Vai, vai lá e faz”, entendeu. Então era “a gente está aqui para apoiar e tudo mais” de. Não assim, de sentar e pensar em alguma polícia interna, ou sabe, de levar isso adiante, pensar numa comissão para tratar melhor disso, não, não teve. (AU 2, 2024)

> Não tinha nem condições às vezes de fornecer um servidor, né, para ajudar ali no momento da organização da Quadra, por mais que estivesse ali dentro da universidade, dentro do ginásio ali, que a cabeça da FEF vamos dizer assim, e mesmo assim não tinha condições, porque não fazia parte do trabalho dos técnicos que ali estavam, né. Não estavam ali para aquele tipo de trabalho [esporte extensionista]. (AU 3, 2024)

> Então nunca houve nada além do espaço, da cedência de espaço, que foi de campo, que foi de pista, que foi de ginásio. Da piscina nós não conseguimos porque a piscina não atendia questões de profundidade, então a gente nem conseguiu utilizar a piscina como espaço de competição. Mas ali o ginásio poliesportivo nós conseguimos utilizar, nós utilizamos ali o campo e a pista de atletismo antiga, né. (AU 3, 2024)

APÊNDICE J – EVIDÊNCIAS 5.1.3 O NÍVEL LOCAL SOB A LUZ DO MARCO REGULATÓRIO NACIONAL: SEUS ATORES A FEDERAÇÃO, A ATLÉTICA UNIVERSITÁRIA E A PRAÇA ESPORTIVA.

Nós chegamos a fazer uma reunião com a reitoria na época para se apresentar enquanto representantes dos estudantes, quando se tratasse de desporto universitário, para poder também conseguir apoio do campus para que pudesse é fazer o esporte universitário acontecer. Mas tivemos esse momento sim, pra que a formação da atlética fosse executada, um grupo de estudantes se juntou, porque naquele momento ainda não tinha. (AU 1)

De certa forma, a gente teve, é muitas vezes a gente não tinha uma bola ou não tinha um material esportivo para a realização daquele evento, a gente buscava ali junto com a Supervisão de Desporto da FEF e conseguia. A pessoa do [...] também do atletismo, como a gente também era do atletismo, tanto eu quanto a [...], quanto a [...], a gente tinha uma abertura muito grande com ele para às vezes conseguir alguma coisa. (AU 1, 2024)

Eu fiquei um tempo, né, como presidente dessa associação atlética [universitária] e promovemos pequenos eventos motivando e incentivando outras pessoas repensarem esse esporte universitário. Depois disso, com o encerramento das atividades acadêmicas, a gente acaba participando por esses motivos, por esse momento. (AU 1, 2024)

Para que a gente sempre tenha a renovação dessas pessoas, senão acaba que esse processo, ele é minado, né. Ele acaba. Então eu lembro, aí a gente, depois que a gente é, acabou nosso tempo também na gestão e também já estava formando, é comecei a fazer outro curso, então acabou que não tinha outras pessoas para poderem assumir, né. Então a gente até eu lembro que a gente até convidou assim outras pessoas de outros cursos, né, mas não houve interesse. Então, acho que também é uma comunhão aí de vários atores, para que o esporte universitário, ele tem uma maior expansão dentro da universidade, sabe, acho que isso é importante. (AU 2, 2024)

Não adianta ter só a gestão incentivando, se a gente não tem também participação dos acadêmicos, não é. Então acho que também seria importante esse contrabalanceio, sabe. Eu acho que isso é importante, assim eu vejo como uma lição, até que ficou pra gente durante esse tempo que a gente ficou lá dentro da universidade, tentado fomentar o esporte universitário. E aí infelizmente eu não me recordo de após nós termos saído disso ter dado continuidade, né. (AU 2, 2024)

Eu perdi contato com o [...], com o [...], então eu sei que eles passaram em alguns concursos, né, são policiais civis. A [...] foi embora para Cáceres, sabe. Eu comecei a fazer enfermagem, aí depois eu me formei. A gente foi se distanciando, então eu também não tive mais contato com essas pessoas, que eram as pessoas que eu tinha maior contato. (AU 2, 2024)

A gestão também não fomentou pra que outros alunos pudessem assumir a gestão do esporte universitário. Ficou muito restrito a participantes da educação física. E é assim, e aí, por exemplo, os alunos quem está ali, eles têm um ciclo, sei lá, quatro anos, geralmente em média, né, e aí as pessoas saem, se foram. Então, precisa ter essa renovação lá dentro, né, dentro desse meio acadêmico. (AU 2, 2024)

Então assim é, nós trabalhamos desde o início muito juntos, então quando houve essa sabia se era uma atlética para o campus, a gente não conhecia nada desse processo, nomeação da presidência da associação, a gente já tinha, já era sabido por nós essa situação da atlética una e aí era nossa maior preocupação, porque a gente também não né. (AU 1, 2024).

Talvez poderia ser mais. Eu acho que a minha imaturidade, naquele momento, por ser uma pessoa muito nova, eu não soube chegar nas pessoas da maneira correta ou buscar esse apoio de uma maneira maior. (AU 1, 2024).

Não. Não me recordo de existir essa condição [participação acadêmica nas instâncias de decisão do esporte universitário local] (AU 2, 2023).

Mas, nunca, nunca voltada para uma questão propriamente dita assim [discussão sobre política do esporte universitário], uma política da universidade de estar discutindo o esporte universitário, o que é, melhorias para o esporte universitário, dentro da universidade. (AU, 2024)

APÊNDICE K – 5.2.1 O SURGIMENTO DE UMA BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO PARA O ESPORTE UNIVERSITÁRIO E OS DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO: A SOBREPOSIÇÃO DE AÇÕES, O DESENHO INSTITUCIONAL, A EQUIPE DISPONIBILIZADA E OS TIPOS DE ESPORTES E PÚBLICOS

Inicialmente foram os representantes das atléticas que demonstraram suas necessidades que busquei alinhar com os preceitos da instituição que para mim ainda não estavam claros. (BME 3, 2023)

Informei que não seria possível a GPEL financiar cada evento ou ação de cada atlética, mas que seria possível criar um mecanismo de apoio ao evento principal deles. Isso ficou acertado na reunião. (BME 3, 2023)

Na época do principalmente da Liga das Atléticas, a relação era muito boa. Era uma relação de mão dupla mesmo, né, como a gente fala, porque a partir do momento que ainda o subsídio para a gente poder realizar nossas atividades e ao mesmo tempo isso era muito bom para universidade que integrava toda a universidade ali. Então acredito que o suporte da gerência de esportes da Pró-Reitoria, foi muito bom para o desenvolvimento da nossa atividade. (AA 1, 2024)

Na LAUF, gente foi responsável pelo INTERUFMT no primeiro, segundo e terceiro anos de realizações, e assim em diante. Também integrava todas as equipes, chegamos a ter duas divisões de cada, cada uma com 12 equipes participando, 12 atléticas participando. Então, acabava sendo muito bom para poder fomentar, né, falando novamente esse esporte, com essas competições que a gente realizava.

Mas a ideia da LAUF foi justamente a gente criar esse ambiente para conseguir fazer um campeonato aqui dentro da UFMT, que integrasse todas as atléticas, porque tinha alguns campeonatos que alguns atléticas participavam, algumas para fora, só que muitas outras atléticas aqui dentro não tinham esse ambiente. Então foi essa a ideia da criação da LAUF. Então a LAUF era o primordial dela era fazer o campeonato esportivo principal, que era o InterUFMT, esse era o objetivo. A gente trabalhava praticamente um ano a gestão toda para fazer o InterUFMT. (AA 2, 2024)

APÊNDICE L – SERVIÇOS PRESTADOS NOS ESPORTES EXTENSIONISTA E UNIVERSTÁRIO NA UFMT ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2022.

Como vimos nos elementos textuais desta tese, o esporte na modalidade extensionista, demonstrou ser no período pesquisado o que a instituição mais consolidou. Sua estrutura de implementação era mais robusta se comparada ao esporte universitário. Composto por cargo de confiança e corpo técnico, o esporte extensionista não deixou de ser realizado durante os anos, ainda que sofresse com algumas descontinuidade de ações. O objetivo da apresentação desses dados é demonstrar a evidência da predominância do esporte extensionista na universidade e ao mesmo tempo como foi a trajetória do esporte universitário no mesmo contexto. Ainda que com a criação de uma nova BME mais direcionada para o esporte universitário, essas duas burocracias mantiveram algumas ações sobrepostas (extensionistas-esporte universitário).

Foi comum durante os períodos apresentados a descontinuidade ou não oferta mais de atividades e eventos tanto extensionista quanto do esporte universitário decorrentes de fatores como problemas de infraestrutura e manutenção, financiamento, materiais e equipamentos esportivos, aposentadoria de servidor e não reposição de novos. Então algumas ações que eram sistemáticas passavam a ser intermitentes ou mesmo deixaram de existir. Essas informações podem ser conferidas nos quadros que compôs o este apêndice.

Quadro D - Atividades extensionistas realizadas entre os anos de 2003 a 2008 pela SDR/FEF.[82]

Manifestação do esporte	Participação e educacional.
Atividades sistemáticas	**Ações**: Escolinha de Iniciação Desportiva nas modalidades de basquetebol, futsal, futebol de campo, handebol, ginástica artística, ginástica rítmica desportiva, lutas, natação, voleibol e xadrez. E atividades esportivas para adultos e idosos caminhada orientada, defesa pessoal, hidroginástica, lutas, natação e musculação. **Tipos de públicos:** Crianças, adolescentes, adultos e idosos da comunidade externa e servidores da comunidade interna.
Eventos periódicos	**Ações**: Jogos Intercursos (descontinuado), Festival de Pipas (sazonal), Manhã de Lazer (experimental, depois deixou de ser realizado), Campeonato de Rolimã (descontinuado). **Tipos de públicos:** Crianças, adolescentes, adultos e idosos da comunidade externa e servidores da comunidade interna.

Fonte: Elaborado pelo do autor, com base na coleta de dados dos documentos da universidade, 2023.

[82] Nesse período foram consideradas somente atividades realizadas pela Supervisão de Desporto e Recreação/FEF. A título de informação apenas, havia o hábito de realização de atividades esportivas por outros atores, porém sem uma ligação direta com essas duas instâncias que eram as responsáveis oficiais pelo esporte na universidade. Devido ao processo assistemático e a característica extensionista dessas atividades (não sendo o foco desta pesquisa) não foi possível e necessária realizar o registro.

APÊNDICE M – SERVIÇOS PRESTADOS NOS ESPORTES EXTENSIONISTA E UNIVERSTÁRIO NA UFMT ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2022.

Quadro E - Atividades do esporte universitário realizadas pela CEL/PROCEV, depois GPEL/PROCEV entre os anos de 2009 a 2016.

Manifestação do esporte	Rendimento.
Atividades sistemáticas	Treinamento esportivo.
Eventos periódicos da instituição	Ações: Intercursos (descontinuado), *Cross country* (experimental que atendia públicos diversos interno e externo), Intercampi (experimental, este evento envolvia as equipes campeãs dos intercursos de cada campi). **Tipos de públicos:** Acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação.
Eventos periódicos de instituições externas	Ações: Jogos Universitários Matogrossenses, Jogos Universitários Brasileiros, Universíade. **Tipos de públicos:** Acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação.
Manifestação do esporte	Participação, educacional e rendimento.
Atividades sistemáticas	Atividades e eventos.
Eventos e ações	Jogos Unicuia (descontinuado), Torneio Bengalão (descontinuado), Jogos Pisquila (descontinuado), Festival de Pipas (descontinuado) **Tipos de públicos:** Crianças, adolescentes, adultos e idosos da comunidade externa e servidores da comunidade interna.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na coleta de dados dos documentos da universidade, 2023.

Quadro F - Atividades do esporte universitário realizadas pela GPEL/PROCEV entre os anos de 2017 a 2022.

Manifestação do esporte	Rendimento.
Atividades sistemáticas	Treinamento esportivo.
Eventos periódicos da instituição	**Ações**: InterUFMT (evento anual da Associação Atlética Acadêmica). Contratação de treinadores. Seletivas. Treinamento. Realizações de exames e atestado médico. Jogos Universitários de Rondonópolis. **Tipos de públicos:** Acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação.
Eventos periódicos de instituições externas	**Ações**: Jogos Universitários Matogrossenses, Jogos Universitários das Universidades Federais do Centro-Oeste (descontinuado), Jogos Universitários Brasileiros, Jogos Internacionais em nível universitário Sul-americanos e Mundial (sazonais). **Tipos de públicos:** Acadêmicos dos cursos de graduação e pós-graduação.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na coleta de dados dos documentos da universidade, 2023.

APÊNDICE N – SERVIÇOS PRESTADOS NOS ESPORTES EXTENSIONISTA E UNIVERSTÁRIO NA UFMT ENTRE OS ANOS DE 2003 A 2022

Quadro G - Atividades extensionistas realizadas em parceria (sobrepostas) entre a SDR/FEF, CEL/PROCEV e GPEL/PROCEV entre os anos de 2009 a 2022.

Manifestações do esporte	Participação, educacional e rendimento.
Eventos periódico da instituição	**Ações**: Jogos Pisquila (descontinuado), Jogos Unicuia (descontinuado), Festival de Pipas (descontinuado), Corrida *Cross Country* (descontinuado), Taça UFMT de Voleibol (descontinuado), Eventos das escolinhas esportivas de basquetebol, futsal, ginástica artística, handebol, natação e voleibol. **Tipos de públicos:** Crianças, adolescentes, adultos e idosos da comunidade externa e servidores da comunidade interna.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na coleta de dados dos documentos da universidade, 2023.

Comentário:

No ano de 2017, já com as Atléticas Acadêmicas mais organizadas do ponto de vista de realização de ações, foi criado o InterUFMT, chamado de jogos das atléticas, com a organização delas. Ficando a Gerência de Esportes como apoiadora principalmente na intermediação de reservas de espaços físicos e com ajuda com algum recurso financeiro.

> Sugeriram que a GPEL não reativasse o Intercursos e apoiasse o InterUFMT que seria o evento destinado às atléticas. Informei que não seria possível a GPEL financiar cada evento ou ação de cada atlética, mas que seria possível criar um mecanismo de apoio ao evento principal deles. Isso ficou acertado na reunião. (BME 3, 2023).

Desta forma, o principal evento para os acadêmicos deixa de ser o Intercursos realizado pela BME e passa a ser o InterUFMT realizado pelas atléticas, via Liga das Atléticas da Universidade Federal (LAUF) tendo a BME como apoiadora. O esporte universitário também sofreu com problemas de descontinuidade. Os maiores entraves eram a questão do financiamento e equipe para organizar, uma vez que o corpo técnico existente na instituição estava todo voltado para a demanda das atividades extensionistas (lotados na SDR/FEF).

No campo ainda das atividades sobrepostas entre BME do esporte universitário e BME do esporte extensionista no quadro G acima estão relacionadas as principais atividades que foram realizadas em parcerias no período de 2009 a 2022. Como o principal mote esses eventos careciam de recursos financeiros para serem realizados além de parcerias. Como a SDR/FEF não possuía um orçamento e a GPEL/PROCEV possuía, mas direcionado para o esporte universitário, boa parte dos eventos foram realizados de forma sazonal ou foram descontinuados.

APÊNDICE O – EVIDÊNCIAS DAS RELAÇÕES COM REFERÊNCIA A ATLÉTICA UNIVERSITÁRIA

Pelo que eu percebi à época, não consegui enxergar diretamente uma burocracia interna da universidade, que cuidava do esporte universitário. Não via essa burocracia interna ou um setor específico, um servidor de carreira lá que está cuidando do esporte universitário, dando apoio para a atlética, ou atléticas dos cursos. Mais eram iniciativas nossas mesmos, dos acadêmicos. Naquilo que tínhamos acesso, era mais ali na Faculdade de Educação Física. Como conhecíamos os professores, nossa relação não era conflituosa. Foi uma relação amigável. Nós tínhamos acesso à coordenação da faculdade, do curso né, à direção da faculdade. Essa relação não foi complicada. Tivemos acesso a eles quando íamos pedir apoio principalmente para utilização dos espaços físicos para a realização dos eventos do esporte universitário. (AU 2, 2024)

Agora dentro da universidade, principalmente, nós não tínhamos nada chegando das instâncias superiores. (AU 3, 2024)

Então, eu acredito que além dessa parte competitiva, ter muito tipo de formar um time que vai representar a faculdade nos campeonatos universitários, essa outra parte de válvula de escape que ajudava muitos os universitários, acho muito importante. Então é nessa parte também de lazer, de bem-estar. Muita gente começava a fazer esporte quando entrava na faculdade até, então muita gente, é, conseguia manter. Então, tipo, era fiel no treino, tipo você via que fazia bem. Eu falo também como uma pessoa que treinava, né, que começou por isso, então acho que até muito nisso, né, tipo de também ser um bem-estar para os alunos e ser um a válvula de escape para eles também, meio tanto às vezes tanta pressão que o curso pode acabar jogando em cima do aluno. (AA 2, 2024)

A gente realmente conversava ali que seria a melhor maneira, inclusive na questão das quadras também para treino. A gente sempre discutiu, as atléticas, qual que era o melhor jeito, o melhor formato de conseguir falar, distribuir os horários de uso de cada atlética e aí a gente levava para o diálogo com a gerência, né. E aí, tanto é que já mudamos algumas vezes o formato de reservar o espaço físico e hoje o formato de reserva seque o que foi mudado na minha época de presidente. E sempre o pessoal conversava entre as atléticas e a gente levava para a gerência a forma que achávamos melhor para reservar os horários. Geralmente a gerência era bem receptiva a ideia. Falavam assim “vocês acharam melhor, beleza”. Mas a ideia partia da organização da gente de conversar com o pessoal, essa parte de organizar espaço, essas coisas sempre aconteceram assim. (AA 2, 2024)

Então, não havia ingerência da Gestão do Esporte da UFMT dentro das atléticas. Eles entendiam a nossa independência, a nossa autonomia. (AA 2, 2024)

APÊNDICE P – EVIDÊNCIAS 5.2.1 O SURGIMENTO DE UMA BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO PARA O ESPORTE UNIVERSITÁRIO E OS DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO: A SOBREPOSIÇÃO DE AÇÕES, O DESENHO INSTITUCIONAL, A EQUIPE DISPONIBILIZADA E OS TIPOS DE ESPORTES E PÚBLICOS

> Então acho que nessa construção de conseguir, porque chega aquela chega um nível ali que que a gente como universitário, fica um pouco complicado de continuar mantendo ou de um ponto de crescer mais Então acho que aí seria muito importante, porque é um pessoal [BME do EU], que já tem experiência, tem recursos também, então eles poderiam estar junto para conseguir sempre estruturar mais. (AA2, 2024)

> Tipo, sempre pra usar um recurso na [universidade] sempre tem toda uma burocracia. Então sempre ela [BME do EU] estava ajudando a gente nessa parte burocrática, que é algo que também pra quem é universitário, não é da parte administrativa da universidade, às vezes não fica bem evidente, como é todo o processo. Ajudavam nesse nessa parte aí praticamente, pô, praticamente em tudo, né. Faziam acontecer essa parte burocrática. E sempre esse diálogo foi bem tranquilo, né, questão de dessa forma, de quando já estava a parceria, de conversar, sempre foi bem receptivo na questão tanto de falar, “Ah, vocês querem mudar a forma de pegar a quadra? Beleza”, “quer marcar os horários pra tal? Beleza”. Eu acho que sempre teve um ou outro momento ali, pontual, que teve algum conflito, teve alguma resistência de alguma dificuldade ali. Mas no geral, eu acredito que foi sempre uma relação bem amistosa. (AA 2, 2024)

APÊNDICE P – 5.1.3 O NÍVEL LOCAL SOB A LUZ DO MARCO REGULATÓRIO NACIONAL: SEUS ATORES A FEDERAÇÃO, A ATLÉTICA UNIVERSITÁRIA E A PRAÇA ESPORTIVA.

Não teve desses 13 anos, não teve dois anos que eu acho que eu até consegui uma "diariazinha" no evento para pagar pessoal. Bem simbólico mesmo, mas no geral, é sempre foi realmente trabalho gratuito [voluntário], né, sem ônus. O ônus na verdade eram para as pessoas, né, que se esforçavam. É, o professor [...] vinha de Primavera do Leste, ele veio nos jogos pela [...] de Primavera do Leste e depois acabou integrando a equipe da FMEU. Hoje em dia o secretário [...], lá de Primavera do Leste, é um rapaz que já veio como voluntário nos jogos universitário aqui pra gente também. Então esse sempre foi um trabalho que nunca foi remunerado mesmo, não. (FMEU 1, 2024)

Certamente, [era voluntário] é nesses 13 anos aí que é eu estive à frente da federação, graças a Deus nós tivemos uma satisfação e temos a gratidão de ter contado com a colaboração de uma média aí, né, a cada ano girava aí umas 5 pessoas, né. É [...], [...], [...]. Depois veio o [...] que hoje é o presidente, né, [...], [...], a [...], é o [...], né. Entre outras pessoas aí. Nesses 13 anos eu não tive [pessoas com relações trabalhistas] e a FMEU já girava os 12 meses do ano com atividades. (FMEU 1, 2024)

é a FMEU sempre dependeu de produzir eventos esportivos que fossem lucrativos para gerar um mínimo de receita livre para ela, para fazer alguns custeios administrativos, tal como a tinta de impressora, né, dos expedientes que eram feitos. Os órgãos públicos pedindo o ginásio reserva de espaço, não é, então o que a gente fazia era com muito do bolso mesmo, né, de início. Falando de expediente, expediente, era um celular 24 horas da presidente, né? (FMEU 1, 2024)

Na época do secretário [...] do governo [...], quando começou, sim, a estruturar a Secretaria de esporte, com recursos com convênios para as federações e que viabilizava, né. Então assim a conta é, você tirava parte da despesa dos jogos do convênio que não cobria tudo. Outra parte era da receita, da taxa de inscrição. E alguma coisa que sobrava é o que mantinha. A receita com a FMEU como entidade, ela tinha duas receitas importantes no ano. Na entrada, 2 momentos que a gente tinha que fazer receita para custear os 12 meses do ano. Uma era o jogos universitário mato-grossense, quando a gente fazia o estadual e outra era, os jogos universitário brasileiro. Quando a gente levava as equipes campeãs para o brasileiro, a gente conseguia o apoio de ônibus ou convênio para ônibus, né, para levar as delegações e tinha uma taxa de inscrição também. Então eram essas duas receitas que estruturavam a FMEU durante os 12 meses, minimamente. (FMEU 1, 2024)

APÊNDICE R – EVIDÊNCIAS 5.2.3 A ATUAÇÃO DA BME NA AUSÊNCIA DE REGRAMENTO LOCAL: A ADOÇÃO DE PADRÕES DE AÇÕES.

> Então, realmente, quando a UFMT, ela instituiu essa Coordenadoria esportiva específica e é para cuidar, é, do esporte universitário dentro da faculdade teve um crescimento muito grande lá dentro, saindo daquela relação amadora dentro da faculdade educação física, né. Amadora, espontânea, que eu quero dizer, talvez seja até a palavra mais correta ou espontâneo. (FMEU 1, 2024)

> Todas essas trocas [interações com outras universidades federais] me ajudaram entender melhor como as coisas funcionam. Serviu para eu começar a esboçar e depois criar um padrão de procedimentos e realizações para a UFMT da qual acabou sendo seguido pelos campi. (BME 3, 2023)

> Eu trabalho com as equipes de representação e tenho uma postura, né. Uma postura de organizar mais, de detalhar, eu tomo mais à frente das coisas. (BME 4, 2023)

APÊNDICE S - 5.3.1 BME 1 – PERÍODO 2003 A 2008 - BUROCRACIA: SUPERVISÃO DE DESPORTO E RECREAÇÃO (SDR), LOCALIZADA NA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEF).

Quadro H - Evidências das interações do BME 1 no esporte universitário no período de 2003-2008.

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores não estatais (federação) n = 7	"Nós estávamos ali sempre colaborando na minha época com a FMEU. Nós tínhamos bom relacionamento com o pessoal"
	"Geralmente era mais a FMEU mesmo. Ela que cuidava da do esporte universitário."
	"Bem como, tínhamos um bom relacionamento com o presidente da FMEU, a gente trabalhava em conjunto para que as coisas andassem da melhor maneira possível, na forma que a Supervisão pudesse ajudar mediante suas condições."
	"na época em que eu fiquei no cargo, a FMEU, ela tomava conta de todos os setores que iam ser disputado dentro dos jogos universitários. Então eles que faziam a programação, eles que organizavam e nós entravamos com o apoio cedendo os espaços físicos para eles. Nós estávamos sempre disposto a atendê-los. Então nós não tivemos problema nenhum, sempre trabalhamos juntos, essa era a intenção nossa."
	"havia assim, uma participação de parceria, né? Com a questão da cedência dos espaços físicos para a realização de jogos da FMEU, mas em termos da implementação, da realização do esporte universitário interno da UFMT, da sua organização, das suas equipes, todo o envolvimento que precisa de treinamento, a FMEU ela não adentrava na UFMT, é mais relacionado mesmo quando essa parceria condizia com os eventos esportivos, com a cedência dos espaços físicos".
	"No tocante aos eventos, na época, nós conversávamos diretamente com presidente da Federação. Sempre tivemos uma relação direta."
	"Graças a Deus tivemos uma boa relação com a FMEU, não tivemos nenhum tipo de problema."
Atores estatais internos (acadêmicos) n = 6	"E buscava também os acadêmicos de educação física. Então, era uma participação mútua, uma participação que envolvia todos, porque era interesse nosso também a fazer esse tipo de atividade junto com a parte acadêmica da universidade."
	"os alunos sempre procurava a supervisão onde eles tinham o apoio para a realização dos seus eventos dentro da universidade."
	"Geralmente os acadêmicos vinham até a gente, nós tínhamos o setor de recreação dentro da universidade, que era responsável por isso, juntamente também com a seção de desporto. Então nós fazemos uma reunião e via qual eram as condições da Supervisão em ajudar e a participação porque existia uma programação e a gente tinha que se adequar ao que foi decidido nessa reunião."
	"os acadêmicos da universidade nos procuravam para esse atendimento [espaço físico]."
	"Quanto a organização do esporte universitário, é claro que não deixávamos os acadêmicos de fora. Buscávamos envolver os acadêmicos junto à FMEU."
	"Eu quero deixar claro que a supervisão, no que poderia ajudar, nós nunca deixamos de ajudar dentro das nossas condições."

(continua)

(conclusão)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (alto escalão) n = 2	"Nós, graças a Deus, no setor, quando eu fui supervisor, sempre tive apoio do diretor da faculdade. Porque acreditava no trabalho que nós fazíamos lá, eu acreditava nos outros chefes de setores [da FEF]."
	"E sempre tivemos bom relacionamento que o primeiro escalão da universidade, porque eles também envolviam o conjunto com a gente e para nós, a universidade, a supervisão, levava o nome da universidade que era interessante para todos. Então eu acho que não tivemos nenhum tipo de problema. Sempre tivemos apoio do primeiro escalão da universidade."
Atores estatais internos (outras burocracias de médio escalão) n = 1	"sempre tivemos relacionamento com todos os setores ligado ao esporte dentro da universidade."
Atores estatais externos (municipal-estadual-nacional) n = 1	"Já o Ministério do Esporte ou da Educação, era uma relação mais direta com o primeiro escalão da universidade. Sabia que era interessante a participação dos Ministérios, de darem contribuições. Mas, não chegava até a mim exatamente se existia essa preocupação com o esporte universitário por parte dos ministérios."
Atores não estatais (atléticas) n = 1	"Essa relação era diretamente com as atléticas. Elas nos informavam qual eram as necessidades para a realização dos eventos dentro da universidade. Então era diretamente com elas. Eu tinha, lógico o setor do desporto que ajudava diretamente, dando o suporte que poderíamos dar para as atléticas realizarem seus eventos dentro da universidade."

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE T - 5.3.2 BME 2 – PERÍODO 2009 A 2016 – BUROCRACIA: COORDENAÇÃO DE ESPORTES, LOCALIZADA NA PRÓ-REITORIA DE CULTURA, EXTENSÃO E VIVÊNCIA (PROCEV)

Quadro I - Evidências das interações do BME 2 no esporte universitário no período de 2009-2016

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (outras burocracias do médio escalão) n = 8	"Sentávamo-nos bastante, a área esporte, o coordenador de esporte no meu caso, da cultura, estudantil e de extensão, nós sentávamos os quatro, juntamente com o pró-reitor, que é uma pessoa que tem uma cabeça fantástica, deixa você né pensar, sonhar nas coisas, correr atrás e te dá um suporte para isso. Então, nos sentávamos e conversarmos bastante sobre isso, tudo era ligado, cultura, extensão, estudantil na época, mesmo que depois que criou a pró-reitoria, continuamos conversando e trocando as ideias do que que a gente poderia desenvolver em relação a área esportiva ali dentro, em conjunto, né."
	"os próprios profissionais, nós da Faculdade de Educação Física, a Supervisão, porque estava à frente. Então, eu acho que era um conjunto [...], a gente sentava e nós discutíamos juntos. É lógico que a gente selecionava alguns, que eles viam que eram de uma proporção melhor para todos eles e que nós tínhamos condições de desenvolver isso ali dentro, tanto a parte financeira, quanto a parte da estrutura."
	"...a gente sentou [...] pode fazer assim, vamos dividir em categorias, por idade, de tanto, tanto, tanto, não vamos fazer essa, e, é assim que a gente ia criando e a gente ia fazendo, primeiro com suporte do pró-reitor, e aí eu sentava com os nossos colegas da supervisão e discutíamos isso e ia atras de recursos, eu ficava pra correr atrás desse recursos, sentávamos, dá pra fazer assim, dá. Dá fazer assim [...]? Dá. [...] dá pra fazer assim? Dá. E assim a gente ia desenvolvendo e ia fazendo, sempre conversando, não dá pra você fazer nada sozinho."
	"Ideias tem que conversar, tem que implementar essa ideia, de repente você está pensando numa coisa lá, você tem a ideia, né, porra de continuar, de se fazer, como a gente teve a ideia de voltar o Unicuia, quando a gente tava lá na pró-reitoria, a gente voltou. Nós conversamos com vocês, porque tinha que ter os coordenadores, gente ó, nós vamos fazer assim, assim, com poucas modalidades, nós não vamos fazer com 18 modalidades, nós vamos fazer com modalidade quadra, né, o judô, porque, aí entra a questão das parcerias, se a gente não tiver parceiros, a gente tinha a universidade que cedeu os espaços, cedeu os profissionais..."
	"e com a faculdade de educação física, não pode esquecer, que o suporte vinha dali. Suporte maior era da li, espaço físico, os profissionais, os professores, os técnicos que estavam ali para atender."
	"Eu mesmo fui descobrir que pra fazer pagamentos na questão esportiva, né de modalidade específica eu tinha que entrar na seção de material, eu não sabia, pensava que era direto... eu sei que era da pró-reitoria administrativa, eu tinha que ir na pró-reitoria administrativa, mas pensei que fosse uma outra, mas quem geria isso nessa questão pra você entrar solicitar, pra fazer pagamento de uma inscrição, no caso vamos dizer lá dos jogos, é universitário matogrossense ou CBDU na época que existia era por lá que a gente entrava para solicitar, então a gente conhecia os coordenadores e pró-reitores a gente ia atrás e conseguia isso na época."

(continua)

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (outras burocracias do médio escalão) n = 8	"...e como tinha a supervisão da Faculdade de Educação Física junto com a gente, a gente conseguia desenvolver o trabalho."
	"Mas eu tinha a supervisão que sempre atendeu, sempre não teve como... nunca falou um não, a faculdade de uma maneira geral, eu falo supervisão, mas é era a faculdade, que a supervisão está dentro da faculdade de educação física."
Atores estatais internos (acadêmicos) n = 8	"entram alunos iam nos procurar a gente sentava dava apoio" p. 10
	Então nós ouvíamos isso, montávamos projetos [para eventos esportivos] principalmente com aqueles alunos, da nossa área [educação física], porque a PROCEV quando foi criada, ela tinha uma coordenação também estudantil, depois virou até uma pró-reitoria.
	"O estudante principalmente de educação física juntamente, que a gente colocávamos eles juntos com as atléticas, né para desenvolver, para aprender e isso foi um papel importante quando foi criado para a gente trabalhar com os alunos, colocar os acadêmicos de educação física junto com as atléticas, fortaleceu as atléticas, fortaleceu o conhecimento para os alunos, principalmente para quem estava estudando a parte de organização e administração esportiva, que dá um suporte maior, não que os outros antes de fazer não podia, podia porque a gente dava esse suporte também."
	"Então vários outros que a gente teve, a gente sempre desenvolvia junto com a questão dos alunos, professores e técnicos da Faculdade de Educação Física [Supervisão]."
	"...eu tinha um grupo lá dentro da universidade, que você conhece de acadêmicos de educação física que queriam muito aprender muito isso, e eu falava pra eles, olha vocês querem fazer isso? Tá. Então primeira coisa vamos pesquisar. Isso aqui você acha que isso é viável? É. Ah, professor mas eu não sei fazer determinado tipo de coisa, como que é esse regulamento, como que é. Eu falei, eu tenho um esboço aqui do regulamento."
	"Vamos sentar com os acadêmicos pra ver se nós temos condições..."
	"Esse aqui não dá, então junto com os alunos, olha isso aqui está com dificuldade, nós não temos aqui. Qual que é a proporção de nós realizarmos isso aqui, é viável? Tem quantos para poder participar? Vou citar assim como exemplo, uma modalidade x, isso daqui dá pra fazer, é novo? Será que dá pra fazer?"
	"eu tinha essa equipe que você conheceu, conhece, [...] é uma que está hoje, é coordenadora hoje de esportes, ela fazia parte dessa equipe, ela gosta, pra organizar, [...], é... e vários outros lá, e a gente acaba até faz muito tempo a gente acaba esquecendo de nomes, mas todos eles eram acadêmicos ainda na época e aprenderam, hoje são nossos colegas, são profissionais de educação física, é presidente da FMEU, o [...], hoje ele sabe muito bem organizar e fazer, aprendeu lá. Ah, mas, isso aqui é como professor? É assim, assim, assim."
Atores estatais externos (municipal-estadual-federal) n = 5	"a gente sempre teve um bom relacionamento na área esportiva com a secretaria de esportes do Munícipio, do Estado, a gente teve essa facilidade e a gente conseguia fazer essa parceria juntamente com a pró-reitoria que dava esse suporte."
	"A secretaria Municipal de Cuiabá, a Estadual e as Prefeituras onde nós tínhamos principalmente os campus nosso, nós sentávamos conversávamos, pegávamos o pró-reitor na época de cada campus desse, nós íamos ao locais também, conversávamos também com o prefeito ou secretário de esporte, dono da pasta, né, no caso desses municípios."

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais externos (municipal-estadual-federal) n = 5	"Tínhamos também uma relação no ministério do esporte também, aonde tínhamos uma convivência, tínhamos um conhecimento com uma amiga particular que acabou sendo umas das diretoras do ministério lá, que a gente acabou mencionando, ela é egressa da nossa universidade, é da minha época, quando a gente fez, e a gente tinha muito amizade, então isso deu também um suporte, um conhecimento não só pra questão é de atividades esportivas, de eventos esportivos, mas suporte também na questão de ajudas vamos dizer, é, pista de atletismo, na universidade nós temos uma pista top de nível internacional, reforma do ginásio de esportes, reforma do parque aquático, ali da piscina, então todo esse conhecimento que a gente tinha, as quadras externas, todos os espaços físicos da universidade que nós temos, esportivo, foi através do ministério com ela [....], uma pessoa fantástica, que nunca esqueceu aqui o lado..."
	"Também tivemos entradas é, porque a gente acaba entrando, você tem que entrar, às vezes a gente não gosta, mas eu já disse aqui agora, acabei de citar, é a questão política, que aí você acaba mesmo a gente não gostando, mas pra você tentar conseguir alguma coisa, você tem que entrar, no próprio governo do estado, a secretaria de Ciência e Tecnologia, nós fomos até o secretário, com a questão da Copa do Mundo vindo pra cá, fui construído essa pista que nós conseguimos, é com a Copa do Mundo em 2014, Cuiabá sendo sede, nós fomos até a Secretaria de Tecnologia na época, conversamos como secretário, na época [...] que era o secretário, e conversamos com ele e expomos para ele essa questão e que precisava, já que vai ter uma copa do mundo aqui, precisaria de um laboratório pra que a gente pudesse desenvolver esse trabalho, já que estamos brigando por uma pista, que ele também foi um dos que brigou pra essa pista estar ali também, na época ele era secretário, mas depois ele virou vice-governador. E nessa época, lá de 2014, nós conseguimos esse laboratório, implementar, não é conseguir fazer o laboratório, o laboratório já existia, o [...] foi um dos primeiros que montou, começou desenvolver esse trabalho de laboratório de Educação Física com equipamentos, nós conseguimos ampliar isso, colocamos equipamentos modernos na época, é foi uma luta também pra convencê-lo, mostramos, ele é um cara muito ligada a questão esportiva e mostramos pra ele, pediu pra montar um projeto, fizemos esse projeto, eu e o [...], montamos ele fez e eu fui lá fazer esse trabalho que não é muito legal que é parte política da coisa, mas fomos lá mostramos pra ele, e ele aprovou isso. Fizemos, o laboratório já com alguns aparelhos, o bom disso que vieram professores, depois de concurso aberto, substituindo, vieram profissionais aí muito bons que estão atendendo nesse laboratório."
	"...então isso o esporte, principalmente ali a universidade te abre muitas portas, então a gente tinha vários com o Governo, era com Secretário de Governo, de municípios, prefeitos, é Ministério do Esporte, é com isso a gente além não é só essas questões que a gente disse, mas muitos cursos vieram pra cá, a gente conseguiu desenvolver em parceria com a Prefeitura Municipal de Cuiabá, no ano 2000, final dos anos 1990, início dos anos 2000 a questão de cursos de capacitação pra acadêmicos nossos, não era especificamente só pra Educação Física, lógico ela levava uma vantagem porque era da área, mas eram cursos que a gente fazia de capacitação abrangentes pra questão de desenvolvimento humano mesmo, social, que dava pra cursos afins também estarem ali, trabalhando e desenvolvendo isso junto."
Atores não estatais (entidades privadas) n = 5	"Então tivemos participação também com empresas privadas aqui dentro, a [...] foi uma grande parceira nossa, a gente tinha muita entrada dentro da [...]."

(continuação)

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores não estatais (entidades privadas) n = 5	"...a entrada da AA Uirapuru, foi muito forte para a UFMT, porque o Uirapuru também ela deu um, eu disse pra você que a Pró-reitoria, Supervisão, área do esporte ela é vamos dizer assim ela é um marketing da universidade, porque tudo quanto é coisa que você vai falar do esporte, é o Uirapuru da UFMT, e ela abriu isso também, o Uirapuru abriu isso também, porque o acadêmico que entrava e jogava ia pra fora, e eles depois que formavam como eu disse pra você muitos viraram nas suas profissões."
	"...né como acabei de citar a questão do [...], ele foi presidente da [...], foi acadêmico nosso, né. Eu tive conhecimento, nós fomos colegas de algumas disciplinas afins que nós tínhamos da Educação Física com a Medicina e isso abre as portas pra gente depois. Ele com uma grande empresa que é a Unimed Cuiabá ajudou muito a universidade, a área esportiva não só área esportiva, mas a área da universidade através desse conhecimento que a gente sempre colocava quando estávamos ali na Pró-reitoria, de Cultura, Extensão e Vivência que a gente ia junto com [...] e a gente acabava fechando algum tipo de parceria."
	"...a natação a gente tinha um convênio muito grande com a federação de natação, por que? Eles iam com as equipes deles todas. No atletismo, a federação, [...], mesma coisa. [...], era [...] na época, entrou com a equipe dele toda, o judô mesma coisa, com o [...], com a [...], que tava lá que foi aluna nossa tudo, tal, que era diretora lá."
	"De certo modo aquilo que eu disse, com umas a pessoa acaba absorvendo fazendo tudo, né a parceria com você, tudo que eu falo no sentido de organização, né porque as modalidades individuais, precisam, eles tem lá a maneira deles, às vezes não temos dentro da universidade que faça isso. Então a federação vai lá e absorve e acaba fazendo isso."
Atores estatais internos (alto escalão) n = 4	"Na minha época mesmo como gestor eu também ouvia bastante, juntamente com a Supervisão, porque não dá para você falar da coordenação de esporte, lá da PROCEV, da própria PROCEV na área esportiva, sem falar da Faculdade de Educação Física, sem a Supervisão, que é um trabalho, é um complemento, como eu disse para você veio até a ajudar proporcionar."
	"...lógico que teve um conjunto de pessoas, a gente não pode deixar de citar, porque isso daí é uma briga que tem, mas através desse conhecimento que nós da área esportiva nós tínhamos, tinha que alçar o vice-reitor da universidade na época, [...], a própria reitora também, o [...] ficou à frente disso respondendo pela administração superior, Fabrício que era o pró-reitor, o Evando que era o diretor da faculdade que não mediu esforços também na época, o Supervisor [...], o [...] que era Presidente da Federação de Atletismo, que é funcionário, é nosso colega lá dentro da Faculdade também. Quer dizer foi um boom de pessoas que a gente teve que fazer isso para poder trazer, com a ajuda da [...] que fez tudo isso e acabamos desenvolvendo e tendo esses espaços físicos hoje renovados, e novos construídos como é o caso da pista de atletismo."
	"...na verdade é o seguinte eu tive um apoio muito grande do pró-reitor."
	"...então isso eu levava para o Pró-Reitor, ele dizia voa meu filho, vai embora, o que você precisar de mim aqui, você tem, né."
Atores não estatais (federação) n = 4	"...a própria FMEU, sempre foram parceiros, esse pessoal que passaram lá pela FMEU é a maior parte se não foi aluno nossa da federal tinha algum vínculo com a federal, participou da escolinha quando pequeno, mesmo que tenha formação fora da UFMT, mas tinha esse contato com a gente, acabava sendo alunos nossos também através de escolinha, participou de colônia de férias."
	"Olha, é principalmente a base ali [relações] né a FMEU, que não se pode esquecer, que era o que tava ali dentro."

(continuação)

(conclusão)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores não estatais (federação) n = 4	"Olha, a CBDU e FMEU hoje elas fazem os eventos delas. Ela tem parceria com a universidade, né. Às vezes eles fazem quando é em Cuiabá, numa modalidade, utiliza o espaço físico da universidade, né, mas, assim diretamente quem faz é a universidade, sempre fez, é quando começou, como eu disse a história já pra você lá atrás, sim, porque era praticamente era só a UFMT e a FMEU, só existia um, trabalhávamos juntos, a FMEU funcionava dentro da UFMT, tinha uma sala lá dentro..."
	"[UFMT e FMEU] faziam um trabalho em conjunto. Mas, hoje em dia não, autonomia da própria universidade, tem parcerias, a parcerias existem, que até quanto aos jogos nós temos que pagar tudo, [...] nós é que temos que correr atrás, arrumar ônibus pra ir quando é no interior, né, tem parceria nesse sentido, de quando tem jogos, tem alguma coisa em Cuiabá, ceder espaço, mas autonomia totalmente da universidade."
Atores não estatais (atléticas) n = 2	"vamos participar, fazia seleção, cada um tomava conta, as atléticas foram criadas também nesses campi, não tinha, a gente começou a fazer isso também, a criação das atléticas nos campi, pertencentes à UFMT e com isso foram gerindo, ali eles começaram a ajudar também a tocar, porque faziam eventos, faziam atividades que podia arrecadar para poder pagar."
	"nós conversávamos bastante com as atléticas na questão de eventos para eles próprios. Nós conversávamos e sentíamos deles o que seria bom, lógico que a gente tinha as ideias, mas queria ouvi-los."

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE U - 5.3.3 BME 3 – PERÍODO 2016 A 2019 – BUROCRACIA: GERÊNCIA DE ESPORTES, LOCALIZADA NA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO (CODEX), PRÓ-REITORIA DE CULTURA, EXTENSÃO E VIVÊNCIA (PROCEV)

Quadro J - Evidências das interações do BME 3 no esporte universitário no período de 2016-2019

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (atléticas) n = 9	A partir daí, marquei uma reunião com os representantes dos alunos, que eram das diversas atléticas para ouvi-los e também para explanar a situação de um desenho orçamentário futuro da PROCEV.
	Na reunião houve muita reclamação e cobranças da instituição, ora por falta ou pouco apoio e pela não realização do principal evento que era o Intercursos. Eles se desvencilharam dos Centros Acadêmicos e do DCE e criaram as atléticas para cuidar do esporte destinado aos atleticanos. Daí viriam também algumas reivindicações para atendimento às atléticas. Sugeriram que a GPEL não realizasse mais o Intercursos e apoiasse o InterUFMT que seria o evento destinado às atléticas.
	Informei que não seria possível a GPEL financiar cada evento ou ação de cada atlética, mas que seria possível criar um mecanismo de apoio ao evento principal deles. Isso ficou acertado na reunião.
	Mediante orçamento previsto para o esporte discuti com eles [atléticas] quais seriam as prioridades, esporte educacional, esporte de participação, esporte de formação, no fim optaram pelas competições interna (InterUFMT) e externas jogos universitários estadual e nacional, enfim que se aproxima do esporte rendimento, o que já vinha sendo realizado já há muitos anos na instituição.
	Pediram [atléticas] para melhorar a gestão dos competitivos espaços físicos que eram divididos com a comunidade externa.
	[buscou trabalhar rotineiramente] Inicialmente foram os representantes das atléticas que demonstraram suas necessidades que busquei alinhar com os preceitos da instituição que para mim ainda não estavam claros
	Tinha contatos com as atléticas também, antes, durante e pós-evento INTERufmt. Devido ao número elevado de atléticas sugeri a eles que criassem de comum acordo uma única comissão para conversar com a GPEL e partir das decisões ocorridas ali eles socializassem com outras atléticas. Eles criaram a LAU, liga das atléticas e isso deu certo considerando a relação atléticas com a GPEL.

(continua)

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (atléticas) n = 9	Algumas vezes algumas atléticas entravam em conflito e de alguma forma isso vinha ao meu conhecimento, porém conversei com eles no sentido de que eu não poderia intervir nos conflitos uma vez que eu entendia que eles tinham autonomia para decidirem sobre as ações atleticanas. Por vezes tive que intervir pela questão das baterias e festa com bebida alcoólica no campus, que era proibido. Fizemos algumas reuniões sobre isso na Reitoria e na PROCEV. A questão das festas conseguimos contornar, mas a questão das baterias não definitivamente. Moradores do entorno da UFMT ou mesmo alguns setores da própria universidade se sentiam importunados pelo barulho dos ensaios delas. O moradores entravam com processo na justiça e os setores internos da UFMT entravam com processo interno. O caminho era sempre buscar um caminho de diálogo com as baterias das atléticas. Fazíamos reuniões com eles na PROCEV e realizávamos combinados em conjunto para evitar que a situação se agravasse. Íamos conduzindo para alguns espaços que mitigavam o barulho, mas ainda assim não se resolveu por completo.
	Como também era influenciado pelo acerto com as atléticas na qual era preferido o fomento do esporte de competição, chamado de rendimento.
Atores estatais internos (outras burocracias do médio escalão) n = 7	Precisei internamente entender como os outros setores da UFMT se interligavam com o esporte. Daí vi que a contenda iria ser grande, uma vez que não apresentava articulação, ou seja, era tudo muito fragmentado. Se precisássemos de um médico ou exame para atestado médico por exemplo, a faculdade de medicina não tinha como atender a demanda, o hospital universitário também não poderia, uma vez que obedecia a fila do SUS, o setor de saúde que cuida da saúde do servidor também não conseguiria, enfim, tinha que buscar alternativas. Isso era ruim pois teria que abater do orçamento destinado ao esporte, ou seja, pagar o exame médico em instituição privada.
	Outro exemplo era a questão de ter treinadores formados ou provisionados em Educação Física, para as equipes esportivas que deveriam estar em dia com a carteira do Conselho Federal de Educação Física. Neste sentido, buscava sempre a parceria com a SDR, pois lá havia técnicos desportivos, porém quase sempre não era realizada essa parceria porque eles já tinham suas demandas. Desta forma, como nos atestados médicos, retirava do orçamento esse recurso para pagar treinadores externos.
	Precisei caminhar por vários setores com outras burocracias para entender os procedimentos e os prazos para que nada atrasasse.
	[interações cotidianas] eram cotidianamente com a Coordenação de Extensão, já que a GPEL estava hierarquicamente ligada a ela. Com os responsáveis pelos campi de Araguaia, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande. Como a GEPL era a responsável pela organização do esporte universitário da UFMT e que tinha estabelecido um padrão, e todos seguíamos esse padrão, então estávamos em contato constante.
	Com o setor financeiro da PROCEV na qual quase todo o orçamento era advindo de lá, quando praticamente todo o fluxo de questões de pagamento dependia dos procedimento e do aval do setor.
	Chamava os responsáveis pelos campi da UFMT e apresentava o planejamento das ações. Dava uma certa liberdade para eles decidirem o que fazer caso não concordassem com o planejamento, mas normalmente eles seguiam.
	...[mantinha interações com] Coordenação Financeira, Coordenação de Aquisições que fazia a licitação para que o planejamento pudessem ser realizado ao longo do ano. E relações esporádicas com o setor a Faculdade de Educação Física, a SDR , o Transporte...

(continuação)

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (alto escalão) n = 6	Depois fui entender quais eram as necessidades do esporte universitário e também quais eram as intenções da gestão [Pró-reitoria].
	...com a presença do Pró-Reitor na época, o Prof. [...]. O professor [...] foi muito favorável ao desenvolvimento dos projetos. Tinha essa consciência da importância do esporte universitário.
	Desta forma estive em contato para consultas e reivindicações constantes com a Coordenação Financeira, Pró-Reitoria de Planejamento, Pró-Reitoria Administrativa, Coordenação de Licitações, Coordenação de Transporte e até Auditoria Interna. Nem sempre as reivindicações foram atendidas, devido muitas vezes às prioridades de outros segmentos.
	Depois tinha que manter relações com mais constantes com a PROCEV, PROAD, [...] a PROPLAN.
	Bom, busquei sempre os acessos aos setores que de alguma forma impactavam as ações do esporte universitário. Não que fossem atendidas todas as demandas, mas pelo menos éramos recebidos e ouvidos pelos pró-reitores, principalmente o da PROCEV e da PROAD. Com a reitoria era mais raro. Vinha mais cobranças na verdade. Faltou um pouco esse elo, eu acho. Mas, por toda organização administrativa da instituição como estava imposta era naturalmente mais distante mesmo.
	Acredito que com as relações conseguimos mostrar o trabalho realizado e conseguimos trazer mais recursos para o esporte. Sem essas realizações não conseguiríamos aumentar o financiamento do esporte e ao mesmo tempo mitigar a precariedade.
Atores não estatais (federação) n = 6	Logo, precisei por exemplo, estabelecer um contato mais próximo com a FMEU para entender os procedimentos e encaminhamentos, ou seja, como funcionava a coisa toda na vida real. A UFMT tinha uma participação muito grande nos eventos da FMEU, em dado momento chegava a ser cerca de 60% do público de seus eventos.
	...acabei meio que ajudando eles também [FMEU] com o propósito de algumas coisas terem que ser pensadas com antecedência, já que como serviço público, a UFMT necessitava de tempo para os trâmites burocráticos de licitações, pagamentos, planejamento de transporte, dentre outros vários aspectos.
	Tínhamos também muito contato com a FMEU, para dirimir dúvidas sobre os procedimentos dos eventos. Nós não tínhamos nenhum contato direto com a CBDU. Todas as ações inerentes a ela era feita pela FMEU.
	Externamente, na FMEU tínhamos uma participação, mas era somente quando ia ser realizado os jogos universitários estaduais. Participava como membro representante da UFMT, mas as discussões giravam em torno dos Jogos e em caso de classificação das equipes de possibilidades de transporte para os JUBS. Isso era durante o Congresso Técnico, ação que precede um evento esportivo.
	Mas, as relações extra oficialmente melhorou a relação administrativa da UFMT com a FMEU. Os trâmites passaram a ser realizados com mais antecedência, facilitando o funcionamento do esporte na universidade. Isso conta muito no plano da organização.
	Já a entidade estadual é um pouco mais próxima. Acredito até porque a UFMT é uma grande participante de seus eventos. E ela acaba demandando mais ações administrativas para a FMEU. Isso acontece por causa de que a UFMT participa dos eventos oficiais do esporte universitário. Daí gera toda uma demanda para chegar até lá. Acredito que o papel da FMEU fica mais na organização estadual do esporte universitário ditando as regras que como vai acontecer. Daí cada instituição se adequa as regras. Isso acaba de alguma forma influenciando na implementação, apesar de que nem a FMEU e nem a CBDU estejam diretamente ligadas.

(continuação)

(conclusão)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais externos (municipal-estadual-federal) n = 5	Tive um pouco de sorte também, já que os JUBS foram realizados pela primeira vez em Cuiabá, daí vieram diversos gestores esportivos de universidades públicas para a cidade. Tive a ideia de entrar em contato com alguns eles e convidá-los para virem a PROCEV relatar sobre suas experiências de gestão do esporte universitário.
	Alguns gestores esportivos nos atenderam ou vieram até a PROCEV, como os representantes da Federal do Rio de Janeiro, Federal do Tocantins, Federal do Amazonas , Federal de Goiás e da Unb. Percebi que a situação não era muito diferente entre as instituições. E o problema maior delas era o financiamento. Algumas estavam melhor do que as outras, mas no restante aparentemente o esporte universitário sofria das mesmas precariedades.
	Mas, foi muito importante essas trocas, principalmente com o Prof. [...] da Federal de Goiás, muito solícito e que estava realizando um bom trabalho no esporte universitário em sua universidade. Todas essas trocas me ajudaram entender melhor como as coisas funcionam.
	Durante um Fórum com gestores esportivos das universidades federais percebi que todos enfrentavam invariavelmente os mesmo problemas e que as iniciativas tomadas na UFMT estavam surtindo resultados ao verificar pelas experiências de outras instituições que estavam em condições mais precárias.
	Outras questões locais estão alheias as esses ministérios [MEC e Ministério do Esporte].
Atores estatais internos (acadêmicos) n = 2	Havia inclusive cobrança dos acadêmicos sobre o estado em que se encontrava o esporte universitário, a não realização de evento esportivo interno e melhor assistência a eles. Eles desejavam que a universidade olhasse com mais carinho e organizasse melhor o esporte universitário, principalmente no tange ao esporte voltado para competições, que era o de maior interesse deles, ou parte deles.
	Houve uma certa resistência, mas pontual, no início de um pequeno grupo de uma modalidade esportiva, de não querer que a GPEL ditasse as normas na modalidade esportiva, daí eles poderiam agir livremente de acordo com as suas vontades. Mas, isso era compreensível já que por algum tempo eles ficaram livres para agir sem uma regra que os conduzisse. Daí promoviam coisas que nem sempre coadunam com boas práticas institucionais. Contornei isso utilizando das regras criadas via padrão institucional. Acima de tudo a instituição é pública e deve responder por atos que denotam ilegalidades. Esses pequenos conflitos ocorreram mais no início, depois as coisas foram se ajeitando.
Atores não estatais (treinadores) n = 1	Na temporada pré-evento, depois durante e pós jogos, tinha contato e acompanhava o trabalho dos treinadores que eram membros da comunidade externa e alguns eram egressos da UFMT. Eles que treinavam as equipes esportivas.
Atores não estatais (entidades privadas) n = 1	Fora o contato com a Federação, tinha raro contato com membros externos, infelizmente, mais era para a aquisição de algum material esportivo. Foi uma época de muita energia centrada na construção de um padrão de funcionamento.

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE V - 5.3.4 BME 4 – PERÍODO 2019 A 2022 – BUROCRACIA: GERÊNCIA DE ESPORTES, LOCALIZADA NA COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO (CODEX), PRÓ-REITORIA DE CULTURA, EXTENSÃO E VIVÊNCIA (PROCEV)

Quadro K - Evidências das interações do BME 4 no esporte universitário no período de 2019-2022

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores não estatais – (federação) n = 5	A gente tem bastante articulação com a Federação Mato-grossense de Esporte Universitário que nos últimos anos ela teve uma reformulação. E aí ela deu uma melhorada gritante na gestão dela. Então a gente sempre tem dialogado com eles. Especificamente, parceria externa, eu acho que acredito que seja basicamente essa, né.
	...já temos 2 anos que que todos os eventos universitários, têm sido realizados fora da cidade de Cuiabá, e aí até um questionamento que eu fiz para o presidente [FMEU], falei, olha, quando é que a gente volta para cá [os jogos em Cuiabá e não no interior], né? Porque fica pesado pra gente, né? E o que ele respondeu, que a chance de voltar para Cuiabá é difícil porque ele não tem um apoio da prefeitura [local], então ele não tem suporte. Já quando leva os jogos para o interior a prefeitura tem concedido para a gente alojamento, facilitado a questão da alimentação, então isso proporciona que a gente possa ir para o evento.”
	Mas, por uma articulação com a Federação, a gente conseguiu garantir a primeira e de primeira também.
	A gente é filiado dentro da federação, porque eu acho também importante, porque garante a gente a possibilidade de voto, né, no sentido de defender mesmo aquilo que é importante pra gente, pra instituição, aquilo que possa facilitar a nossa participação, né.
	...a FMEU ela é grande fomentadora, né. E aí é como eu disse, né, nos últimos anos ela passou, eu vou usar a palavra revolução, porque da mesma forma que eu estou falando aqui que eu quando atleta tinha problemas aqui, eu via como era desorganizado dentro da própria federação, né. Uma vez uma vez eu ouvi a seguinte frase, né, “não é porque o esporte é amador que o trato dele tem que ser amador também”. Então eu vejo que o que ela faz é reverberar fortemente dentro das ações, então, se tiver uma federação atuante, organizada, sistemática, que seja de acordo com a legislação, né.
Atores estatais internos (outras burocracia de médio escalão) n = 5	Daí, internamente a gente tem que dialogar bastante aqui, né? Por exemplo, uma questão que mudou nos últimos anos de quando eu entrei para agora, antes a palavra esporte, ela não estava escrita dentro do seguro, né? Da apólice de seguro da UFMT. Então hoje em dia é tem essa redação. Antes, lá, a atividade de ensino, pesquisa e extensão [estavam garantidos], o esporte não. Hoje em dia se algum aluno machucar a gente tem dentro da modalidade de ressarcimento, a gente tem um seguro. Acho que ainda poderia ser melhor, mas já dá uma garantia para a gente.

(continua)

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores estatais internos (outras burocracia de médio escalão) n = 5	Sem o setor de transporte, ficaria inviável a participação. Então já aconteceu, por exemplo, da gente pedir transporte e não ter evento, o evento ter cancelado. Mas, já aconteceu também, por exemplo, de a gente pedir o transporte e naquele momento, né, tendo o setor de atender aula de campo e tudo mais, não conseguimos ter o transporte para participar. Então, desde o ano passado [2022] a gente teve a grata surpresa de todas as vezes que a gente pediu a gente ter sido atendido, né? Então, no ano passado, em junho, a gente foi com três ônibus, com cerca de 110 estudantes para a cidade Sorriso [MT]. Esse ano a gente foi novamente contemplado com três ônibus para a cidade de Lucas [do Rio Verde MT]. Daqui duas semanas a gente está indo para Joinville [SC] com um ônibus que vai levar aproximadamente 30 estudantes atletas e comissão técnica, né.
	Então, os outros setores também como o do financeiro, né, às vezes de eles entenderem a urgência do atendimento da demanda. Então, sem esses parceiros internos, a gente não consegue desenvolver.
	... por exemplo, é que até 2019 a gente... acho que eu não, não sei dizer se só em 2019 ou 2018 a gente teve, eu não lembro porque não, não era a minha gestão, por exemplo, é que até 2019 a gente... acho que eu não, não sei dizer se só em 2019 ou 2018 a gente teve, eu não lembro porque não, não era a minha gestão, mas em 2019 a gente teve todo um suporte aqui, quer dizer, todo o suporte, não, a gente teve um suporte parcial do setor de saúde aqui na universidade, na questão de consulta e emissão de certificado [atestado médico] de participação, porque todo o evento tem que ter a entrega do atestado de aptidão física, né? Que é uma coisa que garante, né, aos organizadores do evento, mas também que garante, enquanto gestora, que meus alunos têm condições para a gente de participação que se porventura acontecer algum imprevisto, a gente está assegurado que todos os cuidados foram tomados, né. Mas, nos últimos anos a gente teve 2022 e 2023, a gente já não teve esse suporte, né?
	Eu acho que porque no momento que a gente também está, a gente não tem tantos servidores disponíveis assim pra poder fazer. [...] então também às vezes não tem nem muito como cobrar, porque eles também tão sobrecarregados [técnicos desportivos da SDR/FEF], né.
Atores estatais internos (alto escalão) n = 4	E aí a gente tem tido bastante suporte, uma coisa que eu posso te dizer, que gestão ela vai interferir grandemente no desenvolvimento de qualquer ação aqui dentro. Não que os outros pró-reitores não, não, que eles não fossem parceiros, mas a gente entende que nesse momento, né, é... o atual pró-reitor ele tem muita entrada dentro da UFMT, né? Então ele consegue articular. Então, por exemplo, a gente vai pra Joinville, em Santa Catarina e eu estava preocupado em não conseguir o transporte. A gente de primeira já teve a resposta do transporte, eu precisava de transporte para duas semanas por causa da organização do evento.
	...a UFMT [via articulação com o pró-reitor da PROCEV] garantiu o transporte pra a segunda, né? Aí eu fico preocupado, porque talvez se fosse outro pró-reitor, outra gestão, talvez a gente não tivesse essa facilidade.
	Tem o apoio da pró-reitoria, né, no sentido de suporte para que a gente consiga coisas aqui dentro.
	Qual que foi a orientação da pró-reitoria de graduação para mim? Que esses alunos vão receber na declaração que eles abrissem um processo e enviassem para o colegiado, para apreciação do colegiado. Pro colegiado, é definir se eles estariam assegurados ou não? Ou seja, a gente está indo a representar a UFMT institucionalmente mesmo, né? Tanto que para ir tem que ter assinatura do termo pelo reitor, mas nem sempre esses alunos, eles estão assegurados, então a gente se esforça ao máximo, né? Para que eles possam assistir a todas as aulas, evitar falta por bobeira, só em caso de saúde, alguma coisa e que garanta a aplicação deles.

(continuação)

(continuação)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores não estatais (atléticas) n = 3	São as Atléticas. Então a gente acaba se relacionando com os estudantes, é que daí eles têm a Liga das Atléticas, que é de uma forma mais em que eles decidem as ações que iram realizar. Quando eles vão fazer a competição, a gente trabalha um pouco mais de orientação, como parceiro institucional, né, para resguardar a possibilidade que eles tenham acesso aos espaços e a organização.
	Então eu gosto bastante da questão das atléticas, por exemplo, porque na atlética, é, eu tenho uma, eu tenho uma outra organização. Eu trabalho com as equipes de representação e tenho uma postura, né. Uma postura de organizar mais, de detalhar, eu tomo mais à frente das coisas. Quando entro no campo do atlética, eu deixo um pouco mais livre, não é que é solto, mas é porque é uma organização interna deles, então, é e aí ele, eu percebo a mudança de comportamento deles, né. Ou até mesmo a transferência, porque a gente tenta dizer pra eles que eles estão levando o nome da instituição, o nome da atlética, eles estão levando o nome deles porque, não é simplesmente jogar bola ou é simplesmente jogar um jogo eletrônico, não é? Que valores que você está aprendendo ali? O que que você está mudando ao seu redor? O que que você está aplicando? Quais valores, né?
	Quando eu chego, isso já está mais organizado, né? É... as atléticas, não tem como conversar com 30 atléticas, né. Todo dia receber uma atlética aqui. Então eles se organizam dentro de uma liga na qual eles estabelecem, não é. Eles têm um regimento e tal. Teve ajuda do gestor anterior, obviamente. Mas eles têm um regimento interno deles. Eles fazem a eleição deles. Eles fazem o chamamento deles e tudo mais. Organizam um evento macro, que é o que são uns jogos, né? O InterUFMT, a gente dialoga dessa forma, né? Normalmente tem uma pessoa dentro da Liga que é específica em relação à parte do esporte, por exemplo. Então é a partir disso que é feito o diálogo. Quando eu chego, é... as atléticas, elas já têm uma organização com a gestão anterior no sentido de garantia de horários nas quadras. Então é reservado para eles um determinado quantitativo de horas. E aí, quem vai usar não é definido por nós ou pelo setor da Faculdade de educação física que cuida do espaço. Eles têm total autonomia de se distribuir lá. E aí eles fazem a discussão, a organização deles é de que atlética, quantas atléticas vão usar, quais atléticas? quantas horas por dia eles vão? E tudo mais.
Atores estatais externos – municipal-estadual-federal n = 2	Tem o professor [... da UFG] , que ele é fonte de referência, né. Então, sempre que eu alguém tem alguma dúvida, faz uma consulta pública ali no grupo, ele está sempre disposto a ajudar a gente troca bastante experiência, entre outros Campus.
	E aqui em Mato Grosso, ultimamente, para mim, quem tem sido a referência, o professor [...], né. Então ele está fazendo um caminho inverso. A Unemat [universidade pública estadual], por exemplo, que é a instituição que ele trabalha, ela não é tão presente dentro do esporte universitário, né, dos JUMs, dos JUBs menos ainda. Só que ele está fazendo um caminho inverso no sentido que ele está tentando reestruturar, então ele tem sempre instigado a gente e trazido, né, essa discussão para a gente entender um pouco de fato, o que que o Estado tem, por exemplo, como obrigatoriedade legal de proporcionar, [...] o que eu percebo, ele não quer, por exemplo, mandar um time para uma competição. Ele quer primeiro, institucionalizar, legalizar isso. Então, ele sempre tem trazido essa discussão pra a gente, pra entender, pra fomentar, pra instigar a gente, pra agente também, procure, né, outras fontes para não ficar igual a gente fica agora aqui, né, dependendo somente de orçamento interno pra poder desenvolver as ações, ou que a gente almeja, né, e aí a gente fica um pouco na questão legal, que é edital de patrocínio.
Atores não estatais (treinadores) n = 2	Eu tenho também egresso que me auxilia, enquanto treinador das equipes.

(continuação)

(conclusão)

CÓDIGO INTERAÇÕES	
Ator / frequência (n = número de citações)	**Evidências (trecho recortado)**
Atores não estatais (treinadores) n = 2	...e aí às vezes, eu, quando eu quando tem esse essa primeira parte definida, eu ainda não vou planejada como treinadores, né. Mas é assim como eu disse, eles são egressos e eles são colaboradores e voluntários. Quando era possível a gente tinha, né conseguir algum auxílio para eles. Então eu digo que é mais sozinho, porque eles não têm nenhuma responsabilidade de não ter obrigatoriedade. Então se eles, eles podem entrar agora e podem não concluir o ano. Esse ano pra mim foi bem complicado, porque eu tive muita baixa de treinador e aí também eu acredito que essas baixas eu não sei o que aconteceu esse ano, mas essas baixas também são consequências da baixa adesão dos estudantes. Então eles [treinadores] se sentiram desmotivados e foram procurar outras possibilidades.
Atores estatais (acadêmicos) n = 1	A gente tenta explicar para esses alunos e deixa bem explícito mesmo que a obrigação deles aqui, é a única obrigação que eles têm é de treinar. Que eles não precisam ficar preocupados em correr atrás de uniforme, correr atrás de treinador. 'Ah será que eu vou ter o horário tal, tal determinado horário' e já é uma coisa institucionalizada.
Atores não estatais (entidades privadas) n = 1	Às vezes a gente fez uma ou outra coisa [parceria], mas não se representou.

Fonte: Elaborado pelo autor.

APÊNDICE W - CARTA DE ANUÊNCIA DE CONTATO COM AS INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÃO QUE IRÃO SER PESQUISADAS.

À
Diretor da Instituição...
Cidade-Estado

Prezado(a) Senhor(a)

Meu nome é Erasmo Braz dos Santos, doutorando, acadêmico de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, com sede na cidade de São Leopoldo-RS e sou orientando da Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor. Estou realizando a pesquisa intitulada "A BUROCRACIA DE MÉDIO ESCALÃO E O ESPORTE UNIVERSITÁRIO: Atuação na implementação na universidades pública com pouca regulação e financiamento". Tendo o objetivo Compreender a relevância das interações de atores estatais e não estatais na implementação do esporte nas universidades públicas do estado de Mato Grosso.

Esta pesquisa se justifica no intuito de contribuir para o desenvolvimento do esporte universitário e para o conhecimento nesta área de estudo, pois há escassez de estudos na área da política de esporte universitária tendo a fase da implementação como mote. Na metodologia utilizarei como coleta de dados, pesquisa documental (documentos tais como leis, decretos, resoluções, atas, regimentos, dentre outros) e entrevista (roteiro semiestruturado).

Para tanto, peço a sua autorização para que a pesquisa possa realizada na sua instituição, para que eu possa ter acesso aos documentos supracitados (os documentos serão consultados nos locais em que vossa senhoria indicar) e para que eu possa ter acesso para entrevista à gestão do esporte e outros atores que porventura possam contribuir com os objetivos da pesquisa. Em conformidade com a Resolução n. 510/2016 – Ciências Humanas e Sociais - CONEP, informo que participação será de forma voluntária, a identidade do(a) entrevistada será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificar os/as envolvidos/as na pesquisa, salvo o nome da Instituição em caso de sua autorização; os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de investigação; o/a participante pode desistir do estudo a qualquer momento, sem prejuízo algum.

São Leopoldo-RS, _____ de _____ de 2023.

Erasmo Braz dos Santos Doutorando-pesquisador	Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor Orientadora

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, _____, diretor/a (coordenador/a) de/a/o _____, da cidade/Estado _____, autorizo Erasmo Braz dos Santos, pesquisador do PPGCS/UNISINOS/São Leopoldo-RS, orientado pela Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor, a realizar no campus/organização a pesquisa intitulada "Atores e instituições: as interações na conformação da fase de implementação da política de esporte nas instituições de nível superior públicas do estado de Mato Grosso". Tendo o objetivo de Compreender a relevância das interações de atores estatais e não estatais na implementação do esporte nas universidades públicas do estado de Mato Grosso. A metodologia da pesquisa está embasada na pesquisa documental e entrevista e serão tomados os cuidados éticos e de preservação da identidade dos participantes.

Cidade-Estado, ____ de _____ de 2023.

Diretor(a) da Instituição

APÊNDICE X – ORGANIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Quadro H – Controle das entrevistas, perfil dos entrevistados e detalhamento das entrevistas.

Entrevistado	PERFIL					DETALHES DA ENTREVISTA			
	Idade	Nível de educacional	Tempo serviço	Tempo atuação em cargo	Tempo atuação no esporte universitário	Data da entrevista	Duração em minutos	Meio da entrevista	Transcrição da entrevista
BME1									
ANE1									

Legenda: BME (burocrata de médio escalão), ANE (ator não estatal).
Fonte: Elaborado pelo autor. Inspirado em Acadêmica (2023).

APÊNDICE Y – MODELO DE RELATÓRIO DE ENTREVISTAS

Data da entrevista:
Entrevistador:
Local/Meio da entrevista:

Informações gerais:

Nome do entrevistado:
Cargo/função do entrevistado:
Organização/instituição do entrevistado:
Data da entrevista:
Duração da entrevista:

A entrevista foi gravada?
Algum incômodo em relação à gravação?
Clima/Contexto da Entrevista: Em termos do clima da entrevista, pontuar se houve alguma questão de destaque (exemplos: problemas, interrupções, questionamentos, desentendimentos, desvios em relação ao roteiro etc.).

Principais Pontos Abordados
Descreva os principais pontos abordados na entrevista e os principais achados.

Outras perguntas para ajudar
O entrevistado deu alguma interpretação muito distinta em relação a qualquer assunto em comparação com o que estava aparecendo até agora? O entrevistado quis adicionar alguma informação de forma ativa?

Outras Fontes
O entrevistado sugeriu a consulta a documentos específicos ou base de dados que ainda não estavam em nosso radar? Quais?

Indicações
O entrevistado indicou outros potenciais entrevistados? Coloque aqui os nomes, cargos e contatos.

Sugestões de pontos para as próximas entrevistas
O roteiro de entrevistas funcionou de maneira adequada? Alguma sugestão de perguntas ou temas para abordar nas próximas entrevistas?

Teus insights
Anotar *insights* para o balizamento da leitura e interpretação da entrevista. Tensões que você detectou, conflitos subjacentes, hesitações, enfim, informações relevantes de sua percepção da entrevista que não aparecerão na transcrição textual da entrevista.

APÊNDICE Z – DETALHAMENTO (ORGANIZAÇÃO) DOS DOCUMENTOS

Quadro I – Controle e detalhamento dos documentos.

Documento	Tipo de documento	Fonte do documento	Formato do documento	Número de páginas	Data da coleta	Observações
D1						

Legenda: D1 (documento 1).
Fonte: Elaborado pelo autor. Inspirado em Acadêmica (2023).

APÊNDICE AA – ROTEIRO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO - PRÉ-ANÁLISE

Qual o problema de pesquisa?

_____
_____
_____

Já fiz a leitura flutuante dos meus possíveis documentos?

_____
_____
_____

Já fiz a escolha dos documentos que farão parte do corpus a pesquisa?

_____
_____
_____

Qual o corpus da pesquisa?

_____
_____
_____

Já preparei o material?

_____
_____
_____

Já formulei hipóteses e objetivo de análise?

_____
_____
_____

Já testei a codificação e a categorização de uma parte do material?

_____
_____
_____

Fonte: Adaptado pelo autor (2024), conforme Acadêmica (2023).

APÊNDICE AB – ROTEIRO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO - CODIFICAÇÃO

Qual é a forma de análise (dedutiva ou indutiva)?

_____
_____
_____

Se dedutiva, quais serão os códigos utilizados?

_____
_____
_____

Qual será a regra de recorte (tipo ou tipos de unidades de registro)?

_____
_____
_____

Como está sendo o processo de codificação?

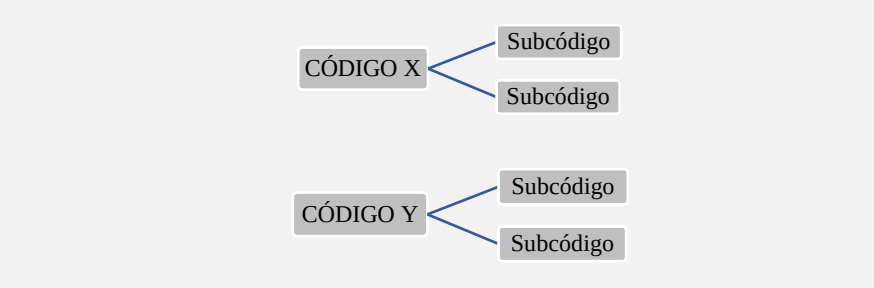
_____
_____
_____

Diário da codificação	
Data	Atividades de codificação

Como ficaram organizados os meus códigos ao final do processo de codificação?

_____
_____
_____

LISTA DE CÓDIGOS



Quantas citações (trechos de falas dos entrevistados ou trechos dos textos dos documentos) foram identificadas em cada código?

Contabilidade dos códigos	
Código	**Número de citações**

Fonte: elaborado pelo autor (2024), conforme Acadêmica (2023).

APÊNDICE AC – NOTAS COMPLEMENTARES

Seção **5.1.3 O nível local sob a luz do marco regulatório nacional: seus atores a Federação, a Atlética Universitária e a praça esportiva.**

Nota sobre a infraestrutura esportiva do Campus de Várzea Grande (ainda não concluído até o ano de 2022) e sobre os outros campi da UFMT.

Esta realidade não é a mesma do campus de Várzea Grande que não possuía nenhuma infraestrutura existente, sendo o campus mais novo da UFMT. A construção de suas instalações físicas iniciaram no ano de 2014, foram paralisadas no ano de 2016 por problemas com a empresa que venceu a licitação para a construção do campus, retomadas em 2018 e ainda não concluídas até o ano de 2022. Não foi prevista a construção de espaço esportivo neste campus pelo projeto já executado. O campus de Sinop possuía apenas uma quadra poliesportiva coberta e uma sala de lutas. Já o campus de Araguaia possuía infraestrutura uma vez que também possuía o curso de graduação em educação física.

APÊNDICE AD – CASO QUE ILUSTRA REGULAÇÃO FROUXA QUE AMPLIOU E AUMENTOU A RESPONSABILIDADE DA ATUAÇÃO DA BME FRENTE À IMPLEMENTAÇÃO DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO LOCAL.

Para demonstramos a relevância da atuação da BME mediante frouxidão da regulação, descrevemos um caso da necessidade da intervenção deste ator mediante contexto caótico em que se utilizou da mistura das suas capacidades técnico-político e técnico-gerencial, da discricionariedade, da autonomia e das relações interpessoais construída ao longo do tempo para a resolução de um problema que também assolou a implementação do esporte universitário, no nível local para além das questões então somente da garantia da sua operacionalização.

Caso da liberação do acadêmico para participar e eventos esportivos oficiais da Federação e da Confederação Brasileira de Desporto Universitário

Determinado acadêmico da UFMT (assim como preservamos a identidade dos BMEs optando por apresentá-los no masculino, na mesma linha também preservamos aqui identidade do acadêmico), por seu desempenho formidável em níveis estadual e nacional, foi convocado para representar o Brasil nas Universíade (evento universitário internacional equivalente aos jogos olímpicos de verão). Por uma questão óbvia, por si só, essa convocação teria um retorno de ganhos para o acadêmico, para a instituição e para o esporte universitário em geral. Mas, na realidade se tornou um grande problema que acabou nas mãos da BME, que teve que percorrer um longo caminho e ao mesmo tempo convencer os atores indiretos da relevância e necessidade de contribuir para a simples liberação do acadêmico de algumas obrigações futuras (período em que ele estaria representando o país nos jogos). Eis a evidência que o BME relatou na entrevista.

> Inclusive até como atleta mesmo, quando é convocado pra Universíade, é a própria instituição que corre atrás para levar [o acadêmico]. Esqueci o nome do [acadêmico] lá nosso [que foi convocado para representar o Brasil]. Teve um sufoco cara! Se não tem uma intervenção... [intervenção da BME]. Você tem que conversar com o chefe de departamento primeiro, porque que primeiro tem a questão de aula, né, a questão de nota de aluno, de prova, a presença dele lá dentro, então quem manda na disciplina é o professor. Se o professor não quiser, não adianta você falar com [...]. Mas nós íamos [BME mais acadêmico], nós fomos na reitora, no pró-reitor, nós fomos no diretor da faculdade, nós fomos no chefe de departamento, nós fomos falar com o professor, e foi difícil cara. A primeira vez que [um acadêmico] foi convocado, foi difícil demais. A gente mostrava, sensibilizava, e outra coisa, [o acadêmico] tinha uma capacidade, [um] dos melhores [alunos] do curso, [ele] fazia engenharia sanitária, excelente [aluno], só nota boa. [Ele] falou: "professor, eu só quero que o senhor ou faz a prova comigo antes ou fazer a prova depois, só quero que você abone a falta, só isso. Eu me viro, eu pego com o colega, se o senhor quiser me dar o que foi passado eu vou correr atrás, eu estudo". [Ele] querendo ir! Então, não vejo nada assim que a própria FMEU, a CBDU podia chegar no Ministério do Esporte e o Ministério do Esporte chegar no Ministério da Educação no sentido de ter, sei lá, com os deputados, formar uma lei alguma coisa [que pudesse ajudar e não deixar] totalmente só [na decisão] do professor. É uma dificuldade incrível e tudo depende da universidade. Conseguimos aquilo que eu estava falando [a ida do acadêmico à Universíade], porque a gente [BME] tinha um conhecimento, conhecia o diretor da faculdade. Daí fomos ver quem que era o professor das disciplinas, porque não é uma,

né, que às vezes, depende da data que eram os jogos. Você tinha que primeiro liberar para os jogos brasileiros, já é uma coisa, professor já fica puto com isso né. Mas, tem que entender que o esporte funciona, faz parte da educação a questão do esporte, né. Totalmente, 100% fazem parte da educação. E aí já era difícil [conseguir a operacionalização do esporte universitário], daí quando era convocado então para uma seleção brasileira, porra é um orgulho, o Estado ter, a universidade federal ter um aluno convocado pra seleção brasileira. [Daí] pode ser barrado, professor chega porque não tem lei, não tem nada e quem manda da disciplina é ele ou ela, e a gente fica à mercê deles se quiser deixar ir ou não ir. Então vejo nada, é totalmente da universidade, não vejo questão da CBDU, não vejo questão da FMEU, não vejo questão do Ministério do Esporte. O Ministério do Esporte deveria ajudar nesse sentido, né de se implantar, levar para câmara dos deputados, do Senado de ter uma relação mais [de compromisso com o esporte universitário]. Ter alguma coisa que eles falam para poder representar, mas depende do aluno, depende do professor. Se o professor falar não para te liberar, você não vai. [Se for], eu vou te dar falta, né. Mas, poderia o ministério levar isso, uma coisa mais consistente, que possa tá ali ajudando o aluno, o aluno e o profissional que está indo também, porque às vezes é um professor que está indo, um técnico que está indo que possa ter uma consistência de uma lei que ampare ele para poder ir e não que seja prejudicado depois. A universidade ela faz parte do Ministério da Educação, né. Ela está dentro do Ministério da Educação. O Ministério do Esporte é para atender o esporte, onde a CBDU que atende o esporte universitário, né tá dentro, que é o Ministério do Esporte. Mas, é aluno, é acadêmico, precisa de um suporte, então precisa que o Ministério tenha esse tipo de parceria entre os ministérios. O que eu acho um absurdo isso não é só no ministério não, é em secretaria às vezes municipal, estadual, é um governo só, e às vezes um não libera o outro, eu não entendo, né, às vezes eu nem penso nisso porque acabo me estressando. (BME 2, 2024)

ANEXO A – PANORAMA (ESTIMATIVA) DOS FINANCIAMENTOS DO ESPORTE UNIVERSITÁRIO E DO ESPORTE BRASILEIRO EM GERAL

RESUMO

A CBDU como visto ao longo do tempo, teve uma conformação semelhante às diversas outras confederações esportivas, ou seja, estabelecida sobre base federativa piramidal esportiva. Seu financiamento demonstrou ser híbrido (recebendo fomento de entidades privadas, em conformidade com o modelo do COB), porém embasado principalmente em financiamento estatal (STERAPRAVO *et al*., 2010, CBDU, 2022). O financiamento da entidade confederativa é composta por diversas fontes: leis, recursos próprios, convênios compactuados, patrocínio, anuidades de filiados, inscrições de eventos internacionais, receitas de aplicações e receitas com carteiras universitárias (CBDU, 2022), porém, como dito anteriormente, os valores mais vultosos foram oriundos da burocracia estatal. Além dos repasses do Ministério do Esporte, consideramos como valores de financiamento estatais recursos repassados pelo COB (organização sem fins lucrativos), uma vez que por força de Lei, parte dos recursos oriundos da loteria federal deveriam ser repassados para a CBDU. Com a promulgação da Lei n. 13.756/2018 o recursos estatais passaram a ser destinados diretamente para a entidade. As tabelas abaixo foram elaboradas com o objetivo de demonstrar uma estimativa do peso do financiamento estatal no esporte universitário e no esporte em geral. Para tanto, adaptamos esses valores (expressos em milhões/bilhões de reais), de forma aproximada e foram baseados nos sítios transparência do site da CBDU e no Transparência no Esporte. Para informações mais detalhadas e precisas sobre receitas e despesas, consultar os links transparência institucional no site da CBDU https://www.cbdu.org.br/transparencia/ para o esporte universitário e no http://www.transparencianoesporte.unb.br/#/inicio para os investimentos no esporte em geral.

Tabela A – Estimativa/demonstrativo de financiamento do esporte universitário via entidade federativa.

Ano	Fonte	Receita (R$)	Repasse estatal (R$)
2014	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	21,5 mil	20,5 mil
2015	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	18,0 mil	17,3 mil
2016	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	12,3 mil	11,0 mil
2017	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	17,1 mil	15,0 mil
2018	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	15,6 mil	12,8 mil
2019	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	27,0 mil	25,9 mil
2020	Lei n. 9.615/98 e regulamentações.	19,1 mil	17,8 mil

Fonte: CBDU, 2022. Disponível em: CBDU: https://www.cbdu.org.br/transparencia/. Acesso em: 28 mar 2023.

Tabela B – Estimativa de investimento estatal federal no esporte entre os anos de 2003 e 2022.

Ano	Investido em R$	Destinação dos recursos
2003	103,86 mi	Dimensão alto rendimento (5,0%); Manifestações educacional e participação (20,7%); Infraestrutura (73,0%); Gestão (1,1%); Grandes eventos (0%).
2004	334,23 mi	Dimensão alto rendimento (31,2%); Manifestações educacional e participação (33,2%); Infraestrutura (10,8%); Gestão (13,7%); Grandes eventos (11,1%).
2005	420,65 mi	Dimensão alto rendimento (30,8%); Manifestações educacional e participação (54,3%); Infraestrutura (1,4%); Gestão (11,9%); Grandes eventos (1,4%).
2006	630,32	Dimensão alto rendimento (20,4%); Manifestações educacional e participação (44,7%); Infraestrutura (3,7%); Gestão (11,8%); Grandes eventos (19,2%).

continua

(conclusão)

Ano	Investido em R$	Destinação dos recursos
2007	1,86 bi	Dimensão alto rendimento (14,2%); Manifestações educacional e participação (19,6%); Infraestrutura (20,8%); Gestão (5,5%); Grandes eventos (39,6%).
2008	722,74 mi	Dimensão alto rendimento (35,9%); Manifestações educacional e participação (46,2%); Infraestrutura (1,3%); Gestão (12,2%); Grandes eventos (4,1%).
2009	939,54 mi	Dimensão alto rendimento (44,7%); Manifestações educacional e participação (35,8%); Infraestrutura (0,4%); Gestão (11,2%); Grandes eventos (7,6%).
2010	1,28 bi	Dimensão alto rendimento (36,9%); Manifestações educacional e participação (29,1%); Infraestrutura (0,2%); Gestão (11,0%); Grandes eventos (22,5%).
2011	1,58 bi	Dimensão alto rendimento (35,7%); Manifestações educacional e participação (24,9%); Infraestrutura (8,2%); Gestão (10,5%); Grandes eventos (21,0%).
2012	1,41 bi	Dimensão alto rendimento (39,2%); Manifestações educacional e participação (29,8%); Infraestrutura (4,5%); Gestão (18,4%); Grandes eventos (7,9%).
2013	1,86 bi	Dimensão alto rendimento (43,1%); Manifestações educacional e participação (22,8%); Infraestrutura (5,5%); Gestão (8,8%); Grandes eventos (19,6%).
2014	2,46 bi	Dimensão alto rendimento (33,9%); Manifestações educacional e participação (21,1%); Infraestrutura (0,0%); Gestão (8,5%); Grandes eventos (33,9%).
2015	2,25 bi	Dimensão alto rendimento (39,8%); Manifestações educacional e participação (20,5%); Infraestrutura (0,3%); Gestão (8,9%); Grandes eventos (30,2%).
2016	3,20 bi	Dimensão alto rendimento (27,2%); Manifestações educacional e participação (16,4%); Infraestrutura (1,1%); Gestão (7,2%); Grandes eventos (47,9%).
2017	1,79 bi	Dimensão alto rendimento (42,4%); Manifestações educacional e participação (45,0%); Infraestrutura (6,1%); Gestão (3,2%); Grandes eventos (3,0%).
2018	1,63 bi	Dimensão alto rendimento (35,3%); Manifestações educacional e participação (42,9%); Infraestrutura (5,3%); Gestão (16,3%); Grandes eventos (0%).
2019	1,74 bi	Dimensão alto rendimento (56,7%); Manifestações educacional e participação (39,8%); Infraestrutura (2,9%); Gestão (0,4%); Grandes eventos (0%).
2020	1,54 bi	Dimensão alto rendimento (50,4%); Manifestações educacional e participação (47,7%); Infraestrutura (1,6%); Gestão (0,07%); Grandes eventos (0%).
2021	2,39 bi	Dimensão alto rendimento (67,7%); Manifestações educacional e participação (31,0%); Infraestrutura (1,2%); Gestão (0%); Grandes eventos (0%).
2022	4,58 bi	Dimensão alto rendimento (75,2%); Manifestações educacional e participação (23,6%); Infraestrutura (1,1%); Gestão (0%); Grandes eventos (0%).

Legenda: Mi refere-se a milhões e bi a bilhões de reais investidos.
Fonte: Em consulta ao projeto Transparência no Esporte. Disponível em: http://www.transparencianoesporte.unb.br/#/inicio. Acesso em: 24 abri 2023.

Observação Tabela B: os valores acima foram adaptados por nós e agrupados por manifestação do esporte conforme estabelecidos pela Lei Pelé, vigente no período estabelecido desta pesquisa (2033-2022). Os novos tratamentos para o esporte (por níveis) estabelecidos pela Nova Lei Geral do Esporte não foram considerados, uma vez que entraram em vigor a partir de meados de 2023.

ANEXO B - NORMATIZAÇÃO PARA INTERPRETAÇÃO EM RELAÇÃO AO ALPHA DE KRIPPENDORFF

Quadro A – Normatização para interpretação do Alpha de Krippendorff

Alfa = 1	Indica concordância perfeita entre os avaliadores. É o cenário em que todos os avaliadores forneceram exatamente as mesmas classificações para cada item avaliado.
Alpha ≥ 0,80	Este valor é geralmente considerado um nível satisfatório de concordância, indicando uma classificação confiável. Em muitos contextos de pesquisa, um alfa de Krippendorff igual ou superior a 0,80 é aceitável para tirar conclusões trianguladas com base nos dados classificados.
Alfa [0,67 - 0,79]	esse intervalo é frequentemente considerado o limite inferior para conclusões provisórias. Um alfa de Krippendorff nesta faixa sugere concordância moderada; Assim, os resultados devem ser interpretados com preocupação, questionando as raízes de tais classificações divergentes.
Alpha < 0,67	Isso é indicativo de baixa concordância entre os avaliadores. Dados com um alfa de Krippendorff abaixo desse limite são frequentemente considerados não confiáveis para tirar conclusões trianguladas. Isso sugere que os avaliadores não estão aplicando o esquema de codificação de forma consistente ou que o próprio esquema pode ser falho.
Alfa = 0	Indica que não há concordância entre os avaliadores além do que seria esperado por acaso. É semelhante a um padrão de classificação aleatório.
Alfa < 0	Um valor negativo do Alfa de Krippendorff indica discordância sistemática entre os avaliadores. Essa situação pode surgir nos casos em que os avaliadores são sistematicamente inclinados em direções de classificação opostas.

Fonte: Marzi, Balzano e Marchiori (2024, p. 3)

Quadro B – Normatização para interpretação do Kappa de Cohen

Kappa Values (valor de Kappa)	Strength of Agreement (concordância)	Tradução nossa.
< 0	No agreement	Não há concordância
0.0-0.19	Poor agreement	Concordância pobre
0.20-0.39	Fair agreement	Concordância baixa
0.40-0.59	Moderate agreement	Concordância moderada
0.60-0.79	Substantial agreement	Concordância substancial
0.80-1.00	Almost perfect agreement	Concordância perfeita

Fonte: Landis and Koch (1977, p. 159).

ANEXO C - RESUMO TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS PRINCIPAIS LEIS E FATOS QUE IMPACTARAM O ESPORTE NO ÂMBITO UNIVERSITÁRIO ENTRE OS ANOS DE 1930 ATÉ AOS DIAS ATUAIS.

Quadro H - Trajetória histórica das principais leis e fatos que impactaram o esporte no âmbito universitário entre os anos de 1930 até aos dias atuais.

Período	Fato
Década de 1930	Surgimento da Federação Atlética de Estudantes no Rio de Janeiro e da Federação Universitária Paulista de Esportes. Realização da primeira competição universitária no Brasil, a MAC-MED, entre a Universidade Mackenzie e a Faculdade de Medicina de São Paulo. 1ª. Olimpíada Universitária, realizada em São Paulo. Fundação da Confederação Universitária Brasileira de Esportes.
1941	Promulgação do Decreto-Lei n. 3.617, no Governo Getúlio Vargas. Esse decreto é considerado como a Primeira regulamentação do Desporto Universitário Brasileiro. Teve como um dos principais objetivos a oficialização da Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), a criação das atléticas universitárias ligadas aos centros acadêmicos e com o protagonismo dos acadêmicos, a obrigação dos institutos e universidades na criação de praças esportivas e o surgimento oficial dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs).
1975	Lei n. 6.251. Esta lei institui normas gerais do desporto. Faz a divisão do esporte estudantil em esporte escolar e esporte universitário.
1977	Decreto n. 80.228. Regulamenta a Lei n. 6.251/1975. Na prática, o decreto desvincula as associações atléticas dos centros acadêmicos e elas passam a ter autonomia própria, sendo uma entidade de direito privado, com o poder de organizar o esporte nos institutos e universidades. Cabe às universidades auxiliar as atléticas destinando recursos para a sua manutenção.
1980	Utilização do esporte como estratégia de marketing por diversas universidades brasileiras, principalmente nas privadas no eixo sul-sudeste.
1987	Portaria n. 236 do Ministério da Educação, 08 de abril. Dispunha sobre a organização e funcionamento do esporte universitário e determinava o esporte universitário como esporte-performance.
1990	Hiato no desenvolvimento do esporte universitário. Devido a problemas de amadorismo na organização de seus atores não estatais principalmente, com baixa profissionalização. Há perda de interesse de atores com foco na profissionalização do esporte universitário. Os problemas vão se avolumando e vão culminar a intervenção estatal no início dos anos 2000.
1995	Criação do Ministério Extraordinário do Esporte, vinculado ao MEC via Secretaria de Desportos.
1998	Criação da Lei n. 9.615 tida até aos dias atuais como o Sistema Nacional do Desporto. Dentro outros atos, traz as manifestações do esporte (educacional, participativo e rendimento).
2001	Advento da Lei n. 10.264/01, que destina a arrecadação das Loterias enviada para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e para o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) sejam repassados também para o esporte escolar e universitário.
2003	Criação do Ministério do Esporte como pasta única, desvinculado do Turismo. Criação da divisão do Esporte Universitário dentro do Ministério do Esporte, com a finalidade de gerenciar esta modalidade. Decorre daí uma intervenção "branca" do governo junto à CBDU, assolada por conflitos internos e realização de eventos de forma desorganizada, resultando na eleição de uma chapa de consenso entre os votantes. Início da recuperação administrativa da entidade, com aproximação do COB para destinação de recursos estatais e também para assentar modelo de gestão menos amadora e mais condizente com as práticas profissionais. Havia uma perspectiva de se aproximar do mundo dos negócios desvinculação Estatal, de acordo com as novas tendências do esporte mundial.

(continua)

(continuação)

Período	Fato
2004	Lei 10.891 institui o programa bolsa atleta. Destina recursos de bolsa também para universitários que se destaquem nos Jogos Universitários Brasileiros.
2007	No plano municipal Lei n. 5.045/2007, juntamente com as Leis n. 3.778/98 e 4.872/2006 compunham a Política Municipal de Desporto e Lazer. Essas leis obedeciam à Lei Federal n. 9.615/98, que permitia decisões tripartite do esporte, porém não faz menção ao nível municipal ao esporte universitário.
2010	Decreto-Lei n. 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Ele tem como objetivo ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, via diversas áreas tais como moradia estudantil, alimentação, inclusão digital, cultura e esporte (BRASIL, 2010). Porém esse financiamento tem condições específicas de aplicação, destinados prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade social, principalmente àqueles oriundos de políticas afirmativas. Na década de 2010 as Associações Atléticas Acadêmicas Universitárias (AAAs) ganham impulso pela iniciativa dos acadêmicos, organizando eventos esportivos e também culturais, além de Ligas Universitárias. Adensam além do esporte tradicional (formal) também atividades como baterias, charangas, cheerleading e festas. Os eventos realizados pelas AAAs não vincularam os nomes das universidades a qual pertençam. Esse renascimento está atrelado a recuperação pelo gosto pelo esporte e a socialização.
2011	Lei n. 12.395/2011, destina recursos para o desporto escolar e universitário. Lei n. 12.527/2011, estabelece o acesso a informações de instituições públicas. Segue o esporte universitário dependente do financiamento estatal.
2013	Decreto n. 7.984, regulamenta a Lei n. 9.615/98, estabelece definição mais ampla para o desporto educacional e estipula formas de prática do esporte escolar e a participação da Confederação Brasileira de Desporto Escolar e da Confederação Brasileira do Desporto Universitário na aplicação dos recursos destinados ao COB para o desenvolvimento do esporte. Lei nº 12.846/2013 (Lei anticorrupção), dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
2015	Lei n. 13.155, capítulo VI, artigo 38. Faz alteração na Lei n. 9.615/98, acrescenta uma nova dimensão para o esporte, o de formação.
2017	Projeto de Lei n. 68/2017, foi elaborada em 2016 e moderniza a legislação esportiva, atualizando a Lei n. 9.615/98 e consolida todas as leis já existentes, promovendo atualizações e aperfeiçoamentos no marco legal que regulamenta a prática desportiva no país. Portaria 341/2017 do Ministério do Esporte, estabelece parâmetros de utilização de recursos públicos para realização de despesas administrativas necessárias ao cumprimento das metas pactuadas pelo COB, o CPB, o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) e suas entidades filiadas.
2018	Lei n. 13.756/2018, dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada de apostas de quota fixa. Destina transferência de forma direta os recursos (0,11% da arrecadação) para a CBDU e não mais via COB. Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados). Dispõe sobre a Lei geral de proteção de dados, e dá outras providências. Apesar das perspectivas de se emancipar do Estado, pelo prescritivo, observa-se que segue o esporte universitário dependente sobremaneira do financiamento Estatal.
2019	Extinção do Ministério do Esporte. A pasta do esporte foi alocada no Ministério da Cidadania e está sobre a tutela da Secretaria Especial do Esporte.

(continuação)

(conclusão)

Período	Fato
2020	Portaria n.166/2020 Ministério da Cidadania, regulamenta relatório de prestação de contas. Influência diretamente a CBDU, devido ao recebimento de recursos públicos.
2021	Lei n. 11.551 de 04 de novembro de 2021. Dispõe sobre o Plano Estadual de Esporte e Lazer do Estado de Mato Grosso. Naquilo que concerne ao esporte universitário versa na estratégia 5.10 que o Estado fomentará e organizará em parceria com os municípios os jogos universitários. Na meta 4, preocupa-se com a formação de profissionais que atuam na área do esporte e lazer, propondo a criação de Escola de Formação de Esporte e Lazer tendo a Universidade como parceira. Propõe também a criação e o desenvolvimento de Universidades do Esporte para incentivar a prática esportiva aproveitando as estruturas existentes nas instituições. Não especifica qual o público a que se destina neste último caso.
2022	Substitutivo do PL 68/2017 (Nova Lei Geral do Esporte), agora denominado de PL 1825/22. Em tramitação no Congresso Nacional. Considera o esporte universitário constituinte de um subsistema ligado ao Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), reconhecendo a CBDU como pessoa jurídica, uma entidade organizadora e que estabelece planejamento das atividades do esporte universitário. Tem garantida a representação no Conselho Nacional do Esporte (CONESP).
2023	Medida Provisória n. 1.154, de 1º. de janeiro de 2023. Recriação do Ministério do Esporte, pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Promulgação da Lei n. 14.597 de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte). Vários trechos da lei foram vetados pelo governo federal, desta forma a Lei n. 9.615/1998 não foi totalmente revogada.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023 em conformidade com Arantes, Martins e Sarmento (2012); Brasil (1975, 1998, 2001, 2010, 2011, 2013, 2015, 2018, 2020, 2021, 2023); Cuiabá (1998, 2006, 2007), Hatzidakis (2006), Mato Grosso (2021), Negrão e Kampff (2021), Starepravo (2006), Starepravo *et. al* (2010), Taffarel, Santos Junior (2019).